



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Comunicação - FAC
Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOM

DANIEL GONÇALVES DE OLIVEIRA

RIOS INVISÍVEIS
Análise das relações entre a ampliação temporal da cobertura jornalística
e o aumento da pluralidade de fontes e vozes

Brasília
2019

DANIEL GONÇALVES DE OLIVEIRA

RIOS INVISÍVEIS

*Análise das relações entre a ampliação temporal da cobertura jornalística
e o aumento da pluralidade de fontes e vozes*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dione Oliveira Moura

**Brasília
2019**

Ao meu pai.

À minha mãe, filhos, irmãos e amigos.

*À minha esposa Fabiana Ikeda de Oliveira (in
memoriam), amor eterno.*

Agradecimentos

Ao meu pai, pelo incentivo, meu exemplo inspirador de bondade, esforço e sabedoria.

À minha mãe, pela doçura e sábio otimismo que nos enche sempre de alegria e esperança.

À minha filha Tarsila pela paciência e carinho em esperar o papai a fazer a “lição de casa”, criança no início desta pesquisa e hoje uma talentosa adolescente.

Ao meu filho Gabo que ficou adulto durante meu doutorado. Agora, com mais tempo, vou assistir mais filmes contigo e poderemos tocar mais violão juntos.

Aos meus cinco irmãos pelo incentivo contínuo – em especial à Tânia (*in memoriam*) e ao Geraldo, doutores: meus dois exemplos de intelectuais inspiradores, do ensino médio até o doutorado.

Ao grande apoio da minha companheira de todas as horas, Harumi: uma luz única que brilhou em minha vida.

À Fábrica de Ideias, em especial à Mônica, pelo acesso *pro bono* ao banco de notícias, apoio fundamental.

Ao estatístico Marcus Fagundes pela colaboração voluntária, essencial à finalização desta tese.

À Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Kalume pelo grande apoio e incentivo à vida acadêmica.
Ao Prof. Dr. Luiz Martins da Silva, docente que orientou a primeira fase do meu doutoramento, antes de aposentar-se, ao qual reservo grande admiração pelo esforço acadêmico e brilhantismo humanista.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Dione Oliveira Moura, por me orientar com muita competência intelectual e objetividade acadêmica, que fez com que eu tenha descoberto caminhos fundamentais para esta tese e, certamente, tornou possível concluí-la.

A todos os amigos que me ajudaram ou me apoiaram de alguma maneira para concluir este trabalho, muito obrigado.

As estrelas
Que brilham de manhã
Uma lua numa tarde de verão
E o fim
Nunca mais aconteceu
No presente eterno onde a luz nasceu
(Daniel Oliveira e Rafael Longo)

Trabalhai, não pela comida que perece,
mas por aquela que dura à vida eterna (...)
(Jó 6:6-27)

Resumo

Este trabalho investiga as possíveis relações entre os recortes temporais e a pluralidade de fontes e vozes na cobertura jornalística. Para isso foi selecionado um *corpus* de 679 matérias, referente ao período de quatro anos e três meses de cobertura jornalística das versões digitais dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Diário de S. Paulo sobre a crise hídrica e os rios na Região Metropolitana de São Paulo (2012-2016). A hipótese geral desta tese é de que existiria uma relação entre a ampliação dos recortes temporais e o aumento das perspectivas da pluralidade de fontes e vozes nos textos. O estudo parte do conceito de Esfera Pública de Habermas (1984), de pluralidade em Hannah Arendt (2012) e de enquadramento de controvérsias em Porto (2012), em diálogo com estudos sobre representação e temporalidade como os desenvolvidos por Kant (1783), Agostinho (1999) e Robert E. Park (1976). Essas visões são complementadas por teorias do jornalismo que compreendem as notícias como o resultado de um complexo processo de construção social que colabora para a formação da realidade pública. A investigação utiliza a Análise de Enquadramento (*Framing Analysis*) como método em combinação com Análises de Conteúdo. Para verificar as hipóteses foram aplicados Testes de Associação Qui-Quadrado e de Correlação de Pearson.

Palavras-chave: JORNALISMO, TEMPORALIDADE, PLURALIDADE, CRISE HÍDRICA, RIOS URBANOS.

Abstract

This research is an investigation on the possible relations between temporality in journalism and plurality of sources and voices in the press. This research is based on a corpus of 679 journal articles about the water shortage in the Metropolitan São Paulo over four years and three months (from 2012 to 2016). Texts selected from the online versions of the newspapers Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo and Diário de S. Paulo compose the corpus. Our general hypothesis proposes a relation between the extension of time spans and the increasing in perspectives on the plurality of sources and voices in the texts. Our analysis was based mainly on Habermas's concept of the Public Sphere (1984), Hannah Arendt's (2012) studies in Plurality and Porto's (2012) work on Framing Analysis, whilst in dialogue with works on representation and temporality such as the ones developed by Kant (1783), Augustine (1999) and Robert E. Park (1976). The methodology used applied procedures of Framing Analysis in combination with Content Analysis and Pearson's Chi-Square Association Tests and Linear Correlation Tests.

Keywords: JOURNALISM; TEMPORALITY; PLURALITY, WATER SHORTGATE; WATER CRISIS; URBAN RIVERS

Lista de ilustrações

Figura 1 – Quadro-síntese de categorias de fontes de Schmitz	114
Figura 2 – Matriz de taxonomia de fontes de Schmidt	115
Figura 3 – Taxonomia de fontes proposta pelo autor	116
Figura 4 – Síntese Metodológica de Identificação de Elites	118
Figura 5 – Rios e abastecimento entre as décadas de 1560 e 1910	135
Figura 6 – Rios e abastecimento entre as décadas de 1560 e 1940	136
Figura 7 – Projeto de Saturnino de Brito de 1923. Planta previa diques, lagos e parques nas margens do Rio Tiete.	139
Figura 8 – Mapa da Path Dependence	142
Figura 9 – Comparativo histórico de vazão nos período 1953-1954 x 2014-2015	145
Figura 10 – Auge da crise hídrica	146
Figura 11 – Interligação Cantareira e Rio Paraíba do Sul	150
Figura 12 – Águas poluídas da Billings impedem sua utilização para consumo	154
Figura 13 – Variação de Volume do Sistema Cantareira	157
Figura 14 – Queda no Investimento no programa de despoluição do rio Tietê	159
Figura 15 – Mapa de Procedimentos Metodológicos	174
Figura 16 – O “presente referencial” na ampla perspectiva temporal da crise hídrica	184
Figura 17 – Mapa de Critérios de Classificação Temporal	186
Figura 18 – Conjunto de conectores de causalidade	194
Figura 19 – Representação gráfica da aplicação da Unidade de Análise V	206
Figura 20 – Abordagens da despoluição de represas como solução da crise hídrica	215
Figura 21 – Fontes setoriais - Todos os Jornais	218
Figura 22 – Resultado do Teste Linear de Correlação de Pearson: entre número de caracteres e quantidade de fontes	243
Figura 23 – Possível relação entre Alargamento Temporal e Mentalidade Alargada	255
Figura 24 – Ficha de Análise - Página 1	281
Figura 25 – Ficha de Análise - Página 2	282
Figura 26 – Ficha de Análise - Página 3	283
Figura 27 – Ficha de Análise - Página 4	284
Figura 28 – Ficha de Análise - Página 5	285
Figura 29 – Ficha de Análise - Página 6	286
Figura 30 – Ficha de Análise - Página 7	287
Figura 31 – Ficha de Análise - Página 8	288

Lista de quadros

Quadro 1 – Tipos de ações de Habermas	54
Quadro 2 – Síntese de algumas diferenças entre a ética de Apel e de Habermas	60
Quadro 3 – textbfDiferenças entre ecologia superficial e ecologia profunda	166
Quadro 4 – Quadro de Unidade de Análises	182
Quadro 5 – Significância Estatística, conforme valor de p	221
Quadro 6 – Conclusão de Hipóteses H2	224
Quadro 7 – Conclusão da Hipóteses H1	226
Quadro 8 – Conclusão de Hipóteses H3	228
Quadro 9 – Conclusão de Hipóteses H4	230
Quadro 10 – Conclusão de Hipóteses H5	231
Quadro 11 – Conclusão de Hipóteses H6	232
Quadro 12 – Conclusão de Hipóteses H7	234
Quadro 13 – Conclusão de Hipóteses H8	235
Quadro 14 – Conclusão de Hipóteses H9	237
Quadro 15 – Conclusão de Hipóteses H11	238
Quadro 16 – Conclusão de Hipóteses H12	239
Quadro 17 – Conclusão de Hipóteses H13	243
Quadro 18 – Interpretação de Correlação de Pearson	244
Quadro 19 – Conclusão de Hipóteses H14	244

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Proporção de fontes e Elite e não-Elite	219
Gráfico 2 – Progressão: Matérias com mais de 1 fonte <i>versus</i> Ampliação do recorte temporal	221
Gráfico 3 – Qui-Quadrado: análise da relação entre o número de fontes e recorte temporal	224
Gráfico 4 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Visão ambiental do problema e Dimensão temporal da reportagem	225
Gráfico 5 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Pluralidade setorial das fontes e Recorte temporal	227
Gráfico 6 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Fontes de elite, não-elite ou ambas e o Recorte temporal	229
Gráfico 7 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de Controvérsia e Recorte Temporal	230
Gráfico 8 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de Controvérsia e Recorte temporal no Diário de S. Paulo	232
Gráfico 9 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal no O Estado de S. Paulo	233
Gráfico 10 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal na Folha de S. Paulo	235
Gráfico 11 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal de todos os jornais analisados	236
Gráfico 12 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal no O Estado de S. Paulo - Filtrado	238
Gráfico 13 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal na Folha - Filtrado	239
Gráfico 14 – Média de Links por veículo	241

Lista de diagramas

Diagrama 1 – Representação gráfica da aplicação da Unidade de Análise V	25
Diagrama 2 – Os recortes artificiais de tempo gerados pelos jornalistas	30
Diagrama 3 – Possível relação entre Alargamento Temporal x Mentalidade Alargada .	99
Diagrama 4 – Os três componentes do Policy Agenda-setting	129
Diagrama 5 – Modelo de processo integrado de enquadramento	129

Lista de tabelas

Tabela 1 – Evolução da cobertura da crise hídrica	208
Tabela 2 – Dimensões temporais e Classificações dos recortes temporais	209
Tabela 3 – Contextualização temporal nas matérias	210
Tabela 4 – Contextualização temporal por veículo	210
Tabela 5 – Enquadramentos Temporais mais recorrentes	211
Tabela 6 – Enquadramento da Visão Ambiental do problema	212
Tabela 7 – Enquadramento da poluição dos rios como causa da crise hídrica	213
Tabela 8 – Abordagens da despoluição de rios como solução	214
Tabela 9 – Abordagens da poluição de represas como causa da crise hídrica	214
Tabela 10 – Resultados ambientais por veículo	215
Tabela 11 – Enquadramento de Controvérsias <i>versus</i> Recortes Temporais	216
Tabela 12 – Resultado de pluralidade de vozes por veículo	216
Tabela 13 – Análise de número de fontes	217
Tabela 14 – Fontes de Elite e não-Elite - Todos os Veículos	218
Tabela 15 – Fontes de Elite e não-Elite - Diário de São Paulo	219
Tabela 16 – Fontes de Elite e não-Elite - O Estado de S. Paulo	219
Tabela 17 – Fontes de Elite e não-Elite - Folha de S. Paulo	220
Tabela 18 – Qui-Quadrado: análise da relação entre o número de fontes e recorte temporal	223
Tabela 19 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Visão ambiental do problema e Dimensão temporal da reportagem	225
Tabela 20 – Menção de fontes por setores da sociedade	226
Tabela 21 – Pluralidade Setorial - Todos os veículos	227
Tabela 22 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Pluralidade setorial das fontes e Recorte temporal	227
Tabela 23 – Elite e não-Elite - Todos os Veículos	228
Tabela 24 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Fontes de elite, não-elite ou ambas e o Recorte temporal	229
Tabela 25 – Qui-Quadrado: análise da relação entre enquadramento de controvérsias e Recorte temporal	231
Tabela 26 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal no Diário de S. Paulo	232
Tabela 27 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal no O Estado de S. Paulo	233
Tabela 28 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal na Folha de S. Paulo	234
Tabela 29 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal de todos os jornais analisados	236

Tabela 30 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal no Diário de S. Paulo - Filtrado	237
Tabela 31 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal no O Estado de S. Paulo - Filtrado	238
Tabela 32 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal na Folha - Filtrado	239
Tabela 33 – Elementos digitais contidos nas matérias	240
Tabela 34 – Qi Quadrado: análise da relação entre Quantidade de <i>links</i> no corpo do texto e o Recorte temporal	242

Sumário

1	APRESENTAÇÃO	16
1.1	Introdução	16
1.2	O Problema de Pesquisa	25
1.3	Definição do Problema	36
1.4	Objetivos	36
1.5	Premissas	37
1.6	Hipóteses	39
1.7	Justificativa	42
2	CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	45
2.1	ESFERA PÚBLICA	45
2.1.1	Introdução: ideias precursoras do conceito de esfera pública	45
2.1.2	O conceito de esfera pública.	48
2.1.3	Síntese da ética do discurso em Apel e Habermas	59
2.1.4	Surgimento do jornalismo e da esfera pública no Brasil.	60
2.2	TEMPO	66
2.2.1	Tempo externo e tempo interno	70
2.2.2	O jornalismo e o recorte temporal reduzido	72
2.2.3	Marginalizando a potencialidade tempo	75
2.2.4	Ricoeur: experiência e narrativa	77
2.3	PLURALIDADE	79
2.3.1	Alguns conceitos sobre pluralidade e representações	79
2.3.2	Iluminismo e Pluralidade	79
2.3.3	Resposta à Pergunta: o Que é Esclarecimento?	84
2.4	O conceito de pluralidade em Hannah Arendt	88
2.4.1	A visão sobre pluralidade nesta pesquisa	101
2.5	TEORIAS DO JORNALISMO E FONTES	106
2.5.1	Valores Notícia: a marca do construcionismo	120
2.5.2	Outras funções do jornalismo	125
3	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	131
3.1	SÍNTESE HISTÓRICA: RIOS URBANOS NA CRISE HÍDRICA	131
3.1.1	O Projeto oficial abandonado que salvaria o Tietê (1920-1930)	136
3.1.2	<i>Path dependence</i> : a prisão dos rios	140
3.1.3	A maior crise da história (2012-2016)	144
3.2	VISÕES AMBIENTAIS NA ESFERA PÚBLICA	164
3.2.1	A ideologia da sociedade industrial inaugura a ecologia superficial.	164

3.2.2	Humanos x natureza: a pluralidade de visões sobre o meio ambiente.	166
3.2.3	Ética, macroética, antropológica e holoética	166
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.	173
4.1	As Etapas da Pesquisa	173
4.2	Unidades de Análise	175
4.3	<i>PRIMEIRA ETAPA - A SELEÇÃO DO CORPUS</i>	175
4.3.1	CrITÉRIOS de seleção por tamanho	175
4.3.2	CrITÉRIOS de seleção por gêneros jornalísticos	176
4.3.3	CrITÉRIOS de seleção no sistema Empauta	177
4.3.4	Resumo da composição do corpus	179
4.4	<i>SEGUNDA ETAPA - METODOLOGIAS DE ANÁLISES EMPÍRICAS .</i>	180
4.4.1	A combinação de métodos	180
4.4.2	A ficha de classificação.	180
4.5	As Unidades de Análise	181
4.5.1	Unidade I - Recortes Temporais.	183
4.5.2	Unidade II – Enquadramento Temáticos e de Visões Ambientais.	189
4.5.3	Unidade III - Enquadramento de Controvérsias (de Pluralidade de Vozes) . .	196
4.5.4	Unidade IV– Pluralidade de fontes.	201
4.5.5	Unidade V – Análise de Associações e de Correlações Lineares.	205
4.6	<i>TERCEIRA ETAPA – RESULTADOS DAS UNIDADES DE ANÁLISE. .</i>	207
4.6.1	A evolução da cobertura no corpus analisado	207
4.6.2	Resultados: Unidades I - Recortes Temporais.	208
4.6.3	Resultados: Unidade II - Enquadramentos Temáticos & Visões Ambientais Ambientais.	210
4.6.4	Resultados: Unidade III - Enquadramento de Controvérsias.	216
4.6.5	Resultados: Unidade IV - Análise de pluralidade de fontes.	217
4.6.6	Resultados da Unidade V - Análise de Associações e de Correlações Lineares	220
4.6.7	Resultados por veículo	231
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
5.1	A confirmação da primeira hipótese	247
5.1.1	Passado tratado de forma superficial	249
5.2	As demais hipóteses	249
5.3	O cumprimento dos objetivos	252
5.4	Novas questões em aberto	253
5.4.1	As possíveis relações entre recortes temporais e discursos tirânicos	253
	Referências	256

Glossário	270
APÊNDICES	272
APÊNDICE A – Cronologia da Crise Hídrica (2014-2016)	273
APÊNDICE B – Síntese História do Sistema Cantareira e da Sabesp .	277
APÊNDICE C – Ficha de Análise	281

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Introdução

A imprensa não apenas informa. Também oferece elementos que podem influir – em maior ou menor medida - na formação de conceitos, na modificação de ideias e no processo de decisões e adoção de valores. O debate na mídia compõe um dos espaços de mudanças sociais e políticas. Portanto, investigar a cobertura midiática torna-se fundamental para compreender as diversas relações entre o jornalismo e a sociedade. Segundo a Teoria do Agendamento ou *Agenda-setting theory*, formulada pelos pesquisadores norte-americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw (1993), a mídia determina a pauta para a opinião pública ao de stacar determinados temas e preterir, ofuscar ou ignorar outros tantos. É a corrente de investigação que estuda sobre o quê e como os assuntos são pensados por influência da imprensa. No artigo *A redescoberta do poder do jornalismo: análise da evolução da pesquisa sobre o conceito de agendamento*, Traquina (2001, p.13-47) sistematiza conclusões de diversas pesquisas que, juntas, revelaram a redescoberta do poder midiático sobre o público. Segundo o autor, o enquadramento da narrativa¹ midiática influencia, em maior ou menor intensidade, o debate na esfera pública, “uma esfera que pode ser apreendida na evolução de sua instituição por excelência: a imprensa (HABERMAS, 1984, p. 213)”.

A importância desse debate ganha mais relevância quando a discussão pública é relacionada a problemas graves e crônicos da sociedade que encontram na imprensa o seu maior palco de discussão, sejam problemas de impacto local, regional ou nacional. Podemos citar, como exemplo desse alcance, respectivamente: o rompimento da barragem de rejeitos da empresa Vale no município de Mariana (MG), em 2015 (tragédia similar que se repetiu em 2019 em Brumadinho no mesmo Estado); a crise hídrica no Estado de São Paulo, no mesmo ano (estiagem que ocorre no estado com certa frequência desde a década de 1920); e a proliferação da dengue no Brasil entre 2010 e 2017 (problema que nos aflige desde 1910). Tratam-se de assuntos que mobilizaram a sociedade – principalmente os poderes públicos –, e que exigem um olhar mais amplo no tempo para que possam ser melhor compreendidos.

A hipótese *Policy Agenda-Setting* criada por Rogers, Dearing e Bregman (1988) revela que o potencial poder de influência dos meios de comunicação vai além dos receptores e afeta, também, diretamente, os decisores públicos. Isto é, as informações veiculadas pela imprensa

¹ Utilizamos o termo “narrativa” durante esta pesquisa como ato mais genérico de narrar, dentro da definição mais geral de narrativa postulado por Cremilda Medina (2006): “Uma definição simples de narrativa é aquela que compreende como uma das respostas humanas diante do caos. Dotado de capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, o *sapiens* organiza o caos em um cosmos. O que se diz da realidade constitui uma outra realidade, a simbólica. Sem essa produção cultural – a narrativa – o ser humano não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as inviabilidades da vida. Mais do que talentos de alguns, poder narrar é uma necessidade vital.” (MEDINA, 2006, p. 67). Assim, nos referimos à narrativa nesta tese como textos produzidos por jornalistas sobre fatos/eventos/ações – e que serão aqui estudados pela ótica do enquadramento, da pluralidade e da temporalidade contidas nestas narrativas.

influenciam não apenas a opinião pública, mas também as decisões públicas e de Estado. Assim, um agendamento midiático sobre problemas públicos que persistem no tempo exigiria uma ótica temporal também mais ampla, de maneira também a mobilizar mais fontes e mais vozes no tempo e no espaço para um debate voltado ao entendimento e à solução desses problemas.

Portanto, a investigação sobre como é realizada a cobertura da imprensa – as fontes, as vozes e os enquadramentos – acerca de questões de grande relevância pública é uma forma de estudar os *agenda setting* (o agendamento que é enviado ao público) na esfera pública.

Para o filósofo alemão Jürgen Habermas, a esfera pública é uma arena de debate público em que os assuntos de interesse geral podem ser discutidos e as opiniões podem ser formadas, o que é necessário para a efetiva participação democrática e para o processo democrático (GIDDENS, 1989, p. 79).

Habermas (1984) denuncia uma esfera pública contemporânea interessada e ideologizada na medida em que, entre outros fatores, a imprensa deixa de agendar o debate plural para a formação da opinião pública, para agendar o público de acordo com interesses alheios aos seus (Habermas, 1984). Fazendo da imprensa um instrumento estratégico, não plural, para que os interesses econômicos e políticos de determinados grupos apareçam como interesse geral.

E o problema não estaria apenas nas relações com os meios de comunicação, mas também contaminando toda a sociedade: onde a lógica da estratégia, do jogo e da disputa travestida de diálogo, e dos interesses ocultos, permeassem cada vez mais todas as relações humanas. Ou seja, mesmo as conversas mais tácitas e mais fáticas do cotidiano estariam permeadas pela onipresença das categorias *estratégicas ocultas* (e não *comunicativas*) do poder e do dinheiro (Sociedade Política e Sociedade de Mercado).

Mas, qual seria, então, a saída para (re)qualificar tanto a imprensa quanto a esfera pública? Habermas irá propor uma estrutura alternativa do agir, não apenas em relação à imprensa, mas em todas as relações humanas. Onde uma interação simbolicamente midiaticizada fizesse frente a um agir de tipo *racional com respeito-a-fins*. Tal *racionalidade comunicativa*, proposta por Habermas (1984, p. 310), não se enquadraria com nenhum “interesse de classe”, sendo abrangente no âmbito de toda a espécie humana: uma comunicação plural, voltada ao bem comum² e ao esclarecimento³. De acordo com Habermas (1984), Immanuel Kant, ainda no início do século XVIII, chamava a atenção para a importância dos seres humanos alcançarem a maioria. Isto é, a importância de não serem tutelados intelectualmente por terceiros e de exercitarem a racionalidade com maior autonomia possível. E conclamava todos a criarem seus próprios entendimentos de mundo –

² A ideia de bem comum remonta à tradição aristotélica e ao pensamento cristão medieval. Trata-se de uma concepção política que indica o ideal caráter republicano: *res publica* significa “coisa pública”. O conceito prioriza a comunidade, o bem comum e afirma sua predominância em relação aos interesses particulares. O Estado é visto como a expressão da “coisa pública” (BOBBIO, 2007)

³ Esclarecimento entendido aqui como “voltado ao bem comum”: ao oferecimento de diversas perspectivas aos consumidores de notícias como maneira de tirarem suas próprias conclusões com o máximo de autonomia e liberdade possível. A definição mais sintética seria o livre exercício não tutelado da razão (KANT, 1783)

evitando, assim, serem influenciados preponderantemente por interesses alheios, não voltados ao bem comum. Para conquistar essa autonomia, o primeiro passo é que o público tivesse diferentes pontos de vista⁴ disponíveis sobre os acontecimentos: a pluralidade jornalística, muitas vezes cerceada ou manipulada por interesses privados vinculados a grandes empresas de comunicação. Em outras palavras, para uma esfera pública plural, seja analógica ou digital, torna-se necessária uma imprensa também plural. Isto é, o envio de *framing sendings* necessitaria de mais pluralidade de fontes e vozes.

Neste ponto, seria possível realizar inúmeras investigações sobre a presença do poder, do dinheiro e da ideologia na “refuncionalização da esfera pública”, i.e., em seu processo de degeneração. Uma esfera mais voltada à manipulação do que à autonomia do público. O que afetaria fortemente também a esfera pública jornalística que, como foi mencionado, muitas vezes é pautada por objetivos privados, não-públicos e não-plurais. Afinal, interesses políticos e econômicos estão inevitavelmente presentes, direta ou indiretamente, em maior ou menor grau, no decorrer de toda história das sociedades humanas. Então, a relação destas influências e co-influências entre a imprensa e a sociedade também não poderia deixar de existir. Richard Sennet (1998) e Habermas (1984) chamam a atenção para o fato de que a esfera privada, mais do que influenciar a agenda pública com seus interesses, poderia acabar por colonizá-la (SENNET, 1998).

Para estudar coberturas complexas de possíveis influências na agenda pública da sociedade, seriam adequadas abordagens teóricas como, por exemplo, nos campos das teorias e metodologias da Economia Política da Comunicação e das Ciências Políticas. Entretanto, tomando outro sentido, o presente estudo parte de uma perspectiva diferente. Mesmo reconhecendo o poder das inúmeras e diversas influências aqui citadas, haveria um problema anterior e mais de fundo: a própria natureza da ótica temporal do jornalismo. Após uma leitura flutuante do *corpus* analisado, da pré-crise (2012-2013) e da crise hídrica (2014⁵-2016) no Estado de São Paulo, percebeu-se a pertinência de investigar a cobertura pela perspectiva da temporalidade. Porque a impressão era de que a imprensa, centrada no imediatismo – pautada no “aqui” e “agora” – tenderia a gerar uma ótica superficial da realidade pública. Isto é, estaria ofuscando ou ignorando inúmeras fontes, vozes e perspectivas essenciais para a representação minimamente plural dos acontecimentos, entre muitos outros elementos silenciados na cobertura. Em outras palavras, a narrativa restrita ao presente estaria, supostamente, afetando a pluralidade de fontes e vozes sobre o passado e o futuro do problema.

⁴ Compreendemos “pontos de vista”, em nossa pesquisa, em relação às fontes de informação, de maneira ampla: (1) em relação ao relato do acontecimento, (2) à interpretação do acontecimento, (3) à opinião ético, moral e política sobre o acontecimento. Lembrando que esses três pontos de vista dependem da capacidade psíquica, psicológica e biológica no processo de cognição/interpretação/reflexão/expressão do agente. Tal processo também depende de toda a sua complexa bagagem ética, social, econômica, cultural e política da fonte - acumuladas no decorrer de sua própria história coletiva e individual (ALSINA, 2009).

⁵ Em janeiro de 2014, a Sabesp começou a emitir alertas de que o nível do Sistema Cantareira estava em declínio, obtendo naquele mês o pior nível em 10 anos, dando início à percepção da crise hídrica tanto pela companhia como pela imprensa (BRANDT, 2014).

Matérias pequenas e notas na cobertura jornalística tendem a reduzir o espaço para a presença de fontes e vozes. Como solução metodológica, materiais pequenos foram excluídos da amostra. O recorte foi estabelecido em notícias iguais ou maiores que duas laudas⁶ (2.800 caracteres com espaço). Mantiveram-se no *corpus* apenas textos que tivessem espaço mais viável para o exercício da pluralidade.

A hipótese geral que será apresentada aqui é de que existiria uma relação entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais na cobertura analisada e o aumento/restricção das perspectivas da pluralidade de fontes e vozes. A ampliação/estreitamento também estaria relacionada às diferentes visões ambientais sobre a temática: os recortes temporais mais estreitos teriam uma visão mais utilitarista sobre o meio ambiente. Os elementos do jornalismo digital utilizados (*hyperlinks*, imagens e som) também foram brevemente relacionados ao recorte temporal. A presença desses recursos muitas vezes parecia influenciar a ampliação de fontes e vozes. Tudo partindo do contexto habermasiano de esfera pública, passando por teóricos e filósofos sobre representação e temporalidade e tendo as teorias do enquadramento (*Framing Analysis*) como o principal método. A pesquisa também combinará o método Análise de Conteúdo ao procedimento. E, como referencial estatístico, o modelo de associações e correlações será baseado nas fórmulas de Pearson.

- **Faltam memórias e vozes ambientais**

O exemplo mais destacado nesta pesquisa é o fato da imprensa ter ignorado vozes que interpretam a crise hídrica em São Paulo não apenas como resultado da estiagem, mas também como um problema ambiental histórico (desde a poluição dos mananciais), conforme investigaremos ao longo desta tese. Tomemos como exemplo a total ausência de fontes e vozes na cobertura sobre uma das principais raízes da escassez de água: a decisão do poder público por utilizar os rios como diluidores e transportadores de esgoto.

Não por falta de planejamento. Ao contrário, a ideia de sujar os rios foi colocada em prática desde a década de 1930. A medida, imposta pelo então prefeito de São Paulo Pires do Rio (1923-1930), derrubou o projeto oficial do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito que previa criar um grande parque verde em todas as marginais do Rio Tietê. A ideia de Saturnino era também limpar o esgoto sanitário antes de despejá-lo no Tietê e nos rios da cidade de São Paulo. O outro projeto, o *Plano de Avenidas*, do também engenheiro Francisco Prestes Maia, previa a construção das atuais marginais rodoviárias sem tratamento dos esgotamentos sanitários. A segunda proposta, de interesse da indústria automotiva, venceu na época. A presença de esgoto não tratado inutiliza, desde então, os rios urbanos como fontes de abastecimento.

⁶ O tamanho de uma lauda foi estabelecido a partir da pesquisa em tabela de serviços de jornalismo freelance divulgadas pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (SJSP). As instituições demarcam a medida da lauda em 1.400 caracteres contando os espaços. Site: [http://www.sjsp.org.br/system/uploads/ck/files/Texto_2018-2019\(1\).pdf](http://www.sjsp.org.br/system/uploads/ck/files/Texto_2018-2019(1).pdf). Acessado em 30.01.2019.

As águas dos rios Pinheiros e Tietê em 2018 estavam com classificação nível 4, com uma quantidade tão grande de poluentes e de tão baixa oxigenação que se torna inviável tratá-la para o consumo humano. Sabe-se que se os rios citados estivessem limpos, ambos poderiam fornecer mais água tratável à Represa Billings. Consequentemente, a represa ficaria limpa e haveria muito mais água tratável disponível para a cidade de São Paulo e para as cidades do interior do estado. O potencial de volume hídrico dos dois “rios mortos”, se estivessem limpos, poderia gerar cerca de 50 mil l/s de água tratável para ser reservado na Represa Billings ou utilizado continuamente para abastecimento (ABDIB, 2017). O que poderia cobrir o pico do déficit de vazão de água na crise hídrica que foi de 21 mil l/s ⁷. O déficit médio, entre o início e o fim da crise, foi 14,2 mil l/s. Em uma perspectiva mais conservadora, em informações obtidas pela LAI - Lei de Acesso à Informação, o próprio governo do Estado de São Paulo calcula que o potencial de utilização da represa Billings (com vazões revertidas do rio Pinheiros, se despoluído), geraria entre 7 e 9 mil l/s de água bruta, tratável para abastecimento. Assim, talvez seria possível mitigar até 63,3% do déficit médio de vazão nesse cenário. Em outras palavras, se esses dois mananciais estivessem limpos, provavelmente seria viável desde muito amenizar a crise e até produzir para além do que faltou durante a estiagem. Talvez, sequer seria necessário utilizar o volume morto do Cantareira e não haveria crise hídrica.

Na síntese histórica sobre a crise hídrica, que será contextualizada no Capítulo 3, é possível perceber que o problema ambiental nos mananciais não foi uma crise apenas de estiagem, mas um projeto intencional de Estado (DELIJAICOV, 1998) de sujar os rios na década de 1920 – mesmo tendo em mãos, na mesma época, outro projeto diferente e mais economicamente viável de preservação, lazer e transporte fluvial. A intenção do projeto de Brito, descartado por interesses econômicos, era utilizar os rios urbanos como lazer e abastecimento público.

• **Temporalidade e compreensão dos fenômenos jornalísticos**

O debate sobre tempo e temporalidade acontece desde a idade antiga e continua muito vivo entre autores contemporâneos. Nesse sentido, o tema também exige uma abordagem pelo ponto de vista filosófico. Pensadores iluministas como Kant, Spinoza, Bacon e Schopenhauer, por exemplo, chamavam a atenção sobre a importância das perspectivas “tempo” e “espaço” para as apreensões das realidades possíveis de mundo, como fatores fundamentais para a observação dos objetos.

Immanuel Kant é um dos primeiros filósofos modernos a analisar os conceitos de tempo e espaço – quando, por exemplo, passou a observar que não somos capazes de apreender a realidade (saber como os fenômenos ocorrem) fora dessas duas categorias. Todos os fenômenos,

⁷ A informação sobre o déficit hídrico foi apurada por esta pesquisa por meio da LAI - Lei de Acesso à Informação. As informações são oficiais e foram fornecidas pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP).

segundo Kant, apenas mostram suas versões a nós. E esse mostrar-se acontece de maneira sempre diversa e única a cada ser humano - dependendo da posição, no tempo e no espaço, tanto dos observadores como também dos fenômenos. A abordagem em Kant é elementar porque, para o autor, ambos os elementos sempre existirão no universo, afetando invariavelmente os fenômenos, independente de quaisquer outros fatores (KANT, 1996). Kant sugere, assim, a influência da temporalidade na observação dos homens sobre o mundo.

Porém, tratam-se de recortes temporais que também estariam sujeitos a serem influenciados por inúmeros outros fatores políticos, ideológicos, culturais. Uma vez que é o recorte temporal de um complexo processo social – e não ocorre de maneira automática. Se a perspectiva de quem observa é um recorte temporal em relação a um fenômeno, ambos só podem ser compreendidos quando analisados no tempo e no espaço.

Tempo e espaço são, portanto, duas fontes de conhecimento das quais se podem tirar a priori diferentes conhecimentos sintéticos [...] Tomados conjuntamente, tempo e espaço são formas puras de toda intuição sensível (KANT, 1996, p. 189).

Porém, ainda segundo Kant, tempo e espaço só têm validade quando não são considerados em si mesmos, mas também como fenômenos da mente humana. O conhecimento da experiência estaria sempre todo contido – circunscrito e compreendido – dentro da relação do tempo e do espaço que criamos interna e abstratamente. Mesmo que o conceito de “tempo” não seja algo “objetivo”, esse entendimento pode ser referenciado por convenções estabelecidas pelos seres humanos para mensuração de tempo em relação ao acontecimento das coisas no mundo.

De forma que seria recomendado que a representação de um determinado acontecimento no jornalismo, como fenômeno, tivesse seu tempo e espaço dimensionado em melhor conformidade possível ao acontecimento narrado. Isto é, seria limitada a reflexão sobre as causas do racismo no Brasil contra os negros sem ter em memória o histórico da escravidão – por ser uma das principais raízes do problema. Sem obter conhecimento sobre “o que aconteceu antes” (sem a memória da escravidão), não se compreenderia basicamente o racismo na contemporaneidade. Assim como também não seria razoável analisar quaisquer crises hídricas no planeta sem tentar compreender seus fatores determinantes históricos do passado como, por exemplo, a destruição dos mananciais e das fontes originárias dos recursos hídricos.

Nesse sentido, não seria possível solucionar problemas históricos sem, antes, compreender suas possíveis pluralidades de fatores causais e consequências – e suas demais pluralidades intrínsecas de projeções de possíveis soluções. Resumidamente, seria pouco viável analisar um problema histórico apenas pela ótica do tempo presente. Logo, o fenômeno “crise hídrica” não existe na perspectiva do “hoje”, mas simultaneamente (e de maneira imbricada) no “ontem” e no “amanhã” do acontecimento narrado.

O intuito de regredir brevemente à mitologia grega em Platão e Sócrates, passando por Kant, até chegar a Karl-Otto Apel para debater a temporalidade, o percurso seguido em nossa

Contextualização Teórica (CAPÍTULO 2, seção 2.7) não tem a pretensão de alcançar o “estado da arte” sobre o tema. A proposta é apenas trazer breves sínteses de reflexões filosóficas sobre o tempo e no intuito de tentar identificar alguns pontos de convergência entre as teorias do jornalismo. A reflexão sobre o tempo e sua relação com o jornalismo, ambos abordados no referencial teórico, é inevitavelmente exercida como ensaio – uma vez que a definição conceitual de tempo continua em aberto, como uma das mais complexas aporias não resolvidas da filosofia (BARROS FILHO, 2010)

- **A imprensa como um conjunto narrativo fragmentado no tempo**

Como o objetivo de buscar uma classificação que sintetize a problemática na narrativa jornalística estar situada no tempo presente, bem adiante na história, Park (1976) postula o conceito de presente especioso ou “presente enganador” (se considerarmos “especioso” e “enganador” como sinônimos)⁸. O presente especioso, para o autor, é uma especificidade que oferece uma identidade própria ao conhecimento oferecido pela notícia. A notícia seria um tipo de conhecimento que não tem interesse pelo passado (diferente da história), nem pelo futuro (distinto de conhecimento de economia, por exemplo, e de outros que produzem projeções de futuros possíveis), mas está centrado no presente.

Pode-se dizer que a notícia só existe nesse presente. O que aqui se entende por “presente especioso” é indicado pelo fato de ser a notícia, como o sabem os editores da imprensa comercial, mercadoria sumamente perecível (PARK, 1976, p. 189).

A diferença com a história é que o jornalismo tem como objetivo tornar a representação dos acontecimentos compreensível e atraente no instante de sua difusão, sem situá-la em seu contexto espaço-temporal: “A notícia nos chega em circunstâncias ordinárias não como história continuada, mas como uma série de incidentes independentes” (PARK, 1976, p.175).

Tanto Peucer⁹ como Park, entre diversos outros teóricos da comunicação (GENRO FILHO, 1997), criticam tais fragmentações, das inúmeras sombras, silêncios e descontínuos episódicos causados pelo desordenamento da narrativa e, principalmente, das quebras das tessituras narrativas, i.e., da ausência de nexos e correlações múltiplas e interativas que regem os acontecimentos na imprensa.

Em outras palavras, a imprensa, muitas vezes, perde ou rompe o “fio da história”. Trata-se de um possível empobrecimento causado, *a priori*, pelo imediatismo, que seria complexo demais para ser investigado em todas as suas facetas. Uma delas, como dito anteriormente, parece ser a baixa de pluralidade de representações dos acontecimentos em matérias focadas no presente.

⁸ Especioso: “Adjetivo: 1 de aparência falsa; enganador, enganoso, ilusório; 2 verdadeiro ou justo apenas na aparência <usar argumentos e.>”. Fonte: HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

⁹ Enquanto progenitor da Teoria do Jornalismo, destaca-se a forma como Tobias Peucer, pesquisador alemão, na sua tese doutoral, apresentada em 1690 à Universidade de Leipzig, na Alemanha, apontou caminhos para a pesquisa e reflexão que outros autores só começaram a seguir dois séculos mais tarde (PEUCER, 2000).

Em vista disso, uma das consequências da ótica do “presente especioso” talvez seja, por exemplo, o monismo causal generalizado e recorrente na cobertura sobre problemas complexos. Isto é, o imediatismo no jornalismo talvez esteja oferecendo percepções tão reducionistas – em termo de pluralidade – que estaria criando visões não apenas pouco diversas, mas equivocadas. Logo, oferecendo à sociedade perspectivas frágeis e enganosas, por contar com baixa pluralidade de representações sobre problemas públicos. Seja individualmente (em cada texto), como também no conjunto da cobertura sobre um determinado problema.

- **Etapas da Pesquisa**

A pesquisa empírica foi organizada em três etapas de análise, sendo a **Primeira Etapa - Definição do Corpus** voltada à descrição dos procedimentos adotados no recorte do objeto estudado; a **Segunda Etapa - Metodologias de Análises Empíricas** onde estão organizadas cinco Unidades de Análise (conforme a abaixo) e a **Terceira Etapa - Resultados das Unidade de Análises**, destinada aos resultados empíricos e às interpretações dos dados estatísticos.

- **Unidades de Análise**

Partindo do pano de fundo habermasiano de esfera pública, passando por teóricos e filósofos sobre representação e temporalidade, a pesquisa combinou, posteriormente, o método de Enquadramento (*Framing Analysis*) com o método de Análise de Conteúdo (AC) para verificar *frames* e conteúdos mais frequentes na cobertura. E, como ação seguinte, a aplicação de método estatístico baseado no modelo de associações e correlações utilizando as fórmulas de Pearson (BOLBOACA et al., 2011).

Na **Unidade I - Recortes Temporais**, as reportagens foram classificadas, com metodologia própria, baseadas nas dimensões temporais citadas (passado, presente futuro), gerando cinco categorias de recortes temporais combinadas com a seguinte gradação:

- **T0 - “ presente reduzido“**,
- **T1 - “presente intermediário”**;
- **T2 - “presente aumentado”**;
- **T3 - “presente aumentado ao passado ou presente aumentado ao futuro“**; e
- **T4 - “presente ampliado ao passado e ao futuro”**

Foram analisados a temporalidade do texto principal e seus possíveis subtextos dependentes acessíveis por *hyperlinks*, em um único nível. Trata-se de uma “unidade eixo”, uma vez que será relacionada com as duas unidades de análise subsequentes.

Na **Unidade II – Enquadramentos Temáticos & Visões Ambientais** foram analisados: **(a)** os enquadramentos temáticos das matérias (*framing analysis*); e **(b)** a análise de enquadramento sobre as *visões ambientais* sobre a crise; e **(c)** a análise de conteúdo sobre as menções a rios durante a escassez hídrica.

Na unidade também foram analisadas as diferentes visões ambientais da imprensa sobre o problema da crise hídrica com as seguintes recorrências: Antropocêntrica (92%), Biocêntrica (7,2%) e Holocêntrica (0,7%). Assim, a visão da imprensa é de que a água potável é um recurso de utilidade e de consumo prioritariamente aos seres humanos – ignorando a importância da água potável também aos sistemas de vida de forma geral, compostos pela fauna, flora e outros elementos microbiológicos e químicos que sustentam o equilíbrio da vida na terra.

A **Unidade III – Análise de Pluralidade de Fontes**, por sua vez, utiliza dois grupos de categorias de fontes:

(a) setoriais: Primeiro setor (membros de governo ou de Estado), Primeiro setor oficiais (membros do governo e do Estado que se pronunciam anonimamente), Segundo setor (empresas privadas), Terceiro setor (membros de organizações não-governamentais e sem fins lucrativos), Cidadãos comuns, Cidadãos especialistas acadêmicos (docentes e pesquisadores), Cidadãos especialistas não-acadêmicos (consultores ou profissionais sêniores em uma determinada área) .

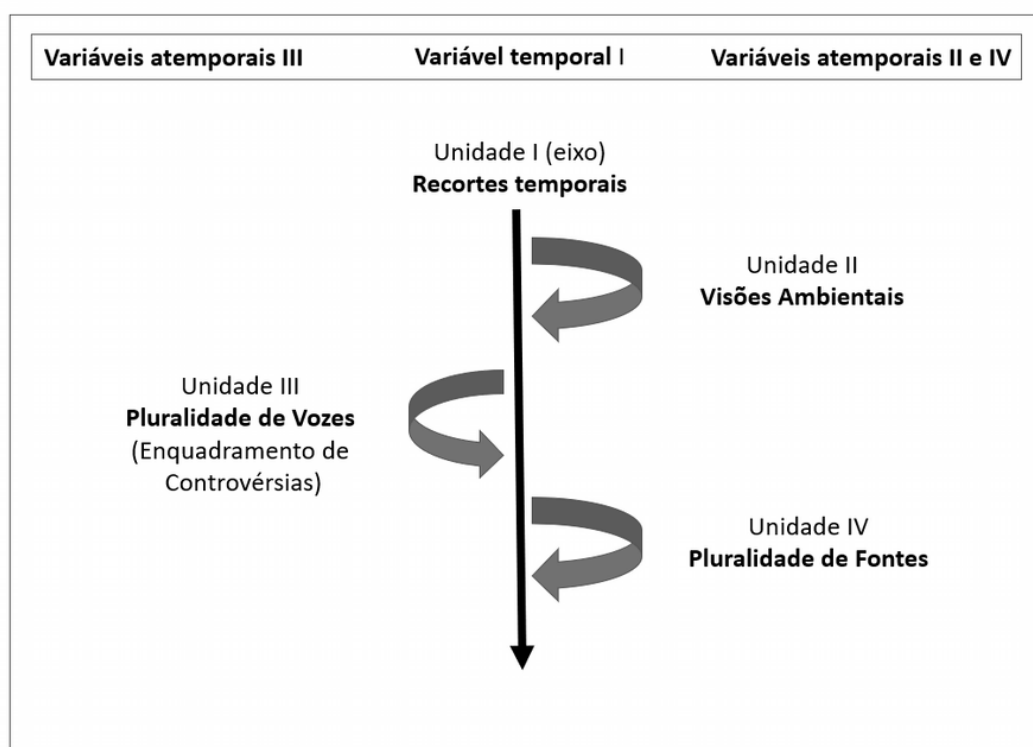
(b) de elite e não-elite: resumidamente, a primeira categoria podendo ser considerada como a elite dirigente, econômica, cultural ou intelectual que exercem algum tipo de poder ou influência social pública. A segunda categoria é formada por todos que não fazem parte da primeira: pessoas sem poder dirigente, ausente de poder econômico e/ou sem influência social pública. Estas categorias de funções e/ou cargos se referem apenas às que foram identificadas nas matérias analisadas (relação completa na p. 196).

A **Unidade IV – Enquadramento de Controvérsias (de Pluralidade de Vozes)**, por sua vez, utiliza cinco *frames* para classificar a pluralidade de vozes baseando-se no conceito de enquadramento de *controvérsias interpretativas* de Porto (2007) com adaptações. As matérias foram categorizados por: **Sem Vozes** (quando nenhum enquadramento interpretativo é apresentado na notícia que se limita a relatar algum fato/evento/ação, i.e., não traz vozes sobre o tema para além do próprio jornalista); **Restritivos** (quando há apenas um enquadramento interpretativo do fato/evento/ação ou tema); **Plurais fechados** (situação em que duas ou mais vozes são expostas sobre um determinado fato/evento/ação, mas há uma hierarquização entre os diferentes pontos de vista); **Pouco plurais abertos** (há dois pontos de vista sem hierarquização sobre fato/evento/ação); **Médio plurais abertos** (há de três a quatro pontos de vista, sem hierarquização); **Muito plural aberto** (quatro pontos de vista ou mais, sem hierarquização).

A **Unidade V - Análise de Associações e de Correlações Lineares** testou as possíveis relações entre a Unidade I e as Unidades II, III e IV por meio da teoria de associação Qui-

Quadrado e de Correlação Linear, ambas de Pearson. Foi verificado se a ampliação/redução dos recortes temporais da Unidade I estariam relacionados com resultados das unidades de II, III e IV. Nesta unidade há uma breve análise adicional entre os recortes temporais e entre alguns elementos do jornalismo digital.

Diagrama 1 – Representação gráfica da aplicação da Unidade de Análise V



Fonte: elaborado pelo autor

A proposta da Unidade V é propor critérios e parâmetros para analisar aqui, de maneira analítica, se a temporalidade da imprensa estaria ou não relacionada a determinadas características da cobertura (identificadas por análises de conteúdos e de enquadramentos). A intenção também é, além de verificar qualitativamente as pluralidades dentro de cada dimensão temporal, gerar comparações quanti-qualitativas das visões ambientais mais recorrentes na imprensa.

1.2 O Problema de Pesquisa

- **Luzes ou vaga-lumes? Tempo, fragmentação e pluralidade**

A experiência direta sobre um determinado acontecimento sempre é reveladora. Assim como a experiência mediatizada também tem seus diferentes ângulos, versões e limitações – com possibilidades plurais de representações dos acontecimentos. Na mediação realizada pelos *media*, os desafios para comunicar com esclarecimento e responsabilidade não são poucos, nem simples. Dois fatores contemporâneos tendem a aumentar essa complexidade: o *tempo procedi-*

mental e o *tempo da coisa narrada* no jornalismo (SCHLESINGER, 1977). Resumidamente, o primeiro refere-se à escassez de tempo que os profissionais dispõem para o processo de produção da notícia, o **tempo que dispõem para publicar**. O segundo diz respeito aos ângulos temporais na narrativa do acontecimento midiático (seu passado, presente e futuro). Esses ângulos são os que denominamos nesta pesquisa de **recortes temporais**. O *tempo procedimental* é exíguo, principalmente, no ambiente digital. Uma vez que a atualização não é mais pautada pela **periodicidade**, uma das características clássicas do jornalismo – que se dilui com o avanço ubíquo da internet. “Neste século, a imprensa digital representa ‘espaço de fluxos’ (CASTELLS, 2000; PATIÑO, 2000 apud JORGE, 2013, p. 38). São *instantaneísmos* da narrativa noticiosa (RAMONET, 2003). O jornalismo deixa de ser apenas cíclico para ser, principalmente, contínuo na web, em “tempo real”. Em uma engrenagem que alimenta a “volatilidade” do acontecimento (MORETZSOHN, 2002, p. 28). É nesse ponto que a redução do *tempo procedimental* pode afetar o *tempo da coisa narrada*. Isto é, o tempo em que transcorre o acontecimento na perspectiva da cobertura jornalística.

Philip Schlesinger (1977) já na década de 1970 chamava a atenção sobre o fetiche pela velocidade ter se transformado em uma obsessão para os jornalistas. O tempo marca o jornalista de uma forma específica e única, limitando a possibilidade de conexão das matérias com a consciência histórica (PARK, 1976). Com o advento da Internet, a tendência é a corrida pela notícia resultar em textos mais breves do que, talvez, poderiam ser. E com apuração rápida e foco no imediatismo do tempo presente, o “aqui” e o “agora” do acontecimento midiático. Como consequência, fontes e fatos históricos – circunscritos nos acontecimentos – que são fundamentais para o entendimento de problemas sociais ou ambientais, podem se perder no processo acelerado da construção social da notícia. A pressa em reportar, potencializada pela velocidade como fetiche (MORETZSOHN, 2002), cria a *cracia*¹⁰ nos *media*.

Uma corrida que gera um *tempo narrativo marginal* (passado e futuro), com predominância estreita do *tempo narrativo principal* (presente referencial) do acontecimento. Em um **recorte temporal unidimensional**, presentificado, que, muitas vezes, coloca a sociedade à margem de sua compreensão substantiva. Oculta-se o transcorrer temporal de um acontecimento como, por exemplo, a pluralidade de causas e responsabilidades históricas (ou as raízes) de determinados problemas, limitando-os ao imediatismo dos fatos e prejudicando o encontro de soluções. A notícia se torna, nesse sentido, um conhecimento cindido, desassociado do fluxo da história, como algo pronto, acabado, fragmentado, solto no tempo e no espaço (GENRO FILHO, 1997). Sem compromissos com o passado e com o futuro – ambos constituintes dos acontecimentos que remetem, respectivamente, a causas, responsabilidades e consequências.

A soma do conjunto de notícias resulta, então, em um mosaico de dissociações (SCHI-

¹⁰ Dromo (do grego drómos) = ação de correr, corrida; + cracia = poder, domínio. Termo utilizado por Moretzshon para se referir aos imediatismo dos *media*. O conceito de dromocracia foi postulado por Paul Virilio (1996) como crítica ao desenvolvimento tecnológico e seu impacto social e político na sociedade contemporânea (página 125).

LESINGER, 1977) inteligíveis muito mais em suas unidades isoladas do que associadas no fluxo do tempo.

As notícias, como surgem diariamente, e como são concebidas estão em posição radical à história. De fato, o sistema do ciclo noticioso tende a abolir a consciência histórica, criando uma perpétua série de foreground às custas da profundidade e do background (SCHLESINGER, 1977, p. 28).

A notícia e os jornalistas, assim, não cumprem, como poderiam, uma de suas principais funções históricas: a promessa da imprensa como uma das instituições do Iluminismo¹¹. Presas na atualidade, limitadas, que marginalizam o passado e o futuro nas narrativas dos acontecimentos. Assim, muitas vezes as notícias deixam de ser luzes. São como vaga-lumes: uma profusão de brilhos dispersos, desassociados, que se acendem e apagam em um horizonte escuro sem revelar, com clareza¹², os caminhos que geraram um determinado acontecimento e seus possíveis destinos. Ocultando o que poderia melhor explicá-lo. A realidade pública criada pela mídia fica, muitas vezes, submissa à opacidade, à meia luz intermitente da consciência cognitiva da atualidade. Mas como superar ou pelo menos deixar tal opacidade mais transparente e/ou iluminada? No sentido do público enxergar a maior quantidade possível de elementos de um determinado fato/evento/ação compreendendo de maneira mais ampla e plural os acontecimentos jornalísticos?

Uma das principais maneiras de estudar as representações geradas pelos jornalistas é analisarmos como os materiais jornalísticos são recortados **(a) no tempo** e **(b) no espaço**? As duas categorias são pontuadas como sendo fundamentais à compreensão “de nós no mundo” e como vemos “o que acontece no mundo”. Porque todos os fenômenos no mundo podem ser apreendidos apenas no tempo e no espaço (KANT, 1996). Talvez esses elementos influenciem – de uma maneira ou de outra, menos ou mais intensamente – a pluralidade de fontes e vozes na esfera pública. Assim, a pluralidade não requer apenas fontes e vozes variadas, mas também o que podemos denominar de pluralidade temporal. Isto é, uma matéria plural necessitaria ser plural em relação às fontes, às vozes e à sua tríplice dimensão inerente aos fatos (passado, presente e futuro).

• Espaços para debate

¹¹ O Iluminismo foi um movimento cultural e intelectual do século XVIII que procurou mobilizar o poder da razão, de modo a reformar a sociedade e o conhecimento herdado da tradição medieval: “seu programa é a difusão do uso da razão para dirigir o progresso da vida em todos os aspectos” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p.605)

¹² O termo “clareza” não está associado à realidade absoluta ou à verdade, conceitos relativos ou relativizados por diversas correntes teóricas metafísicas e fenomenológicas. Mas, sim, ao acesso à diversas, amplas e qualificadas informações que colaborem para o uso não tutelado da razão.

Além do que conhecemos como “espaço das coisas” pelo senso comum de “espaço físico”, Habermas (1984) criou o conceito de um espaço abstrato: **o espaço público**. Resumidamente, o filósofo alemão se refere aos “lugares” em que as pessoas podem se reunir, se encontrar e conversar livremente (e sem constrangimentos) sobre o que quiserem. Nas democracias, na concepção de Habermas, os espaços públicos seriam locais de livre manifestação de ideias e opiniões. Em uma “praça pública”, a plural participação de todos os concernentes (pessoas envolvidos direta e indiretamente no assunto de interesse público) seria uma pré-condição para esta “praça” ser considerada aberta. Como em uma reconfiguração contemporânea de uma ágora grega, em que todos possam participar dentro do conceito de *vita-activa* de Hannah Arendt, ideia utilizada por Habermas na conceituação de espaço público. Em outras palavras, um espaço em que os cidadãos possam se expressar com liberdade de espírito e com a articulação de suas razões individuais e coletivas (HABERMAS, 2014). É nessa praça que há fatos/eventos/ações, ideias, opiniões não narrados e debatidos. E a pluralidade de pontos de vista é que traria mais esclarecimento à sociedade. Isto é, a partir dos múltiplos pontos de vista e opiniões colocados a todos sobre um tema ou evento/fato/ação, o entendimento é construído na interação racional e coletiva entre os sujeitos.

Em uma praça pública, os pontos de vista antagônicos, controversos e diferentes são desejáveis. Porque, para Habermas (1984), as diferenças passam a ser ricas nesta construção coletiva pautada pela razão. Em que as pessoas em si mesmas não vencem, mas sim a força do melhor argumento (HABERMAS, 1984). Nesse processo, seriam geradas desde opiniões públicas a decisões deliberativas consensuais para resolução de problemas de interesse público. E, a partir de então, o papel da imprensa como portadora das inúmeras e diversas vozes da sociedade é que seria um dos espaços públicos, como veremos mais adiante. Um espaço, vale ressaltar, abstrato, em que a imprensa seria a praça pública onde seriam expressos múltiplos pontos de vista, em múltiplas temporalidades.

- **Espaço: recortes concreto e abstrato**

No processo de construção social de notícias, o jornalista teria dois tipos de espaços a serem articulados em um relato: sobre um determinado **(i) o espaço concreto do mundo** (externo ao seres humanos) e **(ii) o espaço abstrato do jornal** (textual), de representação mediada e simbólica do mundo, que mais especificamente é o **espaço público jornalístico**. Um espaço que existe apenas na abstração da mente humana. É este segundo espaço abstrato, o da imprensa, que Habermas considera como uma das mais importantes praças da esfera pública. Em outras palavras, os espaços físicos (cidade, país) serão representados no espaço abstrato (espaço textual público). O processo de interação social é que define o recorte geográfico que será utilizado na representação textual uma vez que nenhum jornalista é capaz de apreender a totalidade de um acontecimento no espaço físico. O recorte exerceria, supostamente, influências na pluralidade de pontos de vista articulados no texto sobre o fato narrado?

- **Tempo: recorte duplamente abstrato**

Dentro do mesmo processo social de construção de uma notícia, o jornalista também conta com dois tipos de tempos a serem articulados em um relato sobre um determinado acontecimento. Um deles é **(i) O tempo abstrato do mundo**. Trata-se do tempo exterior aos seres humanos e que é inapreensível para eles. A própria dificuldade de definição de passado, presente e futuro tornou-se um conflito insolúvel na filosofia, como veremos mais a frente (66). O outro é **(ii) o tempo referencial das notícias**. Um tempo mais “concreto” do ponto de vista de se referenciar “pacotes de tempo”. Tem aqui sentido da criação artificial humana de mensuração do tempo em unidades de anos, meses, dias, horas. O tempo registrado nas notícias seria o tempo referencial.

- **Recorte Temporal**

A matéria produzida no processo complexo de interações sociais apresenta o recorte temporal. Além do recorte, o jornalista geralmente até mesmo altera o tempo de um fato, a ponto de narrar com referência temporal no presente algo que ocorreu no passado. O objetivo é valorizar a mensagem como recente, nova (*news*). Contudo, a imprensa muitas vezes intensifica a presentificação para a valorização de um fato. E quando articula o passado, nem sempre é com o objetivo de “contextualizar o acontecimento no tempo” como afirmava Park (1976). Até mesmo no manejo de referentes temporais possa haver intencionalidades latentes. Dalmonte (2010), cita o exemplo da matéria da *Folha de S. Paulo* “Papa João Paulo 2º morre aos 84 anos em Roma” (FELTRIN, 2005).

No título, a morte do papa está “presentificada”, pois ela terá grandes repercussões, como num ciclo que apenas se fechou com a escolha do sucessor do Vaticano, dias depois. Contudo, logo na abertura, o texto usa o pretérito-perfeito do indicativo: “*Karol Josef Wojtyła, o papa João Paulo 2º, morreu neste sábado, aos 84 anos em Roma, após dois dias de agonia. Comunicado oficial do Vaticano informa que o sumo pontífice morreu às 21h37 [16h37 de Brasília] do dia 2 de Abril de 2005 em seus aposentos no Palácio Apostólico*” (DALMONTE, 2010, p. 331)

O autor ressalta que a reconfiguração temporal para o presente é uma forma de valorização do fato, colaborando para mantê-lo em atenção pública. Diferente do que seria se o verbo estivesse no passado por que:

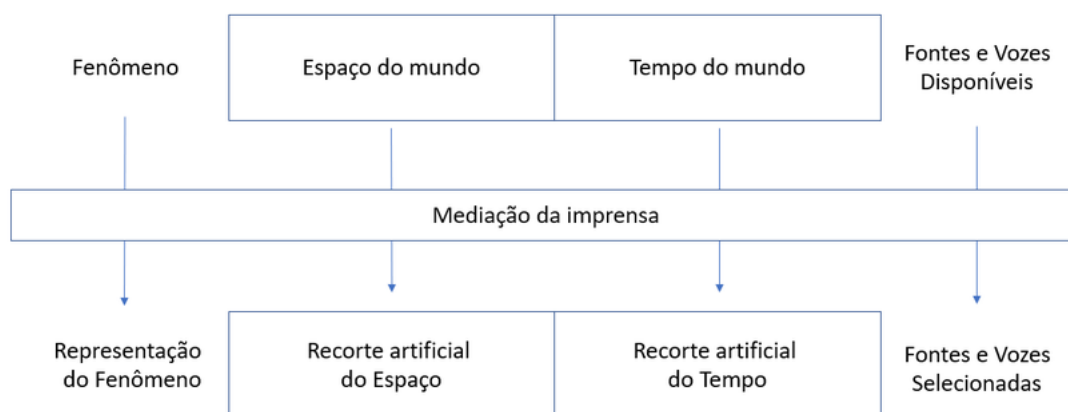
o passado, por seu turno, marca o fim, a conclusão de um fato, o que pode promover um efeito de sentido de distanciamento entre o indivíduo e no mundo. Verbos no passado, como acabou, morreu etc., podem conduzir a uma leitura que marca o fim de um ciclo (DALMONTE, 2010, p. 331).

Nesse sentido, Dalmonte cita em comparação, como segundo exemplo, a capa da *Folha da Manhã*, do dia 06 de Março de 1953, que traz como título “Morreu Stalin”. Isto é, colocando

o falecimento do ditador como inscrito num momento já encerrado. “Por meio desse título, não é anunciada apenas a morte de Stalin, mas se apresenta também o desejo do mundo capitalista de que finde a União Soviética” (DALMONTE, 2010, p. 330). Seja articulando verbos na passado ou no presente, a imprensa parece replicar seus valores, ideias e crenças no momento imediato do mundo.

Ao analisarmos brevemente o tempo abstrato (do mundo) ao tempo abstrato-referencial (dos jornalistas), concluímos que o último precisa ser recortado para ser representado de maneira inteligível ao público. Contudo, não se trata de um recorte simples nem tampouco automático. A temporalidade é um tema complexo para ser simplificado apenas como “referenciado” por unidades de tempo. Isso porque as referências temporais são apenas convenções internas da mente humana (KOSELLECK, 2006). Vamos, a seguir, analisar a relação entre o tempo do mundo (externo aos seres humanos) e o tempo dos homens (interno na mente humana) na perspectiva do alargamento temporal como de compreensão mais ampla do mundo. Entre o “espaço” e o “tempo” dos fatos noticiados existe uma área de reorganização cognitiva (mediação). As representações geradas após essa área (imprensa) são construídas de maneira artificial - com recortes espaciais escolhidos e reconfigurados de maneiras distintas na mente e nos textos dos jornalistas.

Diagrama 2 – Os recortes artificiais de tempo gerados pelos jornalistas



Elaborado pelo autor

Nesse processo de mediação, segundo Apel (1994), há duas racionalidades: a técnica e a prática. A primeira está fixada nos recortes temporais do “aqui” do “agora”, respectivamente, no imediatismo do *homo faber*. E a racionalidade prática comprometida com perspectivas mais amplas de tempo e de espaço do *homo sapiens*. Talvez o tempo, mesmo sendo uma categoria abstrata de conhecimento, seja influenciador de todo o complexo processo de construção social da notícia.

- **A importância do conceito de presente referencial**

A partir do conceito da necessidade de alargamento temporal no jornalismo para a compreensão de fenômenos que se arrastam através dos tempos, uma abordagem interdisciplinar passa a ser necessária: história, filosofia e jornalismo parecem exigir uma maior intersecção em suas fronteiras epistemológicas. Porque o jornalismo depende da história para compreender o presente (GARCIN-MARROU, 1996). A história, por sua vez, muitas vezes também depende do jornalismo para construir o desenlace narrativo histórico-conclusivo – de maneira a conferir, no presente, sentidos para o passado. De maneira a situar o presente analisando as projeções de futuro a partir da contemporaneidade. E, ao mesmo tempo, trazer os diversos pontos de vista sobre o problema no decorrer do tempo.

Logo, a ampliação da ótica temporal dos acontecimentos parece ser tão fundamental quanto outras diversas características qualitativas da cobertura da imprensa. Entre elas, a pluralidade de fontes e vozes em uma matéria jornalística. Este talvez seja o principal ponto de tensão desta pesquisa: a limitação da ótica do tempo estaria, hipoteticamente, correlacionada com a limitação da representação de determinados fenômenos de maneira **(i) plural** e **(ii) historicamente contextualizada**.

Assim, refletimos por suposição que quanto mais restrito for o recorte temporal, talvez um menor número de personagens estará presente nas histórias. De maneira que a redução da ótica temporal estaria correlacionada com a redução também de visões plurais sobre o problema (e vice-versa). Em outras palavras, uma ótica baseada apenas no presente comprometeria não apenas um transcorrer histórico fundamental da representação de um acontecimento, mas também estaria correlacionada à baixa pluralidade ou à sua ausência.

Portanto, não consideramos que os recortes temporais mais reduzidos estariam “sempre” relacionados, de maneira automática, a características de também baixa pluralidade nos textos. Porque há contradições na perspectiva relacional proposta nesta pesquisa. Por exemplo, foi possível verificar nos grupos de matérias denominadas aqui de *unidimensionais* (centradas no presente nas categorias instantânea ou imediata) a presença de textos que apresentavam elevados níveis de pluralidade de fontes e/ou de vozes. E, inversamente, também foi possível identificar textos de recortes amplos *tríplice-dimensionais* que continham poucos elementos de pluralidade. Portanto, a relação entre os dois fatores não seria automática, o que sugere a necessidade de estudos mais pormenorizados para compreender melhor essa relação hipotética. O intuito é colaborar para a reflexão relativa à contradição *atualidade x pluralidade*, tensão principal deste estudo. Porque há inúmeras pesquisas que constroem, apenas teoricamente, a relação “imediatismo” da mídia e a ausência de vozes na cobertura. Porém, são executadas sem que sejam verificadas as relações por métodos empíricos estatísticos de maneira um pouco mais objetiva.

- **A visão de Robert E.Park**

Robert E. Park reflete sobre o jornalismo a partir de dois conceitos obtidos pelo psicólogo pragmatista William James (intelectual que foi tutor de Park em 1903). Em um artigo publicado na obra *Os Princípios da Psicologia* em 1896, James propõe os conceitos de “conhecimento de” e “conhecimento acerca de”. O “conhecimento de” seria “a espécie de conhecimento que inevitavelmente adquirimos no curso de nossos encontros pessoais e de primeira mão com o mundo que nos rodeia” (PARK, 1976, p.169). Este seria o “senso comum”:

Tal conhecimento, com efeito, pode ser concebido como forma de ajustamento orgânico ou adaptação, que representa a acumulação e, por assim dizer, a fusão de uma longa série de experiências. É essa espécie de conhecimento pessoal e individual que faz cada um de nós sentir-se à vontade no mundo que escolheu viver [...] Um conhecimento que se incorpora no hábito, no costume e, por fim – por algum processo de seleção natural, que não compreendemos plenamente no instinto; uma espécie de memória ou hábito social (PARK, 1976, p.169).

Dessa maneira, “o conhecimento de” integra o sujeito e o objeto. O conhecimento sobre o real passa a ser de tal forma naturalizado que chegamos ao ponto de não mais o percebermos como uma representação simbólica e social. O “conhecimento acerca de”, torna-se diferente por ser o conhecimento racional, em que há uma dedicação no sentido de separar sujeito e objeto. Isto é, “baseia-se na observação e no fato, mas no fato verificado, rotulado, sistematizado e, finalmente, ordenado nesta ou naquela perspectiva, segundo o propósito do pesquisador” (PARK, 1976, p.171).

Em outras palavras, o “conhecimento acerca de” seria o científico, metódico. Para o pesquisador, a notícia estaria localizada no intervalo entre o “conhecimento de” e o “conhecimento acerca de”. Park não especifica o local dessa localização, mas reflete sobre a sua compreensão. “A notícia não é um conhecimento sistemático como o das Ciências Físicas. Antes, na medida em que se refere a acontecimentos, se semelha à História” (PARK, 1976, p. 174).

Park (1976) conceitua ainda três formas mais recorrentes desse conhecimento “acerca de”, que seriam: 1) Filosofia e Lógica (que se baseia em ideias); 2) História (baseada em acontecimentos) e 3) Ciências Naturais (baseada na classificação e comportamento das coisas orgânicas e materiais).

Contudo, a capacidade de organizar o mundo, que tem a vantagem de torná-lo compreensível, muitas vezes pode acabar por distanciar o mundo racionalizado das práticas cotidianas. Isso acontece porque o “saber especializado” é constituído por meio de recursos teóricos, artifícios, técnicas e jargões próprios, quase sempre distantes do senso comum. Uma vez que: “a ciência, puramente intelectual, corre sempre o risco de tornar-se tão completamente alheia às coisas que, os símbolos com os quais opera, passam a ser meros brinquedos mentais” (PARK, 1976, p.172).

Na mesma obra, o autor aborda ainda, no momento em que está apresentando a definição das formas de conhecimento, uma questão de muita importância e bastante atual: o fato de que o real é mediado pela linguagem. Assim, tanto “o conhecimento de” e “o conhecimento

acerca de” não são o sinônimo do “real em absoluto”, do *noumenon* (da coisa-em-si) de Kant. Mas são formas de o dizer e o interpretar. Primeiro, Park aponta que, mais do que uma limitação, a centralidade da linguagem é uma forma de tornar compreensível o real: “A vantagem de substituir o curso real dos acontecimentos por palavras, conceitos e uma ordem lógica está em que a ordem conceitual torna inteligível a ordem real” (PARK, 1976, p.171). Assim, para o autor não existe a possibilidade de dissociar o empírico do verbal, o pensamento e a materialidade. E aponta essa tentativa de separação como: “o erro do escolasticismo, que propendeu a substituir a relação de causa e efeito, que é uma relação entre coisas, pela coerência lógica, que é uma relação de idéias” (PARK, 1976, p.172).

Park afirma que a notícia não é um conhecimento sistemático como o das Ciências Físicas. Como a notícia se refere a acontecimentos, ela se assemelha à História [...]. Porém, a notícia não é história. Os acontecimentos narrados, em sua maioria, não são constituídos por fatos históricos.

[...] a notícia não é um conhecimento sistemático como o das Ciências Físicas. Antes, na medida em que se refere a acontecimentos, semelha a História [...]. Entretanto, a notícia não é história, e seus fatos não são fatos históricos. Não é a história porque, em primeiro lugar, se refere, em conjunto, a acontecimentos isolados e não procura relacioná-los nem com sequências causais nem com sequências teleológicas. A história não só descreve os acontecimentos, mas também procura coloca-los no lugar que lhes cabe na sucessão histórica [...]. A diferença do historiador, o repórter procura tão-somente registrar cada acontecimento isolado e só se interessa pelo passado e pelo futuro na medida que estes projetam luz sobre o real e o presente. (PARK, 1976, p. 174).

Nessa passagem Park demonstra que mesmo que o jornalismo e a história tenham em comum o acontecimento como matéria prima, são utilizados por formas bem distintas de tratamento. De acordo com o autor, a História busca localizar o acontecimento dentro de uma ordem maior. O jornalismo coloca a notícia composta por acontecimentos apenas em sua pontualidade. Enquanto a História se esforça para interpretar e situar o acontecimento em um determinado contexto temporal, a notícia tem como objetivo apresentá-lo e descrevê-lo.

Dessa forma, o núcleo da notícia tem como eixo o presente – e quando recorre ao passado ou ao futuro quase sempre acontece para oferecer algumas rápidas referências ao fato presente. Não de maneira sistematizada: geralmente são pinceladas a esmo no passado, de maneira mais informativa do que analítica – o que, geralmente, prejudica o entendimento substantivo do acontecimento noticiado. Esses aspectos deixam claro a distinção do trabalho do historiador e do jornalista: “A diferença do historiador, o repórter procura tão-somente registrar cada acontecimento isolado e só se interessa pelo passado e pelo futuro na medida que estes projetam luz sobre o real e o presente” (PARK, 1976, p. 174).

- **Presente especioso: a narrativa do jornalismo em suspeição**

Se imprensa, supostamente, não conseguiria ser plural na internalidade individual de seus textos – constricta pela atualidade –, restaria ao jornalismo tentar oferecer ao público uma pluralidade dos acontecimentos no “conjunto da obra” de seus veículos. Isto é, na soma dos textos que compõem a cobertura de diferentes textos e de jornais distintos. Mesmo se essa prática fosse comum, existe ainda um segundo problema: o que se chama de “fragmentação” da narrativa jornalística no conjunto da cobertura sobre um determinado tema. As coberturas parecem ser quase sempre desagregadas, desconexas. Tobias Peucer (2000), considerado o primeiro teórico do campo dos estudos do jornalismo, em sua tese de doutorado *Os Relatos Jornalísticos em 1690* oferecia as primeiras reflexões sobre a problemática. Considerando o diferente contexto histórico da época, as afirmações ainda parecem ser, de certa forma, bem atuais também para a imprensa contemporânea. De acordo com o pesquisador, a ótica do jornalista centrada prioritariamente no presente

produz conjuntos de textos historicamente desconexos: de ordem, é chamada também de “coisas desordenadas” (átacta). Foi desta forma que escreveu Aristóteles a sua obra, segundo o testemunho de Laercio, livro V, p. 317. § IV. Esta última classe ou tipo de relaciones são relatos periodísticos (Relationes novellae) que contêm a notificação de coisas diversas acontecidas recentemente em qualquer lugar que seja. (PEUCER, 2000, p. 15)

Como o objetivo de buscar uma classificação que sintetize a problemática da narrativa jornalística estar situada no tempo presente, Robert E. Park postula o conceito, que mencionamos no começo do capítulo, de presente especioso ou “presente enganador” (se considerarmos “especioso” e “enganador” como sinônimos). O presente especioso, para o autor, é uma especificidade que oferece uma identidade própria ao conhecimento oferecido pela notícia. A notícia seria um tipo de conhecimento que não tem interesse pelo passado (diferente da história), nem pelo futuro (distinto de conhecimento de economia, por exemplo, e de outros que produzem projeções de futuros possíveis), mas que está centrado no presente. Assim,

Pode-se dizer que a notícia só existe nesse presente. O que aqui se entende por “presente especioso” é indicado pelo fato de ser a notícia, como o sabem os editores da imprensa comercial, mercadoria sumamente perecível. (PARK, 1976, p. 175,)

Para o autor, “A notícia nos chega em circunstâncias ordinárias não como história continuada, mas como uma série de incidentes independentes” (PARK, 1976, p.179). A diferença com a história é que o jornalismo tem como objetivo tornar a representação dos acontecimentos compreensível e atraente no determinado instante de sua difusão, sem situá-la em seu contexto espaço-temporal.

O papel da notícia assumiu uma importância antes acrescida que diminuída em confronto com outras formas de conhecimento como a História, por exemplo. Tão rápidas e drásticas são as mudanças nos últimos anos que o mundo moderno parece ter perdido a perspectiva histórica, e nós parecemos estar vivendo, dia a dia, no que descrevi anteriormente como presente especioso (PARK, 1976, p. 184)

Nesse movimento veloz a notícia ganha uma importância fundamental, pois é nesse ritmo que se instala o “presente especioso”. A importância é ressaltada quando Park afirma que “parece que a nossa é a época da notícia, e um dos acontecimentos mais importantes da civilização norte-americana foi o surgimento do repórter” (PARK, 1976 p. 185). Para o autor, trata-se de um momento da história em que os acontecimentos perecem, e surgem outros novos em uma velocidade tão grande – e em processo de aceleração – que a sensação cognitiva é a de vivermos em um “eterno presente”. Uma vez que esse presente se sobrepõe de forma dinâmica e quase onipresente.

[...] as notícias se referem a acontecimentos isolados e não buscam relacioná-los uns aos outros em forma causal ou em forma de sequências teleológicas. Enquanto a História, mais que descrever eventos, busca situá-los em seu próprio lugar dentro de uma sucessão no tempo, descobrindo as tendências fundamentais e forças expressas nos fatos, um repórter busca meramente registrar cada evento singular e está preocupado com o passado e o futuro somente na medida que possam lançar luzes sobre o que seja atual e presente. (PARK, 1976, p. 39).

• Realidade presentificada e complexa a ser representada

A complexidade da realidade, mais ou menos diversa, é produzida, em grande medida, pelos jornalistas (ALSINA, 1996). A transformação de acontecimentos em notícias gera processos rotineiros variados, esquemas interpretativos e culturas profissionais como, por exemplo, critérios de seleção dos acontecimentos.

Neste sentido, a realidade que nos é transmitida pelos meios à disposição não é transparente, mas antes mediada entre os que lhe dão forma de narração, convertendo-a numa realidade pública (ALSINA, 1996, p. 79).

A estas novas possibilidades do mundo real, Schutz (1979) nomeia como “realidades múltiplas - âmbitos finitos dotados de significado e de sentido” (Schutz, 1979, p. 53). Para o filósofo, o mundo real se organiza a partir de diferentes estratos da realidade, incluindo e indo muito além do que se encontra ao alcance dos indivíduos.

Essas realidades são compostas por zonas adjacentes abertas, sem fronteiras rígidas e frágeis a mudanças. São interpretações e realidades diversas que escapam aos limites da padronização e das informações tidas como adquiridas igualmente por todos. Esses âmbitos finitos de significado têm estilos cognitivos e características particulares.

Assim, variados fatores constituem cada uma dessas realidades que se relacionam entre si e também com o mundo interpretativo mais ou menos dominante de um determinado público ou sociedade. É importante, nesse sentido, avaliar cada um desses universos particulares de significado, estudar os esquemas interpretativos que auxiliam os sujeitos na interpretação dos acontecimentos em suas mais variadas versões “para os quais devem, ou não, dirigir a sua atenção” (CORREIA, 2009, p.147).

Particularmente no jornalismo, é importante observar as múltiplas realidades apontadas por Schutz (1979) associando-as à noção de *frame*, ou enquadramento. Através dos enquadramentos, os profissionais da imprensa revelam boa parte de suas interpretações de um determinado assunto. Essa interpretação tem como base pressuposições e critérios avaliativos essenciais para determinar a permanência ou retirada de certos elementos, itens e informações de uma narrativa. Isto é, através do enquadramento, o jornalista avalia e seleciona as partes da realidade que merecem ser transformadas em notícia (CORREIA, 2009).

Este esquema com que se delimita uma província de significado finito, o conjunto de premissas assumidas que permitem constituí-la como dizendo quais as regras que funcionam para a sua delimitação e o que pode ou não fazer parte dessa província de significado finito, parece-se consideravelmente com o que viria a ser verbalizado de forma mais explícita na *frame analysis*, tal como seria detalhadamente trabalhada por Goffman ou Bateson (CORREIA, 2009, p.67).

Por um percurso teórico similar, Miguel Alsina (2009) poderia dialogar com Correia (2009) ao afirmar que não se deve vincular o conceito de “construção social da realidade” única e exclusivamente à prática jornalística, mas também às suas diversas narrativas que se entrelaçam com outras experiências sensíveis do mundo, como no mundo do trabalho, da escola e a família. Tais realidades individuais são, paralelamente à imprensa, social e intersubjetivamente construídas. E os *media* têm um papel fundamental no processo de construção de enquadramentos das realidades social e pública. A tensão, então, seria debater sobre como os recortes temporais das notícias poderiam afetar essa realidade pública. A partir da dualidade entre recortes temporais e pluralidade na esfera pública é que foi elaborada a definição do problema de pesquisa.

1.3 Definição do Problema

A cobertura da crise hídrica em São Paulo (2012-2016): quais são as possíveis relações entre os diferentes recortes temporais e os níveis de pluralidade de fontes e de vozes nas matérias analisadas?

1.4 Objetivos

- **Objetivo Geral:**

Identificar as possíveis relações entre temporalidade jornalística e a pluralidade de fontes e vozes nas reportagens sobre a crise hídrica na RMSP - Região Metropolitana de São Paulo (2012-2016).

- **Objetivos Específicos:**

- 1) Estudar como referencial teórico o **conceito de esfera pública** (HABERMAS, 1984) e seu declínio histórico;
- 2) Realizar uma **breve síntese histórica** sobre a relação dos homens com os rios urbanos; da fundação da cidade de São Paulo em 1560 até a crise hídrica na RMSP de São Paulo (2012-2016); o intuito é compreender como os rios urbanos foram, ao longo do tempo, sendo esquecidos pelo poder público e pela imprensa no contexto da crise hídrica contemporânea;
- 3) Identificar quais seriam os **enquadramentos temáticos** mais frequentes na cobertura sobre a crise;
- 4) Verificar a possível relação entre a ampliação/restricção dos **recortes temporais da cobertura** e a ampliação/restricção das **perspectivas ambientais** sobre o tema;
- 5) Verificar a possível relação entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e a ampliação/redução da pluralidade de **fontes** na cobertura geral sobre o tema;
- 6) Verificar se há uma possível relação entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e a ampliação/redução da pluralidade de **vozes** na cobertura. Assim como também estudar a relação na produção de cada um dos veículos pesquisados no período.

1.5 Premissas

Nosso estudo está baseado em quatro premissas: **a primeira** parte da afirmação de que quanto mais ampla é a diversidade de pontos de vista (de fontes de vozes) em uma determinada matéria jornalística, mais o material tende a ser voltado ao debate mais aberto, e portanto mais democrático, na esfera pública. Consideramos aqui a “pluralidade aberta de vozes” (PORTO, 2007)¹³ e a “esfera pública” (HABERMAS, 2009) como elementos intrínsecos, interdependentes. Em outras palavras, a existência da esfera pública depende da existência e do exercício racional da pluralidade de pontos de vista –, sendo a combinação de ambas fundamental para a qualidade do debate na esfera pública habermasiana.

A **segunda** premissa parte da concordância de que a “instituição imprensa” em si mesma não é responsável por representar toda a realidade social, política, cultural e ambiental contemporânea em que vivemos. Nem tampouco a imprensa reúne – ou tem capacidade de reunir – toda a pluralidade de um debate. De acordo com Karam (2004), diante da multiplicidade de fatos/ações/eventos que acontecem em uma sociedade tão plural – somado às inúmeras possibilidades de versões – haverá sempre um déficit informacional na inserção igualitária nos meios.

¹³ O conceito de “plural aberto” em Porto (2004) está relacionado à presença de vozes não hierarquizadas - sejam elas diferentes ou divergentes. O conceito se opõe ao tipo “plural fechado” em que ou as vozes são convergentes, ou uma delas se sobressai hierarquicamente sobre a outra.

Mesmo reconhecendo o papel fundamental da imprensa e da mídia no processo de “construção da realidade pública” (ALSINA, 2005), como mediadora do debate em diversas arenas, entendemos a mídia como uma colaboradora fundamental – mas não como única definidora – dessa realidade. A família, as instituições educacionais e a vivência social – que também são comunicativas e intersubjetivas – também participam da construção da realidade pública.

Além dessas instituições, muitas outras organizações públicas, privadas e da sociedade civil colaboram com a construção da realidade pública — e, também, influenciam a produção de notícias como fontes de informações e de conhecimentos como atores sociais enquanto fontes para a própria imprensa, o que Silva (2007) denomina como *contra-agendamento*. Ou seja, a sociedade também agenda a mídia — e não apenas as notícias agendam debates na sociedade.

Mesmo não sendo a única instituição responsável por favorecer o debate público de maneira democrática, a imprensa tornou-se, contudo, uma peça fundamental do processo. Dentre os seus diversos papéis, sua função de representação da realidade social é desempenhada desde o seu surgimento no século XV e, neste século, passou a ser exercida 24h por dia por meio da Internet – em uma constante e veloz ampliação da esfera pública (HABERMAS, 1984).

A imprensa, portanto, não é o único componente da realidade pública e da esfera pública em geral – mas compõe uma esfera específica dentro da esfera mais geral: a esfera pública jornalística — que, muitas vezes, se confunde com a esfera pública ampla. Nesta tese, ambas são tratadas como distintas, embora interpermeadas. Em outras palavras, o debate na imprensa sobre a crise hídrica (2012-2016) está “contido” na esfera pública jornalística que, por sua vez, está inserida na esfera pública mais ampla. De maneira que o jornalismo pode afetar a agenda nos dois níveis, colaborando para um debate em toda esfera pública de forma.

A produção jornalística passa ser um meio de acesso democrático aos fatos/eventos/ações que resgatam e reinterpretam o passado por meio do presente. Esse processo de resgate demanda a escolha de fatos e opiniões distintas, o que torna o jornalismo um direito social imprescindível (KARAM, 2014).

A **terceira** premissa é de que é desejável qualitativamente que a representação de um determinado acontecimento no jornalismo tenha seu tempo e espaço dimensionado em melhor conformidade possível ao acontecimento narrado. Retomando o exemplo anterior: não seria possível refletir razoavelmente sobre as causas do racismo contra os negros sem ter em memória o histórico da escravidão – por ser uma das principais causas geradoras do problema. Logo, sem a memória da escravidão não se compreenderia o racismo.

A **quarta** premissa é de que mesmo com a “privatização da esfera pública”, denunciada por Jürgen Habermas (1984), não podemos considerá-la completamente fechada a debates plurais voltados a interesses públicos. Pesquisas podem identificar fenômenos jornalísticos com mais ou menos pluralidade de vozes - até mesmo nos veículos mais conservadores ou mais progressistas do País. Porém, por outro lado, não podemos afirmar que se trata de uma arena suficientemente

aberta. Mas, também, não acreditamos que seja uma arena completamente fechada. Mesmo sendo notório que as empresas de comunicação sejam muitas vezes pautadas por muitos interesses não públicos, há muitas contradições. A constante mobilização de executivos de mídia voltada à manutenção (inconstitucional) do monopólio de mídia no Brasil (BAGDIKIAN, 2018) marca a opacidade e a obscuridade ainda pouco democrática nos sistema de comunicação de nosso País. O poder e o dinheiro continuam a privatizar a esfera pública jornalística (HABERMAS, 1984).

Porém, parece haver uma lacuna não estudada pelos teóricos citados. Para além da questão da desconexão e fragmentação histórica, da influência do poder e do dinheiro sobre a mídia, entre outros, pesquisadores ainda não avançaram em suas investigações, mais especificamente, em relação a diversos elementos qualitativos ausentes nas matérias limitadas à *unidimensionalidade* do tempo presente. É sobre esse ponto que a nossa pesquisa se debruça: na preocupação em compreender as possíveis correlações – que não são, necessariamente, de causa e efeito – entre a temporalidade da narrativa e a pluralidade de fontes e vozes das narrativas na imprensa.

1.6 Hipóteses

Conforme apresentado anteriormente, a hipótese geral desta tese é de que existiria uma relação entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais na cobertura analisada e aumento/restrição das perspectivas da pluralidade de fontes e vozes. Tal ampliação/estreitamento também teria relação com as diferentes visões ambientais sobre a temática: os recortes temporais mais estreitos teriam uma visão mais utilitarista sobre o meio ambiente. Baseando-se nessa hipótese mais geral, foram elaboradas na sequência cinco hipóteses.

- **O esquecimento do passado e do futuro**

As **duas primeiras hipóteses** foram elaboradas após a leitura flutuante do *corpus*, e propõem que a atualidade, limitada à ótica *unidimensional do presente*, seria um recorte temporal específico. Um tipo de *framing sending* supostamente relacionado ao ocultamento de elementos essenciais à compreensão substantiva de determinados acontecimentos.

Esse tempo *unidimensional* estaria colocando a sociedade à margem do entendimento dos fatos em consonância com seus fluxos históricos: ao ocultar, por exemplo, uma ampla diversidade de fatores determinantes para o problema e de responsabilidades situadas no passado do acontecimento narrado. Assim como também suas prováveis consequências e soluções para o futuro. A falta na imprensa desses fatos históricos e futuros elementares tornaria a qualidade do debate midiático na esfera pública menos qualificado e até mesmo equivocado (PARK, 1976). Porque, muitas vezes, a imprensa atribui a um fato “atual” como, por exemplo, sendo a única causa de um problema do presente. Quando, muitas vezes, acontecimentos determinantes para o fenômeno são, diferentemente, de origens históricas, com motivos complexos, ambientais e/ou multicausais.

Por exemplo, o fato de na década de 1920 o *Plano de Avenidas* do engenheiro Prestes Maia ter sido substituído pelo projeto Melhoramentos do Tietê de Saturnino de Brito na cidade de São Paulo foi uma marco para a destruição dos mananciais urbanos (CAPÍTULO 3 - Seção 3.1.1). O primeiro projeto priorizou o automóvel e manteve os rios como vias para diluição e transporte de esgotos. O segundo previa a preservação dos rios por meio do tratamento do esgoto sanitário para, assim, serem utilizados para lazer e abastecimento público. O Tietê de Saturnino de Brito seria voltado ao abastecimento público. Na parte urbana, não haveria pistas marginais, mas áreas verdes com uma sequência de lagos. Seria o maior parque linear fluvial do mundo, seis vezes o tamanho do Central Parque de Nova Iorque (DELIJAICOV, 1998). Os desdobramentos desse projeto sinalizam a necessidade de colocar em debate o discurso de que o fator preponderante da crise hídrica em São Paulo seja apenas a estiagem.

Houve também a decisão histórica de não priorizar o saneamento básico (mantendo uma situação de poluição crônica) que colaborou por resultar na grave degradação de potenciais mananciais ao longo do tempo, fator agravado pelo acelerado aumento populacional de décadas e a priorização de um projeto rodoviário em detrimento também de espaços de uso público como parques e áreas de recreação (DELIJAICOV, 1998).

Devemos, pois, considerar que, se as origens e as consequências da crise hídrica são diversas no tempo, logo as representações sobre o fenômeno também deveriam ser variadas para uma melhor representação do fenômeno. Daí o risco das representações dos acontecimentos no jornalismo tornarem-se equivocadas ao não relacioná-las às características básicas históricas do acontecimento jornalístico. Resumidamente, fatores determinantes do problema, consequências e soluções para a crise não poderiam estar situados apenas pela ótica do presente. Logo, a presença de fontes e vozes que abordem o passado e o futuro seria fundamental para uma compreensão mais democrática sobre a escassez hídrica.

Nesse sentido, antes da elaboração das duas hipóteses, tomou-se a decisão de analisar os diferentes recortes temporais da imprensa sobre a crise hídrica em São Paulo (2012-2016) e compará-los com uma resumida síntese histórica do problema. Na leitura exploratória foi percebida a ausência de fontes e vozes sobre o passado e sobre o futuro. Mas há também pouca pluralidade de fontes e de vozes, significando que há mais fontes oficiais, pouca presença de organizações do Terceiro Setor e baixa ausência de cidadãos que não fossem de elite (econômica, política ou acadêmica).

- **A ausência de fontes e de vozes**

A constatação de que a imprensa quase sempre se baseia em fontes de informação oficiais e de elite não é novidade em pesquisas na área de jornalismo. Conclusões similares foram alcançadas e estudadas por autores como, por exemplo, Sigal (1973), Ericson, Baranek e Chan (1989), Schlesinger (1992), Schudson (1995), Santos (2003), Schmitz (2011), entre outros. Porém, diferentemente, esta pesquisa procura investigar a relação entre a temporalidade e a

pluralidade de fontes. Aqui compreendemos “fontes de informação” como “entidade, instituição, organização, grupo ou indivíduo, porta-voz ou representante que presta informações ou fornece dados ao jornalista, planeja ações ou descreve fatos, ao avisar o jornalista da ocorrência de realizações ou relatar pormenores de um acontecimento” (SANTOS, 2003, p. 23) e por vezes as citações diretas e indiretas dos personagens. O elemento “tempo” foi acrescentado como um prisma para a análise de pluralidades, formando a **terceira e quarta hipóteses**. A leitura flutuante da amostra desta investigação sugere que o imediatismo dos fatos também estaria correlacionado com a baixa pluralidade de fontes e vozes nas notícias —fundamental para o entendimento do problema de maneira mais democrática. Ao reduzir o número de personagens que falam sobre passado, presente e futuro do problema, o número de fontes e a pluralidade de vozes, a priori, também seria reduzido.

Assim, este trabalho parte da compreensão de que, antes dos interesses não-públicos que permeiam a comunicação, citados anteriormente, existiria outro viés de fundo: o dos recortes temporais. Seria um elemento relacionado também com a baixa pluralidade de vozes e, consequentemente, com a degradação da democracia na esfera pública. No que se refere às vozes, esta pesquisa também analisa os jornais individualmente. Isto é, cada jornal foi estudado e, mesmo com sua linha editorial particular (política, ideológica e econômica) sobre um mesmo tema, foi possível observar muitas variações de maior ou menor pluralidade de vozes. Porém, há a possibilidade de que alguns tenham a dimensionalidade temporal mais limitada, o que provavelmente traz indícios de que são, recorrentemente, menos plurais. Daí a necessidade de investigar e testar ambas as hipóteses.

A **quinta hipótese** a ser testada baseia-se na possibilidade de os textos com mais hipertextos expressarem mais pluralidade de fontes. A partir, então, da leitura flutuante do corpus de 679 matérias, estabeleceram-se as seguintes hipóteses a serem testadas (confirmadas ou refutadas) pelo método hipotético-dedutivo utilizando os testes de associação Qui-Quadrado e de Correlação Linear, ambos de Pearson (BOLBOACA et al., 2011) :

- 1) A cobertura jornalística analisada não retroagiu no tempo o suficiente para identificar um dos fatores mais importantes (*path dependence*) para a degradação dos rios urbanos: o *Plano de Avenidas* de Francisco Prestes Maia de 1930;
- 2) Existem evidências de que a associação é significativa entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e aumento/restricção dos **enquadramentos de visões ambientais**;
- 3) Existem evidências de que a associação é significativa entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e o aumento/diminuição da **pluralidade de fontes** sobre a temática;
- 4) Existem evidências de que a associação é significativa entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e o aumento/diminuição da **pluralidade de vozes** sobre a temática;

tica;

- 5) Existem evidências de que a associação é significativa entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e a maior/menor presença de **hipertextos** e, talvez, de outros elementos do jornalismo digital: infográficos, fotografias e vídeos.

1.7 Justificativa

A motivação para a realização desta pesquisa parte de que não foram identificados estudos acadêmicos que analisem temporalidade no jornalismo e sua possível relação estatística com a pluralidade de fontes e vozes na esfera pública. Apesar de existirem inúmeros estudos que façam a afirmação de que a imprensa imediatista (KUHN et al., 2011) prejudicaria a cobertura jornalística, geralmente são trabalhos que não deixam claro quais elementos são reduzidos ou incrementados em relação à variação dos recortes temporais. Geralmente, pesquisas clássicas na área como (PAVLIK, 1999), (MORETZSOHN, 2002), (FREITAS; SALLES, 2010) e (CANAVILHAS, 2012) chegam a conclusões sobre o imediatismo do jornalismo como algo negativo por meio de indução ou dedução analítica, ou por outros métodos que não contemplam a testagem de associação ou correlação estatística. O presente estudo parte das perspectivas tanto hipotética-dedutiva quanto relacional como caminhos para testar a possível relação temporalidade *versus* pluralidade. Isto é, partimos do princípio de que as hipóteses precisam ser preferencialmente testadas para oferecerem conhecimentos mais seguros e substanciais acerca do objeto analisado. Contudo, esta justificativa de forma alguma tem o intuito sugerir a invalidade dos resultados das investigações clássicas mencionadas. Ao contrário, a intenção é colaborar com alguns conhecimentos — com a especificidade relacional mencionada — no sentido de também oferecer propostas de referências metodológicas e empíricas ainda pouco utilizadas.

O estudo, além de ter como pano de fundo perspectivas teóricas e filosóficas da esfera pública de Habermas (1984), também traz o conceito de racionalidade prática e racionalidade técnica de autores clássicos da Ética do discurso como Habermas, Karl Otto-Apel, Hans Jonas, entre outros. Todos esses pensadores também chamam a atenção pela necessidade de uma ótica do mundo que ultrapasse a limitação do tempo presente nas narrativas em geral sobre os problemas do mundo – e de pensar a ciência e a técnica de maneira a gerar projeções de futuro (avaliando as consequências de suas aplicações). Esses pensadores não trataram em suas obras especificamente e diretamente sobre a “atualidade jornalística” – esta última é uma das relações que se pretende estudar nesta pesquisa.

Os elementos que são necessários para uma relação comunicativa democraticamente qualificada na esfera pública jornalística são inúmeros – e não se resumem apenas à questão da temporalidade e da pluralidade das visões ambientais aqui analisadas. Seria inviável pesquisar todos os aspectos e todas as outras variáveis que fazem parte do complexo processo de construção social da notícia – como aspectos culturais, políticos, sociais, ambientais, psicológicos. Inviável,

tanto pela limitação da ciência em abordar um objeto por todas as inúmeras teorias e métodos possíveis, como também pela escassez de tempo e espaço estabelecidos para a elaboração de uma tese (dentro de um escopo factível de execução). Portanto, é sempre necessário delimitar (DUARTE; BARROS, 2006).

Por outro lado, a temporalidade é um fator que afeta a cobertura jornalística em quaisquer circunstâncias. Então, o presente estudo, ao mesmo tempo que pretende atingir sua delimitação específica, também mantém-se na reflexão universal do tempo: intrinsecamente relacionada a todas as atividades humanas. Logo, o caráter universal do tempo, enquanto característica universal do jornalismo, expressa a relevância acadêmica do estudo. A importância de pesquisar a atualidade e a questão temporal do jornalismo foi colocada por Philip Schlesinger na década de 1970: “Estudar os conceitos temporais e seu papel na produção de notícias é tão relevante como as bem mais exploradas áreas como os “valores-notícia”, a “objetividade” e o “profissionalismo” (SCHLESINGER, 1977, p. 335).

O tema “água potável” foi escolhido por se tratar de um recurso essencial à vida e, portanto, de interesse a todos os seres humanos, sem exceções. Independente da etnia, raça, gênero, ideologia, nacionalidade, classe social ou opinião, o risco de sua escassez é uma ameaça a todos na Terra. Não apenas humanos dependem da água, mas todos os sistemas de vida existentes no planeta (vegetal, mineral, animal, microbiano). O tema “água”, talvez, seja o mais vital a ser debatido no planeta na contemporaneidade. A existência desse mineral foi e é necessária à nossa existência histórica, presente e futura.

Por ser um tema caro a todos (sem exceções), sua escolha talvez seja o que mais exija uma abordagem o mais pluralmente democrática possível – exigindo o abarcamento dos mais diferentes pontos de vista sobre a questão. Principalmente se considerarmos a água como um bem comum – e não privado (destinada a apenas um ou outro ser vivo ou a determinados grupos). A escolha da água como tema se baseia no fato de que água é para todos. Logo, a visão de todos sobre o problema (com maior pluralidade possível) deve ser considerada como normativa para um jornalismo que se pretende ser discursivamente democrático. E, de acordo com a primeira hipótese deste trabalho, como dito anteriormente, a ótica da imprensa – limitada ao presente – não seria suficiente para debater este problema histórico. Sob pena da cobertura, a priori, resultar em um debate caracterizado por percepções monísticas- causais e/ou por baixas pluralidades de fontes e de vozes. Segundo Hall (2003), um tratamento não-plural pode representar uma cobertura mais dominante (ou até mesmo autoritária) do que participativamente democrática. O problema se agrava quando a cobertura se refere a um elemento de interesse público, como é, por exemplo, o caso da água e prioriza um determinado ponto de vista: As diferentes áreas da vida social parecem ser dispostas dentro de domínios discursivos hierarquicamente organizados através de sentidos dominantes ou preferenciais (Hall, 2003, p. 53). Contudo, parte-se de uma perspectiva diferente de Hall, compreendendo a possível associação entre temporalidade e a pluralidade de fontes e vozes, e não apenas o fator de construção hegemônica dos discursos

jornalísticos.

Segundo Koselleck (2006) e Paul Ricoeur (2010), a compreensão de um evento/fato/ação no mundo depende, necessariamente, de uma abordagem temporal tríplice-dimensional (passado, presente futuro). E todas as ações humanas e a manutenção de sua própria vida dependem da água. Mais especificamente, a vida humana depende de como os seres humanos lidam com a água no tempo e no espaço. E para compreender o quão correta e segura é essa ação passa a ser fundamental que os diversos pontos de vista sobre o problema venham à tona. Não apenas uma pluralidade em relação aos setores sociais ouvidos e suas posições econômicas e políticas na narrativa jornalística. Mas também o que definiremos nesta pesquisa como *pluralidade temporal*. Isto é, uma pluralidade que abranja estes três tempos da narrativa – como três “pontos de vista temporais” diversos. O seu oposto seria o monismo temporal (limitado ao presente) ou unidimensionalidade temporal. Isso para que eventos determinantes para a crise, situados no passado, não saiam de vista da cobertura, bem como as possíveis consequências e soluções também sejam projetadas de maneira ampla e plural no tempo e no espaço. Portanto, propor o conceito de *pluralidade temporal ampliada* no jornalismo é uma das propostas desta pesquisa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo vamos tratar sobre o conceito de **esfera pública** as alterações **digitais** na esfera pública contemporânea. Logo depois vamos tratar sobre o **tempo do mundo** e o **tempo no jornalismo** na perspectiva do **jornalismo como forma de conhecimento**. Em seguida vamos adentrar na questão do **alargamento temporal** como **necessidade ética** para a imprensa.

2.1 ESFERA PÚBLICA

2.1.1 Introdução: ideias precursoras do conceito de esfera pública

No ensaio de Kant de 1784, “O que é Esclarecimento?” (KANT, 1783), o filósofo define o esclarecimento como a saída do homem de sua menoridade. Isto é, de sua incapacidade de exercer o uso livre e não tutelado da razão até alcançar a maioridade e pensar por si mesmo. Neste sentido, oferecer informações plurais (diferentes, convergentes e divergentes), confiáveis e substantivas para que o público elabore seu próprio entendimento (de maneira que possa pensar com autonomia) é justamente um dos princípios clássicos que regeram, em maior ou menor intensidade, o jornalismo do século XVIII até a contemporaneidade. Está presente no famoso aforismo de Kant *Sapere aude!* (KANT, 1783, p. 54) que, em livre tradução, significa “Ouse a pensar por si mesmo!”

O ideal de emancipação humana de Kant era comum entre os filósofos iluministas — tendo como objetivo o desencantamento do mundo, com a dissolução dos mitos e a substituição da imaginação pelo saber (ADORNO, 1991). Porém, em 1947, na obra *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) denunciam a passagem do racionalismo iluminista para um novo tipo de alienação: a racionalidade científica e técnica instrumentais. De acordo com os autores, a razão instrumental e o positivismo eram novas formas de alienação humana.

Os autores defendiam uma perspectiva crítica em relação ao conhecimento científico, de maneira que qualquer conhecimento produzido pela ciência deveria ser contestado, gerando assim um processo dialético. A não abertura e a não contestação de um determinado conhecimento científico o transformaria em um novo mito — em outras palavras, em uma nova alienação. Como afirma a filósofa, “a própria razão, utilizada para deter o mito, transforma-se em mito” (FREITAG, 1990, p. 48).

O capitalismo teria acelerado essa alienação por meio da racionalidade instrumental que era voltada à geração de novas técnicas voltadas prioritariamente ao capital, ao consumo e à exploração humana. A humanidade teria se aprofundado na racionalidade iluminista de forma negativa, gerando conhecimentos que se transformavam em dogmas como seus novos mitos alienantes. Assim como também se produziam técnicas de exploração do trabalho e técnicas instrumentais para a ampliação simbólica voltada ao fetiche do consumo. O positivismo fundava a ciência como um novo mito, e a razão instrumental sustentava as bases do capitalismo. Até

mesmo as produções artísticas, como o cinema, a música e a literatura, por exemplo, teriam, nessa perspectiva, sido transformados em meros produtos industriais, o que levou os autores a cunharem o conceito de indústria cultural.

Para Adorno (1991), os meios de comunicação no capitalismo formam um sistema de indústrias universalizante e que impõe formas de consumo à sociedade, gerando um comportamento mercantil de consumo (ADORNO 1991, p. 60). Horkheimer e Adorno viram na indústria cultural apenas uma decadência civilizatória: consumismo, subserviência ao maquinismo, tecnocracia, queda da racionalização da consciência crítica e embotamento padronizado e conformista, entre outros aspectos. Os produtos da indústria cultural obedecem apenas a uma lógica estritamente de mercado: planeja-se cuidadosamente e de maneira segmentada o que será oferecido ao público, com o objetivo apenas de obter lucro, mesmo que gere a desvalorização da experiência estética e cause o entorpecimento das faculdades críticas do consumidor: Na indústria cultural, o projeto de esclarecimento iluminista é virado de cabeça para baixo. Os efeitos são claramente negativos, tornados ainda mais sérios pelo alcance que a industrialização da cultura atinge. O pensamento dessa teoria crítica foi formado não apenas pelos autores citados, mas também pelos demais pensadores da chamada escola de Frankfurt ¹⁴: Benjamin, Marcuse, Schimidt, Habermas e Tiedmann. Havia uma diversidade de visões metodológicas, teóricas e epistemológicas entre os autores. Por outro lado, também existia uma linha comum de pensamento entre eles, como afirma Bárbara Freitag (1990):

O que caracteriza a sua atuação conjunta [dos membros da escola de Frankfurt] é sua capacidade intelectual e crítica, sua reflexão dialética, sua competência dialógica ou aquilo que Habermas viria a chamar de 'discurso', ou seja, o questionamento radical dos pressupostos de cada posição e teorização adotada (FREITAG, 1990, p. 89).

Um dos principais embates em torno do que Adorno considerava como “cientismo positivista” foi travado entre o autor e Karl Popper. O segundo autor elaborou na época 27 teses sobre o conhecimento científico na obra *Lógica das Ciências Sociais* (POPPER, 1978). Por se basear no método dedutivo, Adorno o julgou como positivista. Popper se contrapôs a essa ideia afirmando que sua defesa não era na defesa de um único método absoluto. Popper afirmou que o método dedutivo era aberto a teorias especulativas e que os conhecimentos poderiam ser testados por meio da formulação de hipóteses (POPPER, 1978).

Na obra *Dialética Negativa* (ADORNO, 1973), o que o autor critica é a preponderância do método como caminho de acesso à verdade. A crítica pressupõe a necessidade de se manter a desconfiança do conhecimento estabelecido, cujos objetivos e resultados devem ser permanentemente questionados. O método, para Adorno, não pode estar pré-determinado e ter a pretensão de produzir uma realidade inequívoca.

¹⁴ O nome oficial da escola era Instituto de Pesquisa Social (*Institut fuer Sozialforschung*), fundada em 1923 na Universidade de Frankfurt. Depois foi transferida para Nova Iorque em 1934 onde estabeleceu-se não mais tendo como referência os textos de Karl Marx, mas baseado-se na teoria crítica, desenvolvida por meio da própria da escola para a execução de seus estudos sociais (FREITAG, 1994).

A dialética negativa não entra em choque com a razão iluminista de Kant, uma vez que ambas pretendem emancipar os seres humanos. Adorno não nega totalmente a tradição do conhecimento dos métodos científicos, mas tenta inserir a crítica dialética como uma teoria maior que englobaria (e completaria) os conhecimentos científicos em voga na época. Além de criticar o determinismo científico como conhecimento único, também critica a racionalidade instrumental: baseada na ação para determinados fins, quase sempre relacionado à produção capitalista e ao consumo.

O “adestramento” da população no aprendizado e execução de técnicas era, para Adorno, mera ilusão de emancipação. É esse o momento em que ele acusa a razão iluminista de ter resultado em algo negativo. Porque a razão que se converte em mito passa a alienar os seres humanos, ao invés de libertá-los. A racionalidade inaugura uma nova forma de dominação material, espiritual e ideológica. Contudo, o problema não teria sido o exercício da racionalidade *per se*, mas o privilégio que a sociedade deu à racionalidade instrumental em detrimento da razão emancipatória que ficou reprimida, atrofiada (ADORNO, 1973).

Habermas (2000) mantém em seus trabalhos a visão crítica da racionalidade instrumental, não deixando de exprimir seu viés marxista. Porém, ele questiona duramente a teoria crítica, considerando-a um estado de contradição performativa. Em outras palavras, o autor afirma que a Escola de Frankfurt está limitada à negação determinista dos conhecimentos científicos da época, sem oferecer soluções científicas concretas para o próprio problema que fora identificado (HABERMAS, 2000, p. 82). Da mesma forma, ao criticar a dialética do esclarecimento, Habermas pretende devolver à teoria crítica a sua dimensão filosófica positiva.

O pensamento do autor se desenvolve no sentido de não apenas negar a possibilidade da racionalidade emancipatória, mas, ao contrário, se engajar em caminhos para que a ideia básica da emancipação humana postulada por Kant continuasse viva em novas perspectivas teóricas e metodológicas. Assim, Habermas mantém-se como fiador dos ideais iluministas. Para ele, a racionalidade emancipatória deve estar em uma comunicação intersubjetiva, com o objetivo de resgatar o diálogo ao qual ficou historicamente reprimido (HABERMAS, 2000).

A ideia de emancipação pela comunicação pública, segundo Habermas, partiu de Kant: o iluminista acreditava que todos deveriam fazer o uso público da razão. Isto é, expô-la ao público com o objetivo de ser benéfico à sociedade. Habermas traz algumas citações de Kant neste sentido:

Daí resulta o postulado da publicidade como princípio [em Kant]: “O uso público da própria razão deve ser sempre livre e só isso pode fazer brilhar as luzes entre os homens; o uso privado da razão deve ser porém, com freqüência, bastante limitado, sem, contudo impedir especialmente através disso o progresso do Iluminismo [...] Cada um está convocado para ser um “publicador” que fala “através de textos ao público propriamente dito, ou seja, ao mundo” (KANT, 1783, p. 130)

Na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984), Habermas postula o conceito de esfera pública em que a comunicação deve ser voltada ao entendimento e livre de coerção. A única força permitida é a da razão: a força do melhor argumento (HABERMAS, 1984). Para Habermas, a imprensa tem um papel preponderante na formação da esfera pública como um caminho contínuo ao esclarecimento: “*Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos. Na conversão dos cidadãos entre si é que as coisas se verbalizam e se configuram*” (HABERMAS, 1984).

De acordo com Oliveira (2008), pesquisador da presente tese e que estuda a relação entre a esfera pública jornalística e a sociedade civil desde 2005, garantir diferentes pontos de vista nos *media* representa uma base mínima para a existência de uma esfera pública. Verdades últimas, visões uníssonas ou ângulos apenas convergentes na imprensa limitam as discussões, ou até mesmo podem interditar o debate. Segundo o autor, é somente por meio de uma linguagem com pluralidade de fontes e vozes – e da construção mais qualitativa e mais ampla do imaginário social – que é possível consolidar as bases para a manutenção dos ideais iluministas. Só através de uma esfera discursiva plural é que seria possível a realização de uma sociedade menos autoritária, mais pacífica e democrática. Para avançarmos na reflexão sobre a relação da pluralidade com a esfera pública, é fundamental analisarmos, primeiramente, o segundo conceito, o de esfera pública (utilizado como o pano de fundo teórico deste estudo). A pesquisa das duas próximas seções é um compêndio – atualizado e ampliado – de estudos que o autor da presente pesquisa realizou sobre a temática no trabalho de mestrado (OLIVEIRA, 2008).

2.1.2 O conceito de esfera pública.

De acordo com Habermas, a esfera pública é um espaço de livre acesso, onde os cidadãos se encontram para debater racionalmente, sem constrangimentos e em igualdade de condições. É um ambiente onde as pessoas desenvolvem argumentos relacionados às questões da vida comum (HABERMAS, 1984). Segundo o filósofo alemão, o modelo de esfera pública surgiu da então recente burguesia letrada – no processo de formação da opinião pública nos séculos XVIII e XIX. Conforme o autor, o nascimento da esfera pública acontece quando o poder político se emancipa das estruturas feudais e religiosas (igrejas, príncipes, nobreza), se tornando um dos fatores fundamentais para o colapso da Idade Média. O nascimento da esfera pública seria o resultado da separação da lógica religiosa da esfera privada.

Segundo Habermas (1984) o processo começou a partir de reuniões do público privado em salões e cafés na Inglaterra e na França – formado pela burguesia em ascensão e por parte da aristocracia decadente feudal. Inicialmente, os debates eram relacionados à arte literária. Gradativamente, as discussões foram se ampliando para temas políticos. Neste decurso surge a gênese da esfera pública.

Habermas faz uma analogia entre o conceito de Esfera Pública e a *Ágora* grega antiga, de maneira a refletir sobre a evolução de ambos os conceitos. A *Ágora* é a praça pública, um

lugar concreto onde os cidadãos se encontram para debater as questões relativas ao governo e à cidade. Para Hannah Arendt (2007), no modelo grego de sociedade o debate público era condição elementar para a liberdade humana (OLIVEIRA, 2008). O conceito de vida humana digna grega, conhecida como *vida activa*, era composto por três atribuições essenciais: a) o labor, atividades relacionadas à garantia de suprir as necessidades biológicas e de sobrevivência; b) o trabalho, referente às ocupações de criação do homem em seu contato com a natureza (criando, assim, coisas artificiais e, portanto, consideradas mundanas); e c) a **ação**, entendida como:

única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas e da matéria, correspondente à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo [naturalmente, com pensamentos e idéias diferentes e diversas, a serem expressas com liberdade] (ARENDRT, 2007, p. 455)

Para os gregos havia duas esferas básicas de existência, a *esfera da necessidade* – do labor e do trabalho, incluindo a esfera privada da casa e da família – e a *esfera da liberdade*, da ação humana como ação política, da reflexão e do debate, correspondente à esfera da vida pública na *polis* (OLIVEIRA, 2008).

Mesmo sem a existência na imprensa na época, o debate, a informação e a expressão aconteciam nas Ágoras gregas, assim como aconteceriam, muitos séculos depois, nos cafés e salões europeus, como descrito anteriormente. O surgimento da imprensa massiva no ocidente acontece, portanto, como um espaço de alargamento dos espaços públicos de informação e debate surgidos em meados do século XVII (OLIVEIRA, 2008, p. 20).

De acordo com Habermas, a troca de informações se desenvolve na trilha da troca de mercadorias:

As organizações comerciais organizaram, a serviço de seus interesses, os primeiros correios partindo em determinados dias, os assim chamados correios ordinários. As grandes cidades comerciais são, ao mesmo tempo, centros de troca de informações. Também se torna urgente a sua permanência à medida que o trânsito das mercadorias e das letras de câmbio se torna permanente. Mais ou menos contemporâneo ao surgimento das bolsas, o correio e a imprensa institucionalizam contatos permanentes com a comunicação (HABERMAS, 1984, p. 29)

- **O papel da imprensa e da sociedade civil na ascensão da esfera pública burguesa.**

“A refuncionalização do princípio de esfera pública baseia-se numa reestruturação da esfera pública enquanto uma esfera que pode ser apreendida na evolução de sua instituição por excelência: a imprensa (HABERMAS, 1984, p. 213) ”.

No século XVIII se inicia a derrocada do poder feudal com a separação entre os elementos públicos e privados. O poder da nobreza começa a ser dissolvido progressivamente. Os órgãos de autoridade pública como parlamentos e instituições legais passam a ocupar o espaço da aristocracia europeia¹⁵. O público começa a ser representado pelo Estado,

A sociedade civil burguesa vai surgir como contrapeso à nova autoridade conforme aumenta o seu poder econômico, e passará a influenciar definitivamente a sociedade e a emprestar outro significado à expressão público (antes limitado à nobreza). Com o surgimento da burguesia também nasceram as primeiras organizações filantrópicas no séc. XVIII. Essas primeiras entidades assistencialistas foram o embrião para o nascimento de outras entidades sociais de caráter mais discursivo e político – sendo a base para o surgimento de uma futura sociedade civil organizada (OLIVEIRA, 2008, p. 21).

Contudo, a esfera pública habermasiana traz um forte caráter elitista e excludente. Porque é formada por cidadãos influentes, muitas vezes com poder econômico muito superior ao da maioria da sociedade. Tratava-se de um público com mais acesso aos bens culturais e materiais da época. A Revolução Francesa passou a ser uma página virada da História e havia ocorrido a Restauração:

Os governos desejavam apenas se organizar, conservar privilégios aristocráticos, mas sem deixar de atender aos interesses de uma burguesia que não era mais revolucionária (como na época do pensamento Ilustrado) e sim conservadora (BARROS, 2013, p. 1007).

Nesse contexto, o jornalismo exerce um papel fundamental para o processo da ascensão da burguesia. A imprensa potencializa seu salto do poder de influência. Principalmente quando os jornais passam a distribuir e ampliar suas impressões de forma sistemática e diária (em meados do século XVII). Neste percurso a imprensa deixa de ser apenas um serviço privado (a serviço da troca de informações privadas para produtores e comerciantes) – e passa a ser útil ao poder administrativo: é quando inicia a disseminação de ideologias políticas e de mercado.

É nesta fase de transição da imprensa do papel privado para o público que Habermas identifica a decadência esfera pública crítica (dos debates em salões e cafés) para uma esfera pública estratégica (interessada e ideologizada). Neste momento é que o filósofo denuncia o fato da imprensa deixar de expressar a opinião pública para agendar o público de acordo com

¹⁵ Existe uma infinidade de definições de sociedade civil. A prática definição do Centro para Sociedade Civil da London School of Economics é bastante ilustrativo e será o conceito utilizado nesta pesquisa: sociedade civil refere-se à arena de ações coletivas voluntárias em torno de interesses, propósitos e valores. Na teoria, suas formas institucionais são distintas daquelas do estado, família e mercado, embora na prática, as fronteiras entre Estado, sociedade civil, família e mercado sejam frequentemente complexos, indistintos e negociados. A sociedade civil comumente abraça uma diversidade de espaços, atores e formas institucionais, variando em seu grau de formalidade, autonomia e poder. Sociedades civis são frequentemente povoadas por organizações como instituições de caridade, organizações não-governamentais de desenvolvimento, grupos comunitários, organizações femininas, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, grupos de auto-ajuda, movimentos sociais, associações comerciais, coalizões e grupos ativistas.

interesses alheios aos seus. Assim, acontece uma mudança estrutural (e negativa) da esfera pública:

O que Habermas critica, e cita John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, é que a imprensa tenha-se convertido no império de uma opinião pública que não é pública, mas o império dos muitos e dos medíocres, uma coerção à conformidade. A esfera pública dominada pelas pesquisas de opinião, por exemplo, faz com que [...] nos Estados Unidos a maioria assuma a tarefa de servir ao indivíduo uma porção de opiniões prontas, tirando-lhe, com isso, a obrigação de formar uma opinião para si mesmo (...). (MILL, 1860, apud HABERMAS, 1984, p. 159-160). Logo, é a imprensa que se desqualifica enquanto suporte material da esfera pública, levando a uma série de modificações, pelas quais deixa de ser um dos mais importantes elementos do processo de formação da opinião pública (BRITTES, 2007, p. 4).

Habermas procura demonstrar que o papel crítico da esfera pública se degenerou através de suas transformações estruturais. O consumo dos *media* em grande escala – combinado com o crescimento dos estados em sociedades industriais – conspiraram para debilitar a esfera pública contemporânea, gerando o que Habermas chama de “refeudalização da esfera pública”:

Entrementes, seus fundamentos [da esfera pública] estão, no entanto, há cerca de um século novamente se diluindo; tendências à decadência da esfera pública não se deixam desconhecer: enquanto a sua esfera se amplia cada vez mais grandiosamente, a sua função passa a ter cada vez menos força. Mesmo assim, a esfera pública continua sendo, sempre ainda, um princípio organizacional de nosso ordenamento político (HABERMAS, 1984, p. 17)

Ao analisar o cenário a partir do século XIX, o poder é exercido em um jogo entre associações originárias da esfera privada, partidos da esfera pública e o aparelho do Estado. São atores que, através das mídias favoráveis, buscam o apoio ou, ao menos, a tolerância do público que, a rigor, não é mais público, mas apenas destinatário de uma publicidade subvertida em seu papel original. Agora a publicidade deixa de ser uma forma de controle público do poder para ser um instrumento de manipulação de uma opinião (não)pública.

De acordo com Habermas, a imprensa mais espontânea vai perdendo ainda mais espaço com o crescimento exponencial dos meios de comunicação. Principalmente no século XX, quando o poder econômico e o poder político começam a “trabalhar a opinião pública” (HABERMAS, 1984) criando os *bureaus* de relações públicas para agendar a imprensa e garantir que seus interesses particulares sobressaíssem sobre os interesses públicos. Esses *bureaus* passam a atuar de maneira sofisticada para que os pontos de vista das elites fossem preponderantes na mídia. As fontes e as vozes elitizadas passam a fortalecer a sua influência e “o jornalismo crítico é substituído pelo manipulativo” (HABERMAS, 1984, p. 210). De acordo com o autor, a ampliação dessa “esfera pública artificial” é velada e compromete a pluralidade de fontes e vozes necessária para uma esfera pública mais espontânea.

Habermas cita Mill quando defende a existência de um debate mais pautado pela razão do que por interesses e crenças: “só a diversidade de opiniões, na situação existente do entendimento

humano, garante a todos os lados da verdade uma perspectiva de um jogo honesto (HABERMAS 1984, p. 161 apud MILL, 1860, p. 92)“. O Parlamento está penetrado por interesses privados e leis surgidas por esta via, deixando de ser verdades constituídas no melhor argumento, passando a ser uma obrigatoriedade: “O público [a massa de assalariados] enquanto tal só esporadicamente é inserido neste circuito do poder e só para aclamar“ (HABERMAS, 1984)¹⁶.

- **Contradições da imprensa como expressão da esfera pública.**

De acordo com Habermas, a imprensa exerce um papel intermediário entre o estado e a sociedade civil. De maneira a manter aberto o canal de comunicação entre ambas as esferas. É através dos *media* – entre outras instâncias de debate – que esses atores deixam de ficar restritos ao campo de ação da sociedade civil. Uma vez que os meios de comunicação são uma maneira de ampliar seu contato com a esfera política da sociedade. Logo, torna-se essencial uma imprensa plural e aberta à participação de vários atores sociais.

A construção de uma opinião pública, livre de jogos semânticos, estratégias e constrangimentos, depende fortemente de uma imprensa comprometida com a esfera pública e o bem comum, de forma que ofereça condições para que se forme, em instâncias não governamentais, uma opinião crítica sobre a sociedade: sobre a vida, de modo geral, acerca dos direitos humanos, dos processos políticos, econômicos e sociais contemporâneos. Possibilitando, assim, o fortalecimento da chamada sociedade civil (OLIVEIRA, 2008, p. 25).

Habermas (1984) destaca essa função fundamental (entre muitas outras) da imprensa como uma das instituições do espaço público na sociedade contemporânea¹⁷: um local de funcionalidade ímpar que reúne instituições, atores sociais e cidadãos – no intermédio entre a sociedade civil e o Estado. De acordo com Luiz Martins da Silva (2002),

Situado entre o espaço comum (das ruas, das praças e do cotidiano) e o espaço político (o poder decisório), o espaço público funcionaria numa sociedade livre como um

¹⁶ Partindo de uma perspectiva diferente, Lipovetsky (2009) critica Habermas na obra *O império do Efêmero* (2009) e afirma que a visão de Habermas seria uma concepção elitista-intelectualista. Porque manifesta a ideia de que “o que diverte não poderia educar o espírito, o que distrai só pode desencadear atitudes estereotipadas, o que é consumido só pode opor-se à comunicação racional, o que seduz a massa só pode engendrar opiniões irracionais, o que é fácil e programado só pode produzir o assentimento passivo” (LIPOVETSKY, 2009, p. 262). Lipovetsky reconhece que a mídia passa a ser agendada por interesses não públicos e por pautas menos relevantes socialmente. Entretanto, isto não é suficiente para se falar em desintegração da esfera pública. Para Lipovetsky, com o colorido e a espontaneidade da frivolidade, a modernidade se consolida sem ameaçar a construção das livres consciências. O Efêmero seria uma característica natural nesse processo. “É preciso operar uma revisão de fundo: o consumo midiático não é coveiro da razão, o espetáculo não abole a formação da opinião crítica, o show da informação prossegue a trajetória das Luzes” (LIPOVETSKY, 2009, p. 264).

¹⁷ De acordo com Habermas (1984), na Idade Média as esferas pública e privada eram separadas. Como não havia discussão pública, a representação pública não era discernível da representação privada. A representatividade pública estava vinculada à autoridade, ao senhor feudal, ao clero e aos poderes monárquicos. O sentido de representação não era público e se restringia ao cargo ocupado na aristocracia, à hereditariedade, ao status do indivíduo. E não às discussões abertas, coletivas e públicas voltadas ao bem comum – mais relacionadas aos valores das sociedades ocidentais contemporâneas.

parlamento civil mediador das questões e, portanto, de um agendamento dos assuntos de interesse público e do encaminhamento dos mesmos ao Legislativo, ao Judiciário e ao Executivo. Nesse espaço público, a imprensa atuaria, de fato, como um autêntico Quarto Poder, capaz de dar visibilidade à coisa pública e não apenas de funcionar como uma instância mercadológica (SILVA, 2002, p. 50)

- **Racionalidade contemporânea colonizada.**

Habermas parte do pressuposto de que a modernidade irrompeu uma nova racionalidade: o Agir Racional com Respeito-a-Fins”. Trata-se de um modelo de racionalidade que possui na técnica (e no seu conjunto de instrumentos) seu elemento central constitutivo. Essa racionalidade foi se ampliando e fincando suas raízes conforme o desenvolvimento do comércio e da burguesia – e com a decadência do pensamento mítico, monárquico e medieval. De acordo com o filósofo, é a partir da Revolução Industrial que se fortalece esse tipo de racionalidade – responsável pela expansão da técnica e da ciência voltada a fins em todo o mundo. Com afirma Habermas,

O modelo de ação racional com respeito-a-fins parte de que o ator se orienta primariamente à execução de uma meta suficientemente precisa para atingir fins concretos, onde se escolhem os meios que lhes parecem mais adequados na situação dada, e de que considera outras consequências previsíveis da ação como condições colaterais do êxito. O êxito vem definido com a efetuação do mundo de estado de coisas desejado, que numa situação dada pode ser gerado causalmente mediante ação ou omissão calculadas (HABERMAS, 1999, p. 366)

Por meio da esfera dos meios técnicos a humanidade fundou as bases do Agir Racional com Respeito-a-Fins. Esse tipo de racionalidade diferencia-se do outro tipo: teríamos, então, uma racionalidade técnica (ligada a um agir instrumental) e a uma outra racionalidade “comunicativa” (ligada à interação humana). A primeira se refere à noção de estratégia e habilidades. A segunda se vincula com a ideia de valores e do entendimento interlocutório – isto é, trata-se de uma esfera argumentativa, sinônimo de esfera pública. Temos, então, uma racionalidade comunicativa criadora de um Agir Comunicativo (AC)¹⁸, e uma racionalidade de meios-e-fins que cria um Agir Racional com Respeito-a-Fins (ARRF).

No primeiro caso, a ação é orientada para a obtenção de êxito e, no segundo, orientada para o entendimento. A racionalização trazida pelo Agir Racional com Respeito-a-Fins possui características como o crescimento das forças produtivas e a ampliação do poder de manipulação técnica. A interação trazida pelo Agir Comunicativo e pela interação simbólica, por sua vez, possui outras características, como emancipação, individuação e ampliação da comunicação livre de dominação (OLIVEIRA, 2008, p. 26).

A primeira aparece como uma projeção da categoria “trabalho”, ao passo que a segunda como projeção da “linguagem”.

¹⁸ A partir deste ponto, na maior parte do texto, refere-se ao agir comunicativo como AC e ao agir racional com respeito-a-fins como ARRF. Também refere-se à racionalidade comunicativa como RC e à racionalidade de meios e fins como RMF.

Quadro 1 – Tipos de ações de Habermas

Orientação da ação \ Situação da ação	Ação orientada ao êxito	Ação orientada ao entendimento
Não-social	Ação instrumental	-
Social	Ação estratégica	Ação comunicativa

(HABERMAS, 1999)

No Quadro 1, a ação instrumental é categorizada pelo filósofo como não-social. “Por exemplo, um mecânico de automóveis desenvolve estrategicamente uma peça que resolverá um problema em um determinado motor com o objetivo de êxito. Logicamente, não se questionam problemas qualitativos e éticos nesse tipo de ação” (OLIVEIRA, 2008, p. 27). Isto é, padrões e técnicas utilizados nas atividades de administração, produção e de serviços (o mundo sistêmico do trabalho e da organização do estado) seriam para Habermas necessários e intrínsecos ao funcionamento da sociedade.

Um problema surge quando o mundo sistêmico passa a ser colonizado pelo mundo da vida. Ou seja, mesmo as conversas mais tácitas e mais fáticas do cotidiano estariam permeadas pela onipresença das categorias *estratégicas* (e não, *comunicativas*) do Poder e do Dinheiro (Sociedade Política e Sociedade de Mercado). Da mesma forma, a mídia e a imprensa, espaços públicos por excelência, estariam degenerados por interesses não-públicos, com objetivos ocultos em função de pequenos grupos prontos a buscarem constantemente êxitos sociais, políticos e financeiros por meio do poder influenciador desse espaço público na esfera discursiva (OLIVEIRA, 2008, p. 27).

- **Racionalidades paralelas: a coexistência de ambas as racionalidades.**

Eagleton (1993) aborda o tema e afirma que na perspectiva de Habermas as duas racionalidades são importantes, uma vez que ambas exercem funções diferentes na sociedade. O problema seria que uma (a instrumental), teria crescido a tal ponto de não deixar a outra (a comunicativa) ser percebida. A ideologia, para Habermas, é o que estaria encobrindo a percepção dos contrastes entre as duas racionalidades.

Precisamos de tipos de conhecimento instrumental porque precisamos controlar nosso ambiente no interesse da sobrevivência. Similarmente, precisamos do tipo de conhecimento moral ou político atingível na comunicação prática porque, sem ele, não poderia haver nenhuma vida social coletiva (EAGLETON, 1993, p. 158)

A partir dessas duas categorias de ação é possível classificar os sistemas sociais de acordo com a predominância do Agir Racional com Respeito-a-Fins (estratégia) ou do Agir Comunicativo (interação). Subsistemas como o Estado e a Economia estão mais relacionados ao ARRF e o Agir Comunicativo à Família e ao Parentesco. A modernidade e o capitalismo fortalece o ARRF. Desde então surgem as dificuldades de legitimação da ordem social a partir,

por exemplo, das relações de parentesco. O Estado como um subsistema é visto por autores da esteira de Habermas como um mecanismo que garante a propagação do ARRF – ao propagar pontos de vista que privilegiam seus interesses de poder político.

Habermas propõe uma solução, onde uma interação simbolicamente mediatizada fizesse frente a um agir de tipo racional com respeito-a-fins. “Tal racionalidade comunicativa, proposta pelo autor, não se enquadraria em nenhum “interesse de classe”, sendo abrangente no âmbito de toda a espécie humana, o que diferenciaria, nesse ponto, o pensamento de Habermas e Marx” (OLIVEIRA, 2008, p. 29).¹⁹ É interessante notar como Habermas não trabalhará com a perspectiva de classes sociais antagônicas colocada por Marx, por apostar na construção de consensos e na possibilidade de conciliação de interesses “universais”. Em *Mudança estrutural da esfera pública* (1984), Habermas abordará o conceito de esfera pública²⁰, entendendo-a como espaço onde pode-se haver conciliação política e formação da opinião pública²¹.

• A razão técnica e a razão prática de Karl-Otto Apel.

Segundo Karl-Otto Apel, na contemporaneidade, existe uma disputa entre dois modos de racionalidade: a *razão técnica-científica*, dominante, e a *razão prática* (APEL, 1994). Conceitualmente, e resumidamente: na primeira, os homens lançam mão da técnica, legitimada pela ciência, para obter benefícios imediatos em seu *habitat* circunstancial. Porém, subvalorizando ou ignorando as consequências de suas ações. A segunda, a *razão prática*, é compreendida como

¹⁹ Numa outra linha, Marx e Engels (1998) compreendem o ARRF como um instrumento de dominação de classe e manutenção da exploração – intrínseca ao capitalismo. Conforme abordamos o ARRF anteriormente, uma das funções da ideologia expressas no Estado é fazer com que o interesse próprio de uma classe social específica apareça como interesse geral. Para Habermas, a racionalidade da técnica e da ciência é uma racionalidade de manipulação e de dominação, o que nas palavras de Marcuse seria o “conteúdo político da razão técnica” (HABERMAS, 1975 apud MARIA, 2006, p. 85) e teria, para ele, uma determinação material aproximando-se, assim, dos pressupostos marxianos. Marx entenderá a opinião pública como falsa consciência, posto que é formada em um espaço de dominação “de classe”. Comentando este conjunto de reflexões de Marx, Habermas dirá que, para o autor de *O 18 Brumário*, “o Estado de direito burguês, inclusive a esfera pública como o princípio central de sua organização, é mera ideologia” (HABERMAS, 1984, p. 149)

²⁰ Habermas, neste livro abordará todo o processo de origem da esfera pública. Dirá ele que “A esfera pública burguesa surgiu historicamente no contexto de uma sociedade separada do Estado: o ‘social’ pode constituir-se numa esfera própria a medida que a reprodução da vida assumia, por um lado, formas privadas, mas, por outro, como setor privado em seu conjunto, passou a ter relevância pública. As leis gerais do intercâmbio das pessoas privadas entre si tornaram-se agora uma questão pública. Na discussão que as pessoas privadas logo passaram a ter em torno dessa questão como o poder público, a esfera pública burguesa chegou a sua função política; as pessoas privadas reunidas num público transformaram publicamente em tema a sanção da sociedade como uma esfera privada”. (Habermas, 2003, p. 152-153).

²¹ Tratamos destes dois modelos de racionalidade para abordarmos, mais adiante, o conceito de pluralidade em Hannah Arendt (2007) como elemento fundamental agir comunicativo (AC). Porque não pode haver debate – voltado à construção de consensos e entendimentos – quando pontos de vista distintos não são expressos e considerados pelos participantes. De maneira que seria necessária a presença de fontes e vozes não apenas similares e convergentes nos debates mediados pela imprensa – mas também ângulos diferentes e divergentes, dissonantes e controversos quando houverem. Essa miríade de pluralidades abertas (não hierarquizadas) nos *media* é que colaboraria para limitar a prevalência da racionalidade estratégica – quase sempre articulada pela preponderância de um determinado ponto de vista (de interesse não-público). Assim, a pluralidade aberta favoreceria – não garantiria, mas colaboraria – com o exercício da racionalidade comunicativa, pela razão de contar com a pluralidade como um elemento importante na dinâmica de um debate voltado ao entendimento.

um modelo de racionalidade que se preocupa com as causas e as consequências da aplicação das ciências tecnológicas em larga escala. Isto é, uma razão baseada na racionalidade comunicativa, na tentativa de criar soluções, no âmbito comunitário global, de responsabilidade social e validade universal.

Nesse contexto, de acordo com Apel, a contemporaneidade enfrenta uma crise da razão moral. Apel afirma que “a situação humana é um problema ético para o ser humano” (APEL, 1994, p. 88): o risco de colapso causado pela forte interferência antropocêntrica em todo o ecossistema do planeta não é mais um perigo eminente, é real. É evidente o constante perigo da destruição em massa da espécie humana e da biosfera. Um dos motivos para essa realidade é que o homem se situa mais fortemente no “mundo sensível”, em sua percepção sensitiva da atualidade temporal imediata, do que no “mundo causal”, das possíveis causas e efeitos de suas ações.

Na era da *razão técnica* e científica, Apel considera que o *homo sapiens*, através de sua *razão prática*, era movido pelo raciocínio compensador relativo ao meio ambiente em que vivia. Isto é, através da observação do que era prejudicial ou benéfico à sua vida, ele agia ou deixava de agir:

Mesmo na época da mentalidade mítica-religiosa, os efeitos da ação humana eram acionados por uma consciência de pecado (instintivo emocional), de maneira imediata, agora sua ação está referida à responsabilidade da razão, não tão imediata devido à amplitude espacial e temporal das ações coletivas do homem (SILVA, 2015, p. 124)

Ora, os homens na idade média e antiga, por exemplo, tinham receio de serem punidos pelos Deuses. Porém, na contemporaneidade, o receio da punição imposta pela destruição da natureza parece ser menor do que o encantamento por produzir, consumir e possuir muito mais do que o necessário. Mesmo que esse comportamento seja capaz de destruir o planeta, o espaço ou a própria espécie. Na obra *Man's rise to civilization*, Farb (1968) pesquisa culturas de diferentes povos indígenas da América do Norte. O antropólogo descobre que uma das características comuns entre a população indígena é que o acúmulo de coisas ou bens – muito além do que precisavam – era considerado por esses povos como doença. E, logo, não eram vistos com *status* de superioridade. Os membros com espíritos mais competitivos do que cooperativos eram tratados pelos líderes religiosos indígenas como sujeitos em situação de sofrimento, vítimas de uma enfermidade mental e espiritual chamada *wetiko* (FARB, 1968). Tais atitudes, consideradas descontroladas – por não serem benéficas aos indivíduos e nem à comunidade –, não faziam qualquer sentido positivo do ponto de vista social, cultural ou econômico desses povos. Em nossa civilização globalizada, a competição e o acúmulo são valores sociais centrais em uma racionalidade centrada na economia como o valor supremo que orienta e pauta todos os outros. Para muitos representa o principal fundamento de suas vidas.

O que revela, segundo Apel (1994), que a racionalidade (des)evoluiu para a condição de *homo sapiens* para *homo faber*. Motivado pela técnica, o *homo faber*, encantado pela técnica e

pelo acúmulo material, observa impávido o declínio do seu habitat. E se mobiliza para agregar valores simbólicos e materiais exclusivamente pertencentes à dimensão social humana. Como se os seres humanos fossem totalmente alienígenas para outras espécies ou para a sua própria (quando há ausência da solidariedade entre os próprios homens), em um contexto em que cada sujeito representa um elemento quase que totalmente desligado do plano ambiental e do fluxo histórico dos sistemas de vida. A evolução social, então, estaria muito mais ligada à técnica e à ciência do que à relação do homem com o meio ambiente:

Com a investigação industrial de grande estilo, a ciência, a técnica e a revalorização do capitalismo confluem em um único sistema. [...] Como variável independente aparece então um progresso quase autônomo da ciência e da técnica, do qual depende de fato outra variável mais importante do sistema, a saber, o crescimento econômico. Resulta assim uma perspectiva na qual a evolução do sistema social parece estar determinada pela lógica do progresso técnico-científico (HABERMAS, 1972, p. 72).

O *homo faber* se encanta, principalmente, pelo seu poder de engenhosidade e de produção; pela criação de armas humanas; pela engenharia econômica; pela possibilidade de obter um acúmulo material muito além do que é necessário para viver (para atender a símbolos e crenças de *status* social). O que resulta não apenas na escassez de recursos naturais – na perspectiva antropocêntrica do *ambientalismo superficial* (CARVALHO JÚNIOR, 1999) –, mas também gera um forte impacto destrutivo em todo o sistema de vida do planeta.

Desde os anos de 1970, descobrimos que os dejetos, as emanções, as exalações de nosso desenvolvimento técnico-industrial urbano degradam a biosfera e ameaçam envenenar irremediavelmente o meio vivo ao qual pertencemos: a dominação desenfreada da natureza pela técnica conduz a humanidade ao suicídio (MORIN, 2011, p. 62).

Acreditou-se desde o Renascimento que a técnica e a ciência iriam revolucionar o mundo e as relações humanas, e possibilitar o progresso moral e material da humanidade. Deve-se reconhecer conquistas verdadeiras: a medicina, a descoberta da cura para inúmeras doenças, a universalização da educação formal e a democracia foram alguns dos muitos avanços do homem possibilitados pela técnica e pela ciência.

Contudo, provocaram uma profunda decepção para a humanidade. Porque, paralelamente, em especial para as civilizações desenvolvidas (europeias), aumentaram o seu potencial de destruição da vida. A produção de armas, as duas grandes guerras, a poluição crescente, a bomba atômica, os transgênicos (cientificamente comprovados como um risco real para saúde dos homens e de outras espécies), a prática recorrente de genocídios e a emissão de gases de efeito estufa são alguns dos exemplos do desencantamento da humanidade com o Renascimento.

Logo, a situação-problema não está situada na técnica e na ciência em si mesmas. A crise inicia-se nessa inversão histórica e universal de valores: quando o irracionalismo inconsequente da *razão técnica* avança em detrimento da *razão prática*.

A necessidade de uma virada na racionalidade humana pretende colocar a *razão técnica* e a ciência a favor da *razão prática*. Isto é, em defesa de uma comunidade global, mais solidária e mais harmoniosa entre os seres humanos e o meio ambiente.

Essa distorção ou inversão da imagem humana implica em uma revisão dos princípios: “Se a esfera do produzir invadiu o espaço do agir essencial, então a moralidade deve invadir a esfera do produzir, da qual ela se mantinha afastada anteriormente” (JONAS, 2006, p. 32). Hannah Arendt, que também se debruçou sobre este problema em sua *vida activa* (ARENDR, 2009), destacou o problemático “equacionamento da inteligência com a engenhosidade”:

Torna-se, então, fundamental, segundo Apel, postular normas universais para a humanidade para inverter o jogo: refundando e resgatando a *razão prática* do *homo sapiens*, de maneira a destronar o *homo faber* de seu domínio, destituindo-o de sua *razão técnica* e libertando-o, solidariamente, de sua ideologia reificadora, fortemente cristalizada pela ideologia da sociedade industrial (SILVA, 2015, p. 27).

Se o problema está no desenvolvimento puramente instrumental da ciência, na forma como ela reconhece e compreende a natureza e a matéria, então uma ciência liberta só seria possível a partir de uma nova relação com a natureza por meio de uma nova técnica: “a tecnicidade é um ‘estado de mundo’, um modo de existência do homem e da natureza” (MARCUSE, 2015, p.135).

Encontra-se aí é o ponto principal da crítica de Habermas a Marcuse: pois, se a técnica e a dominação, a racionalidade e a opressão estão fundidas, na medida em que há um a priori material na própria ciência e na técnica que as determina enquanto instrumento de controle e dominação, “então não se poderia pensar uma emancipação sem uma revolução prévia na própria técnica e na própria ciência” (HABERMAS, 1987, p. 50).

Como toda a revolução, o primeiro passo para essa virada da racionalidade deve começar pela linguagem, pelo discurso: única ferramenta capaz de quebrar a cristalização ideológica do *homo faber*. Afinal “o discurso é uma prática não apenas de representar o mundo, mas de fazê-lo significar, constituindo e [re]construindo o mundo por meio dos significados” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89) (grifo nosso). Segundo Apel, o juízo social dos homens é dependente da linguagem e, principalmente, do discurso argumentativo:

Foi reconhecida a assimetria na relação do discurso argumentativo com todas as demais formas de comunicação de vida. Somente no âmbito e com base nas regras do jogo do discurso podem ser fundamentados juízos válidos. (APEL, 1994, p. 192)

Assim como para Apel, para Habermas a racionalidade da técnica e da ciência é uma racionalidade de manipulação e de dominação, o que nas palavras de Marcuse seria o “conteúdo político da *razão técnica*” (HABERMAS, 1975 apud MARIA, 2006, p. 306), e teria, para ele, uma determinação material aproximando-se, assim, dos pressupostos marxianos.

Para Apel, a *razão técnica*, o modo de pensar do homem imediatista (*homo faber*), influencia e estimula o desinteresse dos seres humanos pelo bem comum. Restando, como orientação do agir, seus próprios interesses (individuais, econômicos, corporativos, de grupos políticos e familiares) – a despeito dos resultados coletivos de suas ações. Nesse sentido, a *razão técnica* cria um ambiente desfavorável à Ação Comunicativa. A imprensa se tornaria, nessa perspectiva, um palco de disputa de racionalidades com respeito-a-fins. Essa irracionalidade é que tenderia a levar o homem tanto à constante falta de entendimento mútuo na esfera pública (HABERMAS, 1984) como também à inconsequência de seus atos coletivos – gerando o risco de colapso ambiental abordado por Apel (1994) e Hans Jonas (2006).

2.1.3 Síntese da ética do discurso em Apel e Habermas

A ética do discurso de Apel (1994) e Habermas (2006) transforma o princípio formal kantiano da autonomia da vontade como possível aos indivíduos. O princípio procedimental dialógico da ética do discurso tem como princípio que: “não se pode renunciar a nenhum interlocutor e a nenhuma de suas contribuições virtuais para a discussão” (APEL, 1991).

Segundo APEL (1991), nesta perspectiva dialógica, se reconfiguram os entendimentos sobre *pessoa e igualdade*. “Pessoa” passa a ser um interlocutor válido – reconhecido por todos participantes da comunidade envolvida no debate. “Igualdade” pressupõe que nenhum interlocutor pode ser excluído do debate e das argumentações quando se discute algo que o afeta.

Apel e Habermas compreendem que a ética não tem como objetivo estabelecer normas. Apel segue um caminho diferente e distingue duas partes na ética do discurso. A parte “A” ocupa-se da fundamentação racional da reflexão e correção das normas. A parte “B” procura desenhar um quadro racional de princípios que permitem aplicar na vida cotidiana os princípios descobertos na parte “A”. A parte “A” orienta-se pela ideia de fundamentação e a parte “B” pela responsabilidade: uma coisa é descobrir o princípio ético ideal e outra é aplicá-lo a contextos concretos.

Assim, a máxima ideal da ética do discurso de Apel seria na **Parte A**: “Age sempre como se fosses membro de uma comunidade ideal de comunicação” e na **Parte B** transforma-se em “Age sempre de tal modo que a tua ação se encaminhe para assentar as bases, na medida do possível, de uma comunidade ideal de comunicação”. Aqui, Apel inclui a ética da responsabilidade na ética do discurso, pois faz uso da racionalidade estratégica com duas metas: a) a conservação do sujeito falante e de todos os que dele dependem na comunidade de comunicação; e b) o estabelecimento de bases materiais e culturais para que algum dia seja possível atuar comunicativa e dialogicamente na solução dos conflitos morais. Dessa forma, a ética do discurso, acusada de irrealista por sua fundamentação no ideal da comunidade comunicativa (racionalidade dialógica) adquire mais realismo pela introdução da racionalidade estratégica que tenta criar as condições materiais para que essa comunidade ideal seja possível.

Resumidamente, a comunidade real de comunicação (onde predomina a ação estratégica, os interesses ocultos) deve buscar aproximar-se da comunidade ideal de comunicação, ou seja, da tomada de decisões através de consensos construídos argumentativamente, plurais, livres de coerção e violência. Deve-se assegurar a sobrevivência da humanidade, enquanto comunidade real, como condição de possibilidade para a realização da comunidade ideal de comunicação.

Quadro 2 – Síntese de algumas diferenças entre a ética de Apel e de Habermas

Conceitos Propostos	Ambiente	Objetivos	Meios	Relação Comunicativa	Categoria Procedimental
Ética do discurso em Apel (1994)	Humanidade	O bem comum	Por meio do entendimento e pela responsabilização individual e coletiva de seus atos	Dialógica	Ética aplicada
Ética do discurso em Habermas (1984)	Esfera pública	O bem comum	Por meio do entendimento entre os seres humanos	Dialógica	Ética de Intencionalidade

Fonte: Elaboração do autor, a partir de Apel, 1993 e Habermas, 2003.

A presente tese vai ao encontro do entendimento do conceito de comunidade ideal de comunicação. Uma vez que propõe a pluralidade de pontos de vista como maneira de favorecer uma racionalidade não tutelada, voltada à “compreensão” do mundo de maneira mais emancipatória, i.e., mais (re)conectada com a consciência histórica e mais voltada ao comprometimento com o futuro do planeta. Mas faz-se importante também, para melhor entender o conceito de esfera pública no Brasil, resgatar o surgimento e o desenvolvimento da esfera discursiva no País. Consequentemente, recuperar brevemente a história da imprensa e do Terceiro setor no Brasil e sua relação com os ideais iluministas que inauguraram a modernidade.

2.1.4 Surgimento do jornalismo e da esfera pública no Brasil.

Os dois primeiros e atípicos fenômenos característicos do surgimento da imprensa no Brasil são representativos do recente convívio dessas duas ordens [...]: 1. A que corporifica no monarca, oriunda de um passado que ainda lhe assegura os domínios dos instrumentos políticos de afirmação de sua soberania e 2. A que atribui aos indivíduos privados a competência de legitimação e controle destes instrumentos. Entende-se, assim, porque o primeiro jornal impresso em solo brasileiro [...] foi implantado a partir do decreto real de 13 de maio de 1808, que autorizava a criação da Imprensa Régia do Brasil [...], denominada *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo primeiro exemplar data de 10 de setembro de 1808 (RIBEIRO, 2004, p. 35).

Tal acontecimento parece pouco comum, do ponto de vista histórico, considerando que o

surgimento – e a ampliação do alcance da imprensa brasileira – não ocorreu pela promoção da burguesia. Isto é, não fora consequência de uma prática discursiva da sociedade civil moderna emergente. Diferentemente de muitos países europeus e norte-americanos, o Brasil iniciou suas primeiras folhas impressas periódicas com caráter exclusivamente oficial e colonial:

Foram poucas e quase sempre frustradas as tentativas de impressão tipográfica no Brasil. Do período colonial, este é um tema de necessária reflexão para que se possa vislumbrar em profundidade as afeições tão peculiares que adquiriu o surgimento da imprensa no solo brasileiro. Portugal não ofereceu condições propícias ao florescimento dessa atividade em seus domínios. Razões para tanto têm origem em sua própria sociedade reinol, fechada numa religiosidade extremosa, praticamente isolada do espírito cosmopolita e emergentes nos grandes e agitados centros urbanos comerciais do continente europeu e no perfil de um poder monárquico, minado pela intolerância jesuítica ao humanismo renascentista e francamente hostil a qualquer escritura fora dos limites já anacrônico da escolástica medieval (Rizzini, 1988, p.71 apud Ribeiro, 2004, p. 29).

O *Correio Brasiliense* colocara seu primeiro exemplar, impresso em Londres (Inglaterra), para circular no Brasil três meses antes de a *Gazeta do Rio de Janeiro* ter sido inaugurada. O jornal convocava os leitores a “abrirem suas portas ao esclarecimento, às luzes do conhecimento e às lutas que engendram contra o labirinto da apatia, da inépcia e do engano”. De acordo com historiadores, a maior parte do jornal era redigido e editado por Hipólito da Costa, fundador do veículo.

De acordo com a professora e pesquisadora RIBEIRO (2004), o *Correio Brasiliense* era um veículo de custo elevado para as classes populares da época. O periódico chegava aos Brasil geralmente com três ou quatro meses de atraso. Como se tratava do único recurso disponível (não-oficial) valia a pena em razão do grande volume de páginas impressas com um conteúdo diferente – informativo, analítico e opinativo. Mesmo limitado a setores privilegiados, o jornal representou um dos principais símbolos do início da modernidade no Brasil.

A premissa da liberdade de expressão, requerida e delimitada na introdução do primeiro exemplar, implicava na liberdade e, logo, na necessidade da existência de muitos outros elementos, tais como um espaço público, de indivíduos igualmente aptos à livre expressão e também, na legitimação da imprensa como instituição específica deste espaço público, o que inaugura os primeiros passos para o surgimento da esfera pública no Brasil (OLIVEIRA, 2008, p. 31).

- **Terceiro setor: novas vozes na esfera pública brasileira.**

O surgimento e a trajetória do Terceiro setor²² no Brasil estão fortemente relacionados à Igreja Católica. As primeiras organizações foram fundadas como hospitais, orfanatos e asilos.

²² Fernandes (1994) reconhece que os componentes do “Terceiro setor” são variados, e que muitos questionam o sentido de serem agrupados num mesmo nome. Porém, relata quatro justificativas para tal: fazer contraponto às ações de governo; fazer contraponto às ações do mercado; emprestar um sentido maior aos elementos que o compõem; projetar uma visão integradora da vida pública. Chama-se Terceiro Setor porque supõe um primeiro e um segundo. Enfatiza, portanto, a complementaridade que existe (ou deve existir) entre ações públicas e privadas. Sem o Estado, as ações do Terceiro Setor sucumbiriam na anarquia. Fragmentar-se-iam na medida das

Os recursos tinham como origens doações e fundos patrimoniais. Em 1543, foi criada a primeira instituição do país para atender desamparados, a Irmandade da Misericórdia, instalada na capitania de São Vicente.

As esmolas eram destinadas principalmente aos cuidados de órfãos e para comprar caixões para pessoas em situação de pobreza. Beneditinos, franciscanos e carmelitas, assim como a Santa Casa de Misericórdia²³ eram as principais instituições – autorizadas pelo Estado – que promoveram o surgimento das bases para a sociedade civil organizada. No entanto, ainda muito longe de iniciarem debates em suas ações (seja sobre arte, política ou sociedade) no conceito habermasiano de esfera pública. As expressões relacionadas ao trabalho social na época eram o mutualismo, a benemerência e outras ainda utilizadas, tais como assistencialismo, caridade e filantropia²⁴ (EZEQUIEL, 2005).

As ações discursivas e organizadas eram quase impossíveis de se imaginar. Na época, a sociedade era marcada por um poder monárquico autoritário, reforçado pela intolerância jesuítica à modernidade. Essas entidades – assistencialistas, portanto conservadoras – eram todas tuteladas pela coroa. Diferente da Europa, no Brasil não era permitido a existência de associações livres de cidadãos, formadas por leigos e pessoas comuns (quem não fossem membros ou fossem ligadas à hierarquia eclesial).

Por volta da época da Independência do Brasil de Portugal, nos fins do século XIX, surgiram novos tipos de organizações voluntárias reguladas pela coroa. Agora sim, tais entidades traziam em suas ações o caráter embrionário do discursivo da emergente esfera pública brasileira. Essas organizações tinham em sua gênese eventos como encontros, fóruns e reuniões de intelectuais com, por exemplo, a participação de jornalistas, advogados, membros de clubes literários, de associações profissionais e científicas e organizações de redes trabalhistas (OLIVEIRA, 2008, p. 33).

As primeiras associações foram permitidas tardiamente em comparação a muitos países da Europa, pela lei 1.083, modificada pelo decreto 2.711, ambos de 1860. Os textos estabeleceram os procedimentos através dos quais seriam organizadas quaisquer associações no império, podendo ser compostas ou não por súditos, ou cidadãos de qualquer segmento social – com exceção dos escravos.

- **Organizações não Governamentais debatem direitos e ganham força política.**

Durante a chamada Primeira República no Brasil, o Estado repressor tratava os debates públicos como “caso de polícia”. No entanto, com o desenvolvimento da industrialização em

contradições próprias aos valores e às intenções. Essa complementaridade entre Estado, “Mercado” e “Terceiro setor”, segundo Fernandes, depende de muitos fatores, alguns deles imprevisíveis: “Entre esses fatores de combinatória imponderável está a própria crença de que a integração é possível e desejável”. (FERNANDES, 1994, p. 47).

²³ A Santa Casa instalou-se em São Paulo em 1560, com uma pequena enfermaria que era ao mesmo tempo albergue e hospital (FERNANDES, 1994).

²⁴ A palavra “filantropia” tem origem etimológica grega, onde *philos* significa amor e *antropos*, homem.

1910, o movimento operário passou a lutar mais fortemente por direitos trabalhistas. Tal legislação só começaria a ser realmente implementada a partir de 1930 na área trabalhista e previdenciária. A indústria brasileira se expandiu intensamente durante a Primeira Guerra Mundial, ampliando a massa assalariada – fortalecendo o movimento operário brasileiro. Entre 1917 e 1920, foram realizadas grandes greves nas principais cidades do Brasil. “Com isso, o debate na esfera pública ganhou considerável espaço no cenário político nacional por meio da sociedade civil organizada na luta pela defesa de direitos” (OLIVEIRA, 2008, p. 36). A imprensa, na ocasião, era estruturada profissionalmente como indústria e comércio de notícias, impulsionando o debate na esfera pública:

A partir da década de 30, o jornalismo já havia fundado as suas próprias bases de legitimação, já circunscrevia, com relativa clareza, os limites formais e temáticos de sua organização, dos seus processos de produção, o perfil do profissional que se adaptava às suas necessidades, o âmbito do público alcançável pela sua intervenção simbólica e as regras de fronteirização com as demais instituições públicas e privadas da sociedade. Dois fenômenos intervieram sobre esse quadro: o Estado Novo e o surgimento do rádio. O primeiro institucionalizou um órgão (Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP), em 1939, com a finalidade explícita de controlar os fluxos informativos (RIBEIRO, 2004, p. 267).

- **Liberdade de associação na década de 1970 e 1990.**

De acordo com a Fundação Interamericana, as Organizações não Governamentais (ONGs²⁵), se expandiram fortemente na América Latina a partir da década de 1970. Dentre elas, 68% surgiram depois de 1975, um número significativo (17%) data de 1950 a 1960, e os restantes 15% distribuem-se de maneira regular pelas décadas anteriores.

Curiosamente, da mesma Igreja Católica – fundadora da filantropia colonial – surgiu a maior rede de debates comunitários sobre problemas sociais brasileiros: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Criadas em meados da década de 1970, as CEBs puseram fiéis e moradores das comunidades para falar sobre temas amplos: seus problemas sociais, suas dificuldades de sobrevivência, suas lutas. Eram espaços públicos onde debatiam soluções para as demandas sociais dos bairros onde esses grupos atuavam. Assim, a organização comunitária não se limitou apenas ao componente religioso (OLIVEIRA, 2008, p. 38).

De acordo com Fernandes (1994), é nesse período de 1970 e 1990 que se multiplicam as associações de moradores, as microinstituições de natureza propriamente civil e de composição de estrutura democrática e representativas – com diretorias eleitas, rotativas e mandato de zelar pelos interesses coletivos no bairro. Vincularam-se à ideia de que é possível e desejável fazer as coisas por si mesmas, valorizaram a noção de autonomia e de participação no debate sobre

²⁵ O nome ONG, de Organização Não-Governamental, originário das nomenclaturas da ONU, tornou-se genericamente reconhecido em meados dos anos 80.

políticas públicas nas áreas sociais e ambientais em que atuavam. A repressão militar no período ao mesmo tempo que restringia de maneira violenta o livre debate público gerava reações pró-democráticas. As organizações da sociedade civil e as mobilizações sociais se multiplicavam pelo País. O ápice das manifestações populares foi o movimento “Diretas Já” nos anos de 1983 e 1984.

Retomando brevemente este período, a ditadura militar (1964-1989) – planejada e financiada em boa parte pelos EUA²⁶ – sufocou a imprensa e grande parte da crescente sociedade civil organizada no período. O golpe representou um grave retrocesso da esfera discursiva brasileira. Iniciou-se, desde então, uma sangrenta repressão à sociedade civil que durou 21 anos. Os militares brasileiros se uniram aos estrangeiros e ceifaram a vida de cerca de 430 compatriotas que lutavam contra o autoritarismo e a violência de Estado. Assim como na Era Getúlio Vargas, os jornais eram monitorados e censurados pelo regime. Veículos de comunicação foram fechados ou assumidos por interventores-editores do Estado. Dezenas de jornalistas desapareceram ou foram mortos pela repressão, principalmente na década de 1970.

Com a abertura política em 1986, os cidadãos se sentiram mais livres para se organizarem livremente. Eventos de grande repercussão na década de 1990 colaboraram para o fortalecimento do Terceiro setor. Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, funcionou como catalisadora para a formação de redes de ONGs. O principal exemplo é a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG). A Campanha Nacional de Combate à Fome representou o primeiro esforço coordenado da sociedade civil por uma causa pública.

- **Explosão das ONGs nas décadas de 2000 e 2010.**

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008, o número de ONGs em 2005 era de 338 mil. Entre 2002 e 2005, as entidades ambientais aumentaram em 61%, um percentual quase três vezes superior à média nacional de crescimento das entidades (22,6%). Em 2005, eram 2.562 entidades na área. Entre 1996 e 2005, o número de ONGs de meio ambiente teve um incremento de 558,6%. De acordo com o *Mapa das Organizações da Sociedade Civil* do IPEA (2016), o número total de ONGs em 2017 no Brasil saltou para 820 mil.

²⁶ Dirigido por Tavares (2013) o documentário *O dia que durou 21 anos* narra a conspiração dos EUA para depor João Goulart (1963-1964). Documentos secretos (áudios, conversas telefônicas, telegramas, depoimentos, dentre outras provas) que foram liberados depois de expirado o prazo de restrição comprovam a ação direta dos EUA no golpe. A trama foi organizada pela Central Intelligence Agency (CIA), com a participação ativa do presidente Lindon Johnson (EUA) e sua assessoria, pelo embaixador dos EUA Lincoln Gordon – que se associou com militares e empresários brasileiros e estrangeiros contra a democracia brasileira. De acordo com as diversas fontes presentes na obra, o golpe estaria muito mais ligado aos interesses do capital internacional do que à guerra fria. Uma vez que, segundo a obra, João Goulart era de atuação moderada e não seria ligado ao movimento comunista no período. O filme não identifica nenhum documento ou ação de Goulart, enquanto presidente, que o relacionasse com o bloco soviético da época. Na presente pesquisa não foram encontrados obras que trouxessem indícios ou evidências dessa relação de Goulart com o país comunista. Portanto, não há elementos que possam “justificar” (termo utilizado pelos militares) o golpe de Estado de 1964.

De acordo com a professora Moura (2005), os discursos sobre a prevenção de riscos advindos dos processos científicos e tecnológicos nas décadas de 1960 e 1980 ficaram mais concentrados, de certa forma, em setores sociais específicos. Principalmente entre ambientalistas, cientistas, alguns partidos políticos e movimentos comunitários. Mas com o tempo, os impactos ambientais começaram a ser percebidos.

A partir de meados da década de 1980, sobressaem os sintomas dos problemas socio-ambientais e os riscos científicos e tecnológicos que eram mais sérios do que, até então, se considerava uma preocupação restringida aos ambientalistas (chamados ‘radicais’) e científicos (denominados ‘visionários’) (MOURA, 2005, p. 1).

Os riscos começaram pouco a pouco a ganhar ainda mais visibilidade na década de 1990. Como, por exemplo, a ameaça à camada de ozônio do planeta (em razão da emissão de gases poluentes), o desmatamento da Amazônia e a extinção de espécies da fauna e da flora.

Segundo a autora, no começo da década de 1990 as empresas privadas começam a incorporar paulatinamente tecnologias ambientais mais corretas. As organizações do Terceiro Setor gradativamente vão obtendo mais espaços na mídia por meio de diversas estratégias.

Sabendo dos riscos criados pela ação humana, os setores sociais organizados reivindicam que os media abram espaços à interlocução destes temas. Assim mesmo, ONGs ambientalistas e sociedades científicas com postura crítica, como a SGR (Sociedade de Cientistas pela Responsabilidade Global), por exemplo, buscam abrir espaços alternativos de comunicação (boletins, sítios, revistas) em busca de visibilidade, e procuram incluir temas científicos nos media (MOURA, 2015, p. 1).

A pesquisadora Cristiana Losekann, em entrevista à Revista Parágrafo (MOURA; GUAZINA; BRASIL, 2018) afirma que as organizações do Terceiro Setor têm passado por uma nova configuração desde os anos 2000. A professora, que tem se destacado no estudo das organizações da sociedade civil e de políticas ambientais no Brasil, afirma que os movimentos sociais estão cada vez mais enraizados nos territórios. Isso se percebe principalmente em relação às populações atingidas pelos avanços da sociedade tecnológica; um exemplo a se destacar é o MAM – Movimentos pelos Atingidos pela Mineração. A ONG surgiu em reação ao rompimento da Barragem da empresa Samarco/Vale/BHP Billiton, em Minas Gerais, em 2015. Esses movimentos mais localizados estão também ligados à defesa ambiental de bacias, de defesa de florestas nativas e da preservação de rios e mananciais em várias regiões do País. No que se refere ao Estado de São Paulo, por exemplo, o maior movimento local é a Aliança pela Águas, que engloba mais de 70 organizações da sociedade civil.

Losekann afirma que a emergência desses movimentos – que talvez possa se configurar num novo ambientalismo – tem como característica uma relação mais antagônica com o Estado. Talvez em razão de parcerias que não foram politicamente positivas aos movimentos anteriores. Mesmo tendo uma característica mais territorializada, as ações desses grupos não se limitam ao seu local de atuação. A pesquisadora comenta sobre o exemplo das redes de confrontos

transnacionais do ambientalismo focado na questão do extrativismo na América Latina (MOURA; GUAZINA; BRASIL, 2019).

Não se encontra um grupo que tenha uma pauta exclusivamente brasileira, até os grupos mais locais têm uma atuação que está junto com os observatórios da Argentina, por exemplo. É uma característica desses grupos. Esses repertórios envolvem performances específicas, a apropriação da mídia alternativa, a criação de campanhas em site, em *Facebook*, o *hackerativismo*, os documentários, as campanhas de conquista de novos adeptos. São trabalhos que têm apelo visual forte, que envolvem o humor, que conquistam as pessoas por essas características. Nesse sentido, também é importante destacar estratégias que envolviam a chamada de coletivas. (MOURA; GUAZINA; BRASIL, 2019, p. 128).

O uso das tecnologias de comunicação e até a contratação de jornalistas têm sido práticas comuns para essas organizações. Mas Losekann afirma que muitas destas ações que a professora tem pesquisado têm sido invisibilizadas pela imprensa. Para Moura et al (2019):

apesar da profusão de veículos de comunicação presentes na Internet (sites, blogs e redes sociais), que são tidos como uma alternativa de fonte de informação e divulgação, para parte significativa da população as informações confiáveis chegam pelos meios tradicionais. Dessa forma, faz-se cada vez mais necessária a discussão e reflexão sobre a contribuição da mídia na marginalização de grupos de militância e ativismo (MOURA; GUAZINA; BRASIL, 2019, p. 133)

Castells (1999) afirma que a sociedade moderna é caracterizada pela predominância da forma organizacional em rede em todos os campos da sociedade. Para o autor, os grupos sociais mais poderosos adaptam-se melhor às condições da sociedade de informação, utilizando-se do acesso às novas tecnologias abertas pela globalização. Tal situação é contrastada com os processos de fragmentação e segmentação que se observam entre os setores mais fragilizados da sociedade. Por outro lado, o acesso às novas tecnologias, a crescente proliferação de novos meios de comunicação e, principalmente, o advento da Internet, ampliaram as possibilidades de alargamento da esfera discursiva, inaugurando novos canais de participação da sociedade civil e de setores mais fragilizados em debates sociais e políticos pela *World Wide Web* (rede mundial de computadores).

Os progressos tecnológicos desde a Revolução Industrial a partir do século XVIII, alteraram a nossa relação com o tempo. O debate sobre o vínculo das ações humanas no mundo com a temporalidade é antigo. Vamos abordar este tema na próxima sessão. O propósito é trazer elementos importantes acerca do tempo a este estudo, que serão úteis tanto em relação à teoria quanto à metodologia.

2.2 TEMPO

Do tempo mítico ao filosófico

Os questionamentos sobre o que é o tempo são mais antigos do que a filosofia. Era uma preocupação já para a mitologia antiga, um saber que antecedeu o pensamento filosófico. Na teogonia (BRANDÃO, 1986), o primeiro deus que se apresenta é Caos, um precipício escuro e infinito. O segundo Deus é Gaia que seria o ponto de chegada da jornada infinita, aonde o Caos pode se fixar, uma base para se estabelecer. Surge Eros, que dá energia às plantas, aos animais, aos seres humanos. O deus que permite aos seres vivos se manterem vivos. Ainda na mitologia, o deus Urano une-se a Gaia e gera todos os seres vivos como os Titãs, os Ciclopes e os Hecatonquiros. Urano limita seus filhos ao interior da Terra, em um lugar distante chamado Tártaro, representado por um deus-lugar: o local mais sombrio e mais longínquo de Gaia (BRANDÃO, 1986), muitas vezes sendo analógico ao conceito cristão de “inferno”.

A partir daí, desde a perspectiva mitológica, abriria-se um delta, um espaço entre Gaia e Urano – e entre ele o espaço e o tempo (BRANDÃO, 1986). Na criação com Cronos surge o tempo, o elemento que possibilita a existência finita dos seres que vivem sobre Gaia com a energia de Eros – que sempre passa a se esgotar com o tempo. Cronos, o nome da divindade grega do tempo, é o que deu origem a palavras como cronômetro, cronograma, cronologia. O breve trecho sobre o surgimento do tempo na mitologia grega traz também a noção de que antes de Cronos existia a eternidade. E depois de Cronos surge a temporalidade dos seres humanos. O tempo passa a ser definido “como aquilo que não é eternidade”.

Platão refletia sobre o tempo de maneira dualista: para o filósofo, existia o mundo da eternidade e o mundo da temporalidade. Na Alegoria da Caverna (PLATÃO, 2000), o pensador era dualista e separava o que era fugaz, transitório, aparente (inferior), que faz parte do mundo dos humanos, do que era verdade absoluta e o eterno (superior), quase inalcançáveis aos seres humanos. Porém, para Platão, os seres humanos vivem em uma junção de temporalidade (corpo) e eternidade (alma), uma espécie de crise indissolúvel e agônica para os seres humanos.

Na metafísica de Aristóteles, Livro I (1995), existe um “ser” eterno e supremo, uma inteligência do que organiza tudo o que existe no universo. A partir daí, Aristóteles cria o conceito de “ser” e de “ente” (aquele que “não é”). O “ente” não pode ser porque é criação do “ser”, portanto se configura como temporário e advindo do eterno. O “ser” é descolado do “ente” de maneira ontológica. O “ser” (supremo) seria a garantia da existência do “ente”. Nessa concepção, mais adiante aprofundada por Heidegger (1997), ambos os conceitos representam uma “diferença ontológica”. A ideia fundante é que é necessário o eterno existir para que o temporal também exista (e vice-versa). Ambos existem por alteridade, pelo seu contrário, pelo contraste conceitual. Na mesma forma que existe o quente e o frio, o Norte e o Sul, para existir o que é temporal é necessário a existência do eterno.

Aristóteles (1995) começa sua explicação sobre o tempo, no Livro IV da Física, ressaltando o desafio quase que impossível de estudá-lo ao ponto de defini-lo. O questionamento inicial é: o tempo é “ser” ou “não-ser”? Para Aristóteles, essa não é uma pergunta chave. E existe apenas uma certeza: se o tempo “é”, ele não é da maneira como o imaginamos. Ou ele “é” de

maneira obscura ou “não é”: “Que não é totalmente, ou que é, mas de maneira obscura e difícil de captar, nós podemos suspeitar pela maneira como se segue” (ARISTÓTELES, 1995, p. 217)

O filósofo, na obra, então passa a comparar o tempo com o espaço. Espaços podem coexistir. Porém, instantes não podem coexistir. Os instantes excluem-se. Porque a definição de um instante é a exclusão do outro. Logo, se um instante permanecer e não passar (se não virar passado), o instante se configura como eterno. O problema central é que um instante só pode substituir o outro no tempo presente (no agora), uma vez que a destruição de um instante sobre o outro não pode acontecer no passado e nem no futuro (pois ambos não têm existência material). Logo, a destruição de um sobre o outro só é acontecimento possível no agora absoluto, uma vez que nada acontece no futuro e nem no passado. Mas como este presente absoluto é intangível – porque não pode ser identificado o momento da substituição de um instante pelo outro – cria-se um problema insolúvel ou uma aporia (BARROS FILHO, 2010). Um problema sem solução ainda neste século.

A grande dificuldade inicial nessa questão se fixa no problema da divisibilidade do tempo: o que passou, foi e não é mais, enquanto o que ainda não aconteceu, será em algum momento, mas não é no momento presente. Esses períodos seriam o “não-ser”. Como então fazerem parte do “ser” tempo, se ele realmente existir? O que é então o tempo, uma vez que nem o que passou, nem o que ainda virá fazem parte dele?

No livro XI das Confissões de Agostinho (354-430), ele questiona: “O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei” (AGOSTINHO, 1999, p. 322). Mesmo com as categorias temporais que utilizamos, Agostinho alerta para a ausência de critérios minimamente objetivos de definição do tempo por si mesmo. O pensador questiona fortemente a absoluta imprecisão e subjetividade com as quais nos referimos sobre o que seriam as categorias temporais que utilizamos:

[...] diga-se também que há três tempos: pretérito, presente e futuro, como ordinária e abusivamente se usa. Não me importo nem me oponho nem critico tal uso, contanto que se entenda o que diz e não se julgue que aquilo que é futuro já possui existência, ou que o passado subsiste ainda. Poucas são as coisas que exprimimos com terminologia exata. Falamos muitas vezes sem exatidão, mas entende-se o que pretendemos dizer! (AGOSTINHO, 1999, p. 323).

Agostinho era professor de línguas na Argélia, muito familiarizado com as referências temporárias classificatórias convencionais. Assim como Aristóteles, ele segue questionando a existência do passado e do futuro em si mesmos. Para o bispo, o passado não tem existência material. Logo, o passado “não é”. E o futuro tampouco, porque não pode ser experimentado. Resta o presente, mas que também “não é”. Porque se o presente “fosse”, permaneceria – e seria eternidade. O presente, para ser tempo, precisa deixar de ser e transforma-se em passado.

O presente, porém, passa tão velozmente do futuro para o passado que não tem nenhuma duração. Onde se encontra então o tempo que pode ser chamado de longo? O futuro?

Não dizemos certamente que é longo porque ainda não existe. Dizem que sim, será longo (Agostinho, 1999, p. 324).

Em sua obra, muito posterior a Platão, Agostinho também considera os tempos passado e futuro, respectivamente, como presentes que passaram e que ainda virão. Outro pensamento similar entre ambos os filósofos é que tempo é dual: existe o mundo da eternidade (espiritual) e o mundo da temporalidade (terrena). É curioso como pensadores separados por tantos séculos se aproximam intelectualmente. Agostinho, de maneira próxima a autores contemporâneos percebe uma imbricação entre os três tempos, sendo o indefinível “presente” o eixo principal da mescla:

O que agora claramente transparece é que nem há tempos futuros nem pretéritos. É impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras. Existem, pois, estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras. Se me é lícito empregar tais expressões vejo então três tempos e confesso que são três. (AGOSTINHO, 1999, p. 327-328)

Se o passado e o futuro dependem de um elemento que não existe objetivamente (o presente), então, Agostinho, em seu diálogo com Deus, reitera que as dúvidas permanecem e pergunta novamente: “O que é o tempo?” Uma vez que não é passado, nem presente e nem futuro? Em mais uma de suas reflexões para tentar compreender o tempo, o pensador exercita a abstração de sua possível mensuração e origem:

Como medimos nós o tempo presente, se não tem espaço? Mede-se quando passa. Porém, quando já tiver passado, não se mede, porque já não será possível medi-lo. Mas de onde se origina ele? Por onde e para onde passa, quando se mede? De onde se origina ele senão do futuro? Por onde caminha, senão pelo presente? Para onde se dirige, senão para o passado? Portanto, nasce naquilo que ainda não existe, atravessando aquilo que carece de dimensão, para ir para aquilo que já não existe. Porém, o que medimos nós senão o tempo em algum espaço? Não diríamos tempos simples, duplos, triplos e iguais ou com outras denominações análogas, se os não considerássemos como espaços de tempos. Em que espaço medimos o tempo que está para passar? Será no futuro, de onde parte? Mas nós não podemos medir o que ainda não existe! Será no presente, por onde parte? Mas nós não medimos o que não tem nenhuma extensão! Será no passado, para onde parte? Mas, para nós, não é mensurável o que já não existe! (AGOSTINHO, 1999, p. 328-329)

Segundo Agostinho, não é possível definir a temporalidade porque os seres humanos estão imersos na temporalidade. E que só seria possível compreendê-la se tivéssemos um certo recuo do objeto observado. Para Agostinho somos parte da temporalidade e, portanto, não podemos defini-la. Deus está além do pensamento humano, os seres humanos não são coeternos à inteligência suprema. Para Deus não há passado nem futuro, e em Deus existiria o indivisível e uno (AGOSTINHO, 1999, p. 321). Agostinho afirma que, considerando que Deus é o criador de tudo, entende-se que também seja necessariamente o criador de todas as configurações de tempo. Assim sendo, qual seria o tempo de Deus? Para o filósofo, Deus vive em uma “eternidade”, na

qual “nada passa” e “tudo é um eterno presente”, em um “eterno hoje” e nas palavras do filósofo: “os vossos anos são como um só dia [...] é a eternidade” (AGOSTINHO, 1999, p. 322).

2.2.1 Tempo externo e tempo interno

Os filósofos gregos refletiam sobre o tempo como exterior e interior. O primeiro, inicialmente baseado no movimento dos astros, como um “tempo físico”, externo aos seres humanos. É assim que, da poética definição que Platão nos dá do tempo no diálogo *Timeu*, evocando-o como uma “imagem móvel da eternidade”, ao operacional conceito que é encaminhado por Aristóteles [...] ao abordar o tempo como “número do movimento em relação ao antes e ao depois” (BARROS, 2013, p. 548).

Esse modelo de tempo externo não é conceituado apenas por Aristóteles ou Platão. Santo Agostinho colaborou com o debate sobre a temporalidade com o outro lado da questão: para ele, o tempo seria interno, uma experiência humana, algo como um “movimento da alma” (AGOSTINHO, 2013) que teria uma tríplice presença: (a) presença do passado, como memória; (b) presença do presente, como visão; (c) presença do futuro, como expectativa. O tempo presente é apresentado como uma extensão da alma humana (*distentio animi*). Estes conceitos de tempo do mundo (tempo físico, externo) e do tempo da alma (tempo da alma, interna) tinham sido pensados por Plotino (205-270). O filósofo, seguidor das ideias de Platão, concebia o tempo como “alma em movimento, quando esta passa de um estado ou ato de experiência a outro” (BARROS, 2013, p. 548). Esse modelo de tempo, o interior, é intrinsecamente ligado à experiência humana e será coerente chamarmos de “tempo filosófico”.

Muitos séculos depois, em *A Crítica da Razão Pura* (1781), Immanuel Kant vai além do pensamento sobre o tempo limitado ao conceito de interno e externo. O filósofo concorda com os filósofos citados anteriormente sobre a existência dessa dualidade. Porém, Kant inova a filosofia sobre o tempo ao considerá-lo como uma competência inata do homem como caminho para conhecer o mundo. Kant não considera que o mundo seja uma situação dada – resultado da criação de uma inteligência divina e suprema – tendo apenas a contemplação como um método de conhecimento do mundo. O conhecimento, diferentemente, passa a ser, para Kant, uma produção ativa dos homens – e para eles mesmos. Assim, a passividade contemplativa é descartada por Kant como método. Os seres humanos, então, passam a produzir conhecimento por meio de associações entre fenômenos, realizando sínteses (que em grego significa “ligação entre dois fenômenos”²⁷). Dessa forma, para Kant o caminho para se conhecer o mundo seria, antes, conhecer os limites do conhecimento dos próprios seres humanos. Esse foi um dos giros antropocêntricos mais fortes do Iluminismo, ao colocar os seres humanos no centro do mundo, uma teoria seminal ao surgimento da modernidade.

Kant, em seu mergulho em busca das possíveis capacidades e limites do saber dos

²⁷ Etimologia: Do grego σύνθεσις, *synthesis*.

homens, identifica as competências inatas dos seres humanos como duas categorias do conhecimento: os conhecimentos *a priori* (com os quais todos nascemos e não depende de nenhuma percepção anterior) e os conhecimentos *a posteriori* (que dependem das experiências sensoriais). O conhecimento seria, para o filósofo, a combinação de ambos. Assim, ele une, em uma única filosofia do conhecimento, racionalistas como René Decartes (1629-1649) e empiristas ingleses como John Locke (1632-1704), George Berkley e David Hume (1711-1776).

Kant oferece os três principais exemplos de conhecimento inato, a priori: (a) a procura das causalidades, a busca do “o porquê” do mundo presente em todos os seres humanos, não inata aos animais; (b) o sentido de espaço, não como um dado do mundo, mas o que permite os seres humanos a conhecer a relação entre os fenômenos e o espaço métrico e topográfico onde os mesmos acontecem; e (c) o sentido de tempo, que, para o filósofo, também não é o dado do mundo. Esta última é uma categoria a priori do conhecimento mais complexa, quase como uma “tecnologia inata” para que possamos nos organizar, nos situar, nos movimentar e observar analiticamente os fenômenos no espaço e no próprio tempo.

Então, para Kant, o tempo é antes de tudo uma competência humana. E os limites dos seres humanos para conhecer o mundo estão limitados a tais competências inatas (a priori) e por nossas capacidades sensoriais humanas (a posteriori). Somam-se a essas condições os limites materiais, sociais e políticos à produção de conhecimento sobre o mundo.

A partir da teoria do conhecimento de Kant, podemos concluir que os seres humanos não podem gerar nenhum tipo de conhecimento que não seja a partir de sua própria temporalidade, a partir de sua noção humana de tempo interno (alma), externo (física) e de seu corpo, também inscrito no tempo (no presente temporal) e em todo o seu fluxo contínuo de passado e futuro.

• **Potencializando a competência tempo**

Se a perspectiva de tempo dos seres humanos, como competência inata do sentido de tempo, é um dos limites para o conhecimento do mundo, a ampliação da perspectiva temporal não seria um alargamento desse limite? Em outras palavras, ampliar a visão temporal, a priori (no sentido kantiano), não seria uma ampliação do conhecimento sobre os fenômenos observados no mundo? Sinteticamente, o historiador Braudel (2011), líder fundador da escola de Analles, defendia um novo tipo de recorte temporal mais amplo, de eventos de grande duração, para uma melhor produção de conhecimento do mundo. O termo “grande duração” não tem a métrica cronológica como referência, mas a colocação de marcos de temporalidade social de mentalidades coletivas,

O conceito de “duração” – e as concomitantes sensações de variação na velocidade do tempo, independentemente da passagem do tempo cronológico (o tempo do relógio e do calendário) – remete de certo modo ao que classificaremos mais adiante como um “tempo interno” (um tempo que é sentido ou percebido subjetivamente pelo ser humano, e não meramente um tempo cronométrico). (BARROS, 2013, p. 457)

Para Braudel (2011), os marcos temporais não cronológicos seriam marcados, principalmente, pela transição entre mudanças estruturais de mentalidades coletivas – o que, em si mesmo, demandaria um recorte temporal geralmente mais amplo, baseado em “temporalidades estruturais”.

Afinal, qual evento pode ser mensurado como de curta ou ampla duração (dependendo do fio histórico que se puxa, por exemplo, desde o presente até o passado infinito)? Ainda de acordo com Barros (2013), o historiador Michel Vovelle faz notar que algumas coisas “só podem ser percebidas quando o recorte é bastante amplo, isto é, talhado ao fio dos séculos” (VOVELLE, 2011 *apud* BARROS, 2013, p. 376). O olhar longo, dessa forma, permite pensar novos problemas, e revela novos objetos. Do mesmo modo, em *Arqueologia do Saber*, Foucault (1995) identifica uma íntima relação entre a possibilidade de pensar a “longa duração” e uma nova postura do historiador frente às fontes históricas (FOUCAULT, 1995, p. 3-20, *apud* BARROS, 2013, p. 376).

2.2.2 O jornalismo e o recorte temporal reduzido

O jornalismo é uma atividade centrada no tempo, que também é a base do trabalho de pesquisa do historiador. Bloch (1949) propôs uma definição de história, a contemporaneamente mais aceita: “a História é o estudo [ou a ciência] dos homens no tempo”. No campo jornalístico existem inúmeras definições, mas nenhuma “mais aceita” na área. A presente pesquisa optou por adotar a definição utilizada por Genro Filho (1997) que é similar a Park (1976): “o jornalismo é uma forma de compreensão do mundo, é uma forma de conhecimento”. Park define como uma forma de conhecimento entre o senso comum e o conhecimento metódico e racional (PARK, 1976, p. 129).

A diferença principal entre os recortes temporais no jornalismo e história – entre muitas outras – seriam as dimensões das representações de mundo produzidas pelos dois campos de estudo. Ambos produzem conhecimentos e representações sobre do mundo, mas com escalas temporais bem distintas. A história aborda o passado e sua complexa relação com o presente e o futuro. O jornalismo está mais focado no presente – e, por isso, muitas vezes produz fragmentos dispersos (PARK, 1979), descontextualizados no tempo e que não acompanham o fluxo contínuo da história (GENRO FILHO, 1997),

As notícias, por serem caracterizadas como bens altamente perecíveis, devem ser reportadas o mais rápido possível. “O jornalismo é, em certo sentido, uma espécie de ‘simulação’ da imediaticidade, uma vez que a realidade distante é reconstituída enquanto singularidade” (GENRO FILHO, 1987, p. 135)

Em nossa boa vizinha, a História, houve com a escola de Annales um forte movimento para a ampliação do recorte temporal para a produção de conhecimento mais qualificado sobre o mundo. No jornalismo e nas pesquisas acadêmicas não se encontrou eco de movimento e

força similar. A questão torna-se pertinente porque o jornalismo, assim como a História, também produz, não raras vezes, representações sobre eventos de longa duração. Mas, naturalmente, quase sempre tendo como ótica no que é *news*: os valores de notícia, no inusitado e no singular – naquilo que “rompe a superfície lisa da história” (RODRIGUES, 1993, p. 27). Mas, nesse processo, muitas vezes furta-se de incluir a contextualização temporal em sua produção.

O conhecimento produzido pela História – e suas pesquisas muitas vezes amplas – geralmente são ignoradas pelos jornalistas por diversos motivos. E os dois conhecimentos, mesmo quando se encontram na temática noticiosa, seguem geralmente materialmente separados. A presentificação do jornalismo e o contexto temporal da História permanecem, quase sempre, um de cada lado (do muro da segmentação acadêmica e científica).

A escola de Annales talvez seja a linha de historiografia mais próxima de um ponto específico jornalismo – a preocupação centrada a partir do presente: a escola defendia a compreensão de eventos/ações/fatos do mundo a partir do presente e, como segundo passo, retroagindo analiticamente ao passado e retornando ao presente novamente. Citando a escola, Alberto Dines (1986), afirma que “jornalismo e historiografia são primos – quando se pratica um com proficiência chega-se, inevitavelmente, ao outro”. O historiador Barros (2013) explica esta relação presente-passado-presente como um dos métodos da Annales:

Com a perspectiva dos Annales, o presente coloca as questões de sua época para o passado, estruturando-o a partir de uma problematização, e reciprocamente o passado recoloca novas questões para o presente, permitindo que na operação historiográfica não apenas o historiador compreenda o passado, tal como ocorre na perspectiva historicista mais tradicional (BARROS, 2013, p. 457)

A história escrita a partir do presente traz questões controversas como, por exemplo, o risco das conturbações “do agora”. O barulho e os ruídos da contemporaneidade poderiam comprometer o distanciamento temporal do pesquisador. Ou a tentativa de escrever a “história ainda em curso” parecia um método inseguro, quiçá incompleto. No entanto, Rioux (1999) sai em defesa da “história do presente” e, ao mesmo tempo, acaba por propor uma definição do conceito:

Essa história [do presente] de fato, por ser feita com testemunhas vivas e fontes proteiformes, porque é levada a desconstruir o fato histórico sob a pressão dos meios de comunicação, porque globaliza e unifica sob o fogo das representações tanto quanto das ações, pode ajudar a distinguir talvez de forma mais útil do que nunca o verdadeiro do falso. Pois se ela tem como missão, como toda história digna deste nome, mostrar evidência científica a das verdades materiais diante do esquecimento, da amnésia ou do delírio ideológico, (pensemos, por exemplo, nos que negam as câmaras de gás), ela sem dúvida está mais apta a explicar do que a verdade estatística da enumeração, da qual somos tão apreciadores; ela não evita ver em ação a verdade psicológica da intenção, a humilde verdade do plausível, a força da questão da memória sobre o curso do tempo. Um vibrato do inacabado que anima repentinamente todo um passado, um presente pouco a pouco aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas: é um pouco isto, a história do presente. (RIOUX, 1999, p. 49-50)

- **Jornalista como historiador do presente**

No jornalismo cada dia mais veloz, a retroação ao passado acontece, muitas vezes, em uma escala muito pequena ou quase nula. Quando se alonga, não costuma ir muito longe em períodos de longa duração. Por outro lado, quando relacionamos o jornalismo à história, não seria correto limitar os jornalistas apenas como “historiadores do presente” como defendem alguns teóricos. Seria importante reconhecer a fundamental importância dos registros históricos realizados por jornalistas que, muitas vezes, também resgatam e revelam materiais inéditos de referência historiográfica. Isto é, jornalistas também lançam mão, muitas vezes, de contextos temporais para além do presente em suas narrativas. Trabalhando com o tempo de maneira menos ou mais ampla temporalmente, naturalmente menos metodológica do que os historiografistas, a imprensa percorre caminhos similares ao das pesquisas históricas. No entanto, fica claro que o jornalista não está limitado a realizar apenas o papel “de historiador do presente”, mas também do passado ou ainda como mediadores de projeções sobre o futuro. O jornalista e professor David Renault ressalta esta similaridade entre história e jornalismo e seu grande potencial cooperativo:

O diálogo entre história e jornalismo, entre historiador e jornalista, pode se dar e se complementar de várias formas, permitindo, por meio da interdisciplinaridade e da utilização de conhecimentos intersolidários, construir um discurso histórico. As semelhanças dos métodos de pesquisa e da narrativa, entre outros aspectos, aproximam os dois campos que procuram cada vez mais transmitir informações, contar o presente, reconstituir o passado e preservar a memória de forma precisa e acessível a parcelas mais amplas da sociedade. É no dia-a-dia dos meios de comunicação que a produção das notícias, a reprodução dos fatos e acontecimentos, em maior ou menor proporção, retratam parte da realidade, ou seus fragmentos, transformando-se em material para os historiadores do futuro. (RENAULT, 2008, p. 41-42)

Como maneira de iniciar o acesso ao passado, dentro do próprio campo jornalístico, a professora Marialva Barbosa (2007) sugere a rica prática do resgate de páginas de jornais em seus arquivos históricos. O que significaria encaixar as peças do mosaico fragmentado de notícias, conferindo-as de sentido – ao costurá-las com a identificação de um novo “fio da história”. Apenas por meio desta prática cuidadosa e metodológica da historiografia (de reordenar o que foi narrado de forma fragmentada pelo jornalismo) é que se poderia fazer dos jornalistas das narrativas do passado “historiadores do presente (já pretérito)” de fato. Os registros dos jornalistas podem o que os historiadores destacam em suas narrativas:

Num primeiro momento a articulação comunicação e história se faz a partir da afirmação que os jornais diários estariam entre os “senhores da memória” da sociedade, ao selecionar temas que deveriam ser lembrados e ao esquecer outros, produzindo a partir de critérios subjetivos uma espécie de classificação de mundo para o leitor (Barbosa, 1993).

Quando os materiais produzidos pelos *media* (no presente ou no passado) se tornam muito fragmentados, os vestígios podem ser tão importantes quanto os registros mais amplos e contextualizados:

Recuperar o passado significa caminhar do agora numa direção pretérita a partir de traços, restos, vestígios que o passado deixa no presente. Significa considerar que os rastros são signos de representação. Seguir um rastro, significa percorrer um caminho já trilhado pelos homens do passado. Os rastros pressupõem que os homens do passado passaram por ali: são traços que ficaram de suas atividades, de suas obras (ferramentas, casas, templos, sepulturas, escritos, imagens) e que deixaram marca. Assim, ter passado por ali e ter posto uma marca se equivalem [...] Nos rastros que os meios de comunicação deixaram sobressai à materialidade dos meios: os jornais, as revistas, as imagens apagadas pelo tempo. Textualidades de uma época informando mais do que sobre a época. Materialidades que podem revelar circuitos e sistemas de comunicação (BARBOSA, 2007, p. 11).

A velocidade – cada vez mais acelerada — da imprensa muitas vezes não permite que os jornalistas mergulhem no passado, ignorando suas próprias folhas noticiosas, seus próprios rastros e arquivos (em grandes veículos, facilmente acessíveis por bancos digitais). O que limita as narrativas à superfície do presente imediato.

Nos recortes temporais utilizadas nesta pesquisa, isto é, na perspectiva temporal que os jornalistas lançam em relação ao que acontece antes e depois de um determinado acontecimento, também é possível perceber e, inclusive, classificar diferentes recortes temporais – para além do presente. Há, mesmo que em pouca frequência, algumas recuperações de memória e de história como veremos mais adiante.

Metologicamente, as classificações de recortes temporais nesta pesquisa são meras organizações de progressões dimensionais e não tipos absolutos de tempo (conforme o CAPÍTULO 5 - Procedimentos Metodológicos). Mas vale concordar com as críticas mais comuns, de diversos autores, de que a imprensa parece quase sempre produtora de uma visão imediatista sobre o mundo, descolando-se, muitas vezes, de seu contexto histórico mais elementar. Então, o problema não seria o fato da imprensa estar eliminando o presente ou o passado, mas a atitude de tratá-lo como uma temporalidade curta ou marginal. Isto é, no momento em que o fazer jornalístico contempla “o antes” e “o depois” de um acontecimento de forma rasa ou até mesmo insignificante, marginaliza-se tanto a história quanto o futuro — comprometendo assim a compreensão sobre o fenômeno reportado (ao configurá-lo apenas no presente referencial).

2.2.3 Marginalizando a potencialidade tempo

Quando refletimos à luz da teoria de Kant de que o tempo é uma das nossas competências inatas, o conhecimento que é produzido pelo jornalismo – pelo ponto de vista do tempo – parece partir de uma perspectiva temporal especialmente limitada. Seria uma redução deliberada da nossa competência (pelas exigências da rotina do ofício, entre outros fatores)? Talvez a redução do recorte temporal no jornalismo esteja diminuindo a abrangência da nossa competência temporal (*a priori*) e, de maneira associada, prejudicando, por consequência, também a nossa competência sensorial (*a posteriori*). De maneira que a redução do recorte temporal talvez esteja reduzindo a presença de fontes e vozes nas notícias, em outras palavras: trazendo menos

personagens e menos pontos de vista nas reportagens. E, por dedução provisória, essa contração temporal representaria uma limitação do conhecimento mais plural sobre o mundo. Contudo, o imediatismo é uma das principais marcas do jornalismo: “dentro das linhas mestras sobre as quais o jornalismo foi construído, tudo é momentâneo, tudo é circunstancial” (CRUZ, 2014, p. 125). O que Robert E. Park (1976) chegou a denominar como “presente especioso” (ou presente enganador).

- **A imbricação contemporânea entre presente, passado e futuro.**

A ideia da escola de Annales de estabelecer uma reciprocidade entre as duas temporalidades, o passado e o presente – sem deixar de assumir a sua alteridade – foi posteriormente questionada por autores diversos que não se identificavam com os Annales, como Reinhart Koselleck (1923-2006) e Paul Ricoeur (1913-2015). Koselleck tem como objeto de estudo os modos de perceber a relação entre passado, presente e futuro e suas múltiplas e complexas diversificações. O historiador alemão investiga em um dos ensaios da obra *Futuro-passado* (1979) como sociedades distintas perceberam de modos diferentes a relação entre o passado, denominado pelo autor como “campo da experiência”, e o futuro denominado como “horizonte de espera” (KOSELLECK, 2006). O autor também tem como referência teórica, assim como Aristóteles, a dualidade entre o tempo físico (externo) e o da alma (interno). É no terceiro ponto que Koselleck foca sua reflexão.

Koselleck parte do pressuposto de que a atualização do passado (a experiência) e a atualização do futuro (a expectativa) são presenças sentidas de modo fundamentalmente diferente pelo humano. Mais ainda, torna-se particularmente importante compreender não apenas o passado ou o futuro em si mesmos, mas a relação entre ambos (BARROS, 2013). Como a experiência e as expectativas são sentidas de formas distintas, Koselleck cria o conceito de “tempo múltiplo”. Isto é, as pessoas vivem e vivenciam na alma temporalidades diferentes e simultâneas. Alguns vivem mais no futuro e outros mais no passado – e a existência de ambas é marcada pela assimetria. A tensão entre os dois polos varia em relação à história de cada indivíduo, de uma sociedade, de sua cultura ou de suas práticas sociais.

Koselleck utiliza como exemplo a forma com que a nossa percepção de tempo muda conforme a nossa idade. Na infância, na adolescência, na vida adulta e na velhice, o passado e o futuro são percebidos de forma muito diferenciada. A cada “novo presente” altera-se radicalmente a relação interna entre passado e futuro. O presente, muito móvel e dinâmico, seria um eixo não material, complexo e subjetivo, que gera “funcionalmente” a variação dessas duas percepções.

Na definição de “experiência” (o passado) oferecida pelo autor, ele esclarece que a experiência é complexa e não é apenas aquela vivida diretamente pelo indivíduo no mundo. Os conhecimentos indiretos, produzidos por pessoas alheias, também compõem o arcabouço de experiências:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Neste sentido, também a História é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias (KOSELLECK, 2006, p. 309).

A “expectativa” (o futuro) é constituída por um amplo espectro de sensações que geram sentidos de antecipação do que ainda está por vir. Nossos desejos, nossas ansiedades, nossos medos e esperanças podem ser fundadas na razão ou por outros aspectos subjetivos e objetivos que os sustentam de maneira variável e dinâmica. Todo o conjunto desses elementos que apontam para o futuro faz parte do “horizonte de expectativas”. Esse horizonte é representado por uma linha a qual não alcançamos, mas caminhamos em direção a ela:

horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado; a possibilidade de se descobrir o futuro, embora os prognósticos sejam possíveis, depara-se com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada (KOSELLECK, 2006, p. 311).

Essa “expectativa” (do futuro) alimenta-se da “experiência” (da herança do passado), entrelaçando o passado e o futuro. Mas também é vivida no hoje (no presente), formando tanto o “futuro-presente” (a vivência de um futuro que ainda não ocorreu) quanto o “passado-presente” (a vivência de um passado que ainda está na memória da experiência). Ambas as categorias é que consolidam esse entrelaçamento.

Seria possível relacionar, de muitas maneiras, a teoria de Koselleck com várias teorias do jornalismo, desde o fazer jornalístico (*newsmaking*) e das rotinas produtivas envolvidas, entre outras. Enfim, muitos e extensos estudos poderiam ser feitos nesse sentido. Porém, em nosso caso, torna-se mais adequado nos atermos ao objeto desta tese: os recortes temporais da cobertura da imprensa. Como o “espaço de experiência” é constituído também por conhecimentos alheios e indiretos a quem vive as experiências, pode-se afirmar que o jornalismo, ao escolher um recorte mais ou menos amplo do passado-presente também, talvez, acabe por colaborar na produção de um “espaço experiência” de maneira pública de forma mais reduzida, mais especificamente na esfera pública (HABERMAS, 1984). Logo, quanto menor o recorte, talvez menos plurais e diversas sejam as experiências oferecidas ao público. Mas, vale lembrar, esse passado está diretamente entrelaçado como o futuro, de forma que a amplitude do passado experimentado por meio da imprensa afetará de maneira complexa, e possivelmente imprevisível, o futuro (o “horizonte de expectativas”).

2.2.4 Ricoeur: experiência e narrativa

Paul Ricoeur oferece uma das principais contribuições no esforço de se compreender a relação entre a complexidade do tempo e das narrativas na obra *Tempo e Narrativa* (1981).

Seu objeto de estudo é precisamente a relação entre “tempo vivido” e “narração”, isto é, entre “experiência” e “consciência”, respectivamente (BARROS, 2013). Entre tempos diferentes, como o mencionado “tempo lógico” (externo) de Aristóteles e o “tempo da alma” (interno) de Santo Agostinho, Ricoeur constrói a sua proposta de uma interação entre ambas as narrativas históricas.

Estes dois modelos de tempo, o tempo exterior da intriga e o tempo interior da alma, são os dois polos a serem colocados em interação pela narrativa histórica proposta por Paul Ricoeur, que busca acomodar o tempo interno agostiniano à intriga [lógica] aristotélica²⁸ (BARROS, 2013, p. 2443). A concepção interna do tempo de Santo Agostinho oculta o tempo do mundo físico (externo), e a concepção cosmológica do tempo de Aristóteles oculta o tempo da alma (interno) em sua obra *A Arte Poética*. Em uma das primeiras teorias literárias da história, o filósofo grego analisa, por meio da lógica, a intriga nos textos antigos.

Para Ricoeur, o tempo se torna humano quando é “organizado à maneira de uma narrativa” de modo a “retratar os aspectos da experiência temporal” (RICOEUR, 2010, p. 124), registrando-a. Assim, a temporalidade segue um plano da intriga, algo similar a um roteiro de muitas fases que serve como fio condutor: “narrar é ressignificar o mundo na sua dimensão temporal, na medida em que narrar, contar, recitar e fazer a ação seguindo o convite do poema” (RICOEUR, 2010, p. 81). Garcin-Marrou (1996), nesse sentido, estuda a temporalidade no jornalismo na representação narrativa do acontecimento baseado em Ricoeur. Para ela, os fatos estão inscritos em um processo histórico – e nunca podem acontecer fora do fluxo da história e de seu contexto temporal,

se inscrevendo sobre uma memória social, política e histórica: esta [reportagem] desempenha um papel para a compreensão e a designação do próprio acontecimento. Este não surge num vazio histórico; ele se articula a um passado que tem uma carga de significações e que dá forma à sua percepção atual (GARCIN-MARROU, 1996, p. 49)

No estudo realizado por Garcin-Marrou (1996), baseado na análise do discurso – percurso metodológico diferente desta tese – chegou-se à conclusão de que duas matérias analisadas sobre o norte da Inglaterra articulavam os três tempos simultaneamente: passado, presente e futuro. E, sem esta articulação, a tessitura da trama ficaria sem sentido, e graças à contextualização nos três tempos houve a possibilidade de conferir inteligibilidade aos fatos narrados. Portanto, uma narrativa não conseguiria se sustentar em um presente puro, inexistente. Para se sustentar de forma compreensível é necessária alguma referência temporal histórica. No caso do jornalismo, o contexto precisa existir nem que seja de maneira rasa, marginal: um presente “com passado” ou “com futuro” de recorte temporal curto ou curtíssimo — a serem denominados nesta pesquisa como “presente instantâneo” e “presente imediato”, respectivamente, a serem tratados na metodologia desta pesquisa.

²⁸ A intriga Aristotélica é composta pela discordância com a concordância, sem eliminar a primeira. Esta síntese do heterogêneo, que é a intriga, assim como a metáfora, faz aparecer na linguagem o novo, o inédito, o ainda não dito (REIS, 2011)

2.3 PLURALIDADE

2.3.1 Alguns conceitos sobre pluralidade e representações

Neste capítulo, trataremos do percurso das ideias Iluministas de Immanuel Kant (1786) — voltadas ao alcance da maioria e ao esclarecimento por meio do pensamento autônomo, tendo como referência a liberdade de consciência e de expressão como condição necessária ao esclarecimento — até os conceitos contemporâneos de pluralidade democrática.

Tais valores foram seminais para a promessa dos ideais burgueses pré-revolução francesa — processo que colaborou para o surgimento da esfera pública e do seu alargamento por meio do nascimento da imprensa (HABERMAS, 1984). Da mesma maneira que Copérnico afirmou que os planetas giravam em torno do sol (e não o contrário), Kant também afirma que o conhecimento não é um reflexo do objeto situado no exterior, mas é o espírito que constrói o saber.

A propagação da imprensa periódica no século XVIII foi fundamental para alimentar os espíritos da época na construção coletiva do saber sobre a realidade pública. Porém, a reflexão sobre que tipo de conhecimento sobre a realidade que a imprensa produz torna-se fundamental para nosso estudo — no sentido de analisar quando e em quais circunstâncias esta produção estaria mais ou menos voltada ao esclarecimento, i.e., ao uso não-tutelado da razão (Kant, 1784). No sentido de compreender quando a imprensa, instituição da esfera pública por excelência (Habermas, 1984), colabora ou prejudica a construção do pensamento autônomo dos indivíduos, principalmente em relação a seus limites e potencialidades, no que diz respeito à singularidade da narrativa jornalística focada no presente.

Foco no presente que ocorre de maneira que, muitas vezes, a retrospectiva histórica e as projeções de futuro relativas a um determinado acontecimento jornalístico são esquecidas na prática jornalística. Como, então, a falta de alargamento temporal estaria afetando a pluralidade de vozes, e, conseqüentemente, gerando um conhecimento especioso, enganador (PARK, 1976)? Pluralidade que, por estar pautada pela autonomia dos diversos falantes, torna-se fundamental para o desenvolvimento da autonomia dos ouvintes; em outras palavras, essencial ao esclarecimento.

2.3.2 Iluminismo e Pluralidade

O Século das Luzes, conhecido como Iluminismo ou *Aufklärung*, ocorreu no século XVIII. Foi o período de grande otimismo na potencialidade da razão em organizar o mundo humano. No Renascimento, iniciou-se a resistência da ideia de que o princípio da autoridade era um destino natural e sagrado para a organização do mundo. No Iluminismo se ampliou a busca do poder da razão como maneira dos seres humanos construírem seu próprio destino.

O termo Iluminismo indica um movimento de ideias que tem suas origens no século XVII (ou até talvez nos séculos anteriores nomeadamente no século XV, segundo

interpretação de alguns historiadores), mas que se desenvolve especialmente no século XVIII, denominado por isso o “século das luzes”. Esse movimento visa estimular a luta da razão contra a autoridade, isto é, a luta da “luz” contra as “trevas”. Daí o nome de Iluminismo (...); seu programa é a difusão do uso da razão para dirigir o progresso da vida em todos os aspectos. (BOBBIO, 2007, p. 605)

Duas maneiras distintas de observar o mundo criaram as principais bases para o surgimento do Iluminismo: o racionalismo de Descartes (2010) e o empirismo de Locke (1999) e Bacon (1979). Descartes defendia que o poder da razão estaria em perceber o mundo por meio de ideias claras, com distinções conceituais nítidas. O filósofo tinha o gosto pela evidência intelectual, pelo exercício da dúvida metódica e pela descoberta de respostas a partir do juízo racionalista humano. Locke e Bacon estruturam as bases para a construção do conhecimento nos sentidos e na experiência dos seres humanos (empirismo) como melhor maneira para apreensão da realidade.

Outra forte influência para o surgimento do Iluminismo foi a utilização da ciência experimental por Galileu Galilei no século XVII. O método experimental cultivou outros campos de pesquisa que criaram as bases para um novo tipo de ciência, baseada na técnica, fundando novos seres humanos que passam a não serem apenas contempladores da natureza. A humanidade passou a querer conhecê-la (a natureza) para dominá-la.

A partir do exercício da razão, essa mesma natureza passa a perder a sacralidade. A tese do direito divino dos reis começa a cair por terra. A razão não consegue suportar crenças, mas sim o sentido racional do mundo prioritariamente. Na ocasião, mesmo os reis autoritários tentaram absorver o discurso liberal, procurando agregar os ideais Iluministas aos seus governos com o objetivo de ocultar o autoritarismo – eram os chamados, na época, de reis déspotas esclarecidos. A exaltação do poder do homem tem como origem, de acordo com Châtele (1974), da constatação de que:

A segurança do filósofo é a segurança do burguês que deve à sua inteligência, ao seu espírito de iniciativa e de previdência, o lugar que tem na sociedade. Esta emancipação do homem, no qual Kant vê os traços distintivos do Iluminismo é a emancipação de uma classe, a burguesia, que atinge sua maioridade. (DESNÉ apud CHATELÉ, 1974, p.74)

O capitalismo ganha força principalmente com a criação da máquina a vapor, também no século XVIII, o século das revoluções burguesas. Em 1688, a Revolução Gloriosa destrona os Stuarts absolutistas e, em 1789, a Revolução Francesa depõe os Bourbons. A onda liberal atinge as Américas do Norte e do Sul com a Independência dos EUA (1776) e a Inconfidência Mineira (1789). Isaac Newton e Reid são os representantes dos Iluminismo inglês. Montesquieu, Voltaire e Rousseau representam as ideias revolucionárias da França. Na Alemanha, a produção literária iluminista tem nomes como Lessing, Wolff, Baumgarten. Mas Kant foi o filósofo de maior destaque desse período, criando uma obra sistematizada que marcará a filosofia moderna e contemporânea.

Immanuel Kant (1724-1804), alemão, na obra *Crítica da Razão Pura*, critica a ideia de “razão pura”, uma razão independente da experiência. A principal pergunta de Kant é “Qual é o valor dos nossos conhecimentos e o que é conhecimento?”. Para Kant, a razão como “pura” era questionável. Isto é, o conhecimento não poderia ter como origem apenas os nossos próprios pensamentos, internamente. Para ele, o exterior, a experiência sensível, também fornecia elementos imprescindíveis para a formação do conhecimento. Logo, a razão necessitava da experiência, de maneira a complementarem-se mutuamente. Assim, Kant tenta resolver a oposição entre racionalismo (Descartes) e empirismo (Locke): unindo-os, porém refutando-os quando colocados isoladamente.

Para Kant (1996), o conhecimento era composto de “matéria” (empirismo) e “forma” (racionalismo). A “matéria” são as coisas, os próprios objetos estudados a partir da experiência sensível em relação a ela. A “forma” somos nós mesmos, a maneira como racionalizamos, compreendemos, interpretamos, categorizamos, sistematizamos e imaginamos a matéria. Ambas são valorizadas e interdependentes no pensamento kantiano. Porque, para conhecermos as coisas, precisamos ter uma experiência sensível delas. Mas isso seria impossível sem darmos formas às coisas em nossos pensamentos a partir de categorias, formas e classificações existentes antes mesmo da experiência.

Segundo Kant, o tempo e o espaço não são objetos da realidade externa. Ambas são formas que o sujeito coloca nas coisas. Assim, o objeto pode receber diferentes racionalizações dentro de uma diversidade infinita de tempos e espaços. As interpretações sobre um determinado objeto, por exemplo, podem sofrer alterações substantivas quando a ótica sobre esse objeto varia no tempo ou no espaço (KANT, 1996).

Quando dizemos que alguma coisa existe, por exemplo, a “crise hídrica” (a falta de água) e que “tal existência é consequência de determinados fatos”, temos, de um lado, coisas que percebemos pelo sentido (a falta d’água), mas, de outro, algo que escapa aos nossos sentidos: as categorias de substância, de causalidade, de existência em determinada classificação sistematizada. Estas últimas são “formas”, colocadas pelos próprios sujeitos em seu intelecto. E não são postas pela experiência. Desta maneira, segundo Kant: “O nosso conhecimento experimental é o composto do que recebemos por impressões e do que nossa própria faculdade de conhecer de si mesma tira por ocasião de tais impressões” (KANT, 1996).

Para Kant é impossível conhecer as coisas fielmente como elas são em si, o que o filósofo denomina como *noumenon* (Nomeno ou “a coisa-em-si”). A apreensão desta realidade não é acessível aos seres humanos. Apenas conseguimos conhecer o que aparece na experiência sensível, ou seja, o que surge como fenômeno. A partir daí, inevitavelmente e imediatamente o sujeito põe forma sobre o objeto a partir de sua razão, de seu próprio entendimento (existente anteriormente à experiência).

Kant inova neste ponto, ao afirmar que a realidade não é um dado exterior em que, para o intelecto, resta apenas a constatação do objeto. Ao contrário, no momento do aparecimento

do objeto (“matéria”) também participamos de sua construção (“forma”). Portanto, no processo de construção do conhecimento, a constituição se dá *a priori* pela “forma” do conhecimento pré-existente de mundo. Este sentido anterior adere à experiência e resulta, finalmente, em um determinado conhecimento que ocorre em quatro estágios: (1) “formas” pré-existentes na mentalidade do sujeito → (2) experiência com a “matéria” → (3) “formas” pré-existentes postas sobre a matéria → (4) formação do conhecimento pela relação dual (entre “formas pré-existentes” e experiência com a “matéria”).

Os seres da metafísica, Deus e Anjos, por exemplo, não podem ser conhecidos na perspectiva de Kant em razão da ausência de materialização, isto é, da impossibilidade da experiência. O que leva este pensamento ao agnosticismo (não conhecer Deus) que não pode ser confundido com ateísmo (negação da existência de Deus). No agnosticismo é impossível negar ou afirmar a existência de Deus. Em uma obra posterior, *Crítica da Razão Prática*, Kant deduz a existência de Deus, a liberdade humana e o que ele chama de “sumo bem” (KANT, 1996). Elementos que não podem ser observados empiricamente, mas que, para o filósofo, exercem sua existência no comportamento e na percepção de mundo dos seres humanos.

O idealismo transcendental de Kant tem como base a transcendência, que significa tudo aquilo que é anterior à experiência. Kant faz a acepção de transcendental como sendo toda a condição “a priori” que possibilita o conhecimento. Transcendental é a doutrina das condições “a priori” do nosso conhecimento “Chamo transcendental a todo o conhecimento que em geral se ocupa menos do objecto do que do nosso modo de conhecer, na medida em que este deve ser possível a priori” (KANT, 1996, p. 25).

Da mesma maneira que Copérnico disse que os planetas giravam em torno do Sol (e não o contrário), Kant também afirma que o conhecimento não é um reflexo do objeto exterior, mas que é o espírito quem constrói o saber. E a propagação da imprensa periódica no século XVIII foi fundamental para alimentar os espíritos da época nesta construção coletiva do conhecimento sobre a realidade pública.

• **Habermas: Saber pela consciência ou pela compreensão?**

Os ideais organizados por Kant (1996) e pela filosofia da consciência são colocados sob suspeita – porque o problema é que a consciência dos sujeitos não responde à todas as situações concretas, pois é falível. A percepção e a dedução são limitadas. Rompemos com os paradigmas da filosofia da consciência a partir de algumas contribuições da filosofia da linguagem. A “reviravolta linguístico-pragmática” representa uma nova forma de conceber o problema da relação entre sujeito e objeto, bem como sobre a construção do conhecimento. Com o pensamento do filósofo Jürgen Habermas, é possível sustentar uma crítica ao apriorismo subjetivista de Kant. Segundo Habermas,

O paradigma da filosofia da consciência encontra-se esgotado. Sendo assim, os sinto-

mas de esgotamento devem dissolver-se na transição para o paradigma da compreensão (Habermas, 1998, p. 176).

Isto é, “uma tomada de consciência” sobre um acontecimento, de maneira uníssona, acaba sendo inviável. Por outro lado, vários pontos de vistas formariam um conjunto de questões, informações, evidências, provas, dados, etc, que comporia um conhecimento muito mais ligado a uma “compreensão” do que a uma “consciência”.

Considerando que a última traz uma pesada carga etimológica e simbólica de “verdade”²⁹, quase que absoluta – portanto, utópica, Habermas (1999) propõe o fim das pretensões de fundamentação última do saber. Para o filósofo, o acordo e o consenso, baseado em uma ação dialógica e racional – do debate sem constrangimentos, de maneira plural e em igualdade de condições – seriam o melhor caminho para a compreensão de conhecimentos racionais e válidos e, portanto, aceitos pela sociedade. O que levaria, por fim, a uma esfera pública mais qualificada e mais democrática – se aproximando, assim, muito mais do ideal Iluminista do esclarecimento kantiano, uma vez que a maioria, o pensamento autônomo, se adequaria à defesa da livre expressão dos diversos pontos de vista postulados no conceito de esfera pública habermasiano. Principalmente quando esta diversidade de óticas é exercida publicamente, como condição necessária para a promoção da maioria tanto dos ouvintes, também de maneira solidária e intersubjetivamente.

A falibilidade da consciência sobre o conhecimento revela que os sujeitos não possuem a última palavra, mas buscam dar validade a suas ideias em conjunto com suas experiências objetivas – baseando-se na práxis da vida, estabelecendo um saber a ser reconhecido por meio da interação entre os sujeitos. Habermas aponta para a formação do sujeito de maneira a alcançar uma competência interativa, onde poderia questionar as “pretensões de validade” embutidas na linguagem institucionalizada, através da argumentação, e buscar o entendimento (consenso) sobre a validade dos conhecimentos e dos acontecimentos sociais.

²⁹ Abbagnano (1998) em sua obra *Dicionário de Filosofia* oferece vários conceitos sobre o sentido de VERDADE, alguns similares, outros diferentes, complementares ou até mesmo contraditórios. O principal é que a VERDADE é a que tem “Validade ou eficácia dos procedimentos cognoscitivos. Em geral, entende-se por V. a qualidade em virtude da qual um procedimento cognoscitivo qualquer torna-se eficaz ou obtém êxito. Essa caracterização pode ser aplicada tanto às concepções segundo as quais o conhecimento é um processo mental quanto às que o consideram um processo lingüístico ou semiótico”. Lancemos mão também da definição de VERDADE, do mesmo autor, mais próxima ao sentido iluminista (ou moderno) do termo: “Segundo Kant, o critério pode referir-se só à forma da V., ou seja, do pensamento em geral, e consiste na conformidade com ”as leis gerais necessárias do intelecto“. ”O que contradiz essas leis“ — afirma Kant — ”é falso, porque o intelecto nesse caso contradiz suas próprias leis, portanto a si mesmo.” Todavia, esse critério formal não basta para estabelecer a verdade material, ou objetiva, do conhecimento; aliás, a tentativa de transformar esse cânone de avaliação formal em órgão de conhecimento efetivo não passa de uso dialético, ou seja, ilusório da razão {Crít. R. Pura, Lógica, Intr., III; Logik, Intr., VII}. Esse critério foi acolhido e acentuado pelos neokantianos, sobretudo pelos da Escola de Baden. Windelband considerava que o objeto do conhecimento, aquele que mede e determina a V. do conhecimento, não é uma realidade externa (que como tal seria inalcançável e incognoscível), mas a regra intrínseca do próprio conhecimento {Präludien, 1884,4 a ed., 191 1, passim}. Rickert identificava o objeto do conhecimento com a norma à qual o conhecimento deve adequar-se para ser verdadeiro {D er G egenstad der Erkenntnis, 1892}. Nesses neokantianos, a conformidade com a regra — que Kant propusera simplesmente como critério formal de V. — torna-se a única definição de V.“

Trata-se de uma filosofia da história distinta da perspectiva marxiana. O processo de emancipação do sujeito (em que Marx havia a baseado na crítica da economia política para a desalienação dos indivíduos) passa a ser compreendido por Habermas como um processo de comunicação. O diálogo sem coações externas constitui, portanto, a saída da alienação, para evitar a perda da individualidade do sujeito e para a recuperação da autonomia da sociedade.

Neste ponto, no artigo *Resposta à Pergunta: O que é esclarecimento?*, Kant se aproxima muito do futuro pensamento de Habermas. No texto, o pensador clássico do Iluminismo não defende apenas a filosofia da consciência, do juízo autônomo e não tutelado. Advoga também, breve, mas claramente, pela necessidade da interação comunicativa como prática contra a alienação. Isto é, pela intersubjetividade entre os homens a partir da compreensão mútua entre os indivíduos, de forma livre e sem constrangimentos. Assim, mesmo que Kant (1996) não categorize e distinga a relação “consciência” versus “compreensão pela intersubjetividade”, ele aborda ambas: a primeira como conceito basilar de maioridade e menoridade, e a segunda como método para se alcançar uma maior diversidade de pontos de vistas para, assim, estabelecerem uma melhor compreensão do mundo.

A presença desses componentes acerca da intersubjetividade no artigo de Kant torna-o válido e atual no século XXI; a seguir, as ideias de Kant apresentadas em seu texto dialogam não apenas com filósofos da época, como também com os pensadores contemporâneos como Habermas, Karl Otto-Appel, entre outros.

2.3.3 Resposta à Pergunta: o Que é Esclarecimento?

Esclarecimento (*Aufklärung*) significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável. A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. É a si próprio que se deve atribuir essa minoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro. *Sapere aude!* Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é portanto a divisa do Esclarecimento. (Kant, 1783, p. 1)

No sentido da construção do saber por meio do espírito, dois anos após lançar *Crítica à Razão Pura* (1781), Kant publica em 1783 o texto “*Resposta à Pergunta: O que é esclarecimento?*”. A intenção do filósofo era fazer uma forte defesa do espírito humano, em favor da livre consciência dos indivíduos. Na obra anterior, é pelo espírito que se constitui o conhecimento da realidade do mundo. Logo, a construção deste conhecimento, para Kant, deveria ser consequência de uma ação livre e racional de cada pessoa – e não ser imposta, induzida ou tutelada.

No início do referido texto, escrito em formato de artigo, Kant define o esclarecimento (*Aufklärung*) como a “a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado”, menoridade essa que seria a própria incapacidade do indivíduo de usar o seu entendimento sem ser auxiliado por outra pessoa (KANT, 1783, p. 6). Para o esclarecimento, o homem teria que ser corajoso e fazer uso de seu próprio entendimento. Eis a famosa frase que Kant emprega: *Sapere*

Aude: ‘atreva-se a saber’ ou ‘ouse saber’. Ou seja, a razão sendo um exercício da autonomia e, sendo essa autonomia livre, seria possível atingir a ‘maioridade’ por meio do uso livre da razão.

Ora, se em *Crítica da Razão Pura*, o conhecimento de mundo acontece principalmente pelo espírito, ele reforça no novo artigo a necessidade do caráter livre necessário à construção destes conhecimentos pela garantia da diversidade de pontos de vista (consciência). E que a tutela da consciência embota a capacidade intelectual dos indivíduos:

É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um método que por mim decide a respeito de minha dieta, etc., então não preciso esforçar-me eu mesmo. Não tenho necessidade de pensar, quando posso simplesmente pagar; outros se encarregarão em meu lugar dos negócios desagradáveis (KANT, 1783, p. 6)

Não se trata da defesa da negação do conhecimento de terceiros. Ao contrário, o pensador aposta na reflexão livre e crítica sobre estes conhecimentos. Kant afirma que não devemos aceitar conhecimento de terceiros como verdades absolutas e que, tampouco, devemos aceitar passivamente regras e leis estabelecidas para o nosso pensamento.

Contudo, fazer um uso livre da razão ou do entendimento não significa pensar com ausência de regras. É na verdade o inverso: trata-se de raciocinar e refletir apenas com base nas regras que a própria razão humana oferece. Tal pensamento fica mais claro em outro texto em que Kant afirma:

[...] a liberdade de pensamento significa que a razão não se submete a qualquer outra lei senão àquela que dá a si própria. E seu contrário é a máxima de um uso sem lei da razão (para desse modo, como sonha o gênio, ver mais longe do que conservando-se limitada por leis). (KANT, 1974, p. 92).

Curiosamente, no *Resposta à pergunta: O que é esclarecimento?*, há um trecho ainda muito pouco observado pelos diversos filósofos que estudam o artigo (podem existir, porém, não foram encontradas estudos a respeito). Trata-se de um aspecto que vai além da defesa do pensamento autônomo. No referido trecho, Kant defende, quase que metodologicamente, uma das maneiras para se promover o esclarecimento: a divulgação pública de diversos pontos de vista (pluralidade), de maneira livre e sem constrangimentos. Para apresentar seu método, ele parte para um formato de aconselhamento. E tece elogios a um modelo de príncipe ideal, imaginário, exemplar, como maneira de sensibilizar as cortes e à aristocracia de seu tempo para a permissão da livre consciência e expressão.

Sob seu reinado, honoráveis eclesiásticos, a despeito de seu dever de função, têm a permissão [do príncipe], em qualidade de eruditos, **de apresentar livre e publicamente ao exame de todos os juízos e pontos de vista que se afastam aqui ou ali dos símbolos adotados**; melhor ainda, esse direito é concedido a todos que não se encontram limitados por seu dever de função. Esse espírito de liberdade estende-se também ao exterior, mesmo onde deve lutar com os obstáculos externos de um governo que ignora sua verdadeira missão. Pois mostra a este, por seu exemplo brilhante, que

ali onde reina a liberdade nada há a temer para a tranqüilidade pública e unidade do Estado. (Kant, 1783, p. 7, grifo nosso).

Contudo, não seria adequado interpretar a passagem acima como uma defesa da nobreza por parte de Kant. É preciso contextualizar o texto historicamente: na época em que o artigo foi escrito, faltavam apenas três anos para a primeira fase da Revolução Francesa (1789-1799). O crescimento dos ideais republicanos pela Europa ameaçavam as nobrezas em todo o continente. Portanto, Kant não poderia enfrentar as monarquias e as aristocracias em estado latente, de alta tensão. Afinal, a nobreza europeia havia recebido a *Crítica da Razão Pura* (KANT, 1996) em 1781, que, na prática, questionava o pensamento místico religioso como forma de obtenção de conhecimentos válidos e valorizava o poder da razão humana. Em 1791, no auge da primeira fase da revolução, uma comissão de censura na então Prússia (na atual Alemanha) foi instaurada e proibiu Kant e outros filósofos iluministas de tratar sobre assuntos religiosos, calando o pensador por sete anos.

O pensamento foi um dos propulsores do Iluminismo que, mesmo com tentativas de adoção por reis e principados, se tornava incompatível com a crença na autoridade divina da nobreza, deslegitimando-a como “poder natural”. O artigo, portanto, parece ter exercido duas funções: preservar a cátedra do autor e, ao mesmo tempo, manter a defesa pública da autonomia e da liberdade de consciência dos indivíduos. Desse modo, Kant não deixa de exercer publicamente o exercício da razão, estando, em certa medida, o seu discurso coerente com o seu pensamento.

O mais importante, na citação anterior, em relação a nossa pesquisa, é perceber como Kant era um pensador muito à frente de seu tempo. A forte defesa da diversidade de pontos de vista como método, mesmo que de maneira genérica, é uma clara bandeira pela liberdade de consciência e de expressão, um ideal fundador do Iluminismo e da imprensa. Para Kant, as opiniões devem entrecostar-se livremente. O filósofo defende o mesmo ponto de vista também em outra obra, *Teoria e Prática* (1972):

O verdadeiro caminho é a liberdade, e, concretamente, a liberdade de opinião e de imprensa. O soberano não é divino, e pode errar; é necessário, portanto, conceder aos cidadãos, com o beneplácito do próprio soberano, o direito de emitir publicamente suas opiniões e a liberdade de escrever. O alargamento do debate público é condição do progresso (KANT, 1972, p.47-8)

Mas, afinal, seria o Esclarecimento uma meta possível de ser alcançada? De acordo com Kant, “se se fizermos a pergunta – vivemos nós agora em uma época esclarecida? – a resposta é: não. Mas vivemos em uma época de esclarecimento” (Kant, 1783, p. 4). É importante destacar que a palavra alemã *Aufklärung* é um substantivo que tem como origem o verbo “esclarecer” (*aufklären*). A terminação *-ung* coloca o termo como um processo, um movimento. Logo, os seres humanos não podem se considerar completamente esclarecidos. Afinal, trata-se de um processo constante, em que os indivíduos necessitam se engajar como agentes ativos deste movimento. Portanto, o esclarecimento pode ser interpretado muito mais como uma postura, um caminho, do

que propriamente um resultado ou uma meta específica à humanidade. Compreender esse ponto é importante para situar historicamente o conceito de esclarecimento na época e também neste século XXI.

Quando Kant escreve em “*À paz perpétua*” sobre a publicidade das máximas como critério para se avaliar os procedimentos do direito e da política (KANT, 1795), ele está pressupondo que a publicidade encontre um âmbito onde ela possa ser ponderada por um uso público da razão, ou seja, a publicidade, assim como a liberdade de imprensa, só faz sentido se existir onde os únicos critérios para se assumir uma determinada posição sejam bons argumentos, em diversidade de pontos de vista (conforme o artigo *O que é esclarecimento?*). Recorrer a sentimentos ou a uma suposta capacidade humana de intuição constituem aquilo que Kant qualificou como misticismo, portanto, inaceitável como gerador de conhecimento válido.

Quiroga (2013) na obra *Pensando a episteme comunicacional*, aborda a inclusão da atualidade como uma referência importante à produção do conhecimento. Em especial, o autor destaca “o crivo fundamental exercido pelo tempo na produção do conhecimento, mais precisamente pela presença do presente” (QUIROGA, 2013, p. 29).

O autor reflete sobre o tempo e o presente, mais especificamente no que se refere à “atualidade discursiva” (FOUCAULT, 1984 apud QUIROGA, 2013, p. 55). Quiroga traz as análises de (FOUCAULT, 1984) que destacam os dois textos de Kant “O que é o Esclarecimento?” e “O que é a revolução?”, sobre quais procurou refletir sobre o presente não apenas como um momento em que se inscreve um conhecimento no tempo, mas como acontecimento filosófico destacado (avulso) ao qual “pertence o próprio filósofo que fala” (FOUCAULT, 1984 apud QUIROGA, 2013, p. 57).

Kant, segundo Foucault, teria sido o primeiro a colocar a modernidade como questão ao fazer as perguntas “O que é que se passa hoje? O que é que se passa agora? Quem é que define este momento em que escrevo? O que é este ‘agora’ no interior do qual estamos uns e outros?” (KANT, 1783). No entanto, para Quiroga (2013), é possível observar contradições na obra “O que é Esclarecimento?” (KANT, 1783):

Se, por um lado, ela aponta para o ineditismo da presença do tempo na ordem do conhecimento, portanto, para certa descontinuidade, uma vez que representa uma dimensão de relatividade na leitura da história, por outro, insere-se num conjunto de reflexões que radicalizam o princípio de uma história universal, posto que anunciam a modernidade como momento em que o homem pode, finalmente, alcançar sua maioria (...) a contradição em torno da pergunta [o que é esclarecimento (Aufklärung)?] ocorre porque se, por um lado, ela realiza a importante abordagem da razão como problemática histórica, por outro, acaba por encerrá-la na especificidade do próprio princípio teleológico (QUIROGA, 2013, p. 59)

De acordo com Foucault, a questão da atualidade estaria centrada na questão não apenas do momento da reflexão do filósofo. Mas também das pessoas e da sociedade como um todo, quando ao se referir a textos de Kant (1783), ressalta que a dúvida que continua em aberto está

relacionada ao “que somos nós em nossa atualidade” (FOUCAULT, 1984 p. 8). Para Foucault, “a questão centra-se sobre o que é este presente, centra-se sobre a determinação de um certo elemento do presente que se trata de reconhecer, de distinguir, de decifrar no meio de todos os outros” (FOUCAULT, 1984, p. 2). O que parece é que não apenas o tempo seria uma aporia para a filosofia, mas também o sentido do que seria a atualidade. Uma vez que o presente, em si mesmo, não é definível racionalmente. Nesse sentido, “uma das grandes funções da filosofia dita “moderna” (cujo início é possível situar nos últimos momentos do século XVIII) é de se interrogar sobre sua própria atualidade” (FOUCAULT, 1984, p. 2). Para Foucault, em sua obra, ao pensar no tempo presente, o filósofo passa a não ser mais o observador, mas também seria, ao mesmo tempo, “o elemento e o ator da atualidade”.

Uma questão então surge a partir destas interrogações: o que seria o jornalismo, como forma de conhecimento, no momento do agora (do presente) onde o próprio fazer jornalístico é realizado? As notícias seriam apenas registros ou “ativas” no tempo? Tornando notícias e jornalistas como agentes do “agora”?

Não no sentido de responder à pergunta anterior, mas sim de refletir sobre o conhecimento produzido pelo jornalismo no tempo, talvez seja possível localizá-lo, por exemplo, como registro histórico da sociedade. No prefácio da obra de Quiroga (2013) o prof. Sergio Dayrell Porto afirma que “O jornalismo passa a ser então uma forma de conhecimento histórico da realidade” (QUIROGA, 2013, p. 18). Já em relação às notícias como social “ativas” na atualidade, elas talvez poderiam ser um pouco melhor compreendidas como conhecimento, por exemplo, em estudos de recepção e dos efeitos dos media em “tempo real”.

2.4 O conceito de pluralidade em Hannah Arendt

Nesta seção trataremos a questão da pluralidade em três partes: veremos que o conceito de *vida activa* em Arendt está intrinsecamente ligado à ideia de pluralidade postulada por Kant. Depois, analisaremos a possibilidade de o jornalismo ser considerado com uma ação (política) dentro do conceito de Hannah Arendt de *vida activa*. E, finalmente, na terceira parte desenvolvemos o que poderíamos compreender como “pluralidade jornalística” nesta pesquisa, de maneira articulada com os conceitos abordados anteriormente. Na sequência, em outra seção, trataremos sobre teorias e categorização de fontes e a importância da presença da sociedade civil na imprensa para uma cobertura mais plural.

• A pluralidade no conceito de *vida activa*

Para compreendermos o conceito de pluralidade em Hannah Arendt (2007), é necessário retomar a ideia de vida humana digna na Grécia antiga. Segundo a filósofa, a vida conhecida como *vida activa* era composta por três atribuições essenciais: a) o labor, atividade voltada à suprir as necessidades biológicas – compreendendo, por exemplo, atividades doméstica e as voltadas

ao plantio, colheita e alimentação; b) o trabalho, referente às atividades de criação do homem em seu contato com a natureza – criando, assim, coisas artificiais e, portanto, consideradas mundanas – representado por práticas que transformam o mundo como, por exemplo, a arquitetura e a engenharia; e c) a ação, entendida como “única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas e da matéria, correspondente à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo” (ARENDR, 2007, p. 45).

Pensar a categoria de *vida activa* é refletir sobre o que há de mais humano em nós, seres humanos, o fato de que somos seres intrinsecamente plurais e comunitários. A ideia de vida digna se estabelece no confronto e no encontro de ideias, nos dissensos e nos consensos livremente negociados a partir das múltiplas pluralidades de pontos de vista humanos (ARENDR, 2007). É através do discurso, do debate racional e livre em praça pública, que os cidadãos criam e recriam o mundo que compartilham. Esse pensamento se refere ao “exercício público da razão” de Kant (KANT, 1996), que consiste na expressão de seus pensamentos e ideias de maneira plural.

Arendt resgata o conceito de *vida activa* a partir da sociedade grega onde, segundo a filósofa, a política era uma prática da virtude, aquilo que se considerava como uma dinâmica discursiva na *polis* grega voltada ao bem comum. O debate era a condição essencial à vida dos cidadãos gregos. As relações humanas se encontravam em primeiro plano na busca pública do bem comum debatido em liberdade.

A filósofa afirma que a pluralidade como condição humana não nos coloca em posição de superiores ou inferiores. Ao contrário, se somos plurais em pontos de vista, somos iguais em dignidade. Assim:

[a] liberdade³⁰ [é] entendida negativamente como o não-ser-dominado e não dominar, e positivamente como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais. Sem esses outros que são meus iguais não existe liberdade alguma (...). (ARENDR, 2007, p. 30).

De acordo com Lafer (2003), o conceito de liberdade de Arendt está relacionado à ideia de liberdade na *polis* grega:

Significa liberdade para participar, democraticamente, do espaço público da palavra e da ação. Liberdade, nesta acepção, e a política surgem do diálogo no plural, que aparece quando existe este espaço público que permite a palavra viva e a ação vivida, numa unidade criativa e criadora (ARENDR, 2007, p.31).

Para Arendt (2007), a valorização do espaço público foi sendo reduzida durante a modernidade. O valor das relações humanas foi perdendo espaço para o trabalho e para o labor. A

³⁰ Há inúmeros conceitos de liberdade em amplo (e controverso) debate entre filósofos desde a antiguidade – e que ainda continua em aberto. Utilizamos a definição de Arendt (2007) porque se refere especificamente à liberdade política no sentido da comunicabilidade, do exercício público da razão.

centralidade da vida no trabalho, de acordo com a filósofa, foi tão intensa que foi se confundindo com a própria identidade do indivíduo. As conversações, os meios de comunicação e a própria atividade “política” passaram a se focar prioritariamente em assuntos ligados à produção e ao trabalho – mais do que em debates voltados ao bem comum. As cidades, por exemplo, foram organizadas quase sempre pelos mesmos valores do *homo faber*: mais em função do trabalho do que das relações humanas e das relações com a natureza, identificadas nas:

atitudes típicas do homo faber: a “instrumentalização” do mundo, a confiança nas ferramentas e na produtividade do mundo, do fazedor de objetos artificiais; [...] a convicção de que qualquer assunto pode ser resolvido e qualquer motivação humana reduzida ao princípio da utilidade (ARENDDT, 2007, p. 318)

Depois, em um segundo momento, o consumo do *animal laborans* (Ibid., 333) se tornou uma das principais centralidades da identidade humana, adquirindo status de inscrição social mais forte do que o próprio trabalho. O sentido de *vida activa*, postulada por Arendt, se esvazia. A esfera discursiva, racional e plural, voltada ao bem comum, continua em declínio; a vida digna se torna, prioritariamente, a vida do trabalho e do consumo. Trabalho que, na contemporaneidade, não tem o sentido do trabalho da Grécia antiga, porque, na verdade, seria labor (que no século XIX passou a ser mais confundido com trabalho) (ARENDDT, 2007, p.30). O materialismo e a incerteza do futuro lançaram o homem para dentro de si mesmo – e não ao encontro do mundo que o rodeia (Ibid., 336). A constituição do mundo passa a ser muito mais individual (no sentido de preservar o homem animal – e não a humanidade):

(...) nenhuma das capacidades superiores do homem [como exercer a vida activa no exercício público e plural da razão] era agora necessária para relacionar a vida individual da vida da espécie; a vida individual tornara-se parte do processo vital, e **a única coisa necessária era laborar**, isto é, garantir a continuidade da vida de cada um e de sua família (ARENDDT, 2009, p. 334, grifo nosso)

- **Pluralidade inata impede o fim da esfera pública.**

A compreensão do mundo, a partir do ponto de vista do *animal laborans*, foi se tornando dominante. Mas nunca totalizante. Mesmo em um mundo onde a esfera pública está em declínio há séculos, a própria natureza humana impede essa totalização. Porque essa natureza plural dos seres humanos pode até ser manipulada ou reprimida em curto ou longo prazo, mas não extirpada (ARENDDT, 2007). No sentido de que todos somos dotados de pontos de vistas distintos (mesmo que menos ou mais similares), sobre o mundo e sobre nós no mundo. Temos pontos de vista únicos:

A realidade da esfera pública conta com a presença simultânea de inúmeros aspectos e perspectivas nos quais o mundo comum se apresenta e para os quais nenhuma medida ou denominador comum pode jamais ser inventado. Pois, embora o mundo comum seja o terreno comum a todos, os que estão presentes ocupam nele diferentes lugares, e o lugar de um não pode coincidir com o de outro (ARENDDT, 2007, p. 67).

A pluralidade de pontos de vista – em seu exercício público da razão – talvez seja a fronteira que impeça que a esfera pública sucumba totalmente. Mesmo mantendo-a em situação agônica ou parasitada por interesses não públicos, sempre haverá a possibilidade de vozes divergentes, dissonantes e contraditórias. A publicização de múltiplos pontos de vistas na esfera pública torna-se ainda mais fundamental na contemporaneidade do *animal laborans*. Uma vez que ao mundo, para nós, se constitui na inevitável pluralidade – mas que para não se perder deve ser exercida:

Por conseguinte, tal esfera pública deve ser preservada a todo custo, sob pena da perda de parcelas consideráveis da realidade. A composição da realidade, bem como sua compreensão, é imperceptível para o homem individualmente, dependendo, então, da pluralidade de pontos de vista que não podem permanecer calados; devem, ao contrário, ser explicitados, o que só pode ocorrer numa esfera pública orientada pela pluralidade. (VASCONCELOS JUNIOR, 2012, p. 151)

O problema da prevalência da mentalidade do *animal laborans* é que sua expressão coletiva muitas vezes se pauta por interesses não-públicos. Muitos filósofos como Tocqueville (1977), Mill (1948) e Platão (2000) avaliavam manifestações populares muitas vezes como um risco ao bem comum. Neste ponto, seria importante ressaltar que uma mobilização pública, por ser pública simplesmente, não significa que seja automaticamente configurada como o exercício da *vida activa* no sentido postulado por Arendt. Diferentemente, podem ser ações “coletivas individualistas”, baseadas em interesse não-públicos de determinados setores da sociedade.

Grupos podem, por exemplo, se unir coletivamente, de maneira organizada, para reivindicar inúmeras ações que não são voltadas ao bem comum. Por exemplo, pessoas que se agrupam para reivindicar o fim dos direitos humanos – para que suspeitos sejam sumariamente executados nas ruas pela polícia – e, assim, se sentirem (equivocadamente) mais seguras. A mobilização secular pelo direito dos cidadãos de se protegerem do autoritarismo do Estado, inscrita nos direitos humanos, acaba sendo questionada pelos próprios indivíduos. O problema não seria o questionamento dos direitos humanos, o que faria parte dos diferentes pontos de vista em uma perspectiva de uma sociedade plural e complexa. Mas estaria na trajetória performativa dessas discussões, muitas vezes coletivamente menos racionais do que emotivas e, portanto, incompatíveis com o conceito de esfera pública, baseado em debates racionais, sinônimos de “esfera discursiva” (HABERMAS, 1984). Este seria um exemplo mais extremo do imperativo da sobrevivência individual do *animal laborans*.

Da mesma forma milhares ou milhões de indivíduos podem se mobilizar em favor da ditadura militar, ou reivindicarem ações de repressão e violência contra outros grupos sociais específicos. É o que Platão chamava de “irracionalidade das multidões”. O antigo filósofo via na democracia direta uma política problemática, porque gera o risco de uma multidão, em arroubos de irracionalidade, se apropriar indevidamente do poder e da administração da cidade, sem nenhuma aptidão intelectual ou com verdadeiro compromisso moral com a pólis:

Nesse sentido, a democracia, em sua forma extrema e desmesurada, seria o regime que, ao ver de Platão, institucionalizaria o amadorismo e o diletantismo como práticas políticas, instaurando um governo de ineptos que põe em risco a ordem moral e institucional da pólis (OLIVEIRA, 2014, p. 06)

Porém, para Arendt (2007), essa visão platônica é limitada porque não traz a racionalidade e a pluralidade como elementos constitutivos na vida pública, apenas as emoções das multidões. O reducionismo da generalização entre ver os movimentos das massas como “império da emoção” ou “total racionalidade” cai por terra na visão arendtiana de *vida activa*. Discursos bélicos e de apologia à violência podem até receber votos e alçar o poder. Mas não podem ser inscritos na categoria de discurso racional (por estarem mais pautados na emoção ou na vingança); e muito menos serem considerados como uma ação política na esfera pública. Isso porque restringem-se ao “não-discurso”, à simples brutalidade que não é capaz de conviver com a pluralidade humana, o que seria, em síntese, a antipolítica:

(...) uma teoria da guerra, ou uma teoria da revolução, apenas pode tratar da justificação da violência, uma vez que essa justificação constituiu a sua limitação política; se, por um lado, chega-se a uma glorificação ou justificação da violência como tal, isso não seria mais política, mas antipolítica (ARENDR, 1990, p. 16)

Na contemporaneidade, muitos grupos organizados também têm se mobilizado contra a agenda da preservação ambiental sob inúmeros argumentos (cuja natureza não é possível analisar neste estudo sob pena de sairmos do escopo da pesquisa). Contudo, geralmente estão ligados à lógica do *homo faber*: para esses grupos, o meio ambiente seria uma retórica da esquerda para disfarçar a tentativa de “limitar o progresso” liberal – impedindo, assim, a fabricação de coisas úteis (valor máximo do *homo faber*) e dificultando também, desta forma, que pessoas sejam tão “úteis” como as coisas que elas fabricam. No CAPÍTULO 3, veremos como a mentalidade utilitarista foi capaz de implementar um projeto na cidade de São Paulo que desfigurou e transformou os fluxos dos mananciais em meios de transporte de esgoto. Rios que foram degradados e depois “retirados do caminho” porque se transformaram em barreiras aos desejos utilitaristas do *homo faber*.

O conservadorismo do *animal laborans* cresce com a fragilização da visão das ações coletivas, principalmente com o enfraquecimento dos movimentos trabalhistas e sindicais. A ideia da meritocracia ganha espaço como valor (a despeito das desigualdades de oportunidades). O neoliberalismo populista finalmente se dissemina corroendo as leis trabalhistas gradativamente em todo o mundo. Sem precisar disputar o povo (a opinião pública) com a derrotada e ex-concorrente união soviética, os poderosos começam desmontar o estado de bem estar social. Em troca, propõem outro pacote de “bem estar”: a fé, a mentalidade mítica – o retorno do moralismo religioso – e o trabalho autônomo. Novamente, as igrejas e seus membros voltam a se confundir pouco a pouco com o Estado. As margens entre esfera pública, privada e religiosa ficam mais tênues com a redução da laicidade do Estado. Esta mistura de neoconservadorismo religioso com

neoliberalismo exacerbado é o que Habermas denomina de “a nova obscuridade” (HABERMAS, 2015). Estas forças, financiadas pelo grande capital globalizado, operam por meio de uma nova cultura:

a política cultural recebe, enfim, a incumbência de operar em duas frentes. Por um lado, ela deve desacreditar os intelectuais, tomando-os como uma camada basilar do modernismo, ao mesmo tempo obcecada pelo poder e improdutiva; pois os valores pós-materiais, sobretudo as necessidades expressivas de autorrealização e os juízos críticos de uma moral universalista própria do Esclarecimento, são considerados uma ameaça aos fundamentos motivacionais de uma sociedade do trabalho em funcionamento e da esfera pública despolitizada. Por outro lado, deve-se cultivar a cultura tradicional, os poderes mantenedores próprios da eticidade convencional, do patriotismo, da religião burguesa e da cultura nacional. Estes existem para compensar o mundo da vida privada da sociedade em função concorrencial das onerações pessoais e amortecer a pressão e da modernização acelerada (HABERMAS, 2015, p. 228).

- **Jornalismo como uma ação plural.**

Nos dois exemplos dados, relativos à violência e à destruição do meio ambiente, ambos estariam pautados por pontos de vista não-públicos. A ausência de um debate mais pautado pela razão pode dificultar ao *homo laborans* até mesmo a noção do que seria ou não interesse público (ARENDRT, 2007). Trata-se de uma relação complexa. Muitos destes cidadãos, mesmo estando mobilizados podem estar, como afirma Dahl (1982), mal informados – no sentido de terem acessado poucos ou apenas um ponto de vista sobre uma determinada questão pública. Segundo Habermas, a desinformação e os interesses privados só podem ser expostos pelo debate livre e racional na esfera pública: “Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos. Na conversão dos cidadãos entre si é que as coisas se verbalizam e se configuram” (HABERMAS, 1984, p. 16).

O problema se agrava quando esses discursos na esfera pública não são debatidos de maneira plural e acabam por se cristalizarem como verdade. Isto é, quando as realidades públicas são construídas socialmente de acordo com os interesses de uma determinada elite política ou econômica. Grupos de elite geralmente têm mais vez e voz na imprensa do que as vozes populares, de grupos excluídos e de entidades civis voltadas ao bem comum. Essas organizações do Terceiro Setor têm crescido exponencialmente desde a década de 1970 no Brasil (IPEA, 2016). Quando o discurso é fechado a outros pontos de vista não se configura como *ação* na concepção arendtiana, uma vez que “a ação tanto depende da pluralidade quanto a afirma, pois, ao agir, o indivíduo confirma sua singularidade e aparece a outros indivíduos únicos” (CORREIA, 2006, p. 336). Éllida Neiva, em seu artigo sobre pluralidade, afirma que Habermas também amplia seu conceito de esfera pública fortalecendo a ideia de pluralidade como constituinte da esfera pública. Talvez esta tenha sido a maior aproximação entre Arendt e Habermas na concepção da esfera discursiva. A partir da obra *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, nos anos de 1990,

Habermas (1997) passa a enfatizar uma concepção de público pluralista, capaz de elaborar resistência às representações dos meios de massa e de criar suas próprias intervenções. Tal concepção abre caminho para o reconhecimento de esferas públicas alternativas e periféricas. A esfera pública deixa de ser vista como um elemento unitário e indivisível da sociedade ou como uma caixa de ressonância passiva da cultura dominante. Ao invés disso, uma diversidade de fóruns de discussão convive com uma esfera pública geral, ainda dominada pelos interesses dos meios de comunicação de massa e do capital. (GUEDES, 2010, p. 6)

A pluralidade é intrínseca à noção de esfera pública – tanto no sentido amplo como também em todas as suas esferas específicas (que se interconectam e se permeiam): como a esfera pública da sociedade civil, midiática, jornalística, literária, entre muitas outras. Assim,

Nesta sorte, a pluralidade corresponde ao principal aporte teórico da noção arendtiana de esfera pública. A pluralidade é a condição de possibilidade de uma realidade dialógica na qual os homens colocam-se em movimento junto a seus pares. Na esfera pública os homens se reconhecem como sujeitos coletivos e não como indivíduos isolados, atomizados, privados. Porquanto, a ação e a palavra são as experiências que constituem o caráter político da esfera pública (SILVA; XAVIER, 2015, p. 323)

Como veremos mais adiante no corpus analisado, as organizações do Terceiro setor tiveram pouco espaço na cobertura, prevalecendo as fontes do primeiro setor (de estado ou de governo) sobre a sociedade civil e cidadãos na cobertura da crise hídrica, assim como as fontes da categoria “elite” prevaleceram de maneira quase que absoluta em relação às fontes “não-elite”. Vale lembrar que as organizações do Terceiro Setor geralmente contam com quadros altamente especializados nas temáticas relacionadas ao meio ambiente e à preservação e gestão de águas para o consumo humano mas que foram muito menos ouvidas que as fontes oficiais, contudo, presentes na cobertura:

A pluralidade de espaços públicos é provocada pela “departamentalização” dos interesses em diferentes organizações e movimentos sociais, que passam a ter visibilidade perante o sistema social, político e administrativo e a representar novas formas de poder nas sociedades democráticas. O desenho de espaços públicos parciais parece se coadunar com o “fenômeno das especialidades” que caracteriza estes tempos em muitos campos do conhecimento e pode significar a tentativa de intervir junto ao poder público para resolver questões emergentes e urgentes, de criar lugares para as vozes não dominantes. O espaço público, mesmo plural, com outra forma e conteúdo, perpetua-se e mantém-se como princípio organizativo e fio condutor que movimenta a sociedade e que a revela politicamente. (GUEDES, 2010, 8)

- **Alargamento da mentalidade.**

Vimos até aqui que a esfera pública se insere em um contexto de pensamento plural. A partir deste ponto veremos que, segundo Kant (1993), a pluralidade se efetiva internamente quando o indivíduo considera o ponto de vista do outro, o que KANT (1993) denomina de “mente alargada”. O conceito está relacionado à capacidade de refletir transcendendo as próprias limitações individuais, de maneira que o indivíduo necessita da presença de outros ao que se

cumprir pensar. Isto é, obtendo novas perspectivas que ele nunca teria oportunidade de acessar e nem de operar.

Assim, para a formação do *Juízo* é fundamental tanto o “eu” quanto “os outros”. *Juízo* compreendido em Arendt como um tipo de pensamento em contraste com o pensamento especulativo (que não se pauta por acessar e nem opera pontos de vista de outros). A diferença entre o discernimento que julga e o pensamento especulativo é que “o primeiro se arraiga naquilo que costumamos chamar de senso comum, enquanto o último constantemente transcende este mesmo senso comum” (ARENDDT, 2016, p. 4118). Contudo, este julgar é válido na unidade do indivíduo e não como validade universal (ARENDDT, 2016). O compartilhamento de juízos colaboraria para uma esfera pública mais qualificada e, a partir daí, os juízos também seriam compartilhados, podendo gerar ou não novos juízos de validade universal. Na interpretação da filósofa sobre a *Crítica do Juízo* (KANT, 1993), Arendt afirma que:

Kant insistiu, contudo, na *Crítica do Juízo*, em um modo diverso de pensamento, ao qual não bastaria estar em concórdia com o próprio eu, e que consistia em ser capaz de “pensar no lugar de todas as demais pessoas” e ao qual denominou uma “mentalidade alargada” (*eine erweiterte Denkungsart*). A eficácia do juízo repousa em uma concórdia potencial com outrem, e o processo pensante que é ativo no julgamento de algo não é, como o processo de pensamento do raciocínio puro, um diálogo de mim para comigo, porém se acha sempre e fundamentalmente, mesmo que eu esteja inteiramente só ao tomar minha decisão, em antecipada comunicação com outros com quem sei que devo afinal chegar a algum acordo (ARENDDT, 2016, p. 4103).

A faculdade de ver as coisas – não apenas do próprio ponto de vista, mas na perspectiva de todos aqueles que porventura expuseram seus pensamentos – recebeu dos gregos o nome de *phrónesis* (ARENDDT, 2016, p. 4118), ou discernimento, que era considerado a principal virtude ou excelência do político, em distinção da sabedoria do filósofo.

Assim como Habermas, Arendt valoriza a fundamental “função política” da imprensa (política entendida no sentido arendtiano de ação política, sinônimo de *vida activa*). Habermas considera os jornais como “um espaço por excelência da esfera pública”. Hannah Arendt (2016), na perspectiva de pluralidade, afirma que por meio da atividade jornalística é que as pessoas conseguem se situar no mundo em que vivem,

sem eles [os jornais] nunca poderíamos nos orientar em um mundo em contínua mudança e, no sentido mais literal possível, nunca saberíamos onde nos encontraríamos. É claro que isso é da mais imediata importância política; porém, se a imprensa tiver de se tornar algum dia realmente o “quarto poder”, ela precisará ser protegida do poder governamental e da pressão social com zelo ainda maior que o poder judiciário, pois a **importantíssima função política** de fornecer informações é exercida, em termos estritos, exteriormente ao domínio político; não envolve, ou não deveria envolver nenhuma ação ou decisão (ARENDDT, 2016, p. 4824, grifo nosso).

A ideia de mente alargada de Kant (1993), quando nos referimos aos meios de comunicação, está relacionada ao que compreendemos como a presença de pluralidade de fontes e

de vozes. Não significa que a simples presença da pluralidade de pontos de vista na imprensa garanta a mentalidade alargada — mas, sem dúvida, pode colaborar neste processo. Ao gerar oportunidades ao público para acessar uma miríade de informações, os meios de comunicação tornam-se fundamentais para a elaboração de seus juízos. Ou seja, a partir do acesso a novas (*news*) informações sobre fatos/evento/ações, o leitor alça opiniões múltiplas, pontos de vista tanto dos jornalistas quanto também das fontes e vozes organizados na narrativa.

Portanto, é a partir de *inputs* externos, i.e., de informações plurais do mundo e dos meios de comunicação (somados à reflexão mais racional) que as pessoas formam seus juízos. Karam (2004) se aproxima da ideia de mentalidade alargada quando ressalta a importância da “participação plural dos indivíduos em conexão com os demais indivíduos”:

Com respeito aos fatos que têm alguma relação com a esfera pública, a existência da pluralidade de fontes, da diversidade e segmentação de veículos de comunicação, do controle social e público e da insubmissão aos interesses comerciais, políticos e econômicos sobre a informação permitiria esclarecer e tornar o cotidiano um protagonista permanente dos debates públicos e plurais em escala social significativa. Isso contribuiria para ampliar a compreensão sobre o mundo e, ao mesmo tempo, constituir um futuro com base nas possibilidades **de participação plural dos indivíduos em conexão com os demais indivíduos** (KARAM, 2014, p. 4824, grifo nosso).

A imprensa, nesse sentido, poderia ser considerada como “um meio em potencial” para favorecer a mentalidade alargada na esfera pública? Este efeito está sujeito a inúmeros outros fatores que fazem parte do complexo processo de construção social das notícias (constrangimentos organizacionais, perspectiva cultural do jornalista, a pressão dos donos dos veículos, entre muitos outros). Sem a pretensão de tratar sobre tantos fatores ligados à construção do produto jornalístico e sua relação com a pluralidade, decidimos delimitar e investigar a relação da pluralidade com a temporalidade.

Em outras palavras, a tessitura de um texto jornalístico temporalmente mais amplo (do que o convencional imediatismo³¹ da imprensa) tenderia a trazer mais pluralidade de fontes e vozes? Por exemplo, se um jornalista aumenta a visão temporal para além do presente (trazendo o passado e o futuro), este profissional tenderia a acessar (e incluir em seu texto) mais fontes e mais vozes? A resposta não é simples. Porque o repórter pode, por exemplo, acessá-las e não as incluir no texto. Assim como também pode não as acessar e escrever a matéria no prazo que lhe foi disponibilizado (isto é, sem tempo hábil para incluí-las, e, aqui sim, o “instantaneísmo” seria um limitador a um recorte temporal amplo). Ou poderia acessá-la e registrá-las de maneira menos ou mais plural.

Estes poucos exemplos revelam como essa relação não é clara e que, submetida à problematização, poderia alcançar níveis de complexidade difíceis de serem compreendidos facilmente. Contudo, não se trataria de nos perguntarmos “como” aconteceria essa possível

³¹ Imediatismo não no sentido da publicação rápida, instantânea, mas no que se refere a reportar fatos/eventos/ações em períodos curtos de temporalidade em que decorre o fenômeno.

relação, mas, primeiramente, de avaliar a probabilidade dela ser possível ou não e, neste sentido, investigá-la.

Por questões metodológicas de delimitação, nos limitamos aqui a estudar não o “como”, mas “o que” a imprensa enviou ao público enquanto conteúdos e enquadramentos (*framings sending*). Mais especificamente se há possibilidade de relação entre o alargamento temporal e o aumento de pluralidade de fontes e vozes. Adicionalmente, surge outra dúvida: o **alargamento temporal** estaria também relacionado, de alguma maneira, à **mentalidade alargada** de Kant? Em outras palavras, essa relação estaria localizada neste intermédio? Em uma sequência “alargamento temporal → aumento da pluralidade → mente alargada“?

Porque se o **alargamento temporal** estiver relacionado com a **mentalidade alargada**, o conceito postulado por Kant poderia ser refletido no sentido de considerar o “tempo” como fator importante. Porque se o próprio Kant (1996) afirmou que todos os fenômenos só podem ser compreendidos no tempo e no espaço, a ideia de **mente alargada** (KANT, 1993) não poderia escapar, de alguma forma, a fatores temporais. A forma, no caso deste estudo, seria o recorte temporal das matérias.

A reflexão sobre o recorte da cobertura e a pluralidade nos remete à análise do corpus deste estudo. Das 679 matérias analisadas, nenhuma retroagiu no tempo, para antes da década de 1930, ocasião em que ocorreu o projeto urbanístico que, segundo especialistas, mais causou a destruição dos mananciais urbanos da cidade de São Paulo: o *Plano de Avenidas* de Francisco Prestes Maia. O projeto, considerado por urbanistas como um erro ou uma ação sem volta (*path dependence*), gerou graves consequências ambientais e limitou a capacidade de produção de água potável nos centros urbanos da cidade (DELJAICOV, 1998). As vozes do passado foram esquecidas ou silenciadas – na consciência daqueles que obtiveram informações apenas por meio dos jornais analisados.

O conhecimento sobre o projeto implementado colaboraria para uma melhor formação do juízo sobre a crise hídrica na RMSP. Em outras palavras, a ausência dessa informação compromete gravemente a compreensão da crise hídrica e sua relação com os rios urbanos. Sendo assim, a mentalidade alargada não precisaria apenas de pontos de vistas distintos *per se*, mas também de pontos de vista plurais ampliados no tempo e no espaço. O que podemos denominar aqui como “pluralidade temporal” e que estaria relacionada a outras pluralidades (temáticas, sociais, políticas, entre outras). Sem pontos de vista fundamentais para o entendimento de um determinado problema – no tempo e no espaço – o exercício da razão de forma não tutelada encontra um limite importante. Assim, a falta de alargamento temporal pode estreitar a visão dos indivíduos em prejuízo à mente alargada. Não porque a imprensa deixou de retroagir no tempo, mas porque não retroagiu o suficiente para trazer vozes elementares sobre a questão da *path dependence*.

Vale reforçar que a mentalidade alargada ocorrida supostamente em razão da exposição à pluralidade, como vimos, não é automática e nem linear, como sugerimos anteriormente de forma

sequencial. Nem sempre a mentalidade alargada acontece com a simples exposição a pontos de vista plurais. As limitações e barreiras entre emissão e recepção são inúmeras. Ainda, mesmo que uma pessoa seja exposta à pluralidade de representação, por exemplo, a ação de refletir (e de se colocar no lugar do outro) seria complexamente mais ativa: dependeria, entre outros fatores, do interesse, da vontade, disposição e iniciativa dos indivíduos. Entretanto, a despeito de tantos condicionantes, se a exposição à pluralidade tem o potencial de influenciar um juízo, podemos também supor que aconteceria de maneira “proporcionalmente” menor do que a exposição. O excesso de informação poderia, inclusive, gerar efeito diferente da pluralidade, resultando no que Karam (2014) descreve como fadiga³² da informação,

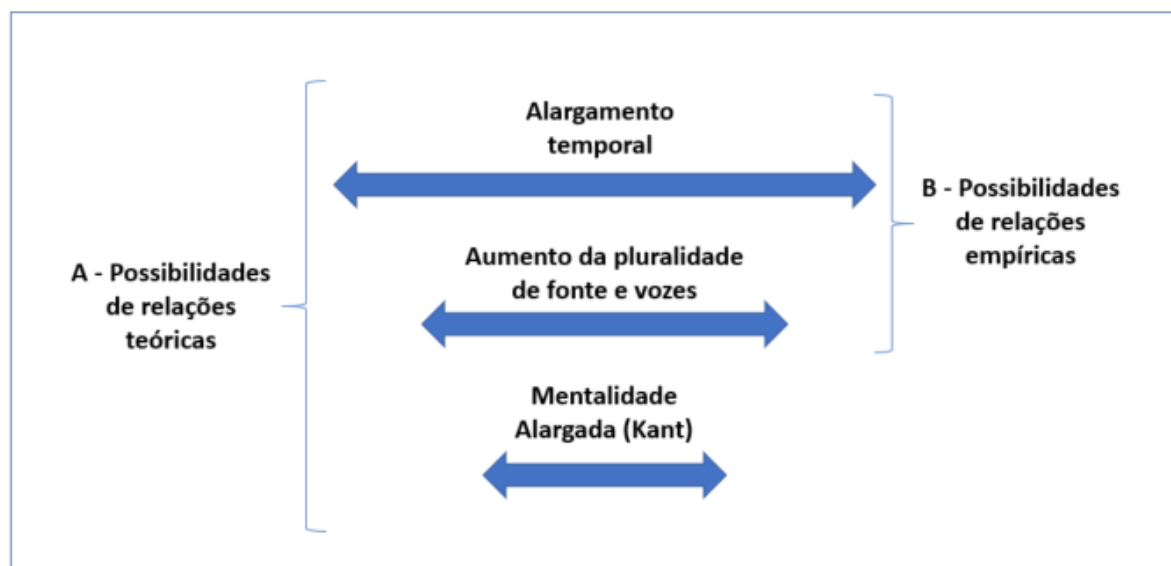
se levarmos em consideração o ritmo social que a humanidade se colocou hoje, gerando tanto um inevitável ou intenso estresse cotidiano, além do que chamam fadiga da informação – novo campo de estudos. . . –, podemos concluir que há uma infinidade de produção de fatos, de versões, de interpretações e que nenhuma mídia – grande ou pequena –, em qualquer região e com qualquer abrangência ou circulação, nem nenhum indivíduo – por mais atento e ligado que fique – conseguem dar conta do universo de dados, de mensagens, de fatos, de conhecimento, de informação (KARAM, 2014, p. 165).

Provisoriamente, podemos supor também que a oferta de pluralidade seria sempre “maior” que a mente alargada. Uma vez que nem toda pluralidade de informações resulta em possibilidade de cognição, reflexão e consciência.

Nos resultados da presente pesquisa pudemos inferir que um alargamento temporal seria sempre maior do que a pluralidade observada. Uma vez que foi possível verificar nesta pesquisa que o recorte temporal mais amplo T4 (presente aumentado ao passado, presente e futuro) trouxe apenas 8% de textos de matérias com “muita pluralidade” de vozes. Isto é, por mais que esta pesquisa tenha encontrado evidências significativas da relação entre ampliação temporal *versus* ampliação da pluralidade de vozes, não é possível afirmar que se trata de uma associação automática. Em outras palavras, a pluralidade parece estar sempre crescendo em proporção menor do que o alargamento temporal (pelo menos no que se refere ao corpus analisado). Como forma de representar a imbricação desta tripla relação, elaboramos um gráfico abaixo onde (A) se refere à possível relação empírica (testada nesta pesquisa); e (B) a segunda possível relação teórica (não testada) e que poderia ser objeto de outros estudos. Talvez este último ponto possa ser sustentado pelo argumento de que a mente alargada está, de alguma forma, suscetível às perspectivas temporais. Mas talvez poderia ser confirmada, por exemplo, por meio de pesquisas de recepção (não estudadas nesta pesquisa).

³² David Lewis, psicólogo britânico, analisou os resultados da pesquisa, e então deu aos efeitos causados pelo excesso informacional o nome de “Síndrome da Fadiga de Informação”. Tensão, distúrbios de sono, problemas digestivos, dificuldade de memorização e irritabilidade foram os efeitos relacionados ao quadro, que configura uma espécie de doença do novo século. (WIND, 2007)

Diagrama 3 – Possível relação entre Alargamento Temporal x Mentalidade Alargada



Fonte: elaborado pelo autor

Ressaltando que seria improvável que estas possíveis associações (A) ocorram de maneira linear ou causal. Porque variáveis submetidas a estatística de correlação ou associação de Pearson não podem ser interpretadas como causa e efeito, mas apenas como relação significativa de probabilidade.

No caso do Qui-Quadrado, aplicado nesta pesquisa, as evidências significativas de relação podem ser verificadas primeiro pela não-rejeição da hipótese de associação, e em um segundo momento pelo conjunto dos dados e gráficos apresentados pela fórmula dos gráficos de dispersão. Por exemplo, se o valor *dep* for $< 0,001$ ou $< 0,001$ há evidências significativas da existência de relação. Logo, se as variáveis não podem ser lineares na estatística, tornam-se pouco prováveis na vida real (na prática do fazer jornalístico). Porque o processo social de construção da notícia é por demais complexo para fazermos quaisquer assertivas sobre causa e efeito. O máximo que podemos conhecer são as possíveis relações de dependências entre as variáveis testadas.

- **Jornalismo como ação política (plural ou tirânica)?**

Podemos concordar com a assertiva de que o jornalismo esteja inscrito na categoria de uma ação realizada socialmente (ou uma comunicação social). Mas, poderíamos considerá-lo como inserido dentro da concepção de ação política - dentro do conceito de *vida activa* de Hannah Arendt (2016)? A questão é colocada em razão da reflexão sobre se a ação do jornalista teria uma natureza política capaz tanto de exercer o debate plural quanto a tirania.

Para isso, é importante recorrer ao controverso conceito de política. Porém, brevemente, do seu sentido clássico aos mais contemporâneos. A proposta é contextualizar sinteti-

camente o sentido de política a partir de Honig (1993), Arendt (2007) e Bobbio (2007), para compreendermos melhor a ideia do jornalismo como *Ação política (vida activa)*.

De acordo com Bobbio (2007), o sentido antigo de política está assentado no adjetivo originado de *pólis (politikós)*, que significa tudo que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social (BOBBIO, 2007, p. 954). O termo política, segundo Bobbio, foi ampliado graças à influência da grande obra de Aristóteles intitulado *Política*. Além de manter o sentido amplo de política como uma ação social, Aristóteles cria o primeiro tratado sobre natureza, funções e divisão do Estado e sobre várias formas de governo. Muitos autores, durante séculos, criaram diversos conceitos e definições sobre o tema. Como não faz parte do escopo deste trabalho abordar as inúmeras definições de políticas, vamos nos ater ao sentido postulado por Hanna Arendt (2016).

Como vimos anteriormente, Arendt (2007) retoma o sentido mais amplo de política como *vida activa*, uma ação de performance social e não apenas relacionada ao poder e às relações governamentais e de Estado, mas voltada às discussões e ao debate voltado ao bem comum. Como vimos anteriormente, a violência e a coerção para Arendt não pertencem ao campo da política. Seria, ao contrário, a apolítica. Assim, segundo Arendt, política não pode ser considerado como sinônimo de domínio, de distinção entre governantes e governados e tampouco estaria relacionada à violência.

A ação política pode ser entendida como uma comunicabilidade em um contexto de comum acordo (acordando-se, sem violência, dissensos, disputas e conflitos naturais à pluralidade humana). A política, então, ocorre em conjunto, em toda a dinâmica do tecido social, sendo reflexo da condição plural do homem e como um fim em si mesma. Segundo Honig (1993), a ação de Arendt pode ser compreendida mais como ação de escrita do que de fala. Uma vez que a disponibilidade de textos é mais presente do que a de pessoas, entre outros motivos levantados pela autora. O que sugere, pelo menos inicialmente, que o jornalismo poderia a princípio estar inscrito nesta categoria de ação em Arendt. De acordo com a socióloga Raíssa Turci,

Podemos pensar a atividade jornalística em seu caráter político [...]. Ao considerar o jornalismo como produtor e reproduzidor de argumentos e realidades largamente disseminado na forma escrita, podemos ampliar o espaço possível da ação arendtiana e estabelecer relações entre jornalismo e ação. Tanto o próprio “fazer jornalístico” se inclui como um exemplo de ação – cria, delimita, seleciona e insere discursos no debate público – quanto ele próprio utiliza-se das ações humanas como matéria de seus discursos (TURCI, 2018, p. 35).

Em Arendt (1987) a ação, como atividade essencialmente política, é imprevisível; não é o espaço para a busca de uma verdade una, alheia às perspectivas e ao mundo humano. A autora argumenta contra o “império da verdade” e destaca a crença em uma verdade absoluta, imparcial, que pode ser alcançada através da filosofia ou da razão. A verdade una, assim como a violência, tem potencial tirânico e antipolítico:

o discurso jornalístico é, como toda a ação, essencialmente político, persuasivo, lugar de disputa, parcialidade e perspectiva. Como ação, não busca a verdade como fim, mas tem no discurso e no fazer político, na participação e construção de espaços de dissenso e pluralidade, seu próprio fim (TURCI, 2018, p. 38).

Assim, de acordo com Turci, se o jornalismo é um espaço de pluralidade como um fim em si mesmo, poderia ser considerado como ação política. De acordo com a pesquisadora, o principal problema do jornalismo é que, muitas vezes, a imprensa se coloca como postulante da verdade última dos fatos, fazendo paradoxalmente a política e a antipolítica ao mesmo tempo:

Ao revestir-se de “verdade” fatural, o jornalismo afasta-se da política como forma de afirmar a legitimidade de seu discurso. Vender “a verdade dos fatos”, com imparcialidade e objetividade, é uma forma de ser parte das lutas políticas e, ao mesmo tempo, negar fazê-lo (TURCI, 2018, p. 38)

Assim, o jornalismo como ação não pode, então, pairar superior, acima dos múltiplos pontos de vista; nem discursar apenas de um ponto que consegue ver e/ou compreender. Como também não conseguiria abarcar todas as perspectivas. Considerando que não existe a possibilidade clara de um “máximo plural”, o ideal talvez seria o jornalismo se esforçar para atingir de um mínimo plural a um plural quanto mais adequado, caso a caso. Porque nenhum fato acontece com as mesmas características e identidades e, portanto, demandam diferentes pluralidade de fontes, fatos e vozes. Mas, em menor necessidade de ampliação de pluralidade, não poderia abdicar-se de outros pontos de vista no processo de construção social das representações de mundo:

Os modos de pensamento e de comunicação que tratam com a verdade, quando vistos da perspectiva política, são necessariamente tiranizantes; eles não levam em conta as opiniões das demais pessoas, e tomá-las em consideração é característico de todo pensamento estritamente político. (ARENDETT, 2016, p. 447)

2.4.1 A visão sobre pluralidade nesta pesquisa

A ampla diversidade de vozes (fontes, opiniões, pontos de vista) oferece condições básicas para que o leitor possa tirar conclusões por si mesmo com relativa autonomia – ao ter à sua disposição mais de uma visão sobre o mesmo assunto. Isto é, a diversidade de fontes e de enquadramentos – e subenquadramentos diversos – cria melhores condições para que o público consumidor de notícias saia da menoridade, do pensamento tutelado por uma única “realidade pública” dos *media* (KARAM, 2014).

Desde o Iluminismo, tal ideia é defendida como uma das condições fundamentais à liberdade de consciência e à democracia. De acordo com o processo de construção da consciência em Kant, é por meio da diversidade de representações que se alcança uma consciência única, emancipada. Podemos afirmar, assim, por dedução baseada no pensamento de Kant a seguir,

que a diversidade de representações seria não o único, mas um pré-requisito fundamental para a qualidade emancipatória, na formação de consciência de mundo:

Só porque posso ligar numa consciência uma **diversidade de representações** dadas, posso obter **por mim mesmo** a representação da identidade da consciência nessas representações (KANT, p. 124, Grifos nossos)

Vale ressaltar que pluralidade de fontes não pode ser considerada como sinônimo de pluralidade de vozes. Trata-se de uma confusão comum em algumas pesquisas de comunicação que tratam sobre fontes (LEAL; CARVALHO, 2015). É preciso problematizar o que se entende como pluralidade: o leque de opções aberto de várias versões dos fatos não garante, *a priori*, a liberdade de escolha do público. E tampouco oferecem, automaticamente, condições para a sua autonomia de pensamento.

Uma reportagem, por exemplo, pode garantir a presença de fontes distintas – de diferentes setores da sociedade –, porém, com óticas convergindo em uma visão cultural, ideológica ou política. A pluralidade de fontes, nestes casos, pode resultar em um enquadramento não-diverso, com ausência de outras óticas. A utilização de fontes diferentes pode ser, inclusive, uma estratégia para o reforço – intencional ou não – de uma única visão sobre um determinado acontecimento midiático (PORTO, 2007).

No campo da linguística, na literatura, Bakhtin classifica esse “orquestramento” de personagens como monologismo, em que o autor concentra em si mesmo todo o processo de criação da narrativa. Originalmente, o filósofo utiliza o conceito em referência à análise literária. Porém, a teoria é largamente adaptada por diversos teóricos nas pesquisas sobre as narrativas jornalísticas (WOLF, 1989; SOLOSKI, 1999; TRAQUINA, 2002; ZELIZER, 2009; MOUILLAUD, 2013).

No monologismo, o autor da narrativa é o centro irradiador da consciência, das vozes, imagens e pontos de vista. E, assim, “coisificando” tudo em função do seu enquadramento. Onde as personagens são apenas objeto do discurso estratégico do autor. Segundo Bezerra (2005)

o modelo monológico não admite a existência da consciência responsiva e isônoma do outro; para ele, não existe o “eu” isônimo do outro, o “tu”. O outro nunca é outra consciência, é mero objeto da consciência de um “eu” que tudo informa e comanda. O monólogo é algo concluído e surdo à resposta do outro, não reconhece nela força decisória. Descarta o outro como entidade viva, falante e veiculadora das múltiplas facetas da realidade social e, assim procedendo “coisifica” em certa medida toda a realidade e cria um modelo monológico de um universo mudo, inerte. Pretende ser a última palavra. Fecha em seu modelo no mundo representado e os homens representados (BEZERRA, 2005, p. 192)

Em oposição ao conceito de monologismo, Bakhtin propõe o conceito de polifonia baseado na análise sobre como Dostoiévski permite, através dos personagens que cria, múltipla expressão de pontos de vista sociais. Nos personagens do romancista russo, de acordo com

Bakhtin, há uma vida e uma personalidade própria em cada sujeito – que não participam da estória como joguetes de um monólogo, não são assujeitados ao autor. Ao contrário, são entidades vivas, com personalidade própria e visão de mundo autônoma. Daí reside uma das principais características da genialidade criadora de Dostoiévski.

A aplicação da teoria nos estudos sobre o jornalismo requer adaptações e não pode ser compreendida como uma transposição simples. O cenário do jornalismo, por exemplo, resumidamente, é a esfera pública e não o campo da literatura. As fontes e os personagens são dotadas, no jornalismo, de vida e personalidade própria – de fato. Mesmo que influenciadas por outrem, as fontes e vozes da imprensa não partem de uma mente criadora. O jornalista não é “o centro irradiador da consciência”, como acontece na literatura. Mas, diferentemente, são personagens selecionados por uma complexa construção social onde são produzidas as notícias (ALSINA, 2005). Uma vez que as pessoas concernidas nas notícias existem no mundo real – e não partem da imaginação criativa do autor literário, também criador de contextos, ambientes e cenários. A prática do monologismo é uma das muitas importantes referências ao identificar a baixa qualidade em obras de literatura. Mas é um problema que se agrava exponencialmente, ética e moralmente, quando praticada no jornalismo, uma vez que o monologismo na imprensa assujeita fontes, cidadãos, com consequências para o mundo sistêmico e o mundo da vida.

Porque, ao realizar a construção das representações da realidade social por monologismos – intencionalmente ou não –, geram-se mensagens de autoritarismo mais ou menos veladas. Mensagens com aparências superficiais de diversidade. Construídas por meio do uso estratégico de diversos personagens – estes utilizados apenas como objetos reificados para a legitimação do discurso. Uma violência simbólica implícita que, por se valer de uma estratégia de ocultamento, dificulta a reação crítica do público. Isto é, uma racionalidade estratégica autoritária que dificulta o esclarecimento público. As versões articuladas no monologismo oferecem uma falsa sensação de liberdade de escolha ao público. Marcuse (2015) ao refletir sobre opções de escolhas disponibilizadas aos indivíduos e sua relação com a liberdade, faz uma ressalva:

O leque de opções abertas ao indivíduo não é o fator decisivo na determinação do grau de liberdade humana, mas o que pode ser escolhido e o que realmente é escolhido pelo indivíduo. O critério de livre-escolha nunca pode ser um critério absoluto, nem tampouco inteiramente relativo. Escolher livremente os senhores não anula a existência de senhores ou de escravos (MARCUSE, 2015, p. 46)

A utilização estratégica das fontes colabora para, conseqüentemente, desqualificar o debate na esfera pública, tornando-a menos democrática, menos dialógica, enfim, menos livre. Portanto, não basta apenas que **fontes diversas** estejam na narrativa, mas que sejam também **vozes diversas**. A diversidade de vozes – mais do que a diversidade de personagens, em certa medida – torna-se uma referência *sine qua non* à realização da polifonia:

É assim que uma narrativa pode conter uma única personagem e essa ser dotada da capacidade de trazer à tona uma grande diversidade de pontos de vista sobre o mundo

social, inclusive tendo em vista sua historicidade e os conflitos de interpretação nele presentes. O contrário também é possível: várias personagens e/ou fontes concordarem em seus pontos de vista, não constituindo polifonia (CARVALHO E LEAL, 2015, p. 218).

Isto é, não seria problemático, em si mesmo, se uma reportagem registrasse vozes convergentes ou congruentes, desde que também contemplassem pontos de vistas diferentes, divergentes e dissonantes – sempre que estas versões existirem. Sem, claro, ignorar versões e personagens fundamentais para o acontecimento abordado, marginalizando-as na narrativa: “A diversidade de vozes e versões” de atores e grupos sociais contidas na representação noticiosa da realidade social é indispensável para garantir a qualidade pública da comunicação” (HERMAN, 1999, p. 125).

Portanto, parte-se da primeira premissa, baseada no pensamento desde Kant (1783) e posteriormente a Habermas (1984), de que a diversidade de representações da realidade é necessária à formação da consciência e da compreensão, favorecendo a autonomia e a maioridade do público – enfim, a teleologia da razão humana.

Contudo, no avançar desta pesquisa, pôde-se concluir que a análise da polifonia – apesar de muito rica e interessante – não é recomendável para aplicação a grande escala de textos jornalísticos, como é o caso aqui. Isso porque os diversos marcadores das metodologias em teorias polifônicas são, em geral, marcadores exclusivamente qualitativos – o que inviabilizaria a pesquisa de 679 textos publicados no decorrer de quase cinco anos.

Por este motivo, a utilização do conceito de *enquadramento de controvérsias* de Porto (2007) se demonstrou mais viável. De forma diferente, Porto utiliza como foco a investigação quanti-qualitativa da pluralidade de fontes e vozes e o risco de hierarquização entre vozes. Isto é, o teórico procura identificar nos textos, por exemplo, quando uma opinião é colocada como mais importante que as demais (observação qualitativa) – e a frequência desta recorrência (observação quantitativa). O que, guardadas as devidas proporções, seria similar ao conceito de monofonia em Bakhtin – em que a importância dada a uma opinião sobre a outra serviria, muitas vezes, como uma estratégia para reforçar a primeira. De maneira que mesmo que a pluralidade seja verificada, quando hierarquizada, deixa de ser “aberta”. É a situação que Porto classifica como “Pluralidade Fechada” (PORTO, 2007). A “Pluralidade Aberta” traz pontos de vista distintos, porém, sem hierarquização. O que, por sua vez, estaria também relativamente próximo ao conceito de Polifonia em Bakhtin (Ver CAPÍTULO 5 - Procedimentos Metodológicos). O método de procedimento de Porto, portanto, permite uma análise mais ampla, de maior volume de textos, de forma bem mais operacionalizável metodologicamente para a análise do conjunto de uma cobertura.

Contudo, não consideramos o método de procedimento de Porto menos rico, mas diferente do de Bakhtin. Principalmente porque entendemos, nesta pesquisa, a imprensa como uma das mais importantes arenas de debate na esfera pública – em que a existência de pluralidade

de vozes e fontes, pela ótica das teorias democráticas em Habermas (1984), são fundamentais à qualidade do debate na mídia que muitas vezes exigem análise de muito textos em períodos de longa duração - inclusive histórica. Logo, analisar as fontes e vozes presentes na imprensa não se torna uma perspectiva de menos relevância. Porque a imprensa é, em si mesma, uma **plataforma de mediação de vozes** que, em tese, espera-se que seja a mais plural possível.

A preocupação com a pluralidade não está, neste trabalho, relacionada ao conceito de objetividade no jornalismo. Compreende-se a pluralidade como uma maneira de criar condições mais favoráveis possíveis ao esclarecimento dentro da perspectiva da teoria de esfera pública de Habermas (1984). Porém, claro, sem contar com efeitos garantidos: a depender do *lugar de escuta* deste público – de acordo com a visão social, política, educacional e cultural dos envolvidos no processo de recepção e interatividade das mensagens. A diversidade de vozes na imprensa é entendida aqui também como uma realidade social a ser interpretada e construída com maior autonomia possível pelo público, a partir das informações plurais da imprensa e das suas próprias outras muitas referências de mundo. Portanto, não há o que se falar de “pluralidade ideal”. Mas de tratar de três de seus muitos elementos – dentro de um recorte metodológico específico: a “não-pluralidade” e as pluralidades “abertas” e “fechadas” de Porto (2007). A proposta é estudar alguns componentes quanti-qualitativos dos enquadramentos de controvérsias, fundamentais para se atingir os objetivos desta tese.

- **Conceito de pluralidade extratextual**

Para deixar mais claro o tipo de pluralidade mencionada, mais externa, a denominaremos aqui como **pluralidade de relação exógena** e de **localização extratextual**. Podemos definí-la como um tipo de pluralidade, seja de fonte ou de vozes que, para se configurar como plural de fato, depende do acesso de outros conteúdos (para além do conteúdo acessado). Aqui podemos considerar como “outro conteúdo” qualquer outro material jornalístico (texto, som, imagem, documento) que trate sobre o mesmo fato/ação/evento. Desde que tenham outras fontes e vozes que tragam atores sociais e/ou pontos de vista diferentes e/ou divergentes, respectivamente. Entendemos por “externo” qualquer outra matéria. Seja de outros veículos jornalísticos ou do mesmo. A obtenção de materiais com toda essa relação externa de pluralidade depende do interesse e da ação do usuário em pesquisar/buscar outros pontos de vista – mesmo que estejam submetidos (conscientes ou inconscientemente) a filtros e/ou outros tipos *gatekeepers*.

O problema é que “puxar” conteúdo dá bastante trabalho. Precisamos estar sempre atentos, administrando a nossa própria experiência midiática. É um dispêndio de energia muito maior do que aquele que a TV exige do americano médio, que assiste televisão (quase passivamente) 36 horas por semana (PARISER, 2011 p. 910).

- **Conceito de pluralidade intratextual**

Em contraponto ao tipo anterior, e também por contraste, chamaremos a relação plural mais interna de **pluralidade endógena intratextual**. Podemos definí-la como um tipo de pluralidade que, para se configurar como plural de fato, não dependa do acesso de conteúdos externos para que a pluralidade seja observada. Aqui podemos considerar como plural um “mesmo conteúdo”. Desde tenha fontes e vozes plurais, ou seja, que tragam atores sociais e/ou pontos de vista diferentes e/ou divergentes, respectivamente.

Entendemos por “interno” todas as relações de pluralidade que compõe a matéria internamente – seja texto, som, imagem, documento ou infográfico. O registro desta relação interna de pluralidade, para se concretizar, não depende da ação do usuário – porque os elementos de pluralidade estarão contidos internamente na notícia. Quaisquer outros materiais externos apenas somariam mais pluralidade à pluralidade existente. Vale ressaltar que não se pretende aqui analisar a qualidade dessas duas variedades de pluralidade, mas estabelecer critérios objetivos para viabilizar a verificação de sua ocorrência de maneira mais objetiva possível.

2.5 TEORIAS DO JORNALISMO E FONTES

Um dos principais desafios da sociologia desde a década de 1920 e depois no campo dos estudos sobre comunicação é compreender a razão das notícias serem como são, como são produzidas e seus efeitos na sociedade. Com os novos estudos de Agenda-Setting de McCombs e Shaw (1972) houve uma superação considerável de boa parte das teorias dos efeitos limitados como de e Katz e Lazarsfeld (1955) e Festinger (1957). O reconhecimento do poder dos meios no final do século XX, surgiu de inúmeras explicações teóricas que procuram compreender o jornalismo notícia como mais influentes do que antes segundo Esteves (2002) e Correia (2004). De acordo com McCombs e Shaw (1972), o conceito inicial do *agenda setting*, é formulado por Cohen (1963): “embora a imprensa, na maior parte das vezes, possa não ser bem sucedida ao indicar às pessoas ”como pensar“, é espantosamente eficaz ao dizer aos seus leitores sobre ”o que pensar“. McCombs e Shaw (1993) em estudos agendamento e de enquadramento mais recentes redescobrem, quatro décadas depois, o poder da imprensa.

A clássica exposição da marcação de agenda por Bernard Cohen (1963) – os media podem não nos dizer o que pensar, mas são surpreendentemente bem-sucedidos quando nos dizem no que pensar – foi virada de pernas para o ar. Investigações recentes explorando as consequências da marcação de agenda e do enquadramento dos media sugerem que os media não só nos dizem **no que pensar**, mas também **como pensar** nisso e, conseqüentemente, o que pensar (grifo nosso) (MCCOMBS; SHAW, 1993, 16)

Boa parte das investigações acadêmicas reflete-se em uma busca pela definição da atividade jornalística de acordo com os conceitos sociológicos de profissão (TRAQUINA, 2005). A visão difusa da profissão e das suas práticas (RIEFFEL, 2003) é um ponto visto como importante na construção de pressupostos teóricos.

Segundo Traquina (TRAQUINA, 2005), os valores-notícia, por exemplo, representam boa parte da cultura profissional dos jornalistas: o “incomum”, o “inusitado” e principalmente o “novo” (*news*) fazem parte da visão do jornalista sobre o mundo em que estão na prática e no dia a dia do profissional. Há entre a maior parte dos pesquisadores a ideia de que o jornalismo na prática democrática tem funções sociais fundamentais e indispensáveis e que não podem ser substituídas por outra profissão.

A definição, mais ou menos geral entre os pesquisadores, é que o jornalismo tem a função de equipar os cidadãos com as informações necessárias para se “autogovernarem”, nas palavras de Rosenstiel e Kovach (2003), em uma sociedade democrática. Tuchman (1978), Schudson (1995), Singer (2004) e Alsina (2005) definem as notícias como um produto que é resultado de uma complexa construção social. Traquina (2005) organiza as teorias da notícia nas seguintes principais propostas:

- **Teoria do Espelho**, em que as notícias são vistas tendo como função criar um espelho exato da realidade. Este é um conceito mais ligado ao senso comum do que às pesquisas no campo do jornalismo como de Siebert (1956), Chatelat (1979);
- **Teoria da Ação Pessoal ou do Gatekeeper**, onde o noticiário é o resultado da opção particular do jornalista pauteiro ou editor (aquele que julga o que deve e o não ser notícias) presente em Lewin (1947) e White (1993);
- **Teoria Organizacional**, em que as inúmeras condições e contextos organizacionais geram a produção jornalística como Rosten (1937) e Breed (1993) e Sigelman (1973) e Bogart (1978);
- **Teoria da ação política**, baseada na ideia de que a imprensa distorce a realidade e mantém o controle ideológico, fazendo-a um instrumento a serviço da classe dominante com Herman e Chomsky (1988).

Neste íterim, há também a perspectiva de que os *media* seriam um instrumento a serviço das ideologias dos próprios jornalistas. “Seja de esquerda ou de direita, estas teorias defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem aos interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos” (TRAQUINA, 2001, p. 81). De maneira que os jornalistas estariam como sujeitos ou agentes destes interesses políticos.

A **Teoria Estruturalista** parte do ponto de vista macrossociológico que pressupõe a “reduzida autonomia dos jornalistas” (HALL et al., 1993), mas não a anula totalmente. Os pesquisadores da área definem as notícias como um produto resultado de uma construção social que legitima a cultura dominante ao replicá-la em suas narrativas. Isto é, as notícias reforçariam a construção de uma sociedade consensual ao adotar valores culturais vigentes (dominantes). De acordo com os autores dessa linha, a cultura da rotina e da burocracia produtiva é dominada pelos

proprietários dos veículos, em uma relação estruturada com *gatekeepers* e fontes de informação. Nesta relação de construção social da notícia, Hall et al cria o conceito de fontes de informação como “definidores primários” (*primary definers*). A ideia se baseia na assertiva de que as fontes de informações são preponderantemente elitizadas ou oficiais, assegurando a “hegemonia” ideológica capitalista – conceito baseado principalmente em Gramsci (1971). As fontes que trazem essa carga simbólica e cultural também seriam mais “credíveis” ou “legitimadas” aos leitores. Fontes que são autoridades ou têm *status* social, político ou econômico elevado seriam mais aceitas pelo público, uma vez que, para Hall et al, o público compartilharia de valores similares. Logo, os pontos de vista dominantes também seriam necessários para tornar os textos mais “inteligíveis” na perspectiva de uma sociedade consensual.

Porém, os jornalistas não estariam sempre automaticamente a serviço do poder. Hall e pesquisadores desta área negam a visão simplista de teorias conspiratórias. E afirmam que a relação entre fontes e jornalistas seria estruturada. Os jornalistas estariam subordinados aos definidores primários, um domínio resultado de uma complexa relação de poderes simbólicos em que fontes prevaleceriam sobre os jornalistas. De acordo com Traquina (2001), a **Teoria Construcionista** (Tuchman, 1978; Berger e Luckman, 1987; Molotch e Lester, 1993; e outros) define as notícias como resultado de um processo mais complexo. O produto jornalístico se daria por uma construção social diversa – linguística, organizacional e cultural, rejeitando o conceito de distorção e negando a baixa autonomia dos jornalistas. De acordo com essa perspectiva, jornalistas, fontes, proprietários dos *media* e diversos agentes sociais participam da construção da realidade social produzida pelos *media*. O desequilíbrio entre esses agentes não é ignorado. A manipulação política, a influência de grupos de elite, a preponderância de fontes oficiais também não é negada por esta linha de estudos. Porém, fenômenos como “dominação” e “hegemonia” não são considerados como pressupostos absolutos, e sim que devem ser verificados, relativizados ou refutados dependendo do objeto analisado. Em outras palavras, no Construcionismo há uma visão de que existiria um campo profissional com mais autonomia por parte dos jornalistas do que nas teorias da Ação Política e Estruturalista.

Os jornalistas também não são meros espelhos e expectadores passivos da realidade – mas são também ativos na construção da realidade. A Teoria do Espelho produz a ética profissional dominante, porque a credibilidade e a legitimidade do jornalismo estão assentadas na crença social de que as notícias refletem a realidade. O jornalismo funcionaria como um dispositivo de construção social dessa realidade; diferente da Teoria Construcionista, em que agentes do processo é que participam, com mais peso, desta construção do conhecimento. A Teoria do Espelho é, portanto, visivelmente rejeitada na perspectiva construcionista:

Nela [na teoria do Espelho], os jornalistas são, portanto, imparciais, pois respeitam as normas profissionais que asseguram o trabalho de recolher a informação e relatar os fatos: são mediadores que “reproduzem”, na notícia, o acontecimento. Apesar de sabermos que as notícias são um produto centrado no referente (AGUIAR, 2006, p. 8).

Na visão construcionista, estes profissionais de comunicação são, ao mesmo tempo, influenciados (por diversas interações sociais) e influenciadores (nas atividades de construção da notícia). De acordo com os principais autores dessa linha teórica, a produção é influenciada por fatores, como por exemplo: constrangimentos organizacionais (BREED, 1993); rotinas e cultura profissional (KATZ; BLUMLER; GUREVITCH, 1973); pela tirania do fator tempo (SCHLESINGER, 1977); pelas pressões dos proprietários e dos governos (HERMAN, 1999); e dentro de uma lógica de que o jornalismo resulta da interação entre os promotores de notícias e fontes (*news promoters*), jornalistas em geral e editores (*news assemblers*), leitores/expectadores (*news consumers*) e as intencionalidades e não intencionalidades de todos esses atores sociais (MOLOTCH e LESTER, 1974).

A **Teoria da Influência dos Media na Construção da Realidade**, de alguma forma, passa transversalmente à Teoria Construcionista. No sentido de que as notícias “intervêm no processo de construção social da realidade” (SOUSA, 2002), conforme foi enunciado por Berger e Luckmann (1983). O conceito de *gatekeeping*, a interação entre promotores de notícia e os jornalistas, a tirania do fator tempo, entre outras, influenciam de alguma forma a construção da realidade pública.

Para Berger e Luckmann, as notícias atuam em nível microssocial e macrossocial e são modeladas por um conjunto de contextos como a história, o contexto da situação e o conjunto complexo de interações pessoais. Para os pesquisadores as instituições e as pessoas criam patamares mínimos para o entendimento comum compartilhado, o que formaria o que denominavam como a realidade social. Os modelos de comportamento e as definições de papéis eram também replicados e fortalecidos pelos meios de comunicação para a geração desta realidade pública. Alsina (1996) define notícia como uma representação social da realidade cotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível. Ela “é gerada em uma instituição informativa que pressupõe uma complexa organização”. Segundo Meditsch, Bueno e Paulo (1990) o jornalismo é uma prática profissional rotineira que funciona com esquemas de reprodução da realidade no dia a dia da população. A imprensa produz conhecimento e, ao mesmo tempo, reproduz conhecimentos gerados por outras instituições sociais. Robert E. Park (1976) considera o jornalismo como a instituição que auxilia o funcionamento da sociedade, sobretudo através de um processo interventivo na mediatização do real. E, ao mesmo tempo, trata-se de um conhecimento fragmentado no tempo.

O **Viés da Temporalidade** neste trabalho de pesquisa parte de uma perspectiva relativamente diferente das teorias citadas, talvez com alguns pontos de convergência com as duas anteriores. Porque ao estudarmos a relação entre temporalidade e pluralidade de fontes, estamos admitindo a hipótese de que o recorte temporal de um acontecimento pode distorcer a realidade pública. Isto é, se o alargamento do recorte temporal pode estar relacionado ao menor ou maior nível de pluralidade das fontes noticiosas (e por conseguinte afetando as próprias notícias), a realidade pública produzida pelos meios também poderia ser alterada. Em outras palavras,

a menor e a maior quantidade de pontos de vista podem alterar substancialmente a representação de um acontecimento jornalístico.

Portanto, admitir-se-ia a possibilidade da existência de um viés que não seria apenas político ou ideológico, mas que partiria da perspectiva temporal escolhida por parte do jornalista (menos ou mais alargada). Essa escolha seria compreendida como um processo, onde os jornalistas tanto seriam influenciados (por diversas interações sociais) como também influenciadores no processo de escolha do recorte temporal. Isto é, se na perspectiva construcionista as notícias são resultado de um complexo processo social, no recorte temporal também não seria diferente. Porque, por exemplo, as fontes de informações que fornecem pontos de vista sobre um acontecimento também oferecem ao jornalista, inevitavelmente, referências temporais.

Toda narrativa exige referência temporal para ser inteligível – independente de este recorte ser menos ou mais alargado. O viés do poder e do dinheiro, neste caso, seria uma preocupação secundária pelo ponto de vista metodológico. Porque, se há um veículo com uma determinada linha editorial, seja política ou ideológica, é possível verificar variações de níveis de pluralidade de acordo com os seus diferentes recortes temporais sem, contudo, necessitar investigar interesses econômicos e políticos do veículo como algo prioritário. Nesse caso, a temporalidade parece exercer um viés que não independe totalmente de outras influências, mas a temporalidade exerceria uma certa autonomia positiva ou negativa na pluralidade de fontes ou vozes – conforme a temporalidade se torna menos ou mais alargada. Porém, para estudar a pluralidade torna-se necessário também analisarmos possíveis categorizações de fontes a serem utilizadas nesta pesquisa.

- **Fontes: teorias, estudos e categorizações**

De acordo com Santos (2003), fontes de informação podem ser definidas como

entidade, instituição, organização, grupo ou indivíduo, porta-voz ou representante que presta informações ou fornece dados ao jornalista, planeja ações ou descreve fatos, ao avisar o jornalista da ocorrência de realizações ou relatar pormenores de um acontecimento (SANTOS, 2003, p. 59).

Isto é, a origem das informações podem ser tão variadas e complexas quanto o é a sociedade contemporânea. Algumas teorias sobre fontes poderão auxiliar na compreensão sobre a questão da pluralidade que tratamos anteriormente. De acordo com Sousa (2002), os principais estudos acadêmicos sobre fontes oscilam entre a negociação de sentidos para os acontecimentos (entre jornalistas e fontes) e uma visão mais negativa: são os que pesquisam e chegam a conclusões no sentido em que as fontes mais poderosas, oficiais e de elite acabam determinando os sentidos aos acontecimentos. Também há aqueles que pesquisam as fontes como rotinas produtivas (*newsmaking*), os citados constrangimentos organizacionais (BREED, 1993), todos mais filiados às teorias construcionistas. Nesta perspectiva, não apenas as notícias,

mas também as fontes participariam ativamente nas complexas interações sociais que gera um tipo determinado de conhecimento jornalístico e que, por sua vez, colabora para produzir a realidade pública. Há também os riscos inerentes ao relacionamento com as fontes, como na relação de amizade e cumplicidade, por exemplo.

Para Sigal (1973) as notícias dependem daquilo que as fontes dizem e do tipo de fontes consultadas (oficiais e não oficiais). O pesquisador afirma que as fontes ainda são mais importantes e influentes do que as rotinas, as convenções jornalísticas. E até, muitas vezes, seu ponto de vista se torna mais relevante do que o do próprio jornalista. Sigal considera três tipos de canais por quais as fontes exercem sua influência: 1) canais de rotina (acontecimento oficiais, press-release, eventos); 2) canais de informações (contatos em encontros com atores sociais em geral e até com colegas de outros veículos); e 3) canais de iniciativa (depende da proatividade do jornalista, quando este profissionais solicitam entrevistas, por exemplo). Segundo Sigal, quando os jornalistas têm acesso a mais fontes, as fontes de rotina tendem a perder relevância - uma vez que o jornalista passa a contar com uma variedade maior de opções. Porém, mesmo neste universo amplo de opções, as fontes oficiais tendem a ser mais preponderantes (e dominantes) do que as fontes populares ou “desconhecidas”, por terem menos visibilidade. E, muitas vezes, podem parecer ser “menos sérias” em razão de, às vezes, precisarem utilizar expedientes espetaculares para conseguirem ser notadas. O que acontece com menos frequência entre fontes oficiais e que, conseqüentemente, podem parecer mais sérias aos jornalistas.

Por outro lado, organizações da sociedade civil organizada conseguem chamar a atenção pelo exercício público da razão. Isto é, não apenas por ações performáticas, mas também por meio de mobilização social, da produção de estudos e novos conhecimentos sobre temas em que geralmente são especialistas. A ampliação da esfera pública é marcada tanto por estas expressões de *vida activa* (ARENDDT, 2007) do Terceiro Setor como também pelas vozes destas entidades na imprensa. Portanto, também podem ser considerados fontes sérias por parte dos jornalistas e classificadas como promotores das notícias (*news promoters*) que, intencionalmente, fornecem informações à imprensa com o objetivo de serem transformadas em material jornalístico (MOLITCH e LESTER, apud TRAQUINA, 1994). Muitas vezes, organizações do tipo são vistas pela imprensa com mais “neutralidade” e credibilidade. Porque, pelo menos aparentemente, não defendem interesses privados e de poder. Tal proatividade, por parte das ONGs, é democraticamente importante porque promove a maior participação (direta ou indiretamente) da sociedade civil organizada na produção noticiosa, colaborando para a qualificação da esfera pública de maneira mais ampla e plural.

Gans (1980) amplia as categorias de fontes de informação (oficiais e oficiosas; passivas e ativas; conhecidas e desconhecidas; confiável e duvidosa, entre outras). Na visão do pesquisador, as fontes são acessadas pelos jornalistas a partir de suas necessidades produtivas. A desigualdade da presença de fontes nas notícias acontece porque as fontes não são idênticas e nem teriam a mesma relevância para a representação de determinados acontecimentos. As

fontes geralmente tentam fazer com que seus ângulos sobre um determinado assunto sejam preponderantes, enquanto os jornalistas acessam as fontes para conseguirem informações que as fontes, muitas vezes, não têm interesses em revelar (SOUSA, 2002). Para Gans, os jornais tendem mais à passividade, ficando mais permeáveis aos interesses das fontes. Principalmente quando as últimas respondem aos interesses produtivos das redações. Por outro lado, o autor nunca perde de vista o fato de que as relações entre fontes e jornalistas seguem um processo de negociação constante. As fontes com mais capacidade de produzir informações inéditas seriam sempre priorizadas pelos jornalistas, o que aumentaria a influência delas no trabalho do profissional de comunicação.

Schilesinger (1992) recusa a classificação das fontes como “oficiais” e “não-oficiais”. Para o pesquisador existem grupos e organizações da sociedade civil que recebem subsídios de organizações do Estado e que, de maneira menos ou mais velada, defende os pontos de vista de seus financiadores. Na competição para tentar acessar os meios de comunicação, as fontes tentam cativar e sensibilizar os jornalistas e enviar informações com valores-notícia. Como as fontes possuem recursos diferentes e posicionamentos distintos, a desigualdade acaba sendo uma consequência (SCHILESINGER, 1992).

Os teóricos Brumler e Gurevitch (1995) estudam principalmente a relação entre jornalistas e o poder estatal. Segundo os autores, muitas vezes os jornalistas têm uma postura cooperativa com políticos como estratégia de fazê-los como fontes de informações privilegiadas, o que esvazia o profissional de mídia de independência. Mas como os dois lados têm interesses diferentes, a ideia de negociação permanente permanece nesta perspectiva teórica. O modelo de investigação está pautado pela análise de trocas entre jornalistas e fontes. Para que as fontes individuais consigam acessar a mídia elas precisam oferecer histórias e versões com noticiabilidade e valores-notícias mais relevantes. As fontes oficiais dependem mais da posição, autoridade e credibilidade da fonte.

Segundo Curran (1996), há dois tipos de pressão sobre os jornalistas: “do topo para a base” e da “base para o topo”. A primeira se refere aos grupos da elite econômica e política que são dominantes. E a segunda aos grupos sociais de base. Curran enumera nove tipos de pressões vindas do topo como, por exemplo, políticos com interesses em “projeção social” individual; auto-censura ou censura por receio de ofender patrocinadores e anunciantes dos jornais, entre outros. A pressão da base para o topo acontece, por exemplo, pela capacidade de organizações criarem seus próprios órgãos jornalísticos, pelo poder e autonomia dos jornalistas, pela pressão do leitor que pode exercer influência sobre o jornal, entre outros.

Em artigo, Pinto (1998) afirma que se assiste a uma nova redefinição na esfera pública em que o jornalismo político está se transformando ao poucos de jornalismo informativo para jornalismo interpretativo. E que se consolidou a imagem adversária da imprensa. Pinto discorda da ideia de que os media se tornaram mais poderosos do que os políticos. Para o pesquisador existe uma simbiose entre os interesses dos jornalistas e dos políticos, onde existem trocas mútuas

e circulares entre ambos. A ideia de que existe uma posição antagônica entre políticos e jornalistas na verdade seria, para Pinto, uma performance simulada (apesar da narrativa adversarial), o que coloca o jornalista como um dos personagens importantes do jogo político.

- **Categoria de fontes**

De acordo com Schmitz (2011), um dos primeiros estudos sobre classificação de fontes foi realizado por Gieber e Johnson (1961) que consideraram as fontes como essencialmente oficiais, tendo em vista o objeto de pesquisa as matérias presentes na cobertura sobre a prefeitura de Nova York. Lage (2001) investiga as fontes em razão de sua qualificação (classificadas como sendo mais ou menos confiáveis) e em relação aos seus grupos de origem (pessoal, institucional) e forma (documentais ou testemunhais) e os especialistas, denominados como “*experts*”. Lage categoriza como “oficiais” apenas quando as fontes são de instituições do governo ou de Estado. As “oficiosas” – conhecidas no senso comum entre jornalistas brasileiros como uma síntese entre “oficial” e “sigilosa” – são aquelas que falam em *off-record*, em que suas identidades não são revelada e devem ser protegidas pelos jornalistas. O pesquisador aponta as fontes “primárias” e “secundárias” como aquelas que tem relação ou contato direto e indireto com os fatos, respectivamente.

Chaparro (2009) propõe sete tipos de fontes: “organizadas”, relacionadas a organizações que produzem com competência notícias com valores notícia, fazendo delas forma de ação. Um exemplo são as ONGs – Organizações Não Governamentais e sem fins lucrativos. O pesquisador chama a atenção para a categoria de fontes “aliadas”, agentes sociais que constroem uma relação de confiança mútua com os jornalistas e que pode comprometer em menor ou maior grau a independência do jornalista. As fontes “informais” não representam terceiros ou organizações e falam apenas por si mesmas. Chaparro, assim como Lage, também se refere às fontes especialistas. Porém, considera tais fontes como “aferição” dos acontecimentos que estariam sendo apurados. Geralmente são muito especializadas no assunto a ser coberto pelos jornalistas. Ele também identifica fontes como “documentais” e “bibliográficas”.

O *Manual da Redação* (FOLHA DE S. PAULO, 2012) prevê a necessidade do cruzamento de fontes – que consiste na comparação de versões, fatos e dados – para checar possíveis contradições e incoerências em versões fornecidas pelas fontes. O jornal também valoriza as fontes documentais de sobremaneira, chegando a estabelecer em seu manual a dispensa de checagem quando a fonte é documental. A empresa recomenda que a informação seja cruzada com pelo menos mais uma fonte. A publicação estabelece quatro tipos de fontes: “zero”, são enciclopédias, documentos, vídeos que, segundo a empresa, não necessitam ser cruzados com outras fontes; “tipo 1”, com “histórico de confiabilidade”, com bom conhecimento sobre o tema e que teve contato ou acesso direto ao fato – e que, teoricamente, não teria interesses imediatos na divulgação de um determinado ponto de vista; “tipo 2”, similar às do “tipo 1” mas que não gozam de um histórico de confiabilidade; e o “tipo três”, de baixa confiabilidade, e que é “bem

informada, mas tem interesses (políticos, econômicos etc.) (FOLHA, 2012)”. sugere uma síntese das categorias de fontes tendo como referência os principais pesquisadores citados anteriormente. Segundo o autor “a maioria dos autores, exceto Pinto (2000) e Chaparro (2009), não tem como objeto de estudo a classificação das fontes, embora tenha designado os tipos para diferenciar um de outro” (SCHMITZ, 2011, p. 5).

Figura 1 – Síntese de estudo sobre categorias de fontes de Schmitz (2011)

Categoria	Grupo	Ação	Crédito	Qualificação
Primária e secundária (Pinto, 2000; Lage, 2001).	Oficial (Gierber e Jonhson, 1961). Oficial e não governamental (Sigal, 1973). Oficial e oficiosa, institucional e pessoal (Gans, 1980). Pessoal ou documental, pública ou privada (Pinto, 2000). Oficial, oficiosa e independente; testemunha e <i>expert</i> (Lage, 2001). Organizada, aferição, referência e bibliográfica (Chaparro, 2009).	Ativa e passiva (Gans, 1980). Ativa, passiva, proativa e reativa (McNair, 1998). Ativa ou passiva, proativa ou reativa (Pinto, 2000). Informal e aliada (Chaparro, 2009)	Explicita ou confidencial (Pinto, 2000).	Confiável e duvidosa (Gans, 1980). Confiável (Lage, 2001). Fidedigna e duvidosa (Charaudeau, 2009).

Fonte: Schmitz (2011)

A partir do mapeamento dos principais autores citados anteriormente, Schmitz propõe uma síntese da Figura 4, sugerindo a seguinte matriz de taxonomia das fontes na Figura 5:

Figura 2 – Matriz de taxonomia de fontes de Schmitz

Categoria	Grupo	Ação	Crédito	Qualificação
Primária	Oficial	Proativa	Identificada	Confiável
Secundária	Empresarial	Ativa	Sigilosa	Fidedigna
	Institucional	Passiva		Duvidosa
	Individual	Reativa		
	Testemunhal			
	Especializada			
	Referência			

Fonte: Schmitz (2011)

Em razão do pano de fundo teórico utilizado nesta pesquisa, foi necessário ampliar as categorias sugeridas por Schmitz. Habermas (1984) se refere ao declínio da esfera pública a partir do momento que ela é colonizada por interesses não públicos. E que os grupos de elite econômica e política “trabalham a opinião pública” para que seus pontos de vista sejam preponderantes na imprensa. Essa mudança estrutural na esfera pública é identificada por Habermas, entre muitas maneiras, como a presença mais preponderantes de fontes de elite e oficiais na imprensa. Segundo o filósofo alemão, para uma esfera discursiva mais democrática, é necessário que as pessoas envolvidas, interessadas ou impactadas por uma determinada problemática social tenham livre acesso ao debate na esfera pública sem constrangimentos e em igualdade de condições.

Neste sentido, adaptamos a sugestão de matriz de Schmitz e propomos classificar as fontes em três novos conjuntos de fontes. Os dois primeiros voltados à classificação empírica nesta pesquisa e o terceiro apenas como uma possível categorização, conforme a seguir: **a) Posição Social**, onde as fontes são identificadas como elite e não-elite, de maneira a mensurar quais destas fontes seriam mais prevalentes na cobertura **b) Posição Setorial**, dividida em **b1)** fontes que colaboram ou representam organizações do 1º, 2º e Terceiro setores, e **b2)** sociedade civil (não organizada), englobando todos os indivíduos que não falam em nome de organizações, configurando como cidadãos. Sejam estes não especialistas ou especialistas (acadêmicos ou não acadêmicos). O que se pretende nestes dois grupos é checar quais destas fontes seriam mais frequentes no corpus analisado. Como os documentos escritos, sonoros ou imagéticos são sempre produzidos por pessoas ou organizações, podem ser classificados dentro das categorizações anteriores (conforme os seus autores). Por exemplo, uma relatoria elaborada por uma ONG é classificada como fonte do Terceiro Setor. Uma carta escrita de um estudante ao governador é classificada como fonte “cidadãos”. Uma nota técnica feita por um governo é considerada como sendo uma fonte oficial e assim por diante.

A terceira categoria, **c) Posição Temporal**, refere-se às fontes que estão presentes nas matérias atuando com enunciados que utilizam vozes que fazem referências temporais ao passado,

ao presente e ao futuro – ou na combinação de todos estes. Isto é, são fontes que podem extrapolar ou não um determinado “presente referencial” (para além ou aquém de um intervalo onde se inicia e se termina um determinado acontecimento). A aplicação empírica, nesse caso, é limitada porque nem sempre os veículos trazem informações suficientes para situar, por exemplo, uma fonte documental ou de pesquisa no tempo. As vozes (citações diretas ou indiretas) podem ser identificadas e classificadas no tempo porque contam com um ponto de partida temporal que seria o próprio momento de fala destas fontes, por exemplo. Contudo, mesmo com limitações empíricas de classificação, decidiu-se por manter essa categoria como relevante à compreensão das fontes também na perspectiva da temporalidade.

Figura 3 – Taxonomia considerando posições setorial, social e temporal da fontes

Categoria	Grupo***	Posição Setorial*	Posição Social*
- Primária	- Testemunhal	- 1º Setor - Estado e Gov. ¹	- Elite
- Secundária	- Referência documental	- 2º Setor - Empresas - 3º Setor - ONGs ²	- Não-Elite
		Sociedade Civil: ³	
		- Cidadãos	
		- Cidadãos especialistas acadêmicos	
		- Cidadãos especialistas não acadêmicos	
Posição Temporal*	Ação	Crédito	Qualificação
Sobre o Passado	Proativa	Identificada	Confiável
Sobre o Presente	Ativa	Sigilosa	Fidedigna
Sobre o Futuro	Passiva Reativa	Oficiosa**	Duvidosa

* Novas classificações de fontes proposta pelo autor à taxonomia de Schmitz (2011 p. 7)

** Sigilosa, porém oficial (de governo ou de Estado).

*** Os grupos “Empresarial”, “Institucional”, “Oficial” e “Individual” de Schmitz (idem) foram agrupadas e reorganizadas na Posição Setorial.

1 – Consideradas nesta pesquisa como fontes oficiais.

2 – ONGs: organizações não governamentais e sem fins lucrativos, formalizadas ou não como instituição.

3 – Sociedade Civil Não Organizada.

Fonte: elaborado pelo autor

A adaptação da matriz de Schmitz para esta tese traz categorias explicadas nas referências teóricas explicadas brevemente aqui ou em definições que foram expostas em capítulos anteriores como, por exemplo, o conceito de Primeiro, Segundo e Terceiro setores. Contudo, as categorias elite e não-elite, até aqui, não foram abordadas e, portanto, necessitam melhor descrição.

- **Os conceitos de elite**

Na sociologia e nas ciências políticas, a elite é um fenômeno que se verifica em todas as sociedades. Porém, as tentativas de se estudar as elites de uma determinada sociedade sempre se defrontaram com uma série de problemas: como definir o conceito de elite, como identificar a elite, e como descobrir as relações entre uma determinada elite ou um grupo de elites (Back e Malloy, 1966).

Para estabelecermos formas de identificar grupos de elite, não entraremos no amplo debate sobre visões clássicas que defendem o elitismo como modelo natural e necessário à sociedade como Gaetano Mosca (1858-1941), Vilfredo Pareto (1848-1923) e Robert Michels (1876-1936), para citar alguns os precursores clássicos dessa linha política, entre muitos outros; e tampouco debateremos os autores igualitarista como Jean-Jacques Rousseau, François Fourier, Pierre-Joseph Proudhon e Karl Marx. Apesar das teorias que defendem o “elitismo” e o “igualitarismo”, nosso intuito é apenas conseguir identificar os grupos de “elite” em contraste com os grupos de “não-elite”. E, posteriormente, mensurar a frequência da presença das elites como fontes no corpus e sua relação com os recortes temporais. Em outras palavras, o que se busca no presente estudo é (1) estabelecer critérios objetivos para identificá-las no texto (de maneira menos ambígua possível), (2) verificar a frequência destas fontes no material analisado e (3) analisar a relação entre recorrência de fontes de elite e sua possível relação com os recortes temporais.

Porém, não existe apenas “uma elite”. Porque há também as elites políticas, acadêmicas, científica, culturais, econômicas, entre outras. Segundo Farias Filho (2011), o termo “elites” (no plural) fica mais claro a partir das obras de Mills (1975), em que o autor analisa a distribuição do poder político nos EUA. De acordo com o pesquisador norte-americano, as pessoas que ocupam posições no alto comando das forças armadas, nas grandes empresas e no governo nacional são as que têm o poder mais elevado e se configuram como “elites do poder”. Essas “posições sociais” estão diretamente ligadas aos cargos que essas pessoas detêm, sejam organizações empresariais, públicas ou não governamentais.

A capacidade de tomar decisões importantes que de alguma forma modificam os rumos da sociedade era vista por Mills (1975, p. 28) como um fator determinante na identificação de elite. Porém, o autor insiste que “o problema de definir elite do poder depende do nível em que desejamos estabelecer a linha demarcatória”, ou seja, o critério de seleção pode ampliar ou reduzir o grupo dependendo do objeto analisado. Mills parte então do raciocínio de que a posição institucional leva à tomada de decisão e garante certa unidade de grupo.

Contudo, as elites não seriam apenas aqueles de “posições organizacionais hierárquicas”, com poder econômico ou político (no sentido do poder governamental). As elites também seriam compostas por indivíduos e grupos com capacidade de influenciar outras pessoas, e as decisões de um determinado grupo social ou até mesmo a sociedade.

Harold Lasswell sugeriu a possibilidade de se estudar o “aspecto genético” das elites por meio de índices intrínsecos que caracterizam os grupos de elite. Estes índices compreendem

circulação pessoal, circulação social, representatividade, flexibilidade, e fechamento dentro de si própria (LASSWELL; LERNER, 1967). Porém, essas características exigiriam observação social e etnográfica, o que não seria adequado a nossa pesquisa.

De acordo com Farias Filho (2011), na tentativa de estabelecer referências metodológicas para a identificação de elites, vários autores propuseram uma estratégia de categorização. Putnam (1976) propõe a análise a partir de três pontos de vista de identificação: **Posição Institucional**, partindo dos cargos e posições formais; **Reputação Social** relativo ao poder de influência que um indivíduo ou grupo exerce sobre as pessoas em razão de sua reputação; e das análises retroativas de **Decisão**, de maneira a identificar os principais responsáveis em uma cadeia decisória em determinados grupos sociais e políticos. A visão tríade é similar a de autores como Dahl (1982), Lasswell e Lerner (1967) e Camargo (1984). O quadro da Figura 7 elaborado por Farias Filho (2011) consegue sintetizar as principais ideias, teorias e estratégias para se identificar as elites.

Figura 4 – Síntese Metodológica de Identificação de Elites

Síntese Metodológica e seus Limites de Uso em Pesquisas para Identificação de Elites

Estratégias	Descrição	Limites do uso
Posição institucional	A identificação é feita a partir da posição nas organizações formais do sistema político (executivo, legislativo), econômico (empresas), jurídico (tribunais e afins). O critério de inclusão na elite é a posição de cada integrante da lista de nomes, na hierarquia funcional do sistema.	Deixa de fora pessoas consideradas “não elites”, que são as que não ocupam posições de destaque. Algumas pessoas têm grande capacidade e poder de veto sobre as decisões dos que estão em posições de destaque em uma sociedade.
Reputação social	A identificação é feita a partir da reputação que tem uma pessoa ou grupo dentro de uma sociedade. Geralmente é identificada a reputação em listas nominais, quando uma pessoa da lista indica outra(s) ou informa a importância dos que constam na lista.	É difícil de operar e trabalha muito com o imaginário coletivo, já que não consegue ser objetivo e uma lista prévia é sempre parcial e limitada. Muito usado em sociedades tradicionais. Requer a identificação de redes sociais como forma de montagem de lista.
Decisão	A identificação é feita a partir da capacidade de tomada de decisão, levando em conta os efeitos das decisões tomadas na sociedade e a competência formal para decidir dentro de organizações e instituições da sociedade.	Depende da capacidade de verificar a rede de decisões e a relação de causa-efeito em cada decisão no sistema político, além de deixar de fora as decisões informais, como os grupos sociais de oposição (“não elites”). Trabalha apenas com as decisões formais.

Fonte: Farias Filho (2011)

Os pesquisadores citados também afirmam que as definições de “elite” e “não-elite” devem ser formuladas de acordo com cada escopo de pesquisa, considerando contextos geográficos, temporais e o próprio objeto a ser analisado. Nesse sentido, a presente pesquisa optou por identificar no corpus analisado as fontes de elite por meio da estratégia da **Posição Social das Fontes** de informação, sendo categorizadas, compreendidas e classificadas neste trabalho como **fontes de (a) elite e (b) não-elite**. Na elaboração do projeto desta pesquisa, considerou-se

também as posições sociais que foram percebidas durante a leitura flutuante do corpus . Ambas as categorias, então, foram compostas seguindo as seguintes posições sociais:

1. Elites:

- **Elite econômica (Empresas)** – brasileiros e estrangeiros proprietários e/ou acionistas de médias e grandes empresas privadas; executivos dirigentes que atuam como conselheiros consultivos, coordenadores, gerentes ou diretores; investidores de médio e grande porte.
- **Elite burocrática (Estado):** servidores públicos que atuam como conselheiros consultivos, coordenadores, gerentes ou diretores em empresas públicas ou órgãos estatais; servidores públicos de alta renda como juizes, promotores, gestores federais; servidores investidos de poder de autoridade administrativa e de fiscalização.
- **Elite política (Governo):** quaisquer políticos estrangeiros e brasileiros e que ocupem, no caso brasileiro, cargos eletivos em geral ou de representação em nível municipal, estadual ou federal (seja no executivo, legislativo ou judiciário);
- **Elite intelectual (Academia):** docentes, pesquisadores de universidades, representantes institucionais, coordenadores, chefes de departamento, diretores ou assessores especiais de instituições de ensino superior públicas ou privadas (também parte da elite econômica);
- **Elite da sociedade civil organizada:** empregados em organizações do Terceiro Setor de médio e grande porte e que atuam como dirigentes, em conselhos consultivos, como consultores, coordenadores, gerentes ou diretores do Terceiro Setor;
- **Elite cultural de influência social:** escritores reconhecidos, artistas renomados e/ou personalidades menos ou mais famosas na grande mídia em quaisquer áreas artísticas;

2. Não-elite: todos que não fazem parte do grupo anterior, sem poder econômico relevante, sem poder dirigente ou sem influência social pública pautada por uma posição hierárquica, intelectual ou cultural de destaque. Exemplo: desempregados, ambulantes, profissionais sem cargos de liderança em sistemas públicos e privados (assistentes, operários, vendedores em empresas de pequeno e médio porte); estudantes; empreendedores individuais; cargos de apoio administrativo, entre outros. Crianças e adolescentes foram considerados como pertencentes a grupos de “elite” ou “não elite” apenas quando a posição socioeconômica dos pais ou responsáveis fora mencionada.

As categorias acima só foram classificadas quando trouxeram informações expressas sobre cargo, função e/ou profissão das fontes registradas nas matérias analisadas. Classificar “docentes” de nível superior e “pesquisadores” como dentro de um grupo de “elite” trouxe

dúvidas ao autor durante a pesquisa. Porém, a opção foi mantida dentro do contexto da realidade brasileira de extrema desigualdade de oportunidades educacionais – onde o acesso ao nível superior e de pesquisa está ainda muito limitado a uma fatia reduzida da população. Portanto, a definição dessas posições sociais como “elite”, foi uma opção apenas dentro do contexto brasileiro. Se pesquisadores e acadêmicos seriam elites no Brasil, provavelmente não seriam assim considerados, por exemplo, em alguns países da Europa onde o acesso a uma educação superior é muito mais abrangente e democratizado. Outra dúvida foi sobre a posição de não-elite: estudantes, por exemplo, podem ter influência política se estiverem organizados. Porém, neste caso, foram classificados na categoria de Terceiro Setor, no sentido amplo, em que entidades do tipo podem existir de maneira formal ou não formal (instituída de fato e não oficialmente). Por isso, estudantes – quando organizados – são classificados como agentes de liderança no Terceiro Setor.

A categoria binária de elite e não-elite também se faz necessária por motivos empíricos. Porque, segundo Mill (1975), quando subdividimos as diferentes elites (econômicas, políticas, acadêmica etc), estas categorias acabam por se mesclar e causam ambiguidade classificatória. Por exemplo, um dirigente de uma empresa educacional pode estar identificado como elite intelectual e econômica ao mesmo tempo. Assim como um indivíduo da elite intelectual pode também estar configurada como elite da sociedade civil organizada. Quando dividimos em ambas as categorias, o contraste se mostra menos ambíguo, o suficiente para uma classificação mais segura em termos de resultados estatísticos. Outro ponto importante a ser considerado é que a seleção de fontes nesse trabalho de pesquisa é considerada como uma ação política de forma mais abrangente.

Um dos fatores que mais influenciam a seleção e o arranjo das fontes de informações nas matérias jornalísticas são os valores-notícia. Na próxima seção, vamos abordar os valores notícias com base na pesquisa realizada em 2008 pelo autor desta tese sobre o tema. Porém, com a atualização da categorização dos valores notícia ao final, acrescentando o “tempo” como uma nova categoria de valor notícia, tendo como base autores como Traquina (2008) e Frascato (2014) e Gislene Silva (2014).

2.5.1 Valores Notícia: a marca do construcionismo

O jornalismo digital imprimiu um valor transversal a todos os clássicos valores-notícias: a instantaneidade digital. Nesta seção serão abordados brevemente os conceitos de valores-notícia e depois a sua relação com os conceitos de temporalização e temporalidade da seção anterior. O objetivo é marcar a questão temporal como um fator transformador de todos os demais valores-notícia. De maneira que, como veremos mais adiante, o jornalismo digital reforçou a tendência de “presentificação eterna” da imprensa. Com o exacerbado valor dado ao presente como critério de noticiabilidade e a perda da perspectiva do passado e do futuro, muitas vezes se empobrece, torna-se irrelevante ou perde-se o contexto temporal.

- **Seleção e pluralidade: As teorias do Gatekeepers e da noticiabilidade.**

Em 1950, White (1993) realizou um estudo pioneiro sobre os fatores que influenciariam a produção jornalística. White utilizou como base a analogia do psicólogo social Kurt Lewin que apresentava os jornalistas como “porteiros (*gatekeepers*) das notícias“. Isto é, estes profissionais de comunicação seriam responsáveis por selecionar diariamente os acontecimentos que alcançariam o *status* de conhecimento do público. Com a colaboração de um editor de um jornal metropolitano, White pesquisou “como” estes *gatekeepers* – no processo de produção de notícias – controlava o fluxo de entrada e de saída dos acontecimentos. O jornalista observado tinha, então, como função o desafio de escolher notícias a partir de um grande número de informações que chegavam na redação. David White concluiu que a “comunicação de ‘notícias’ é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor, baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*“ (WHITE, 1993, p.145).

Em outro sentido, pesquisas posteriores questionam estes resultados. Em 1956, Warren Breed, por exemplo, identificou outras razões que influenciariam a seleção de notícias: os fatores organizacionais na produção jornalística. Contudo, Breed não descarta o poder de um *gatekeeper* específico: o proprietário do jornal que impunha sua linha editorial, gerando um “conformismo” por parte dos jornalistas subordinados.

- **Códigos profissionais e sociedade civil organizada como alternativa.**

Para Breed, a solução para influenciar a produção qualitativa de notícias (independentes e mais plurais) seriam necessários mecanismos de pressão sobre os proprietários. O pesquisador elenca várias possibilidades de influenciar a cobertura positivamente como, por exemplo, através de códigos éticos profissionais (propagados por escolas de jornalismo), por meio do fortalecimento dos empregados através de sindicatos e pressão dos leitores por coberturas que abordassem, prioritariamente, temas de interesse público. O fortalecimento da sociedade civil organizada também torna-se importante no sentido de ampliar o leque de número de fontes e de vozes que exerceriam ainda mais pressão sobre os veículos.

De acordo com Wolf (2003), Paul Hirsch (1972) realizou uma reinterpretação dos dados de White e concluiu que, estatisticamente, as normas profissionais superavam as distorções subjetivas. A pesquisa de Gieber (1956) envolvendo 16 editores de jornais americanos concluiu que os editores “tinham em comum as pressões da rotina burocrática das redações” (REESE; J., 2001, p. 641).

Pesquisas nas décadas de 1960 e 1970 colocaram em questão a teoria do *gatekeeper*. Nesses estudos, as atitudes ou os preconceitos de jornalistas, individualmente, não eram os fatores preponderantes de influência, mas todo o seu “contexto social e organizacional” (TUCHMAN, 1978). Molotch e Lester (1999) consideram as notícias como um resultado de procedimentos

intencionais, resultantes das estratégias dos jornalistas e promotores de notícias – fontes de informações como políticos, pessoas comuns ou de elite e inclusive organizações da sociedade civil.

Schudson (1989) investiga como a visão da economia política, da organização social da redação (relacionada à sociologia ocupacional) e a perspectiva cultural dos jornalistas influenciavam a produção de notícias. Resumidamente, o autor considera três formas de influência: o Estado e a economia (e a organização econômica das empresas jornalísticas nesses dois contextos); o “conformismo” dos jornalistas em atender as demandas organizacionais e ocupacionais sem questionamento; e a força constrangedora de tradições culturais e de sistemas de organização social.

No estudo *Manufacturing Consent* (1988), Eduard S. Herman e Noam Chomsky identificaram cinco filtros na cobertura jornalística: 1) tamanho, grau de concentração da propriedade, poder econômico dos proprietários e orientação pelo lucro das empresas de comunicação; 2) a publicidade como fonte principal de recursos dessas empresas; 3) a dependência dos jornais de informações fornecidas por governos, empresários e especialistas – muitas vezes financiados por esses agentes do poder econômico ou político — como fontes primárias; 4) o potencial da “artilharia” crítica desses setores; e 5) sua capacidade de disciplinar os meios e fazer com que o anticomunismo seja preponderante na prática produtiva dos *media* (OLIVEIRA, 2008, p. 78).

Schudson questiona o modelo estruturalista de Herman e Chomsky e chama a atenção para a importância da dimensão cultural no processo de produção das notícias. O pesquisador lembra que fatores culturais não podem ser resumidos às causas econômicas, sociais e políticas. Para Schudson, a abordagem necessitaria também de uma abordagem social ou sócio-organizacional. E que a visão de Chomsky não investigava as contradições internas dos veículos.

Para Schudson, a notícia é um produto cultural. Os jornalistas teriam, assim, a necessidade de uma faculdade que ele denomina “saber de reconhecimento”. Isto é, um potencial cognitivo de reconhecerem um determinado acontecimento como noticiável ou não. Ou também podemos dizer: a capacidade de discernimento daquilo que teria valor ou não como notícia. Em outras palavras, se exibem ou não *valores-notícia* (OLIVEIRA, 2008, p. 78).

Resumidamente, os *valores-notícia* (o inusitado, o escândalo, o inédito, o singular, entre outras características do acontecimento) seriam também marcas culturais no processo de seleção das notícias. Assim, os *valores-notícia* seriam, de fato, um importante conjunto de critérios (implícitos e explícitos) para a seleção de acontecimentos, porém, não se constituindo como crivos estáticos, imutáveis – variando de acordo com a realidade cultural e o contexto social, político e econômico, e em vários níveis geográficos: desde uma determinada cidade a um estado, região ou país (OLIVEIRA, 2008).

Daí surge também o desafio das organizações sociais em transpor a barreira dos *gatekeepers* para agendar os meios de comunicação, por geralmente não conseguirem discernir o

que teria valor ou não como notícia. Isto é, não possuem o “saber de reconhecimento”. Como explicam Gamson e Wolfseld (1993),

Most conversations between social movements activists and journalists take a drearily predictable form: “Send my message”, say the activists; “Make me news”, say the journalists. In this dialogue of the deaf, neither activists nor journalists make an effort to understand how the other views their relationship or, better yet, the complex nature of these transactions (GAMSON; WOLFSFELD, 1993, p. 115)³³

• O conhecimento sagrado

O poder de julgar os fatos (*newsjudgement*) nasceu no século XVI também com forte influência comercial. Os antigos *gazzetanti* ou *menanti* eram os noticiaristas que organizavam para príncipes e negociantes serviços regulares de correspondências manuscritas, conhecidas como *avvisi*. Eram sediados em Veneza, ponto de entroncamento comercial. Estratégico, portanto, para a difusão desses escritos. Os *menanti*, pressupostamente, foram os primeiros a fazer a triagem do material informativo. Exerciam o poder de vetar alguns assuntos e destacar outros, que mereceriam a viagem e as vicissitudes enfrentadas. Nesse mesmo sentido, o jornalismo contemporâneo demonstra claramente seu poder de *newsjudgement*. Segundo Thaís de M. Jorge (2006),

“Não por acaso, o diário norte-americano New York Times adotou, há muitos anos, como slogan “All the news that’s fit to print” [“Todas as notícias que mereçam ser publicadas”], em referência direta à influência dos atuais *gazzetanti* na determinação de critérios de merecimento e relevância que conduzem às mensagens dignas de ser transportadas à atenção do leitor. Até hoje, os que lidam com a notícia não abrem mão do *newsjudgement*, que Tuchman (in TRAQUINA, 2003, p. 34) classifica como “o conhecimento sagrado”, uma espécie de “capacidade secreta do jornalista que o diferencia das outras pessoas” (JORGE, 2006, p. 268)

• A presença dos valores-notícia em todo o processo de construção da notícia

Para que se possa pesquisar a maneira mais aprofundada como acontecem as seleções de notícias, seria necessário rastrear todos os componentes de noticiabilidade como os julgamentos próprios de cada seletor, as influências organizacionais, sociais e culturais que este sofre ao fazer suas escolhas e até mesmo, a participação das fontes e do público nessas decisões. Como vimos anteriormente, o componente valores-notícia participa ativamente de todo o processo de seleção, da hierarquização e da confecção da notícia (OLIVEIRA, 2008). É preciso considerar que os valores-notícia não são naturais nem neutros, “são elementos formam um código que vê o mundo de uma forma muito particular (peculiar até). Os valores-notícia são, de fato, um código ideológico” (TRAQUINA, 2008).

³³ Tradução livre: “A maioria das conversas entre ativistas de movimentos sociais e jornalistas assume uma forma desanimadora e previsível: “Mande minha mensagem”, dizem os ativistas; “Faça-me notícias”, dizem os jornalistas. Nesse diálogo de surdos, nem os ativistas nem os jornalistas se esforçam para entender como os outros vêem seu relacionamento ou, melhor ainda, a natureza complexa dessas transações”.

A demarcação do conceito de valores-notícia se dá, então, dentro da larga compreensão de que a notícia é uma construção social, ou como prefere Schudson (1995), a notícia é um produto cultural. A ampliação da sociedade civil organizada significa também a multiplicação de possibilidades de fontes e vozes na imprensa de maneira mais plural. Contudo, muitas vezes as organizações não conhecem a natureza de funcionamento das redações e a necessidade que os jornais têm de publicar histórias que tenham valor-notícia:

Um mapa, código, perspectiva ou esquema que orienta o trabalho do jornalista, que os auxilia no campo do saber de reconhecimento. Esse saber [...] é a capacidade de identificar os acontecimentos que possuem valor como notícia. Esse saber, argumentam [...] pesquisadores em discordância de muitos [...] jornalistas, não é instintivo, não depende de faro³⁴(ERICSON, BARANEK e CHAN, 1987, apud TRAQUINA, p. 118)

• **A atualidade como valor-notícia**

Diversos pesquisadores já consideraram a atualidade como valor-notícia, tais como Breed (1993), Golding e Murdock (1991), Lage (2001) e Chaparro (2009). Segundo Franciscato (2013), Robert Park (1955) é o principal autor que trata sobre a temporalidade no jornalismo. Como vimos anteriormente, Park considera o tempo do jornalismo como o tempo presente – e circunstrito dentro da atualidade. No sentido de que a notícia é algo efêmero, passageiro e fragmentado. Para Franciscato, essa atualidade seria um valor-notícia conforme o distanciamento do acontecimento com o tempo presente³⁵,

A imediatividade ou instantaneidade seriam a ausência de intervalo temporal entre o fenômeno e sua circulação social em forma de notícia. Uma consequência lógicaseria que, quanto mais distante deste polo do imediato, mais distante o fenômeno estaria de ser noticiado (FRANCISCATO, 2013, p. 101).

A importância de se compreender os critérios de noticiabilidade – em relação aos fatos e sua publicização – é que a atualidade imediatista se tornou mais do que um valor-notícia. Atualmente, a velocidade é um dos maiores fetiches da imprensa contemporânea. A rapidez em que se reporta um determinado acontecimento jornalístico é também um valor profissional. A redução do número de jornalistas (pela forte crise econômica do jornalismo desde os anos 2000 no Brasil e no mundo) colaborou ainda mais para aumentar a pressão em reportar rapidamente. Com equipes reduzidas, enfrentar a concorrência exige cada vez mais velocidade por parte dos profissionais.

³⁴ Um dos três saberes apontados por Ericson, Baranek e Chan, 1987, (*apud* Traquina, p.118) e que incluem ainda saber de procedimento e saber de narração.

³⁵ Entretanto, Franciscato (2013) lembra que a dimensão temporal do jornalismo não opera apenas com base na dualidade do tempo cronológico. “Diversas relações de temporalidade atuam simultaneamente dentro desta dualidade, em conexão com outras dimensões do objeto. Eventos ocorridos em diferentes tempos sociais, alguns há décadas, podem compor as páginas de um mesmo jornal, desde que sua revelação tenha relevância social”. (FRANCISCATO, 2013, p. 102)

Com a escassez de tempo, a tendência é que as notícias tenham **recortes temporais cada vez mais reduzidos**. Isto é, o ângulo de visão temporal do acontecimento também tende a ser presentificado, uma vez que o jornalista, por escassez de tempo hábil, geralmente prioriza reportar apenas o momento (o tempo presente do fenômeno). Assim, a falta de disponibilidade do profissional dificulta a busca por uma maior pluralidade de fontes e vozes. Principalmente em relação às vozes que poderiam abrir o campo de visão do jornalista, abarcando o passado e o futuro do acontecimento narrado. De maneira que a contrição de recorte temporal pode criar inúmeros obstáculos para a compreensão básica dos fenômenos reportados.

Na obra *Velocidade e Política*, Paul Virilio (1996) faz uma análise crítica do fetiche pela velocidade que o autor denomina de dromocracia³⁶. Segundo o teórico, com as novas tecnologias da contemporaneidade, a velocidade explode como um hipervalor em todos os setores da sociedade, do mundo da vida (esfera privada) ao mundo sistêmico (da esfera pública que envolve o trabalho, o Estado e a política). A velocidade vence o espaço e encurta as distâncias, sobressaindo como um objeto de disputa política e econômica.

A manobra que consistia ontem em ceder terreno para ganhar tempo perde todo o sentido; atualmente, o ganho de tempo é questão exclusivamente de vetores, e o território perdeu seu significado ante o projétil. De fato, o valor estratégico do não-lugar da velocidade suplantou definitivamente o do lugar e a questão da posse do tempo renovou a da posse territorial. Assim, a guerra e a política não são mais travadas pelo controle e ocupação do espaço, mas pelo domínio do e no tempo (VIRILIO, 1996, p. 14)

2.5.2 Outras funções do jornalismo

Conforme abordado nos capítulos anteriores, a presente pesquisa tem como referência teórica o construcionismo. Segundo Traquina (2005), os construcionistas entendem as notícias como uma construção, produtos resultantes de um complexo processo de interação social. E também, nesta perspectiva, os jornalistas não são meros espelhos e expectadores passivos da realidade pública – mas são também ativos no processo de construção da realidade. Porém, há inúmeros estudos sobre outras diversas funções atribuídas aos meios de comunicação relacionadas às teorias da comunicação – para além da construção da realidade pública. A análise destas funções está inserida na corrente teórica anterior à construcionista: a teoria funcionalista – cuja questão fundamental é investigar as diversas funções exercidas pelos meios de comunicação na sociedade (Wolf, 2000, p. 68). A teoria funcionalista da comunicação de massa, herdeira do positivismo, emerge nos Estados Unidos entre as duas grandes guerras mundiais. O modelo foi na ocasião um novo estágio das pesquisas de comunicação nos EUA.

³⁶ Segundo (SILVA, 2014, p. 19), “dromos é um prefixo grego que designa a ação de correr, mas pode ser identificado também com velocidade, rapidez, agilidade. Desse modo, dromologia é a lógica da corrida, da velocidade, e dromocracia, o respectivo regime. Em outros termos, dromologia é o modo de perscrutar a sociedade pelo prisma da velocidade”.

O fato dos estudos do funcionalismo estarem centrados na análise global dos *mass media* e na observação das funções que estes exercem na sociedade é considerado uma fragilidade da corrente para alguns pesquisadores. A preocupação, em razão de sua orientação positivista desta teoria, reside em compreender a mídia como uma instituição responsável pelo equilíbrio da sociedade, pela manutenção da ordem no organismo social (FLEUR; SANDRA, 1993). A mídia desempenharia, neste ponto de vista teórico, determinados papéis sociais para o funcionamento do mundo. Porém, os funcionalistas não ampliaram sua abordagem de maneira mais multidisciplinar, considerando os aspectos culturais, psicológicos e emocionais do processo comunicacional para além de suas funções sociais. Entre os fundadores da teoria está Harold Lasswell, que em seu famoso artigo *The Structure and Functions of Communication in Society* (Lasswell, 1948), determina funções a serem cumpridas pelos meios de comunicação para contribuir para o sistema social, resumidamente:

- **Vigilância:** a comunicação tem como função a organização e difusão de informações sobre os eventos que acontecem no entorno (LASSWELL, 1948), de maneira a fornecer possibilidades de monitoramento, punições e correções na sociedade.
- **Correlação dos componentes da sociedade:** os meios de comunicação criam imagens e representações hierárquicas, de poder e cooperação entre as instituições por meio dos *media* – criando, para o público, imaginários de funcionamentos dos sistemas do tecido social em geral.
- **Transmissão de legado social e cultural:** a família e a escola são os principais agentes de transmissão de herança social. Mas os *media* também podem contribuir para expressar seus próprios valores culturais e simbólicos de identidade e de comunidade social.

Lazarsfeld e Merton (1987) fizeram uma interpretação interessante sobre as funções de meios de comunicação. Merton argumentou que era um exagero dizer que todas as formas sociais desempenhavam funções positivas. Sua teoria é baseada na distinção entre as funções e disfunções. Wolf (2003) coloca como exemplo de disfunção o que ocorre quando notícias alarmantes muitas vezes causam reações de pânico, em vez de reações de vigilância.

- **As funções dos meios de comunicação na contemporaneidade**

Geralmente observamos que as abordagens de autores pioneiros da análise funcional (Lasswell, Merton, Lazarsfel e Charles R. Wright) permanecem fortes, mas com o tempo suas teorias foram recebendo novas ‘nuances’ e revisões. A função informativa e de interpretação e construção da realidade – e a essência do jornalismo clássico reside precisamente aí – fazem parte das noções básicas das funções da imprensa. É também, partindo destes pontos, que surge o debate sobre a capacidade da mídia para inserir comentários e conferir a qualidade e reforçar

certas normas sociais. A função de transmissão de conteúdos culturais e sua função educativa foram ampliadas com os avanços da tecnologia da informação e comunicação, assim como a função lúdica e de entretenimento.

Em conexão com o papel do jornalismo e os meios de comunicação há uma expressão muito conhecida de “cão de guarda”, cuja origem não é clara. Uma das referências mais sólidas aparecem na obra de Walter Lippman *Opinião Pública*, publicado em 1922, que argumentou que a imprensa deve ser uma espécie de guardião da sociedade democrática.

• Funcionalistas contemporâneos

McCombs resume as funções da comunicação social e do discurso jornalístico em três aspectos: monitoramento (dos perigos e ameaças para o mundo), o consenso (organização e produção de respostas sociais para os problemas identificados com vigilância) e transmissão de herança social (de uma geração para outra).

Tradicionalmente, McCombs explica que a teoria da agenda-setting foi estudada em termos da função de monitoramento: as pessoas descobrem o que está acontecendo no mundo através da mídia. É relatado através dela. No entanto, novos avanços na teoria investigam a relação da mídia como desempenhando também a função de criar consensos. Isto significa que os meios ajudam a sociedade a chegar a acordos porque fazem com que as pessoas falem ou se preocupem com os mesmos temas. Daí a Agenda-Setting responde não só para a função ou informações de monitoramento da sociedade, mas também o consenso necessário em qualquer democracia (MCCOMBS, 2006, p. 57).

A Teoria do Agendamento (*Agenda-setting theory*), no original em inglês, é uma teoria de Comunicação formulada pelos pesquisadores norte-americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 1970. De acordo com essa hipótese, a mídia determina a pauta para a opinião pública ao destacar determinados temas e preterir, ofuscar ou ignorar outros tantos. É a corrente de investigação que estuda sobre o quê e como os assuntos são pensados por influência da imprensa.

O primeiro estudo foi desenvolvido pelos autores em 1972. Ao estudarem a forma como os veículos de comunicação cobriam campanhas políticas e eleitorais, os pesquisadores constataram que o principal efeito da imprensa é pautar os assuntos na esfera pública – dizendo às pessoas não “o que pensar”, mas “em que pensar”. Logo, poder-se-ia dizer que “a sociedade tende a incluir ou excluir do debate os temas que a mídia inclui ou exclui do seu próprio sistema de seleção de assuntos”.

³⁷Em 1993, os mesmos pesquisadores foram além e trouxeram também a hipótese

³⁷ Na verdade, a essência dessa teoria foi indicada no ano de 1922 por Walter Lippmann em sua obra clássica *Public Opinion*. Ainda em 1922, Lippmann propôs a tese de que as pessoas não respondiam diretamente aos fatos do mundo real, mas que também viviam em um pseudo-ambiente composto pelas “imagens em nossas cabeças”. A mídia teria papel importante no fornecimento e geração destas imagens e na configuração de um imaginário sobre a realidade.

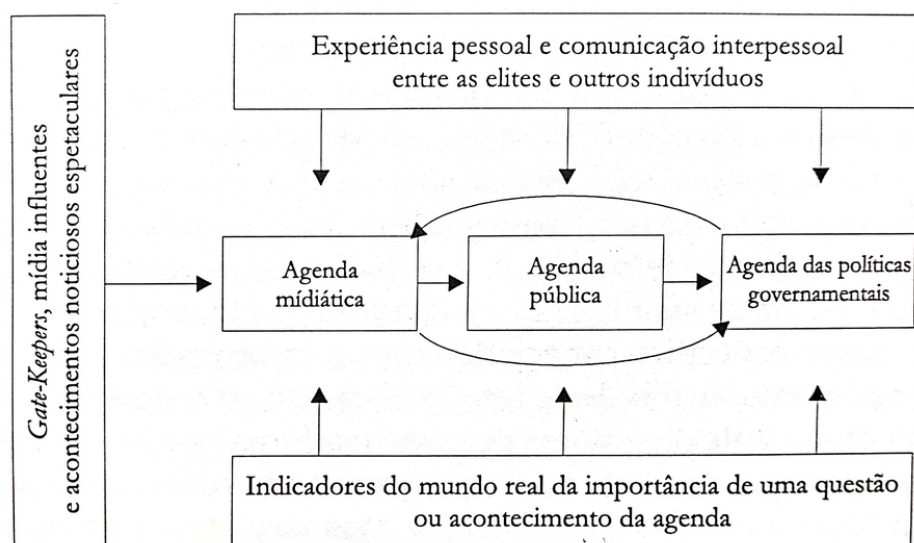
de que os meios fazem transferência tanto de temas quanto de atributos, concluindo que a mídia também nos diz “como” pensar, (re)fortalecendo a tese do grande poder de influência da mídia sobre a sociedade. Inúmeros trabalhos utilizaram o conceito de *Agenda-setting* para elucidar, principalmente, as relações entre comunicação, política e sociedade. Desde a década de 1990, é possível destacar três áreas de investigação do agendamento: *Public Agenda-setting* (estabelecimento da agenda do público), que inclui os estudos baseados nas formulações originais de McCombs e Shaw e se funda na relação causal entre os assuntos pautados pela mídia e as questões priorizadas pelo público; *Policy Agenda-setting*³⁸ (estabelecimento da agenda da política governamental), referente às pesquisas do campo da política e comunicação que investigam como os meios influenciam nas percepções dos próprios políticos; e *Media Agenda-setting ou Agenda-building* (estabelecimento ou construção da agenda pela mídia), que corresponde às análises sobre o processo de construção da agenda oferecida pelos veículos midiáticos.

Gerald Kosicki³⁹ (1993) defende que as pesquisas sobre a hipótese do agendamento se tornariam mais sofisticadas e qualitativas se negociassem com as questões que envolvem essas três subáreas, normalmente vistas separadamente. Para desmontar certa visão hegemônica do agendamento, o autor se ancora na ideia de que tal modelo pode incorporar outras perspectivas e ser utilizado a partir de um ponto de vista interdisciplinar. Segundo ele, a própria noção de “agenda” diz pouco sobre o conteúdo dos temas: “a noção de agenda deveria ser mais que uma lista de tópicos” (1993). Kosicki sustenta que o *Agenda-setting* representa uma pequena parte da complexa relação entre as três dimensões: organização da mídia, a opinião pública e o fazer político. Porém, conforme demonstraremos a seguir, Rogers, Dearing e Bergman (1988 apud TRAQUINA, 2001) não se limitam à relação causal mídia e efeitos sociais ao ampliarem para três componentes o processo denominado pelos autores de *Policy Agenda-setting*. Por isso foram escolhidos como referência para este capítulo.

³⁸ O termo *Policy Agenda-Setting* foi empregado por Rogers, Dearing e Bergman, em 1993.

³⁹ Prof. Dr. do Departamento de Comunicação da Universidade de Ohio – EUA.

Diagrama 4 – Os três componentes do Policy Agenda-setting



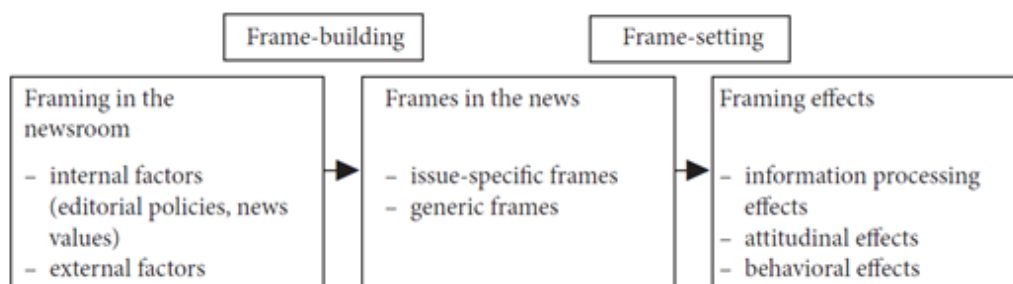
Fonte: Rogers, Dearing e Bregman (1988)

Segundo Kosicki, além dos estudos na área precisarem levar em conta as relações entre o trabalho da imprensa, o conteúdo da mídia e os efeitos na audiência, a análise do processo pelo qual a notícia é construída também seria essencial. “A consideração das rotinas produtivas da imprensa é crucial para o estudo sobre a esfera pública porque oferece a chave para o entendimento de como uma questão particular é emoldurada e oferecida ao público” (KOSICKI, 1993, apud TRAQUINA, 2001). Isto é, para compreender o processo de agendamento, é fundamental compreender o conceito de enquadramento (*frame analysis*).

De Vreese (2005 apud ANTUNES, 2009) apresenta duas etapas no processo de agendamento: o momento da construção, o *frame-building*; e o *frame-setting*, que trata da relação entre a moldura produzida pela mídia e a interpretação das notícias pelos receptores. O *frame-building* refere-se ao contexto social e cultural em que o processo da construção da notícia acontece.

Figura 3 - Um modelo de processo integrado de enquadramento

Diagrama 5 – Modelo de processo integrado de enquadramento



Fonte: Vreese (1989)

A Análise de Enquadramento será um dos principais procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa (CAPÍTULO 4), onde serão pesquisados frames temáticos, ambientais e de causalidade para a análise da crise hídrica.

Resumidamente, baseando-nos nos diversos autores abordados neste capítulo, as funções da mídia, seriam: (1) colaborar para a construção social a realidade pública; (2) exercer o papel de vigilância social; (3) atribuir status e prestígio a indivíduos; (4) criar correlações entre as diferentes instituições sociais, (5) colaborar para a construção de consensos sobre problemas comuns da sociedade, (6) determinar “o que” o público deve debater, ao destacar determinados temas e preterir, ofuscar ou ignorar outros tantos; e (7) influenciar a opinião pública também sobre “como” pensar, (re)fortalecendo a tese do grande poder de influência da mídia sobre a sociedade. Considerando, também, que os meios de comunicação, a imprensa mais especificamente, também trazem disfunções importantes que prejudicam ou não favorecem a pluralidade na esfera pública.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

3.1 SÍNTESE HISTÓRICA: RIOS URBANOS NA CRISE HÍDRICA

- **As muitas “crises hídricas”**

A história é compreendida como constitutiva do percurso desta pesquisa. No entanto, a proposta não é realizar um trabalho historiográfico, mas oferecer uma síntese histórica sobre o tema. Neste capítulo, poderíamos abordar a crise hídrica na RMSP - Região Metropolitana de São Paulo (2012-2016) por vários aspectos como, por exemplo, (a) da estiagem: a redução das precipitações ao longo na história; (b) da gestão pública da água na região e seus reservatórios; (c) pelo planejamento espacial urbano: mobilidade, arquitetura hídrica e gestão de rios urbanos; entre outros. Podemos considerar que todas estas perspectivas são imbricadas e interdependentes. Porém, o último ponto parece ser um dos mais importantes para a compreensão do processo de degradação dos rios urbanos na RMSP. Principalmente em relação aos maiores rios da cidade de São Paulo: Tietê, Pinheiros, Tamanduateí e Anhangabaú, que fizeram todos parte da formação urbana paulistana desde a fundação da cidade até a sua condição contemporânea de degradação. Esses rios participaram da história da cidade em um amplo horizonte temporal de profundas mudanças estruturais que se irradiaram à RMSP. Portanto, esses cursos d'água urbanos, localizados mais especificamente na RMSP, delimitam o recorte espacial deste capítulo. A priorização destes quatro rios no escopo da pesquisa acontece sobretudo porque foram mananciais no passado e que podem voltar a ser no futuro. É o caso, por exemplo, do Rio Pinheiros, que teria potencial de oferecer até 53 mil l/s de água bruta classe 2 para o abastecimento público (ABDIB, 2017). Porém, mudanças podem encontrar obstáculos importantes.

De acordo com Queiroz & Somekh (2003), o planejamento urbano, dependendo de como é realizado e implementado, pode causar bloqueios estruturais de tal maneira que ações futuras podem ficar dependentes das mudanças anteriores. As autoras explicam que, nas décadas de 1920 e 1930, o abandono de propostas avançadas de urbanística mais progressistas (no sentido socioambiental do termo) foi prejudicial à cidade. Porque não atendiam o crescimento da população e acabaram por gerar um declínio estrutural, ambiental e hídrico na cidade. Foram mudanças tão profundas que passaram a ser praticamente irreversíveis.

Na década de 1920, os rios, os parques e os pedestres começaram a não ser mais priorizados no ordenamento territorial (DELIJAICOV, 1998). O *homo faber* ocupou quase todos os espaços da humanidade e da natureza. A decisão de manter a diluição de esgotos nos rios eliminou a possibilidade de navegação, pesca, recreação e utilização das orlas. A cidade ganhou novos espaços. Porém, priorizando os carros e a especulação imobiliária.

O abandono [de projetos anteriores] [...] e a adoção do *Plano de Avenidas* como o modelo de urbanização a ser seguido pelas décadas que se sucederam, constitui-se um exemplo típico do que Pierson chama de *path dependence*, um processo no qual

decisões são tomadas, de difícil e dispendiosa reversão, cujos passos dados em uma determinada direção induzem outros movimentos na mesma direção (QUEIROZ; SOMEKH, 2003, 117)

Neste sentido, segundo Delijaicov (1998), Queiroz & Somekh (2003), Rodrigues e Villela (2015), entre outros autores, o mal planejamento do uso das águas em áreas urbanas da RMSP de São Paulo causa “múltiplas crises hídricas”. Nos estudos de administração, economia e políticas públicas, na medida em que impermeabilizações foram produzidas com drenagens insuficientes, também foram criados processos indesejáveis,

como os de aumento de velocidade dos fluxos hídricos superficiais e de sua concentração espacial, ou, ainda, o alagamento em pontos específicos, criando-se novas situações de risco. Os riscos ligados à circulação hídrica no meio urbano é outra questão que pode ser considerada crítica e ligada à água, sendo uma das múltiplas crises hídricas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Por outro lado, se avaliada a questão da qualidade de água, a demanda por melhorias em seus índices seja para eventual consumo humano, vida aquática ou funções sanitárias, outra “crise da água” é rapidamente configurada (RODRIGUES; VILLELA, 2015, 400)

Para compreender o processo de inviabilização dos rios, foi realizada uma breve síntese histórica da relação da cidade de São Paulo com seus cursos d’água. Desde da fundação da cidade em 1554 até a formação da RMSP e durante a pior crise hídrica da história (2012-2016). E também veremos como não apenas as pessoas esqueceram os Rio Tietê e Pinheiros durante a crise, não relacionando sua limpeza à prováveis soluções para escassez de água, mas como a própria imprensa dedicou quase nenhuma atenção a eles — e pouca atenção a seus fluxos históricos do passado e do futuro.

• São Paulo nasce pelas águas dos rios

Foi nas margens do Rio Tamandateí que nasceu em 1560⁴⁰ a cidade de São Paulo, ou melhor, a vila de “São Paulo do Piratininga”. O nome do rio – que na década de 2010 ainda se encontra canalizado e poluído na região central da capital – vem da origem Tupi que significa “rio do tamanduá verdadeiro”⁴¹ (NAVARRO, 2005). Em período de chuvas o rio, que na época era várzea, transbordava. E, quando secava, os peixes ficavam presos no seu leito seco. A abundância de alimento atraía pássaros e formigas – que, por sua vez, traziam os tamanduás-bandeira. O rio também era chamado “Piratininga” que em tupi traduz-se como ‘peixe seco’ (ZAGNI, 2004). O historiador Raul de Andrada e Silva, registrou o relato do Padre José de Anchieta sobre a intensa vida aquática da época que alimentava dos colonizadores,

⁴⁰ Decidiu-se por utilizar o ano de 1560 porque foi quando a vila de São Paulo de Piratininga foi oficialmente fundada (MADRE DE DEUS, 1975, p. 125). A igreja católica defende que a fundação teria ocorrido simbolicamente antes, em 1554, ocasião em que teria ocorrido a primeira missa na vila (MADRE DE DEUS, 1975, p. 124). Porém, alguns historiadores contestam esta versão.

⁴¹ “Tamandateí” é um termo de origem tupi que significa “rio dos tamanduás verdadeiros”.

Abundavam os peixes nas águas do Piratininga (primitivo nome do Tamanduateí), em cujas margens, por ocasião das grandes enchentes, podiam ser apanhados “sem muito trabalho entre as ervas!”, segundo o testemunho de Anchieta (SILVA, 1954, p. 125)

A carta de 1º de setembro de 1554, o Padre José de Anchieta relata que o objetivo era a busca da catequese sem a influência do homem branco. Mas havia um grande problema onde estava antes vila de Santo André da Borda do Campo, situada no caminho do mar (atual região do ABC paulista). Lá não havia a alimentação dos indígenas que estavam sendo doutrinados, como afirma Anchieta:

Para sustento destes meninos, a farinha de pau⁴² era trazida do interior, da distância de 30 milhas. Como era muito trabalhoso e difícil por causa da aspereza do caminho, ao nosso Padre (padre Manuel da Nóbrega) pareceu melhor no Senhor mudarmo-nos para esta povoação de índios, que se chama Piratininga (ANCHIETA, 2004, p. 1).

A transferência teria acontecido com a anuência dos chefes indígenas locais, como o cacique Tibiriçá, que comandava uma aldeia de tupiniquins nas proximidades, e o chefe Tamandiba (NAVARRO, 2015). O núcleo indígena de catequização de Piratininga se formou em 1553, ao redor da missão dos padres jesuítas, mais conhecida como “Casa de São Paulo”. E só se tornou uma vila oficial com o governador Mem de Sá em 1560 (PREZIA, 2008). A estruturação da vila era muito precária. As primeiras habitações foram construídas com troncos que serviam como estrutura para coberturas de palhas, construções simples e com poucos equipamentos (MENDONÇA, 2013)

Nos três séculos seguintes, a vila sonolenta permanece pequena e pobre. Só depois da metade do século XIX, com a expansão do café, São Paulo desperta – com a produção e o comércio cafeeiro (MENDONÇA, 2013). A moradia dos jesuítas foi descrita por Anchieta como “casa pobrezinha, feita de barro e paus, e coberta de palha de 14 passos de comprimento e 10 de largura que era ao mesmo tempo escola, enfermaria, dormitório, refeitório, cozinha e despensa” (ANCHIETA, 1982, p.12)

Segundo o autor, os colonizadores consideraram a região em torno da várzea do Tamanduateí como estratégica para se instalarem, em razão da abundância de recursos hídricos, do clima ameno e por ser um local mais fácil para se defender dos outros índios que eram mais hostis e que “ficavam geralmente de 2 a 3 léguas de distância”⁴³(ANCHIETA, 1981).

Escolheram os seus fundadores, dentre os esporões e colinas que acidentam a topografia do sítio urbano de São Paulo, uma das mais estreitas e escarpadas elevações, para que se tornasse mais-segura a defesa, numa época em que os povoadores brancos não se podiam fiar na amizade de tôdas as tribos indígenas e tinham razões de sobra para temer, a qualquer momento, o assalto da indiada hostil. Do alto dessa lombada, cuja altitude não ultrapassa uns 25 metros acima da planície fluvial, o observador

⁴² Farinha de mandioca.

⁴³ Uma légua imperial, utilizada na época, é de 4,828032 quilômetros. Então, os índios que às vezes eram hostis ficavam entre 9,6 e 14,6 km de distância da vila São Paulo de Piratininga (LUNA, 2013).

dominava toda a extensa várzea do Tamanduateí, abrangendo com a vista um horizonte relativamente amplo, que alcançava a calha do Tietê e podia atingir a colina onde se encontra o núcleo principal da Penha (SILVA, 1954, p. 56)

De acordo com registros da época, os colonizadores se uniram com os índios Tupis que ajudavam os brancos a capturar os guaranis nas margens dos rios Tamanduateí e Tietê e para fazê-los escravos. O objetivo era substituir os navegantes portugueses que não sobreviviam às exaustivas viagens transatlânticas. Assim os índios trabalhavam no retorno das embarcações a Portugal (PREZIA, 2008):

A mata atlântica da época era esplendorosa. Neste cenário entre vales e montanhas, serpenteado por caudalosos rios e córregos num cenário paradisíaco, a vila era um nó, entre portos, cidade-âncora do contato do interior com o litoral (CARVALHO, 1999, p. 25).

Próximo ao Tamanduateí, o maior e mais importante rio para a navegação e o comércio era o Tietê (denominado Anhembi à época). Porque, ao contrário de outros rios que quase sempre correm para o mar, o rio Tietê flui para o interior. Sua rota favoreceu a exploração de matérias primas que eram exportadas pelo Porto de Santos, para o desenvolvimento e sobrevivência da região.

Segundo Bueno (1999), as relações de logística de exploração do território convergiram para a vila de São Paulo do Piratininga principalmente por meio do rio Tietê. Sua função era ser uma cidade de entreposto comercial entre o que era produzido e o que era extraído de todo o Planalto Paulista. As mercadorias tinham como destino o Porto de Santos, no extremo oriente da Capitania de São Vicente.

Segundo Carvalho (1999), diferente de cidades que tinham minérios e outros recursos a serem explorados, São Paulo tornou-se cada vez mais importante de uma outra maneira. Para além da navegação comercial em si, a vila era o ponto de descanso das tropas. E cresceu aos poucos em razão das trocas, vendas e compra de produtos durante essas paradas – após as exaustivas travessias de ida e volta tanto da Serra do Mar quanto para o interior (CARVALHO, 1999, p. 4). A vila de São Paulo ajudara a fortalecer tanto a cidade de Santos quanto o seu porto, que se transformou no principal centro de saída de mercadorias da Colônia Brasil (BUENO, 1999).

Os rios, com o tempo, foram deixando de ser vistos como fonte de alimentação, lazer e transporte. Em razão do crescimento urbano, passaram a ser vistos como obstáculos ao desenvolvimento; e, com a poluição, se transformaram em símbolo de risco de doenças. O processo de degradação ocorreu de 1560 a 1910, conforme a figura 10 que resume o período baseado em estudos de Bueno (1999), Carvalho (1999), Kahtouni (2004), e Sant'Anna (2007) entre outros autores citados a seguir (Figura 10):

Figura 5 – Rios e abastecimento entre as décadas de 1560 e 1910

1560-1690 - Primeiras pontes sobre os rios

- **Entre 1563** e 1689 são construídas pontes sobre os rios Anhangabaú, Tietê, Pinheiros e Jurubatuba (CARVALHO, 1999, p. 5). Os rios ainda eram a principal fonte de alimentos e água.

1720 - Rios como meios de exploração

- **Na década de 1720 se inicia as monções** expedições fluviais que utilizavam as águas do rio Tietê para o transporte de mercadoria e exploração do ouro no Estado do Matogrosso (BRUNO, 1954). Segundo Eduardo Bueno (1999), o Rio Tietê escoou cerca de 75 toneladas de ouro.

1746 - Primeiros equipamentos de abastecimento

- **Em 1746 foi construído o** primeiro chafariz público foi entregue à cidade, o Tanque Municipal que era abastecido pelas águas do Rio Tamanduateí (KAHTOUNI, 2004).

1860-1870 - Pesca abundante: a identidade urbana perdida

- **Em 1860** foi construído um mercado municipal, o Mercado Grande, na “Rua de Baixo” (hoje Rua 25 de março), ao lado do “mercado dos caipiras. Ambos perto do porto fluvial do rio Tamanduateí, hoje conhecida como Rua Porto Geral. Desde 1560 até 1930 haviam mercado de peixe retirados dos rios urbanos da cidade (SANT’ANA, 2007).
- **Em 1933**, os dois mercados foram demolidos e substituídos pelo atual Mercado Municipal.
- **Na década de 1870**, com a chegada do trem de ferro de Santos para o planalto paulista, os peixes de mar passaram a fazer parte do cardápio das classes mais favorecidas e os de água doce foram se transformando em alimentação do mais pobres (KAHTOUNI, 2004).

1848 - Primeira retificação: novas terras e lucros

- **Em 1848** - aprovada lei que autorizava o “encanamento” do rio Tamanduateí – retificado em suas “sete voltas”, gerando a comercialização das terras de seus leitos (KAHATOUNI, 2004).

1860-1910 - Início da poluição e de doenças

- **Na década de 1860 os rios começam a ficar poluídos** com a eliminação de dejetos de matadouros e de restos da produção de café que eram jogados nos rios Anhangabaú e Tietê com a anuência do poder público (KAHATOUNI, 2004),
- **Entre as décadas de 1850 e 1910** como consequência do expressivo crescimento e da falta de saneamento, houve o espalhamento de doenças: três epidemias de varíola (1858, 1863 e 1975), duas de febre amarela (1880 e 1889) e duas de tifo (1913 a 1916). (SANT’ANA, 2007)
- **A partir de 1850**, em razão das doenças, os rios que antes eram usados como fontes de alimentação, lazer e abastecimento passaram a ser vistos um risco. As fontes que antes eram símbolos de vida passaram a significar perigo de morte (KAHATOUNI, 2004).

Fonte: elaborado pelo autor

Em uma segunda fase de industrialização, São Paulo também precisava buscar água para abastecimento público em locais mais distantes. Foi quando em 1878 a cidade passou a captar água no Cantareira. As águas poluídas da cidade passaram ser utilizadas prioritariamente para a produção de energia e para transportar os esgotos sanitário e industrial. Vários projetos oficiais de limpeza do Tietê e um ordenamento urbano mais verde foram abandonados em razão da especulação imobiliária e de interesses da indústria automotiva que defendia um projeto rodoviário (DELJAICOV, 1998). Esse processo ocorreu de 1878 a 1930 e pode ser resumido conforme Figura 11:

Figura 6 – Rios e abastecimento entre as décadas de 1560 e 1940

1878 - Primeira adutora

- Em 1878 foi construída a primeira adutora de acesso ao Cantareira, com 14km e vários reservatórios foram represados. (ZMITROWICS, 1984).

1883 - Primeira companhia de saneamento básico

- Em 1883, seis anos depois da Companhia Cantareira ter sido fundada, o serviço de saneamento básico começa a ser oferecido.
- Em 1893 a água encanada do Cantareira começa substituir chafarizes (SANT'ANA, 2007).

Em 1890-1900 – O enterro do Tamanduateí

- Entre 1870 e 1880, o Tamanduateí foi um importante local de lazer para a população – estimada à época em 31 mil habitantes no censo de 1872. Um dos principais destaques era a “Ilha dos Amores”, no meio do rio. A área contava com casa de banho, jardins, quiosques e áreas de descanso – onde atualmente fica a tumultuada rua 25 de Março. Após vários alagamentos, a ilha foi abandonada e deixou de existir no início do século XX, quando ocorreu a segunda retificação do rio, enterrando-o por completo (KAHTOUNI, 2004).

1900-1910 - Água paulistana: o futuro ouro dos canadenses

- Em 1901 é criada a primeira hidrelétrica foi construída pela The São Paulo Railway, Light and Power Company Ltd em 1901, na cachoeira do inferno na antiga vila Santana de Parnaíba (33km da cidade). Mas não foi o suficiente para a demanda da cidade. Então, decidiu-se fazer a barragem da represa Guarapiranga em 1908 para ampliar a produção de energia.

1920-1930 - A reversão do Rio Pinheiros para encher a Billings

- Em 1927, a Light trabalha na retificação dos rios Tietê e Pinheiros. O objetivo era retirar a água dos Rios Tietê e Pinheiros para encher mais a Represa Billings – um reservatório que tinha exclusivamente com o objetivo de gerar energia na usina hidrelétrica Henry Borden – sem incluir nas infraestruturas para tratamento de esgotamento sanitário (KAHTOUNI, 2004). O uso da água, desde então, privilegiava as reservas e represas à produção de energia elétrica. O que resultou na redução dos espaços para as ações de esgotamento sanitário e para a utilização das águas para o abastecimento humano (KAHTOUNI, 2004 p. 94).
- Em 1929 a represa Guarapiranga foi construída também para produzir energia.

1920-1940 - Os carros atropelam os rios

- Entre as décadas de 1920, a administração municipal de Pires do Rio (1926-1930) dá início a um projeto de urbanização rodoviária. Entre as décadas de 1920 e 1930 o então prefeito da cidade Francisco Prestes Maia implementa o Plano de Avenidas que causou o tamponamento e a degradação acelerada dos rios (QUEIROZ & SOMEKH, 2003, p.117). O Projeto substituiu o Plano do engenheiro sanitário Francisco Saturnino de Brito (ver Apêndice I).

Fonte: elaborado pelo autor

3.1.1 O Projeto oficial abandonado que salvaria o Tietê (1920-1930)

A poluição do Rio Tietê, da Represa Billings, do Rio Pinheiros e de grandes mananciais urbanos da capital paulista é resultado de uma política pública que prevaleceu sobre outras menos agressivas ao meio ambiente. Todos foram substituídos por um plano rodoviário que optou por canalizar rios e estreitá-los para dar lugar aos carros (ROCHA, 1991). Na época decidiu-se por um projeto que não previa limpar os rios. Ao contrário: sua implementação só aumentou a concentração do escoamento do esgoto, principalmente no Rio Tietê e afluentes. As obras foram executadas pelo então governador (interventor federal) Ademar de Barros (NÓBREGA, 1981), baseado no projeto *Plano de Avenidas* elaborado pelo engenheiro Francisco Prestes Maia (1930), uma política que ignorou o projeto do renomado sanitário Saturnino de Brito (1923), de implementar um amplo plano de preservação ambiental do Rio Tietê. Brito assumiu a responsabi-

lidade de propor uma solução ao Tietê que já em fase acelerada de degradação. Sevcenko (1992) retrata a crescente poluição dos rios urbanos da década de 1920 na capital paulista. A situação causava a morte de centenas de crianças por ano por disenteria, febre tifóide e outras doenças causadas pela água contaminada. E o problema da poluição já demonstrava ter múltiplas causas:

Situação apavorante que era ainda fatidicamente agravada pela poluição crescente e contaminação dos reservatórios de água periféricos à cidade, fosse pela incúria da fiscalização, pela expansão da ocupação urbana ao redor dos mananciais, por dejetos industriais, ou, no geral, por tudo isso ao mesmo tempo. (SEVCENKO, 1992, p. 115)

Saturnino de Brito se tornou diretor de Redes de Abastecimento e Esgoto da Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo. O engenheiro era associado e membro honorário da *Association Générale des Hygienistes et Techniques Municipaux de France*. Em 1905, realiza o estudo “Abastecimento de Água em São Paulo”, no qual defendeu a utilização do rio Tietê como manancial para a cidade de São Paulo, acompanhada de uma proposta para o tratamento de sua água. Ele propôs, por exemplo, mais um reservatório na Mooca, associado a um “filtro” que estabeleceria o tratamento para diminuir o nível de substâncias orgânicas encontradas nas análises químicas da água do rio Tietê. O rio seria, então, voltaria a ser novamente – depois de décadas de abandono – o manancial dos paulistanos. Alguns anos depois, Saturnino de Brito fica responsável legal pelas obras no Rio Tietê. De acordo como a lei municipal nº 2.644 de 1923:

Art. 1º - Fica a Prefeitura autorizada a incumbir o engenheiro Saturnino Rodrigues de Brito de proceder aos estudos para a canalização e regularização do Rio Tietê, confeccionando o projeto geral e orçamento das obras e executar, não só de canalização do rio, para se evitarem as inundações, mas também de regular a navegação e o lançamento de esgotos da cidade de São Paulo, inclusive os trabalhos de beneficiamento dos terrenos marginais do patrimônio Municipal e dos particulares (DELIJAICOV, 1998 apud SÃO PAULO, 1923).

O Estado de S. Paulo de 1º de janeiro de 1926, publica um resumo do projeto *Melhoramentos do Tietê* (BRITO, 1923), onde um dos principais objetivos era priorizar o saneamento básico, tratando o esgoto ou destinando um fim aos dejetos não fosse os rios. A matéria traz a íntegra de um ofício do então prefeito municipal de São Paulo Firmiano de Moraes Pinto:

No terceiro capítulo do relatório estão sumariamente expostas as más condições de descarga dos esgotos, cuja a rede vem se desenvolvendo sem plano geral, sem a preocupação econômica de reduzirem-se o ônus das elevações mecânicas ou da emissão para um destino definitivo. Em 16 bocas de descarga, a rede de esgotos lança no Tietê, entre Ponte Grande e Lapa, os despejos de mais de 51.000 casas, ou 1.200.000 habitantes, a contribuição se elevará a 100 toneladas. Compelindo a Repartição de Águas e Esgoto [RAE] projectar a remoção do mal, a Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê pediu-lhe que apresentasse o plano geral de descarga de esgotos das duas margens, a fim de satisfazer uma das partes do programa municipal. À Repartição de Águas e Esgoto não foi possível, segundo comunicou, preparar em tempo o plano geral, achando no momento ocupado com os estudos de aducção do Rio Claro (PINTO, 1926, p. 6).

Mesmo com o apoio do prefeito na época, é possível perceber nesta passagem a pouca (ou nenhuma) colaboração da RAE em apresentar um plano geral de saneamento que pudesse complementar o projeto de Saturnino de Brito. Havia muitas resistências internas da gestão municipal e também externas no debate na esfera pública da época. As obras iniciais para o projeto custava “79 mil contos de réis” (cerca de R\$ 1,9 milhão em valores atuais). O polêmico debate na imprensa sobre o projeto de Brito começou a crescer. Plínio de Queiroz, por exemplo, também engenheiro e amigo de Prestes Maia e Ulhoa Cinto (ambos autores do *Plano de Avenidas*), publica um artigo no Estado de São Paulo em 31 de março de 1926, criticando o relatório de Saturnino de Brito:

Dizer que a epuração biológica ou outro qualquer processo de tratamento dos esgotos resolveria este lado da questão também não satisfaz, desde que pensemos um pouco que todos os processos de epuração são discutíveis e de resultados duvidosos (...). Restaria ainda um meio para a utilização das águas do Tietê, mas esse parece-nos que seria um verdadeiro absurdo: consistiria ele no armazenamento das águas do rio durante alguns meses para depois ser tratada e fornecida à população (QUEIROZ, 1926, p. 6)

Mesmo após o longo debate, o projeto (elaborado em sua primeira versão em 1910) foi defendido por especialistas por quase vinte anos até 1930. O projeto de Saturnino também previa, no lugar das vias nas margens do rio, um amplo parque hídrico arborizado de 25 km de extensão e 1 km de largura, com mata ciliar, áreas verdes e um sistema de lagos com margens amplas que seria útil para a prevenção de enchentes e que também seria destinado ao abastecimento da cidade.

Se tivesse sido implementado, seria o maior parque fluvial do mundo, seis vezes maior que o Central Park em Nova Iorque (CARTA CAPITAL, 2013). Já em 1911, o relatório entregue por Saturnino de Brito indicava os rios Tietê e Guarapiranga como “futuros mananciais destinados ao abastecimento público” (ROCHA, 1991, p. 37).

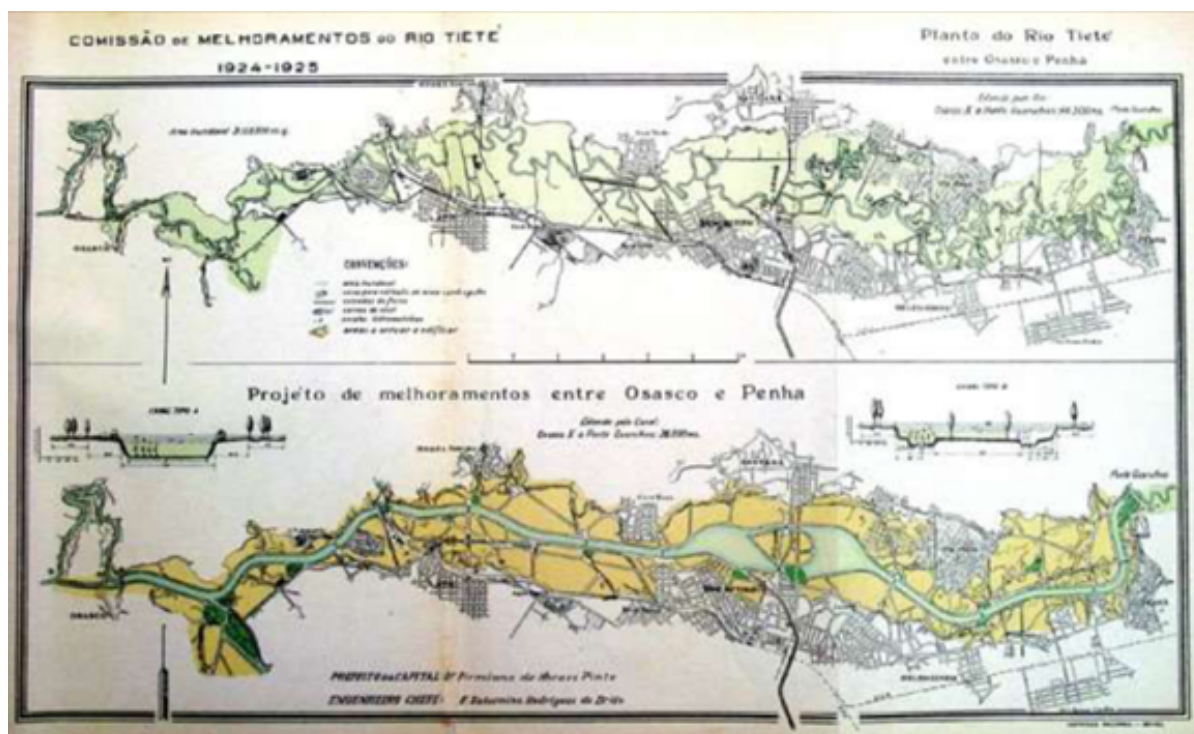
Em 1926, Brito reforça a importância de ter o rio Tietê de acordo com o previsto inicialmente e sugere uma regularização para controlar as enchentes e permitir a navegação, assim como havia sido feito em rios europeus, como o Sena, o Tâmis, e outros na mesma época (OLIVEIRA, 2014).

Porém, o projeto – mesmo após o projeto ser considerado viável e sofisticado em termos de planejamento urbano para a época – foi radicalmente alterado. A intenção era transformar São Paulo numa das maiores capitais do automóvel do mundo, uma versão da cidade americana de Chicago na América Latina (ABREU; SCARPELINI, 2009). Onde a pavimentação que prevaleceu em desarmonia com os recursos fluviais, florestais e ambientais da cidade. Segundo Gouveia (2010), no período de 1930 a 1959, somente na bacia hidrográfica do Rio Tamanduateí (29,8 Km da rede fluvial) foi tamponada para dar lugar a avenidas de fundos de vales.

Em 1927, João Florence de Ulhoa Cintra estava à frente da *Comissão de Melhoramentos do Tietê* e modificou o projeto, eliminando as comportas e os lagos. A ocupação do

vale marginal se daria com avenidas e pontes. Em 1928, a intenção era de iniciar o conjunto de obras denominado *Plano de Avenidas*, diferente do que Saturnino de Brito projetou [...] Entre 1930 e 1932, os movimentos revolucionários mantiveram as obras estagnadas. Somente em 1938, no governo Prestes Maia, as obras de retificação foram iniciadas e concluídas em 1950 (OLIVEIRA, 2014, p. 246)

Figura 7 – Projeto de Saturnino de Brito de 1923. Planta previa diques, lagos e parques nas margens do Rio Tiete.



Fonte: Brito (1923)

O *Plano de Avenidas*, implantado em 1930, foi duro e irreversível para São Paulo: não valorizou a construção de usinas de tratamento de esgotamento sanitário, extirpou da cidade as ferrovias, projetos de metrô, hidrovias, parques e rios – mesmo tendo rios disponíveis para isso.

Parece que as grandes obras e o grande dinheiro gasto não poderia ser para a construção de um parque beira rio de 10 milhões de metros quadrados com grandes lagos para o lazer dos habitantes da cidade. Para esta lógica, todo este investimento público tem que se transformar em benefícios privados. Ou seja, por mais que nos estudos o porto e o parque fossem defendidos, a essência dos conceitos que orientariam a administração das obras públicas, iriam desprezar a navegação fluvial e as grandes áreas de vegetação para o lazer no centro da cidade. (DELIJAICOV, 1998, p. 63)

O abandono de projetos menos agressivos ao meio ambiente como o de Saturnino de Brito a a opção pelo *Plano de Avenidas* de Prestes Maia – que priorizou o tamponamento de rios e a redução dos espaços de uso público (parques e áreas verdes) – causou uma profunda

mudança infraestrutural difícil de ser revertida. Essa situação de irreversibilidade é o que M. H. L. de Queiroz e N. Somekh (2003) classificam como *path dependence* (ou dependência de trajetória) no processo de planejamento urbano da cidade de São paulo. O conceito é abordado nesta pesquisa na página seção de Contextualização sobre o Tema.

A opção pelo *Plano de Avenidas* em detrimento do Projeto *Melhoramentos do Tietê* de Saturnino de Brito (1923) é um capítulo histórico fundamental à compreensão da situação contemporânea dos rios urbanos da cidade de São Paulo. Tais fatos não foram encontrados na cobertura jornalística sobre a crise hídrica (2012-2016) analisada no *corpus* de nossa pesquisa. A invisibilização na imprensa da fase decisiva de *path dependence* – que gerou a escalada de tamponamento e degradação dos rios – foi a principal referência para nomear este estudo como “Rios Invisíveis”.

Estes dois períodos, 1560-1910 e 1878-1930, são fundamentais para a compreensão sobre o processo que levou os rios a serem vistos negativamente pela sociedade. O que resultou em uma reordenação urbana que degradou ainda mais suas águas e, finalmente, causou seu “apri- osionamento”. Os rios foram apartados da convivência humana e aprisionados em tubulações e retificações de concreto de uma forma muito difícil de ser revertida, denominada como *path dependence*.

3.1.2 *Path dependence*: a prisão dos rios

De acordo com Rolnik (2003), a associação entre construção de avenidas e canalização dos rios e córregos completa o novo modelo de circulação – onde os rios se confinam em canais ou galerias subterrâneas. E, após enterrados, sobre os seus antigos leitos se implantam avenidas de fundo de vale (DELJIICOV, 1998). A Avenida do Estado (sobre o Tamanduateí), as marginais (ao lado do Tietê e Pinheiros) e a Aricanduva (junto ao córrego do mesmo nome) são exemplos dessa estratégia:

É durante a gestão do prefeito Prestes Maia que esse conceito começa a ser implantado: são obras suas a construção da avenida 9 de Julho sobre o córrego canalizado do Saracura, a avenida Itororó (futura 23 de Maio) sobre o córrego do mesmo nome e a retificação do Tietê, encurtando-o em 20 quilômetros e destinando suas margens para a construção da marginal e para a ocupação urbana de sua várzea. (ROLNIK, 2003 p. 33),

As águas se consolidaram como diluidoras de esgoto (FERRAZ; SCARPELINI; ABREU, 2011). De acordo com Delijaicov (1998), para fazer o *Plano de Avenidas*, Prestes Maia usou como base os planos de Sistema Radial Concêntricos que foram implementados na Europa como em Lion, Paris e Berlim. Porém, segundo Delijaicov, na redação o engenheiro Prestes Maia ocultou o fato de que os projetos das cidades europeias foram implantados anéis hidroviários e ferroviários no entorno urbano (DELJIICOV, 1998; FERRAZ et al., 2015).

Em apenas cem anos, durante o processo acelerado e descontrolado de industrialização e expansão urbana, os leitos maiores dos rios foram aterrados e ocupados pela cidade. Os argumentos sanitaristas e hidráulicos “fundamentaram” o verdadeiro objetivo que era “lotear e vender” as várzeas. O imenso logradouro público, espaço ideal para o Parque Linear Metropolitano foi privatizado e os rios canalizados desprezando-se a navegação fluvial. A metrópole construída pela especulação imobiliária e a precariedade da infra-estrutura urbana transformaram os rios da cidade em canais de esgoto, confinados entre avenidas que têm o caráter de rodovias urbanas. Esse conceito de canalização de rios e construção de avenidas de fundo de vale, iniciado com a proposta de um Plano de Avenidas, apresentada em 1930 por Prestes Maia, se espalhou e está impregnada, ainda hoje, nas administrações públicas, agora com a justificativa, contraditória, de controle das enchentes e circulação de automóveis. Idéias de um urbanismo rodoviário contrário aos ideais de um urbanismo humanista, preocupado com a qualidade da estrutura ambiental urbana. Para esse urbanismo rodoviarista, pedestres e ciclistas não existem; metrô, parques e áreas verdes, equipamentos sociais e habitação social não são prioritários. (DELJAICOV, 1998, p. 4).

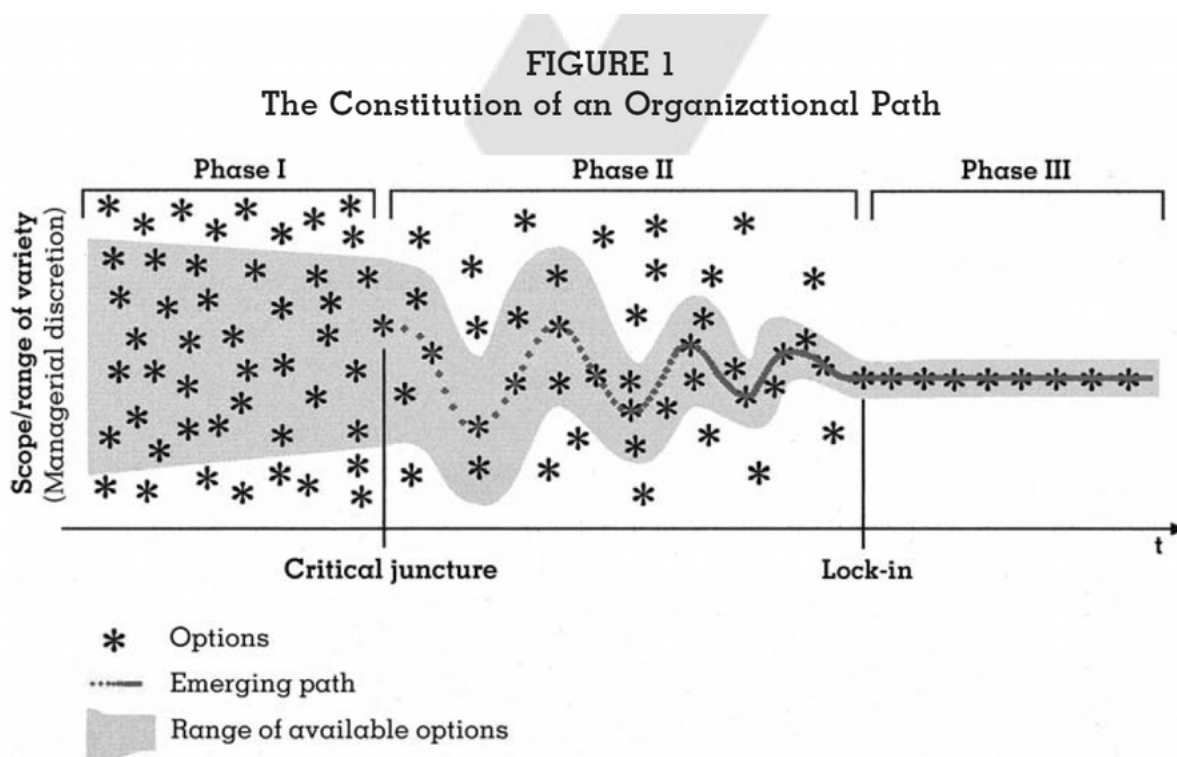
O conceito de dependência de trajetória (*path dependence*) estudado por Paul Pierson (2000), se configura quando uma determinada tecnologia, política pública ou ação social é implementada de forma não adequada ou equivocada, de tal maneira que causam um trancamento (*lock-in*) que impede outros atores envolvidos (governos, empresas, organizações em geral) de se movimentarem em direção à mudança. Resulta que todas as alterações posteriores sejam apenas incrementais por dependência da trajetória anterior, impossibilitando realizar mudanças que seriam necessárias.

De acordo com Pierson (2000), quando se realizam medidas inadequadas em políticas públicas, as consequências podem causar desde pequenos eventos – possíveis de serem solucionados ou mitigados com ações de contingência – até grandes problemas estruturais. Porque,

cursos específicos de ação, uma vez introduzidos, podem ser quase impossíveis de serem revertidos; e, conseqüentemente, o desenvolvimento de políticas públicas é pontuado por momentos ou conjunturas críticas que moldam os contornos básicos da vida social. (PIERSON, 2000, p. 12)

Na Figura 12 está apresentado o mapa cognitivo de Sydow, Schreyögg e Koch (2009), em que é possível compreender de maneira mais clara o processo da dependência de trajetória. Os asteriscos representam as “opções gerais” e que, quando estão na área cinza, tornam-se “opções disponíveis”. Isto é, com possibilidade de serem executadas. A linha de trajetória, que se inicia pontilhada, vai se consolidando ao longo do tempo e se afunilando com os demais elementos. No momento em que as opções começam a ficar dependentes da trajetória, ocorre a *path dependence*.

Figura 8 – emphPath Dependence - Representação



Fonte: Jörg et al (2009)

A **Fase I** é caracterizada como uma situação ainda em aberto, sem restrições muito significativas para realizar ações. Contudo, esta etapa não pode ser considerada como um processo completamente separado do passado. Isto é, não está desligada do passado mais amplo. Ideias, interesses e discussões podem estar em curso antes desta fase inicial. Assim, uma compreensão histórica um pouco mais ampla, segundo (SYDOW; SCHREYÖGG; KOCH, 2009), é importante também na pré-formação da primeira fase da *path dependence*. Segundo os pesquisadores, instituições são “portadoras da história” (DAVID, 1994) e “história não pode ser intermitente; isso não importa apenas ocasionalmente – importa sempre” (SYDOW; SCHREYÖGG; KOCH, 2009).

Em outras palavras, a primeira etapa não começa do zero. Nesse sentido, para ser possível visualizar um efeito *lock-in* na cidade de São Paulo, Queiroz e Somekh (2003) obtiveram informações retroativas sobre as ações do governo ainda na fase de definições da urbanização do município, de maneira a estabelecer um escopo adequado de análise no tempo e no espaço: antes do *lock-in* se configurar na implementação do *Plano de Avenidas* de Prestes Maia.

Por outro lado, a noção de dependência de trajetória não se refere a um determinismo onde há um começo exato e um fim totalmente previsível. Por exemplo, antes do *Plano de Avenidas* ser implementado, parece que nem o governo tinha claras as consequências da empreitada, porque o

projeto, inadequado de largada, foi executado de maneira pior do que o previsto (DELIJNCOV, 1998). Mesmo no *Plano de Avenidas*, haviam algumas praças e pequenos bosques previstos nos arredores do rio Tietê que não foram realizados, resultando quase tudo na construção de vias, concreto e asfalto.

Por isso, é importante ressaltar que estudos de *path dependence* lançam luz sobre um processo complexo que, eventualmente, termina em um *lock-in* – este último sim mais localizado no tempo e no espaço do que os processos anteriores. Aumentar o período da visão temporal de uma situação de *path dependence* implica em criar um escopo, muitas vezes baseado em escolhas discricionárias por parte dos pesquisadores da área. O importante é que na escolha o momento do trancamento possa ser localizado. Identificá-lo pode ser menos ou mais complexo, dependendo de cada caso.

A **Fase Lock-in** fica na transição entre a **Fase II e III** tem um recorte temporal mais delimitado. As ações equivocadas são executadas cada vez mais e cumulativamente na Fase II – o que, eventualmente, leva a toda uma configuração ao longo do tempo até o bloqueio (*lock-in*) no intermédio à fase seguinte. Anthony Giddens (1984) afirma que as circunstâncias relacionadas aos *block-ins* podem ser bloqueios de natureza predominantemente cognitiva, normativa, baseada em recursos, e/ou infraestruturais (GIDDENS, 1984).

Embora os estudos organizacionais enfatizem principalmente o papel das cognições gerenciais ou crenças ou recursos, os *lock-ins* organizacionais também podem ser, provavelmente, combinações de todas as três dimensões (SYDOW; SCHREYÖGG; KOCH, 2009, p. 4).

A passagem de fases é importante porque o *lock-in* da degradação ambiental dos rios e da cidade parece ter ocorrido por ações gerenciais em que se decidiu não só implementar o projeto, mas alterá-lo negativamente no curso da execução. O que sugere que tenha sido motivada por interesses e preferências não expressas, porém, mão menos poderosas ou influentes durante o processo. Este quarto elemento é estudado por Artur (1994), que interpreta a urbanização como um processo cumulativo de preferências. Segundo o pesquisador, ao priorizar as preferências de alguns em detrimento de outro há um desequilíbrio na preferência entre os atores. Quando a assimetria se repete várias vezes, leva a mais desequilíbrio – até chegar à predominância de um padrão que se configura em *path dependence*.

De acordo com Paul Pierson (2000) a *Path dependence* pode acontecer em diversas proporções. Quando se realizam medidas inadequadas em políticas públicas, as consequências podem causar desde pequenos eventos – possíveis de serem solucionados ou mitigados com ações de contingência – até gerar grandes problemas estruturais. Porque,

cursos específicos de ação, uma vez introduzidos, podem ser quase impossíveis de serem revertidos; e, conseqüentemente, o desenvolvimento de políticas públicas é pontuado por momentos ou conjunturas críticas que moldam os contornos básicos da vida social (PIERSON, 2000, p.13).

Como resultado, os contornos da vida social durante a maior crise hídrica da RMSP entre os anos de 2014 e 2016 foram marcados por uma dura rotina de falta d'água. Em um contexto de uma cidade com pouco verde, trânsito intenso e com muitos rios degradados que, outrora, foram mananciais.

3.1.3 A maior crise da história (2012-2016)

Em 10 de janeiro de 2014, a Sabesp começa a dar os primeiros alertas sobre o início da crise. A reportagem “Reservatórios da Cantareira têm pior nível em 10 anos” do jornal Estado de São Paulo revela a queda abrupta do Cantareira. A baixa precipitação entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014 compromete o sistema,

“É um cenário bastante preocupante. De dezembro a fevereiro são os meses que chove muito. É quando é feito o armazenamento de água nos sistemas para garantir o abastecimento durante o inverno, que chove muito pouco”, explica José Cezar Saad, do Consórcio das Bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá. [...] “Em janeiro de 2012 os reservatórios estavam com 69% da capacidade. No ano passado [em 2013], eles chegaram a 48%. Chegamos agora [em 2014] em 25% e nossa preocupação é que se não voltar a chover dentro da média, falte água no inverno”, afirmou o diretor metropolitano da Sabesp, Paulo Massatto. (BRANDT, 2014)

A preocupação do diretor fazia sentido. As chuvas realmente não vieram e se instalou a pior estiagem desde 1930, quando começaram a ser medidos os níveis de chuva no Sistema Cantareira. As quase 28 milhões de pessoas que dependiam do abastecimento da Sabesp entraram em alerta com a notícia da insegurança hídrica:

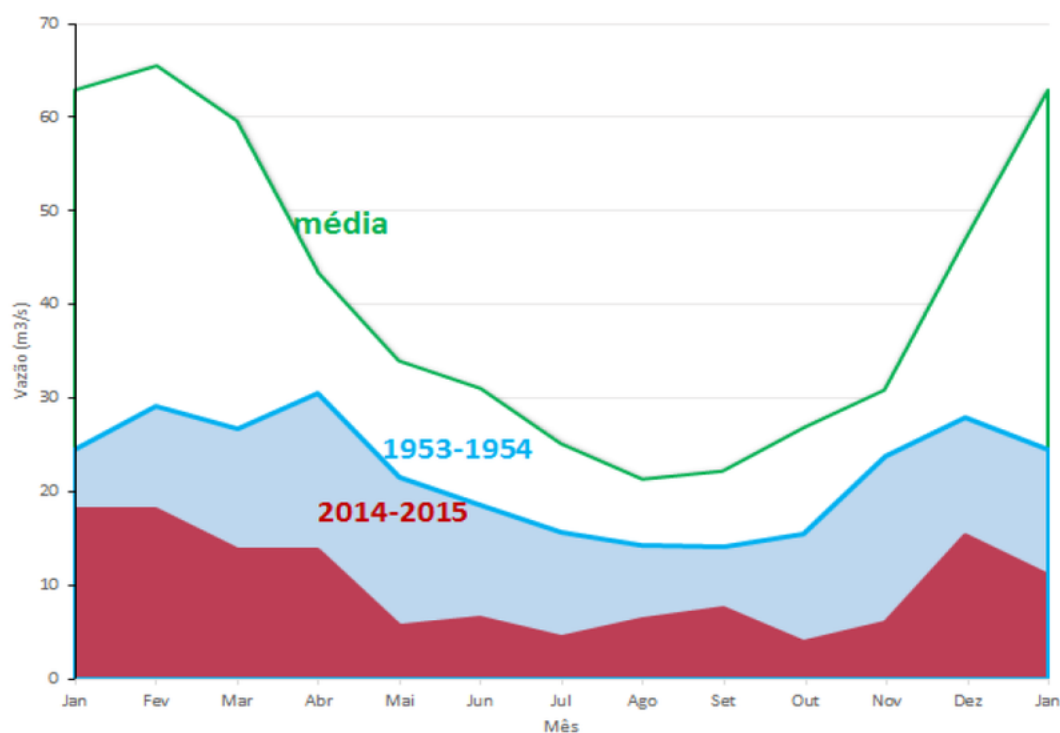
Em 2013, o índice pluviométrico registrou apenas 1.090 milímetros (mm) de chuva nas quatro represas que formam o Sistema Cantareira contra uma média histórica anual de 1.566 mm, o que representava uma queda de 70%. Neste cenário, em dezembro de 2013, o registro apontou um índice de 62 mm, o pior mês de dezembro nos 84 anos em que a medição começou a ser feita (RICHTER, 2017, p. 97)

O cenário de crise ameaçava gerar sérios problemas principalmente à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que tem cerca de 20 milhões de pessoas, é a quarta área urbana mais populosa do mundo (FORSTALL; GREENE; PICK, 2007). A falta de água rapidamente começou a ter consequências. O ano de 2014 foi marcado por uma hiperepidemia de diarreia aguda com sintomas que duravam de 2 a 14 dias e causavam cólicas e febre. As informações foram apresentadas na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) intitulada “Agravos para a Saúde Humana Decorrentes de Água Não Potável” revelou, em dados preliminares, que o pico de diarreia aguda aconteceu em fevereiro de 2014 quando o índice superou em 70% a média de casos para o período. Foram 34 mil ante os 20 mil calculados entre 2008 e 2013. Só no município de São Paulo foram 9.900 registros na sétima semana de 2014, mais que o dobro (110%) da média do período (FELIX, 2015).

Durante a crise oficial (jan. de 2014 a mar. de 2016), Alckmin afirmava recorrentemente à imprensa que a seca era atípica e, portanto, imprevisível aos gestores públicos. E, portanto, não seria adequado responsabilizar sua gestão pelo problema. Para Alckmin, a crise hídrica não acontecia por falta de investimentos, mas por um problema ambiental. “É a maior crise de estiagem dos últimos 84 anos. Estamos preparados, terminou o inverno e não acabou a água”, justificou (IG, 2014). Além do argumento do governador de que o Cantareira passava pela maior estiagem da história desde 1930, Alckmin também passou a comparar a estiagem no Estado com a grande seca de 1953 no Estado. O paralelo foi oficializado pela companhia no relatório CHES – Crise Hídrica, Estratégias e Soluções da Sabesp para a RMSP:

Até o final de 2013 não havia evidência que seria provável a ocorrência de uma afluência tão baixa quanto a que ocorreu em 2014. Pelo contrário, ao final de 2013 a probabilidade que ocorresse uma vazão média menor ou igual a 11,3 m³/s (como a ocorrida em 2014) era de apenas 0,0049. É razoável supor que se o administrador público destinasse vultosos investimentos antes de 2014 para se precaver contra uma seca de baixíssima probabilidade poderia ser questionado pelas entidades de controle pela duvidosa alocação dos escassos recursos públicos (SABESP, 2015, p. 11).

Figura 9 – Comparativo histórico de vazão nos período 1953-1954 x 2014-2015



Fonte: Sabesp (2015)

Porém, em 2011, segundo relatório da própria Sabesp, a companhia estadual estava operando no ano anterior com deficit de 1,5 mil l/s entre a demanda e a oferta de água.

O estudo apontou que o volume de água disponível para a Grande São Paulo (então de 65,5 mil l/s) teria sido insuficiente em 2010, ano em que o sistema Cantareira operou com níveis superiores a 70% (BRENHA, 2014).

O documento também afirmava que a tendência era esse deficit crescer nos anos posteriores. A diferença negativa estava prevista a um máximo de 5.800 l/s em 2015. Isto é, a previsão era que 1,7 milhão de pessoas poderiam ficar sem abastecimento. Mas a situação foi ainda pior: em 2014, mananciais que abastecem a Grande São Paulo foram reduzidos a níveis alarmantes. O principal deles, o Cantareira, chegou a operar em fevereiro de 2015 com -24% de sua capacidade. Foi o pior nível da história segundo a Agência Nacional de Águas (ANA, 2017).

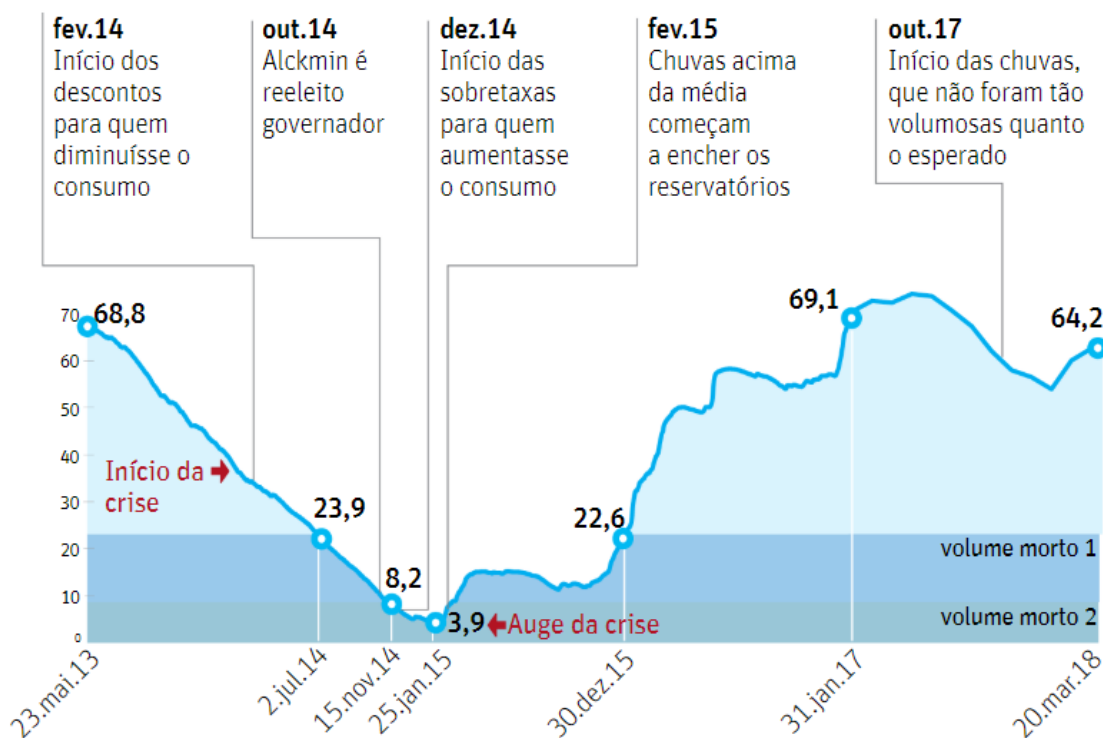
A pré-crise se instalou antes: entre 2012 e 2013. De acordo com o próprio relatório 20-F da Sabesp, enviado à Bolsa de Valores de Nova York em 2014, a companhia admite que a região registrou chuvas abaixo da média em 2012, situação que se repetiu no fim de 2013 (SABESP, 2014), e que se agravou muito em janeiro de 2014, dando início à crise nesse mesmo mês.

Figura 10 – Auge da crise hídrica

VAI E VOLTA DO CANTAREIRA

Principal reservatório de SP passou por grave crise em 2014 e 2015

Nível do sistema Cantareira em % da capacidade total*



*Considera a capacidade do volume morto Fonte: Sabesp

Fonte: Lobel e Cancian (2018)

Durante a crise, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), ressaltou que a

empresa sabia dos riscos de estiagem e não tomou as providências cabíveis quando os níveis das precipitações foram se reduzindo entre 2012 e 2013. E afirmou ainda que haviam documentos alertando para o risco desde 2004:

Na Bacia do Alto Tietê, uma das mais críticas, também foi relatado em seu plano de bacia de 2009 que o consumo total das águas de sua bacia excede, em muito, sua própria produção hídrica, fato esse que também havia sido mencionado no plano de bacia anterior, aprovado em janeiro de 2004 (TCE - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014, p. 52).

Contudo a empresa emitiu nota em resposta ao TCE-SP e reforça, novamente, que ninguém tinha previsto que a seca seria tão severa:

Nenhum instituto ou especialista previu a severidade da seca que atingiu a região Sudeste do país em 2014. Em outubro de 2013, por exemplo, o CPTEC/INPE – mais respeitado centro de pesquisas meteorológicas do país, vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia – indicava 75% de probabilidade de chuvas acima da média na região. Apesar das previsões, o verão foi, de longe, o pior de toda a série histórica – com menos da metade das chuvas do pior ano até então, que havia sido 1953. Não bastasse isso, 2014 foi o ano mais quente da história moderna do planeta Terra, conforme estimativas da NASA (LEITE, 2015)⁴⁴.

A “imprevisibilidade” alegada pelo governo continuou parecendo contraditória. Em seu “Relatório de Sustentabilidade” de 2013, a Sabesp admitia uma crise e, inclusive, a possível necessidade de racionamento: “se as chuvas não retornarem a índices adequados e, conseqüentemente os níveis dos reservatórios não forem restabelecidos, poderemos ser obrigados a tomar medidas mais drásticas, como o rodízio de água” (SABESP, 2013, p. 26).

• Responsabilização científica

Pesquisadores da USP realizam um estudo afirmando que o Governo do Estado de São Paulo demorou a para iniciar o racionamento, o que levou o Cantareira à um fenômeno chamado “transição catastrófica” entre o fim de 2013 e o início de 2014. A pesquisa foi realizada por Paulo Inácio Prado, da Universidade de São Paulo (USP), e Renato Mendes Coutinho e Roberto Kraenkel, ambos da Universidade Estadual Paulista (Unesp). A análise foi veiculada na revista Plus-One, sendo a primeira publicação internacional sobre o assunto (COUTINHO; KRAENKEL; PRADO, 2015)

De acordo com os pesquisadores, quando o Cantareira chega em um determinado nível, começa a perder resiliência porque acontece o “efeito esponja”. A partir daí as chuvas não conseguem mais aumentar os níveis dos reservatórios – porque o solo absorve a precipitação que seria para encher o reservatório. Essa é a fase em que o Cantareira sai do estado “normal” e passa para o estado “ineficiente” (COUTINHO, 2015), fazendo com que o seu nível comece a despencar

⁴⁴ Trecho de nota postada pela SABESP e publicada pela reportagem (LEITE, 2015).

rapidamente. O efeito começou, segundo o estudo, em setembro de 2013 – ocasião quando se deveria ter iniciado o racionamento (COUTINHO, 2015). Porém, o início do racionamento só foi admitido em janeiro de 2015: “O racionamento já existe. Quando a ANA [Agência Nacional de Água] determina que você que tem que reduzir de 33 para 17 [mil litros por segundo] no Cantareira é óbvio que você já está em restrição. Está mais do que explicitado”, afirmou Alckmin (SANTIAGO, 2015). Isto é, o racionamento acontece 17 meses depois da “transição catastrófica”. De acordo com Prado,

O artigo analisa o caso da Cantareira como um exemplo de biestabilidade. É um conceito da física para descrever sistemas que têm mais de um estado possível. É o caso de um barco na água, que em condições normais não vira com a ação das ondas ou do vento. O problema é que se uma força grande o suficiente virar o barco, ele passa a um novo estado que também é resiliente [com dificuldade para retornar à estabilidade anterior] — é preciso um grande esforço para desvirá-lo. (USP, 2015)

Mesmo a cidade chegando a um nível de água na segunda cota do volume morto (-24%), a Sabesp não implantou o rodízio, mas diminuiu a pressão nos encanamentos. A população mais pobre e da periferia ficava sem água durante dias. Quando não era a pressão reduzida, eram funcionários da Sabesp que iam em vários bairros para fechar a água por meio das chamadas “manobras” de fechamento. Ambas as ações geram o que se chama de pressão negativa nos encanamentos que, se houverem fissuras, com a pressão negativa podem sugar contaminantes líquidos subterrâneos como esgoto e águas pluviais impróprias de vias da superfície.

Em fevereiro deste ano [de 2014], quando o racionamento já começava no início da tarde, um dirigente da Sabesp admitiu ao Estado que as manobras operacionais podem deixar parte da rede despressurizada em pontos altos da cidade. No mesmo mês, o diretor metropolitano da Companhia, Paulo Massato, afirmou que isso só aconteceria em caso de rodízio. Em abril, a reportagem mostrou que ao menos cinco ruas no Jardim Paulistano, na zona norte paulistana, receberam água da Sabesp contaminada, e alguns moradores ficaram com diarreia (FELIX, 2015, p. 147).

No dia 7 de fev. de 2015, o repórter Fábio Leite, do jornal *O Estado de S. Paulo* revelou que o fechamento do registro de água estava sendo feito em pelo menos 40% da rede de distribuição da Sabesp (LEITE, 2015b). No dia 12 do mesmo mês, o jornalista – acompanhado por seu colega, Rafael Italiani, e pelo repórter fotográfico Tiago Queiroz – flagrou funcionários da Sabesp fechando a água em um bairro em Brasilândia, uma das regiões mais pobres da capital. Nessa segunda matéria, eles informam que o governo do Estado poderia ser multado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo (Arsesp), uma vez que o corte havia acontecido sem aviso prévio, i. e., ilegalmente.

De acordo com a reportagem, segundo um dirigente da companhia, a prática é adotada nas regiões onde não existem válvulas redutoras de pressão (VRPs) instaladas. São esses equipamentos que o governo Geraldo Alckmin (PSDB) afirma usar para diminuir o desperdício de água na rede, provocando cortes generalizados no abastecimento:

Nesta quarta [dia 12], por volta das 13 horas, a reportagem flagrou dois funcionários da Sabesp conhecidos como “manobristas” fechando três registros de água na esquina das Ruas Tiro ao Pombo e Parapuã, na Brasília, na zona norte da capital. Equipados com volantes gigantes e barras de metal, eles abrem as tampas dos equipamentos e rosqueiam o registro para cortar o fornecimento de água. Ao perceberem a aproximação do Estado, os funcionários saíram do local em uma picape da Sabesp. Um deles, no entanto, afirmou que a manobra serve para cortar o abastecimento. Mesmo com o serviço incompleto, a água começou a vazar por um dos registros. “*Liga para o 195* (telefone da Sabesp)“, afirmou um dos funcionários ao ser questionado sobre a operação. Os moradores e comerciantes que ficam próximos dos registros disseram que, diariamente após a manobra, a água começa a faltar. “Eles estão fazendo isso desde o fim do ano passado. Eles terminam de rosquear o registro e começa a faltar água”, afirmou o serralheiro Naldo Campos Lopes, de 35 anos, que usa compressor de ar para assoprar o pó de madeira que fica sobre o corpo após o dia de trabalho por causa da falta de água. Procurada, a Sabesp confirmou que parte da “gestão da demanda (de água) é feita por ”manobras manuais“. Ainda de acordo com a companhia, “há locais altos e distantes dos reservatórios, onde a redução da pressão pode gerar problemas de abastecimento”. Sobre o vazamento, a empresa informou que a “passagem de água cessa no momento em que a manobra é concluída” (. . .) Em nota, Arsesp informou que tomou conhecimento das manobras feitas pela Sabesp na rede apenas por meio da reportagem e disse que a companhia pode ser multada se ficar comprovado que ela suspendeu ou interrompeu o abastecimento de água sem aviso prévio. (LEITE; ITALIANI, 2015, p. 1)

A imprensa interpretou estas ações como “rodízio disfarçado” (não oficial) e que recaiu principalmente sobre os mais pobres. Uma pesquisa do Datafolha em outubro de 2014 havia detectado que as pessoas com menos renda eram as que mais sentiam a crise hídrica:

Entre os mais pobres, com renda familiar mensal de até 5 salários mínimos, 41% tiveram interrupção do fornecimento de água em casa por cinco dias ou mais durante os últimos dias. Na fatia de renda intermediária, com renda de 5 a 10 salários, o índice cai para 36%, e fica em 20% entre os mais ricos, com renda familiar superior a 10 mínimos (DATAFOLHA, 2014).

Outro recurso que a empresa criou foi o programa de bônus para dar desconto para que reduzisse o consumo de água. Mas o rodízio oficializado não foi implantado. Um furo de reportagem da *Folha de S. Paulo*, em 24 de outubro de 2014, vazou um áudio em que Dilma Pena, presidenta da Sabesp à época, dizia que seus “superiores” impediam a realização de campanhas de mídia para a redução do consumo:

“Foi uma orientação superior. A Sabesp tem estado muito pouco na mídia. Acho que é um erro. Nós tínhamos que estar mais na mídia. Os superintendentes locais, nas rádios comunitárias, falando, eu falando, todos falando sobre isso: ‘cidadão, economize água’. Isso tinha que estar reiteradamente na mídia, mas nós temos que seguir orientação. Nós temos superiores. A orientação não tem sido essa, mas é um erro. Tenho consciência absoluta e falo para as pessoas com quem eu converso sobre esse tema, mesmo meus superiores. Acho um erro esta administração da comunicação” (BOGHOSSIAN; GAMA, 2014).

De acordo com a imprensa na época, impedir a Sabesp de realizar campanhas na mídia voltada ao racionamento de água teria uma razão eleitoral: o governador Geraldo Alckmin,

supostamente, não queria que sua imagem fosse desgastada antes do pleito que aconteceria poucos meses depois. Em abril de 2015, organizações da sociedade civil questionaram na justiça os índices de volume útil no Cantareira. O Ministério Público Estadual aciona a justiça que determina que Sabesp divulgue os níveis do Sistema Cantareira como volumes negativos quando os níveis estiverem abaixo da linha do volume morto (DIAS, 2016).

- **Buscar rios cada vez mais distantes**

Durante a crise, o governo do Estado de São Paulo realizou grandes obras de interligação entre seus reservatórios para incrementar o abastecimento. O objetivo era poder gerenciar e distribuir mutuamente as águas entre os reservatórios para evitar que algum deles secasse ou ficasse em níveis muito baixos. Mas as obras não se limitaram aos reservatórios da Sabesp e buscou a interligação com outras bacias mais distantes. Era o poder público, novamente, buscando água cada vez mais longe da poluída capital paulista. A principal ação foi a interligação entre o Rio Paraíba do Sul ao Sistema Cantareira. Depois de um longo conflito com o governo do Estado do Rio de Janeiro – que temia que a captação prejudicasse o abastecimento dos cariocas – o Governo de São Paulo propôs uma obra de via dupla: que abasteceria tanto São Paulo quanto o Rio de Janeiro. Isto é, a captação só seria feita quando um dos lados estivesse com níveis abaixo de 35% de reservação e o outro dispusesse de volume suficiente para compartilhar. A Figura 15 traz uma uma ilustração do Governo do Estado de São Paulo que explica a obra orçada em R\$ 500 milhões. Porém a obra ficou pronta com um ano de atraso (em 03/03/2018) e custou R\$ 555 milhões.

Figura 11 – Proposta de Inteligação do Sistema Cantareira com o Rio Paraíba do Sul



A maior obra foi o Sistema São Lourenço. Inaugurado em abril de 2018, a construção custou R\$ 2,2 bilhões para atender 2 milhões de moradores em 8 municípios: Barueri, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Osasco, Jandira, Santana de Parnaíba e Vargem Grande Paulista. O novo Sistema, mais uma vez, também busca a água de um lugar distante: a Cachoeira do França que fica há 70 km da capital paulista (SABESP, 2017).

É a repetição da história antiga: em entrevista ao Jornal *O Globo*, Ivanildo Hespanhol, diretor do Centro Internacional de Referência em Reuso de Água (Cirra), órgão ligado à Universidade de São Paulo (USP), afirmou que buscar água em bacias hidrográficas de outras regiões é uma solução ultrapassada, que reproduz o modelo dos aquedutos construídos durante o Império Romano. “Os gestores públicos só sabem botar tubo e bombear água. É o mesmo modelo dos aquedutos romanos, de milhares de anos atrás. Temos que mudar esse paradigma”, afirmou.

Segundo Hespanhol, em todo o mundo cidades que têm pouca água à disposição investem no reuso do esgoto. Windhoek, capital da Namíbia, transforma esgoto em água potável há cerca de 40 anos. “Cingapura, além de cidades de México, Israel e Estados Unidos criaram projetos de reuso bem-sucedidos na última década”, afirmou. Em São Paulo fazemos o inverso: ao invés de limpar a água a sujamos. De acordo com o pesquisador, deixamos de investir em reuso de esgoto como política de abastecimento. Em uma das cidades mais ricas do hemisfério sul do planeta, optamos por utilizar os rios de águas (outrora) limpas para transportar o esgoto para fora da cidade.

Muitos estudos consideram que a crise hídrica não é um problema causado apenas pela estiagem ou pelo aumento populacional, mas sim a configuração de uma crise ecológica e de saneamento básico – restando rios e mananciais como veículos principais de escoamento de resíduos sanitários residenciais e industriais. Em artigo técnico, o engenheiro José Eduardo Cavalcanti afirma que apenas 32 % do esgoto da região metropolitana de São Paulo seja tratado, diferente do dado oficial de 68% que subestima o volume de despejamento do esgoto de maneira irrealista (CAVALCANTI, 2014). A relação entre ambas as crises, hídrica e de saneamento, pode ser percebida logo nas primeiras sínteses históricas sobre a escassez de água no Estado, principalmente na cidade e em toda a sua região metropolitana. Uma abordagem fundamental ignorada pela imprensa no âmbito de análise inicial da cobertura.

- **TCE tentou colocar rios na pauta da crise**

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em seu parecer em 2014, afirmou que a Secretaria de Recursos Hídricos do estado de São Paulo era responsável pela crise hídrica e elencou diversos motivos, entre os quais estavam a não execução da limpeza dos Rios Tietê, Pinheiros e da Represa Billings (TCE, 2014). Os dois rios estavam (e ainda continuam em 2019) no trecho urbano categorizados como rio com águas em classe 4 – altamente poluídos, com baixa oxigenação e impróprios para tratamento ao abastecimento humano (ANA, 2017). A Represa

Billings está poluída com metais pesados porque é um reservatório alimentado por ambos os Rios. Isto é, os bombeamentos realizados pela EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia do Rio Pinheiro para a Billings também “puxa” as águas do Rio Tietê, comprometendo gravemente a represa (KAHTOUNI, 2004). Em 1989, a Constituição Estadual proibiu a reversão do rio Pinheiros e o bombeamento à Billings. Mas os bombeamentos voltaram a ser admitidos legalmente para a prevenção de enchentes em nova mudança no dispositivo legal em 1992. O que, na prática, foi a volta da poluição da Billings. No período em que a Billings parou de receber as águas poluídas do Rio Pinheiros, a poluição não diminuiu.

Ao contrário, a poluição aumentou muito. Embora a paralisação do bombeamento das águas do rio Pinheiros tenha reduzido a carga poluidora de 282 ton.DBO/dia para 21,9 ton.DBO/dia e a vazão média anual de 70,9m³/s em 1991 para e 7,1m³/s no período de 1997 e 1998, o *Relatório de Qualidade de Águas Interiores do estado de São Paulo* elaborado pela CETESB entre os anos de 1991 e 1996 apontou aumento de 25ton.DBO/dia para 68,3ton.DBO/dia entre os anos de 1991 e 1993, fato que pode estar relacionado à ocupação da bacia sem devida destinação do esgotamento sanitário (MODESTO, 1999 apud ALMEIDA, 2010). Durante a crise hídrica, de acordo com dados obtidos pela LAI – Lei de Acesso à Informação, entre 2014 e 2015, foram 120 bombeamentos de águas poluídas para o reservatório pela EMAE.

Para organizações da sociedade civil e especialistas, despoluir e captar águas mais próximas deveria ser a prioridade governamental. Segundo Carlos Bocuhy do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental e conselheiro do Conselho Nacional do Meio Ambiente, buscar águas distantes como no Rio Paraíba do Sul é um erro. A opinião de Bocuhy foi publicada em reportagem da jornalista Mayara (2014):

“Para trazer essa água do interior do estado, onde há desnível de 300 metros, será preciso um bombeamento constante, além de construir estações elevatórias. O que vai ser gasto para trazer essa água poderia ser investido na despoluição da Billings”, alertou Bocuhy. De acordo com Bocuhy, a capacidade de armazenagem da Billings é tão grande que poderia abastecer a região metropolitana por um ano, mesmo sem chuvas ou outra fonte de reabastecimento: “São Paulo tem um mar de água doce encravado no ABC e não acorda para isso. Hoje sofremos porque a represa está poluída, mas se houvesse interesse já poderia estar limpa” (MAYARA, 2014, p. 1)

- **Billings: a caixa d’água está suja**

Durante a crise hídrica, a Represa Billings foi chamada pelo então governador Geraldo Alckmin de “a maior caixa d’água de São Paulo” (SANT’ANNA, 2015). O manancial, no período da crise, chegou a ter armazenado 10 vezes a capacidade do Sistema Cantareira (SANT’ANNA, 2015). A Represa faz parte da bacia hidrográfica do Tietê, localizada na RMSP. Isto é, mais perto do que os sistemas Cantareira e São Loureço, ambos a mais de 70 km da capital paulista.

Mesmo a água estando perto, o nível de contaminação impede o seu uso. A represa se encontra degradada por esgoto residencial e industrial acumulado há décadas (LEITE, 2015)

desde a sua construção em 1969 — em razão de ocupação irregular em suas margens e, sobretudo, pela poluição do Rio Pinheiros que é revertido para desaguar seu esgoto sanitário no reservatório desde a década de 1940 (EMAE, 2019). O péssimo nível de oxigenação da água na represa e da enorme presença de metais pesados (LEITE, 2015) inutilizam a água para o tratamento em nível de abastecimento humano em sua parte.

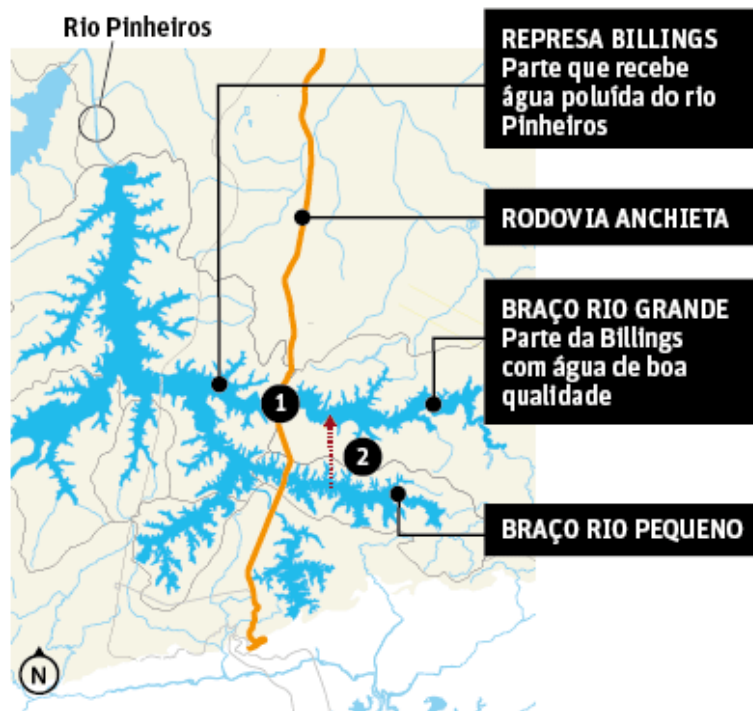
A Billings foi um reservatório que por muito tempo foi usado para receber afluente industrial, e o lodo no fundo da represa ainda tem uma concentração grande desses resíduos”, explicou o professor associado do departamento de engenharia hidráulica e ambiental da Escola Politécnica da USP, José Carlos Mierzwa (LEITE, 2015, p.1).

O Governo do Estado de São Paulo utiliza a Billings para abastecimento apenas nos pontos onde a represa é menos poluída, em seu braço leste chamado Rio Grande. No total, produz cerca de 4,7 mil l/s de água para abastecer 1,5 milhão de habitantes nos municípios de Diadema, São Bernardo do Campo e parte de Santo André. O Rio Pequeno também tem a água na mesma categoria (SABESP, 2017). Este lado é menos contaminado porque foi separado da parte oeste da Billings que recebe os afluentes do Rio Pinheiros. Essa divisão foi feita em 1973 utilizando a Rodovia Anchieta que funciona como uma barreira entre as águas. O governo estadual estudou transferir a água da parte poluída da Billings para o lado limpo. Mas a contaminação é tão alta que inviabiliza a depuração. A decisão, então, foi alimentar o Rio Grande com águas do Rio Pequeno a 4 mil l/s, conforme a Figura 17:

Figura 12 – Águas poluídas da Billings impedem sua utilização para consumo

MUDANÇA DE PLANOS

Gestão Alckmin desiste de jogar água poluída da Billings no Rio Grande

**O QUE ERA PLANEJADO**

1 O governo do Estado pretendia instalar bombas para empurrar a água da represa Billings para o sistema Rio Grande. A água passaria por baixo de um trecho da rodovia Anchieta, que divide as duas barragens, e seria tratada junto com a água do sistema Rio Grande

**O PROBLEMA**

O custo para tornar potável essa água seria muito alto. Quanto mais poluída é a água, mais caro é o seu tratamento

**NOVO PLANO**

2 Agora, o governo pretende acelerar a ligação do Rio Pequeno, outro braço limpo da Billings, com o Rio Grande, usando uma adutora capaz de levar 2.200 litros/s. Antes prevista para 2017, a obra deve ficar pronta este ano

Como o Rio Grande conta com água Classe 2, menos contaminada, em 2015 o governo resolveu interligá-lo com o Sistema Alto Tietê – que estava com os níveis baixos em razão da estiagem. Foram instalados 22 km de tubulação de superfície que levou 4 mil l/s às Estações de Tratamento. Em 2016 a Sabesp iniciou o bombeamento das águas do rio Pequeno para o Rio Grande, de forma a aumentar a sua capacidade, que passou a alimentar não apenas o ABC, mas também o Sistema Alto Tietê (SABESP, 2017).

A capacidade total de vazão da represa Billings pode ser de até 157 mil l/s dependendo do nível de chuvas – porém, essa vazão é voltada apenas à geração de energia elétrica na Usina Henry Borden (que não depende da qualidade da água para produzir energia). No que se refere à capacidade de armazenamento, a Billings é maior do que todo o Sistema Cantareira: 1,3 trilhões de litros e 1,2 trilhões de litros, respectivamente (SABESP, 2017). A título de comparação, a RMSP necessita de cerca de 73 mil/s de água tratada para abastecer sua população. A vazão do Cantareira é de cerca de 33 ml/s (SABESP, 2014) e, como citado anteriormente, a vazão da Billings (sem tratamento para a produção de energia apenas) é de até 157 mil l/s (EMAE, 2016).

De acordo com Virgílio Alcides de Farias, advogado ambientalista e membro do Movimento de Defesa da Vida do ABC, o artigo 3º da Lei Específica da Billings, de julho de 2009, prevê a utilização da represa para a produção de água à RMSP, garantindo sua qualidade e quantidade: “A Billings é mais do que suficiente para a demanda atual. O problema é que o estado não fala nada porque ele é o poluidor da represa na figura da Sabesp e Emae” (MAYARA, 2014).

Para Farias, é preciso acabar com o despejo de esgoto *in natura* no manancial e recuperar as nascentes, os córregos e rios e reflorestar as áreas de orla formando um cordão verde: “é preciso dar vida às nascentes e rios para que o ciclo da água volte a acontecer. É claro que há coisas que não se recuperam mais, como os assoreamentos”, explicou. De acordo com o advogado, a estimativa para despoluir a Billings é 15 e 20 anos (MAYARA, 2014).

O Programa Pró-Billings da Sabesp prevê, justamente, a despoluição da represa. O objetivo, segundo a companhia, é ampliar a coleta de esgoto para ser encaminhado para tratamento na ETE ABC. A Sabesp executou ligações secundárias e parte do Coletor-Tronco Couros, principal tubulação que levará o esgoto para a ETE ABC, na divisa de São Paulo com São Caetano do Sul. Porém, a atividade foi paralisada em razão da redução de investimentos em esgotamento sanitário durante a crise hídrica. O Programa só foi retomado mais de três anos depois, em 2017. O investimento total, que segue até 2020, é de US\$ 123 milhões, com recursos das Sabesp e financiamentos da JICA (Japan International Cooperation Agency) e do BNDES (SABESP, 2017, p. 45) — isto é, um investimento médio de US\$ 12,3 milhões ao ano.

- **Rios limpos poderiam ter evitado a crise hídrica**

Para obter um cálculo mais preciso sobre o pico do déficit durante o período da crise

hídrica, foi solicitado informações à Sabesp por meio da LAI - Lei de Acesso à Informação. O objetivo foi saber quantos mil litros por segundo de água foi retirado de todos os Sistemas de Armazenamento de Água geridos pelo SABESP – em média, mês a mês – nos meses em que ocorreu a crise hídrica em São Paulo (janeiro de 2014 a março de 2016). O pedido era que as informações fossem de todos os principais sistemas: 1 - Cantareira; 2 - Alto Tietê; 3 - Guarapiranga; 4 - Cotia; 5 - Rio Grande; 6 - Rio Claro; 7 - São Lourenço. Em resposta a esta pesquisa, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) afirmou que a crise gerou uma queda de 71 mil litros por segundo (l/s) em janeiro de 2014 para 50 mil l/s em fevereiro de 2015. O que representa um pico de decréscimo de até 30% da retirada de água. Isto é, um déficit máximo de 21 mil l/s no período. O Sistema Cantareira, mais gravemente impactado, foi o que recebeu maior atenção, sendo que sua contribuição para o abastecimento da metrópole apresentou queda de 56% na produção de água – de 33 mil l/s no início da crise para 14 mil l/s, em março de 2015 (déficit de 19 mil l/s). Todos estes dados forma obtidos pela LAI.

Segundo a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), se os dois rios mortos, Pinheiro e Tietê, estivessem limpos, gerariam cerca de 50 mil l/s de água tratável (ABDIB (2017)) que poderia ser utilizada para abastecimento. O volume cobriria o mencionado pico do déficit de vazão de 21 mil l/s:

A modelagem deverá ser realizada com base em condições estipuladas por um termo de referência da Emae e oferecer as soluções para viabilizar a melhoria gradativa da qualidade da água do canal Pinheiros, permitindo, em etapas, a possibilidade de bombear até 50 m³/s de água classe 2 para a represa Billings, de acordo com Resoluções Conama 357/2005 e 430/2011. Cumpridos tais parâmetros, os recursos hídricos poderão ser destinados para consumo humano após tratamento convencional, para proteção das comunidades aquáticas e para atividades de recreação como natação e mergulho (ABDIB, 2017)

Ainda de acordo com as informações obtidas pela LAI, o deficit médio no período, entre o início e o fim da crise, foi 14,2 mil l/s. Em uma perspectiva mais conservadora, o próprio governo do Estado de São Paulo calcula que o potencial de utilização da represa Billings (com vazões revertidas do rio Pinheiros, se despoluído), geraria entre 7 e 9 mil l/s de água bruta, tratável para abastecimento. Isto é, neste cenário, seria possível mitigar até 63,3% do deficit médio de vazão.

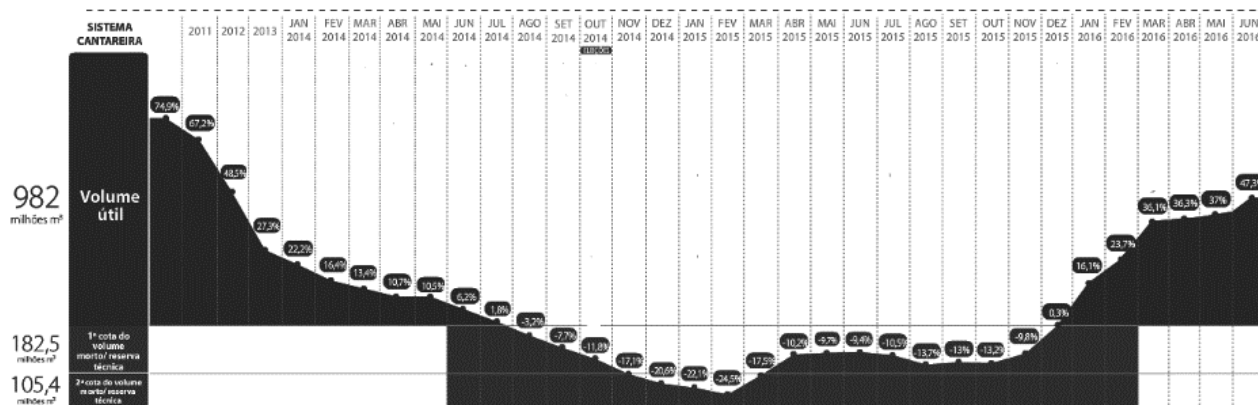
Em outras palavras, se estes dois mananciais estivessem limpos, provavelmente seria possível desde amenizar a crise até também produzir para além do que faltou durante a estiagem. Talvez, sequer seria necessário utilizar o volume morto do Cantareira e não haveria crise hídrica.

- **A saída do volume morto**

Em março de 2015 a segunda cota do volume morto é recuperada. Porém, a Sabesp ainda depende da primeira cota do volume morto para garantir o abastecimento de 5,4 milhões

de pessoas atendidos pelo Cantareira na RMSP. Desde então o sistema passou a oscilar dentro da faixa da primeira cota do volume morto por 9 meses, segundo Figura 17 (IDS; IEEUSP, 2016) adaptada pelo autor. Em dezembro o Sistema consegue recuperar as duas cotas do volume morto e volta a operar apenas com o volume útil (LEITE, 2015).

Figura 13 – Variação de volume do Sistema Cantareira



Fonte: elaborado pelo autor a partir de infográfico de IDS e IEEUSP (2016)

• O Calvário do Tietê

O Tietê foi muito mais poluído na década de 1990 do que na década de 2010. O rio ainda continua em nível 4 (morto) em uma grande extensão de 122 km. Em 1991, a poluição chegou a dominar 530 km do antigo manancial urbano. Os trechos poluídos do Tietê não podem ser usados para nenhuma atividade humana como recreação, irrigação agrícola ou mobilidade hídrica. Porque há ausência de vida aquática e não há oxigênio na água. No entanto, ela ainda está 51 km maior do que no seu melhor momento durante a crise hídrica de 2014 – quando a extensão poluída era de 71 quilômetros. Naquele ano, houve redução nos investimentos em esgotamento sanitário por causa dos custos das novas obras consideradas emergenciais para reduzir a crise hídrica (SOSMA).

A ONG SOS Mata Atlântica acompanha o retrato da qualidade da água e a evolução dos indicadores de impacto do Projeto Tietê. A iniciativa foi lançada em 1992 com financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

De acordo com a ONG, a ideia do projeto Tietê começou com a Rádio Eldorado que lançou um programa produzido em parceria com a BBC de Londres. A matéria foi ao ar ao vivo simultaneamente nos dois países com dois repórteres. Um, na Inglaterra, navegava no despoluído Rio Tâmisa e o outro no degradado Rio Tietê. Os repórteres trocaram impressões ao vivo:

[...] certamente sem saber, [os jornalistas] mexeram fundo com um sentimento adormecido no interior de milhares de ouvintes que acompanhavam atentamente a matéria. A reação foi impressionante. Uma enxurrada de telefonemas, telegramas e cartas inundou a emissora com ideias, projetos, manifestações de apoio e ofertas de todo o tipo, demonstrando que o sonho de ressuscitar o Tietê estava mais vivo do que nunca e que muita gente estava disposta a trabalhar por isso. Diante dessa receptividade, a Eldorado não deixou a água parar. Abriu seus microfones para todos os que tivessem algo a dizer para salvar o Tietê, e o resultado foi uma maré crescente de entusiasmo e mobilização (SOSMA, 2018, p. 1).

A partir daí a Fundação SOS Mata Atlântica criou o Núcleo União Pró-Tietê. A meta inicial era coletar um milhão de assinaturas para pressionar o poder público. Foi o maior abaixo-assinado realizado no País até então e chegou a 1,2 milhão de assinaturas. O resultado foi, com a pressão popular, a criação do Projeto Tietê pela Sabesp.

- **Recuperação lenta do Rio Tietê**

O Projeto Tietê está há 26 anos tentando despoluir o Tietê e ainda não conseguiu melhorar a qualidade da água no trecho urbano do rio. Mas, desde então, além da redução da poluição fora do trecho urbano, também houveram avanços no tratamento dos esgotos na Região Metropolitana de São Paulo. Por exemplo, foram instalados 4.400 quilômetros de tubulações para a coleta e tratamento dos esgotos. Em 2017, o destaque do Projeto Tietê, em sua terceira etapa, foi a conclusão da primeira fase das obras de ampliação da ETE Barueri, uma das maiores ETES da América Latina. A capacidade da ETE foi de 9,5 m³/s para 12m³/s, passando a tratar o esgoto de mais 1,6 milhão de pessoas. Com isso, a capacidade instalada do sistema de tratamento da RMSP passou para 20,5 m³/s. O trabalho permitiu avanços nos índices de esgoto: o de coleta passou de 70% para 87% e o de tratamento saiu de 24% para 70%. Na Marginal Tietê, próximo à Ponte da Casa Verde, há obras subterrâneas para a construção de uma tubulação de grande porte e que levará os esgotos de 740 mil pessoas até a estação de tratamento de esgotos Barueri. São 7,5 quilômetros de tubos a cerca de 17 metros de profundidade. Nessas duas décadas e meia a Sabesp investiu US\$ 2,8 bilhões (SABESP, 2017)

- **Sabesp reduz investimento no Projeto Tietê após crise**

O lucro da Sabesp em 2016 foi de quase R\$3 bilhões, uma alta de 449,5% na comparação com 2015 (SABESP, 2017). O investimento na despoluição do Rio Tietê passou de R\$ 378 milhões em 2015 para R\$ 342 milhões em 2016, uma redução de 9,52%. Os dados foram obtidos pela Globo News por meio da LAI - Lei de Acesso à Informação em abril de 2016 e foram disponibilizados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Figura 14 – Queda no Investimento no programa de despoluição do rio Tietê

	Lucro da Sabesp (em milhões R\$)	Investimento no programa de despoluição do rio Tietê
2014	903	516
2015	536	378
2016	2.947	342

(GLOBO NEWS, 2017)

O lucro anterior, de 2015 para 2016, também foi grande e cresceu 450%. O dinheiro destinado pela Sabesp ao programa de despoluição do rio Tietê em 2016 foi também o menor registrado em cinco anos. Desde 2012, não se investia tão pouco nesse programa (GLOBO NEWS, 2017). Por meio de nota, a Sabesp informou que,

“o investimento no Projeto Tietê tem sido constante [...] Os resultados são evidentes: a mancha de poluição no Tietê recuou de 530 km, em 1992, para 137 km, em 2016, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica. Isso é fruto das ações do projeto”, diz o texto. “Quanto ao lucro, a Sabesp investiu R\$ 3,9 bilhões em diversos programas em 2016, incluindo o Projeto Tietê, valor muito acima do lucro obtido no período - R\$ 2,9 bilhões”, conclui a Sabesp (GLOBONEWS, 2017, p. 1)

A Sabesp não informa na reportagem a quais programas ela se refere e nem se estão relacionados aos custos das novas obras para a captação de água como, por exemplo, a construção do Sistema São Lourenço. Talvez uma das ações seja o Programa Rio Limpo. Nessa ação, a Sabesp é responsável por diagnosticar despejos clandestinos de esgotos, executar prolongamento de redes, coletores e ligações de esgoto, monitorar a qualidade de água dos córregos despoluídos e realizar a manutenção e adequação das redes existentes quando detecta as anomalias. Por sua vez, a prefeitura atua na desocupação de áreas irregulares, faz o cadastramento de famílias em programas de moradia e multa imóveis que não estejam ligados às redes (SABESP, 2017). Porém, em 10 anos (entre 2006 e 2016) a companhia investiu em média por volta de R\$ 25 milhões por ano — o que foi insuficiente para uma cidade com mais de 27 milhões de habitantes e que está ainda muito longe de universalizar o tratamento de esgotos (SABESP, 2017, p. 44). Esse valor médio anual do Programa Rio Limpo equivale a apenas 2,7%, 4,6% e 1,2% dos lucros da empresa em 2014, 2015 e 2016.

- **Universalização distante: 68% do esgoto sem tratamento**

Segundo a World Water Development Report 2014, relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 80% da água usada no mundo – e mais de 90% nos países em desenvolvimento – não é coletada e nem tratada. Resumidamente, 36% da população mundial, cerca de 2,5 bilhões de pessoas, vivem sem saneamento adequado, o que é a provável

causa da morte de mais de 1,5 milhão de crianças com menos 5 anos no mundo todos os anos (ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2014).

De acordo com dados oficiais da Sabesp, no ano que iniciou a crise hídrica em 2014, a coleta de esgotos na RMSP era 84% e apenas 68% desse montante era tratado. Em seu Relatório de Sustentabilidade, a companhia prometia nos anos seguintes aumentar em 16% (chegando a 84%) o tratamento da fração do esgoto que era coletado. O que, segundo a companhia, beneficiaria 3 milhões de pessoas (SABESP, 2014). Isto é, 16% da população (3 milhões de pessoas) não contavam com o tratamento do esgoto (dentro da cota dos 84% coletada) no período. O número total de esgoto não tratado em relação a todo o esgoto produzido (coletado e não coletado) não é disponibilizado pela Sabesp. A companhia só divulga a porcentagem do tratamento do que é coletado.

O engenheiro José Eduardo W. de A Cavalcanti, autor do livro “Manual de Tratamento de Efluentes Industriais” (CAVALCANTI, 2014), questiona os dados oficiais de tratamento de esgoto na RMSP. Em artigo no site do Instituto de Engenharia de São Paulo, o especialista afirma que o tratamento de esgoto na RMSP está muito distante da universalização. E ressalta que o quadro se repete praticamente em todo o Brasil, sendo raras as cidades que possuem sistema de esgotos com tratamento para suprir a demanda. Segundo Cavalcanti, o real percentual oficial de esgotos tratados e os números apresentados muitas vezes não correspondem à realidade – o que pode induzir a erros de planejamento e subestimar a verdadeira dimensão do problema. Para Cavalcanti existem vários índices para medir o percentual de esgoto tratado de uma cidade, sendo o mais comum aquele que relaciona esgoto tratado com esgoto coletado (como faz a Sabesp), “o que induz a interpretações equivocadas [...] uma vez que a maior parte do esgoto gerado não é coletada em rede de esgotos que se encaminha à uma depuradora (ETE)”, explica. O engenheiro então estima que apenas 32% do esgotamento sanitário da RMSP era tratado em plena crise hídrica:

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento – SNIS, na RMSP, o percentual de esgoto tratado em relação ao volume coletado atinge atualmente [em 2014] cerca de 62% e com um índice de 80% de esgoto coletado. Entretanto, uma melhor estimativa destes percentuais poderia ser feita a partir do estabelecimento de um balanço hídrico delineado da seguinte forma: A Região Metropolitana de São Paulo com uma população de 19,7 milhões de habitantes (2010) trata atualmente em suas 5 estações de tratamento (Barueri, ABC, Novo Mundo, São Miguel e Suzano) 15,7 mil l/s (média de 2010), ou o equivalente a 7,5 milhões de pessoas, de acordo com medições da carga orgânica realizadas no esgoto afluente à cada ETE. Em termos de vazão, o percentual tratado seria de 32%, considerando uma geração de esgotos de 49,6 mil l/s estimado com base na produção de água tratada de 67 mil l/s levando-se em conta o percentual, medido pela Sabesp, de 26% de perdas físicas de água tratada. Estas estimativas não levam em conta, contudo, a parcela de água captada do sub solo, estimada em 10 mil l/s, principalmente pelas atividades agrícola e industrial. (Parte desta água é oriunda do aquífero freático, cuja recarga parece em grande parte ser suprida pelas perdas de água oriundas do sistema adutor metropolitano, uma vez que tem sido constatado que não há ocorrência da variação de nível de água do aquífero na região). Se, entretanto, a base de cálculo for a população da RMSP, o percentual tratado atingiria 38%. Todavia, este número também agrega parte dos despejos industriais

pré-tratados e a parcela correspondente à poluição difusa lançada na rede. Por esta razão o percentual obtido pelo balanço hídrico (32%) parece ser o mais realista no âmbito das duas bases apresentadas (grifo nosso) (CAVALCANTI, 2014).

Isto é, se o percentual tratado chegasse a apenas 32%, o déficit de tratamento seria de 68%. Cavalcanti lembra que estes dados revelam a quão alta é a carência de tratamento de esgotos na maior cidade do Brasil o que “remete a necessidade de se encetar esforços no sentido de se elevar a capacidade de tratamento e principalmente estender a rede de coleta e ligações prediais”. Por mais paradoxal que possa parecer, o engenheiro afirma que a maior parte dos sistemas de tratamento existentes na cidade operam com ociosidade 12,8%. Isto é, durante a crise hídrica, aumentar a coleta ainda seria mais urgente do que a capacidade de tratamento. A Sabesp reduziu em 55% os investimentos em saneamento do esgotamento sanitário no período da crise, alegando priorizar investimentos em obras para a produção de água potável.

- **Sabesp reduz o investimento em esgotamento sanitário**

Os repórteres Fabio Leite e Stefânia Akel do *O Estado de São Paulo* revelaram em abril de 2015 que a Sabesp iria investir 55% menos recursos em esgotamento Sanitário. A queda nos lucros em razão do investimento na produção da água potável foram os dois principais argumentos utilizados pela companhia. O balanço financeiro da Sabesp de 2014, divulgado uma semana antes da reportagem, apontou uma redução de R\$ 1 bilhão no lucro da companhia, em comparação com 2013 (LEITE e AKEL, 2015). Na reportagem, de acordo com o diretor econômico-financeiro da Sabesp, Rui Affonso, “o plano de investimentos da companhia foi ajustado com o objetivo de antecipar os investimentos em água concentrados nos próximos dois anos [2016 E 2017] e aumentar, a curto e médio prazos, a segurança hídrica na região metropolitana”. Conforme os repórteres:

Entre as obras mais importantes estão a que vai levar água da Represa Billings para o Alto Tietê, prevista para julho [de 2015], e a transposição da Bacia do Rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira [...] Ambientalistas reclamam da medida. “Não dá para ter uma distância tão grande entre universalizar a água e cuidar do esgoto, que transmite doença e degrada nossos mananciais”, disse Marussia Whately, do Instituto Socioambiental. “Temos visto muito investimento em água e pouco em esgoto. Essas duas coisas precisam andar juntas.” Só neste ano [2015], a previsão é aplicar R\$ 1,5 bilhão, 16% a mais do que o R\$ 1,3 bilhão investido em 2014, quando começou a crise no Cantareira. Por outro lado, os recursos para coleta e tratamento de esgoto cairão 55,7%, de R\$ 1,9 bilhão, no ano passado [2014], para R\$ 843 milhões neste ano [2015]. [...] Segundo Affonso, o objetivo do ajuste é “preservar a sustentabilidade econômico-financeira” da companhia (LEITE; AKEL, 2015, p. 1)

- **Revitalização de rios é possível**

Desde 2000, a política na União Europeia é bastante rígida com a limpeza de seus rios. Isso acelerou o processo de despoluição em vários deles. O Sena, em Paris, considerado morto

em 1960, no século XX passou a ter mais de 30 espécies de peixes. Uma das curiosidades é que os Franceses começaram a limpar o rio em 1920, um pouco antes do projeto de Saturnino de Brito de limpar o Rio Tietê. O que demonstra que Brito tinha uma visão atualizada de acordo com a sua época. Porém, foi só em 1960 que os franceses investiram o suficiente para a revitalização do local, construindo estações de tratamento de esgoto. Quem se atreve a poluí-lo pode pagar multa de €100 milhões. Por outro lado, há um incentivo entre €100 e €150 por hectare para que agricultores que vivem às margens do rio não o poluam (HAYDÉE, 2016).

O Tâmesa, em Londres, já foi símbolo de rio imundo. No século XX passou a ser exemplo de recuperação seguido por muitos países. Por conta da falta de saneamento básico na Inglaterra houveram muitas mortes por cólera. Em 1858 reuniões parlamentares precisaram ser suspensas por conta do mau cheiro das águas, foi quando o rio ganhou o apelido de “O Grande Fedor”.

Nos Estados Unidos também há casos assim. No entorno do principal rio de Chicago, a prefeitura está construindo ciclovias e calçadas e estimulando os passeios de barco, uma das principais atrações turísticas locais (HAYDÉE, 2016). Para a limpeza do Rio Cuyahoga, na cidade de Cleveland (Ohio – EUA), foram necessários US\$ 3,5 bilhões. O grande curso d’água tem 160 km de extensão e, depois de limpo, passou a ter abundante vida aquática e observou-se o retorno de inúmeros animais silvestres. Antes, o esgoto residencial e industrial havia deixado o rio morto. Porém, em 1970, com o Ato Nacional de Proteção Ambiental e em 1972 com a criação do Ato Água Limpa, foi determinado que todos os rios do país deveriam ser apropriados para a vida aquática e para o lazer humano.

Já a cidade de Lisboa investiu € 800 milhões em obras de tratamento de esgoto para conseguir limpar o Rio Tejo, que é o maior rio da Europa ocidental. O projeto de despoluição se iniciou com a criação da Reserva Natural do Estuário do Tejo em 2000. Em 2016 até golfinhos são vistos saltando nas águas do rio lisboeta (HAYDÉE, 2016).

No Brasil, ironicamente, os rios urbanos com água em classe 4 (poluição máxima), não são protegidos pelas leis ambientais de proteção dos mananciais. Isso porque não são mais considerados rios. De acordo com a ambientalista Malu Ribeiro, da ONG SOS Mata Atlântica, é “urgente aprimoramento da norma que trata do enquadramento dos corpos d’água, excluindo os rios de classe 4 da legislação brasileira – na prática, essa classe permite a existência de rios mortos”, explica (SOSMA, 2018)

De acordo com o arquiteto Delijaicov (1998), apesar de ser uma ação fundamental realizar o saneamento, o problema vai além de limpar o Tietê,

Dois dos arquitetos urbanistas que trabalharam em Dock Lands na recuperação do Tâmesa, em Londres, estiveram em São Paulo, no início dos anos 90, e a reportagem do Jornal da Tarde levou-os ao rio Tietê. Eles disseram: “limpar não é difícil, o problema é renovar a paisagem. Esse é o grande desafio”. Despoluir as águas dos rios é mais fácil do que reconstruir a paisagem da orla fluvial e modificar o caráter das marginais. A paisagem é muito feia, desagradável de se estar. O rio Tietê e seus afluentes principais se destacam, potencialmente, como importantes eixos de desenvolvimento urbanístico

da cidade de São Paulo. Ramificações do Parque do Tietê. Conjunto de parques lineares, fluviais, com a vegetação necessária para o conforto do ambiente urbano. E a navegação fluvial urbana é fundamental para a reestruturação do desenho da metrópole. (DELJIACOV, 1998, p. 28)

- **Preservar ou recuperar a Billings?**

De acordo com o Instituto Socioambiental, em Nova Iorque, durante a década de 1990 foi feita uma avaliação comparando os custos de tratamento da água em dois cenários: um, organizando a ocupação das áreas de mananciais de maneira controlada e, assim, continuando expandir as áreas urbanas criando novos represamentos; outro em que as áreas estratégicas para a produção de água seriam reflorestadas e protegidas como prioridade. O segundo cenário, mais viável do ponto de vista ambiental e econômico, foi implementado pelo então chefe do departamento de águas da cidade, Albert Appleton. O gestor apostou na recuperação ampla das florestas no entorno dos mananciais e iniciou um trabalho contínuo de conscientização da população e de empresas, tanto para economizarem como também para deixarem de poluir. Os fazendeiros, por exemplo, foram incentivados, financeiramente, para conservarem a região (CARVALHO, 2016). Porque, no primeiro caso, investir na construção de novos reservatórios e permitir novas construções urbanas próximas dos mananciais era muito mais caro e arriscado do que preservar e reflorestar. A cidade, então, implantou o Programa de Aquisição de Terras que triplicou as áreas protegidas. Os investimentos para tal vieram dos Departamentos de Saneamento e da Prefeitura de Nova Iorque (WHATELY; SANTORO; TAGNIN, 2008).

Segundo Appleton, a cidade nunca mais teve escassez de água nos períodos de estiagem e a cidade conta com uma das águas mais limpas dos Estados Unidos. Mesmo com o crescimento de 13% da população, o consumo caiu em um terço. O plano custou um décimo do projeto rival que tinha todas as ideias assentadas em novas obras. Appleton critica a ideia de que a solução sempre deveria estar em águas distantes como, por exemplo, acontece para abastecer a RMSP. O projeto realizou poucas obras de adução para potencializar o que estava disponível, o que se tornou uma ideia muito barata e competitiva. Em entrevista à Revista *Época Negócios*, o norte-americano fala sobre a experiência nos EUA:

A indústria é enviesada, prefere as soluções que envolvam obras. Mas, uma vez que fizemos as análises, elas não se sustentaram. O ponto central da nossa argumentação era o custo-benefício. Se você pode gastar US\$ 1 para economizar 1 litro de água ou US\$ 10 para buscar 1 litro de água mais distante, o que vai preferir? Quando conservamos a água, é como se criássemos um novo reservatório para a cidade (CARVALHO, 2016).

Para resumir a síntese histórica da crise hídrica inserimos uma cronologia com os principais fatos e eventos ocorridos no período (conferir APÊNDICE A).

3.2 VISÕES AMBIENTAIS NA ESFERA PÚBLICA

3.2.1 A ideologia da sociedade industrial inaugura a ecologia superficial.

Em *A ideologia da sociedade industrial* Herbert Marcuse denuncia, em 1964, os aspectos totalitários tanto do socialismo soviético quanto do capitalismo ocidental. Esse domínio total de ambas as sociedades passava pelo predomínio de uma *razão técnica* (operacional) que, alegando estar desmistificando a realidade, extinguiu toda capacidade de mediação da razão em relação à realidade empírica. Assim, todo pensamento das sociedades industriais avançadas (caracterização que une tanto o capitalismo como o comunismo de sua época) seria pautado por uma imediaticidade que racionalizava o irracional.

A saída, para o autor, seria a Grande Recusa que conscientemente só poderia se desenvolver com o pensamento negativo da teoria crítica - em contraposição aos pensamentos positivista e neopositivista que predominavam na academia (MARCUSE, 1969, p. 235).

Marcuse propunha que deveria ser criada uma nova ciência e uma nova técnica, além da antropocêntrica, que não lançasse um olhar para a natureza tanto quanto para o homem como sendo estes meros objetos:

O pensamento de Marcuse, entre outros que questionaram a chamada “hegemonia” da *razão técnica*, inspirou fortemente os primeiros movimentos ambientalistas nos anos 1970 e 1980. Porém, já nos anos 1990, surgiu uma tendência contemporizadora, que buscava um consenso na resolução dos problemas ambientais baseado na técnica, sem “extremismos” que alegadamente só desencadeiam reações negativas e resistência, tendência promovida, segundo Layrargues, especialmente pelo empresariado (LAYRARGUES, 1998, p. 211)

Por ter adquirido recentemente enorme expressividade, (o ambientalismo) sofreu o golpe da dominação ideológica do sistema hegemônico, representado pela ideologia da racionalidade econômica. Teve seu ideário absorvido, reelaborado, contaminado e devolvido à sociedade, no sentido literal do termo, como um produto mercadológico [...] Retirando da pauta de discussão justamente a crítica ao modelo de desenvolvimento convencional predatório-perdulário da sociedade industrial, e substituindo-a pela valorização do mito tecnológico, o ambientalismo empresarial não veio somar esforços ao ecologismo, e sim desestruturar seu núcleo estrutural (LAYRARGUES, 1998, p.220)

Dessa maneira, o poder da *razão técnica* também absorveu o discurso ambiental, o que se convencionou denominar de ecologia superficial, antropocêntrica, em contraponto ao pensamento ecológico sistêmico que crescia até então. O último foi considerado “radical” demais para ser aceito pelo mundo-sensível, dominado pela ideologia da sociedade industrial. O primeiro cresceu. E colocou o meio ambiente, definitivamente, na pauta do debate público e midiático – mais em harmonia com a ideologia da sociedade industrial do que com sua origem revolucionária.

A ecologia profunda (CARVALHO JUNIOR, 1999), considera os sistemas como totalidades integradas, cujas as propriedades não podem ser reduzidas àquelas de unidades menores. Isto é, todo e qualquer organismo – desde a menor bactéria até os seres humanos, passando pela

imensa variedade de plantas e animais – é uma totalidade integrada e, portanto, um sistema vivo. O que se preserva em uma região selvagem não são árvores e os organismos individuais, mas uma teia complexa da relação entre eles (CARVALHO JUNIOR, 1999). Alphandéry, Bitoun e Dupont (1992), afirmam que a ecologia não é – e não deveria ser – uma forma renovada de humanismo. Trata-se de uma perspectiva cultural revolucionária. Uma transformação completa nos modos de apreensão e ação no mundo, baseada, em última instância, “naquilo que se convencionou nominar de abordagem sistêmica”. Sobre essa abordagem, afirmam os autores:

Acusando os antigos saberes de reducionismo, [a abordagem sistêmica] quer fornecer, através de conceitos comuns como informação, energia, de ordem e desordem, de complexidade e auto-organização, de feedback, de regulação e entropia, uma visão global que abrangesse a unidade dos mecanismos fundamentais da natureza, do homem e da sociedade (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992, p. 79)

Dentro da perspectiva da abordagem sistêmica, surge o conceito de ecologia profunda, postulado por Capra (1982):

A nova visão da realidade é uma visão ecológica no sentido que vai muito além das preocupações imediatas com a proteção ambiental. Para enfatizar esse significado mais profundo da ecologia, filósofos e cientistas começaram a fazer a distinção entre “Ecologia Profunda” e “ambientalismo superficial”. Enquanto o segundo se preocupa com o controle e a administração mais eficiente do meio ambiente natural, em benefício do homem, o movimento do primeiro exigirá mudanças radicais em nossa percepção do papel dos seres humanos no ecossistema planetário (CAPRA, 1982, p. 402).

De acordo com Capra (1982), a estrutura filosófica da Ecologia Profunda não é inteiramente nova e existe ao longo da história humana, inclusive nas tradições espirituais. Como, por exemplo o taoísmo, uma das mais profundas sabedorias ecológicas, ao enfatizar a unicidade fundamental e dinâmica de todos os elementos e os fenômenos da natureza. Havia filosofias semelhantes a essa como a de Heráclito, na Grécia antiga. Mais tarde o místico São Francisco de Assis disseminou pontos de vistas profundamente ecológicos causando uma mudança radical na perspectiva judaico-cristã do conceito relacional entre o homem e a natureza. Filósofos clássicos e contemporâneos como Baruch Spinoza e Martin Heidegger também refletiram sobre a natureza unificada – com sistemas de vida que existem de forma intersubjetiva, interdependente, entrelaçada, interconectada e intercolaborativa.

O pensamento ecológico contemporâneo apresenta uma distinção fundamental entre os ecologistas superficiais (os ambientalistas) e os ecologistas em profundidade. Os ambientalistas aceitam a estrutura intelectual da sociedade industrializada, e é nesse contexto que tentam resolver os problemas ambientais, à medida que surgem (CARVALHO JUNIOR, 1999); para os ecologistas em profundidade, não é possível resolver tais problemas se os sistemas de valores não mudar. Para eles, a nossa civilização tomou o rumo errado (CARVALHO JUNIOR, 1999).

O norueguês Arne Naess (1984, p. 257), elaborou uma lista de tópicos que diferenciam ambas as posturas:

Quadro 3 – textbfDiferenças entre ecologia superficial e ecologia profunda

Visão de Mundo	Ecologia Profunda
Domínio da Natureza	Harmonia com a Natureza
Ambiente natural como recurso para os seres humanos	Toda a Natureza tem valor intrínseco
Seres humanos são superiores aos demais seres vivos	Igualdade entre as diferentes espécies
Crescimento econômico e material como base para o crescimento humano	Objetivos materiais a serviço de objetivos maiores de autorealização
Crença em amplas reservas de recursos	Planeta tem recursos limitados
Progresso e soluções baseados em alta tecnologia	Tecnologia apropriada e ciência não dominante
Consumismo	Fazendo com o necessário e reciclando
Comunidade nacional centralizada	Biorregiões e reconhecimento de tradições das minorias

Fonte: Naess (1984)

3.2.2 Humanos x natureza: a pluralidade de visões sobre o meio ambiente.

3.2.3 Ética, macroética, antropoética e holoética

Como base para este capítulo, o autor desta pesquisa investigou com seu orientador na época as relações entre éticas e visões ambientais contemporâneas no artigo *Holoética: paradigma para uma cidadania planetária descentralizada* (OLIVEIRA; SILVA, 2015). De acordo com os autores, as diversas visões sobre as condições ambientais contemporâneas são mais do que pontos de vista e precisam ser debatidas pela perspectiva da ética⁴⁵.

⁴⁵ A ética faz parte do discurso teórico (ética discursiva), em contraponto à moral, o discurso na prática. A ética pode ser encontrada sob a forma de enunciados, por sua vez dispostos em suportes midiáticos (códigos escritos, por exemplo). A moral não é escrita, mas inscrita, é a própria fundamentação dos costumes. A moral é uma categoria universal, seja entendida como um *a priori*, seja compreendida como uma construção processual e estadal. A moral pode constituir-se num *ethos*, uma vez relativizada ao conjunto de valores de uma certa cultura

Com a globalização e conectividade planetária, ética, moral e contextos redimensionam-se em função da fluidez de fronteiras, tempo e espaço. Das navegações do século XVI às navegações virtuais do século XXI, a Humanidade tem experimentado tanto o diálogo intercultural, quanto o estranhamento do outro e até a sua rejeição. Inegável, no entanto, que o *mundo da vida* tenha sido mais rico em termos de trocas e ultrapassagens de fronteiras do que o *mundo sistêmico*, limitado pela rigidez de suas estruturas econômicas e políticas, por mais que seja também uma realidade a integração por meio de blocos geopolíticos, à frente de todos, a União Europeia. (OLIVEIRA; SILVA, 2015, p. 114)

Os estados-nação, embora ao longo do tempo tenham conquistado avanços em termos de gestão política, administrativa e econômica, trazem, ao mesmo tempo, dificuldades para o desenvolvimento em termos de direitos humanos e, entre esses, o reconhecimento de sua universalidade e de sua relação com o meio ambiente.

Do ponto de vista do desenvolvimento de uma ética voltada aos seres humanos, novos paradigmas surgem como antecipação utópica e, muitas por vezes, apenas discursiva. Neste contexto, o filósofo alemão Karl Apel (1994) previu a necessidade de uma “macroética universal e planetária”, para além das fronteiras remanescentes dos estados-nação (“mesoética”) e sem prejuízo de contextos igualmente remanescentes das pequenas nações e até mesmo clãs (“microética”). Mas as dificuldades do diálogo entre as diferentes éticas são complexas e enfrentam grandes dificuldades para serem convencionadas,

É possível propor e justificar uma norma ética básica, que gera para cada indivíduo o dever de, em todas as questões, em princípio, um acordo vinculatório com os outros homens e, posteriormente, ater-se ao acordo obtido; ou, se isto não for possível, pelo menos agir no espírito de um acordo antecipado? Esta exigência, no entanto, de maneira nenhuma está fundamentada, ou até satisfeita, pela simples menção do fato da convenção. (APEL, 1994, p. 91)

A visão de que a fragmentação do Planeta em guetos e grupos políticos, econômicos e religiosos fosse uma desarmonia irreversível tem sido superada tanto pela experiência como pela academia. Mesmo com guerras e conflitos, muitos tendo como origem essas diferenças, há muito mais casos de harmonia (de acordos tácitos ou formais) do que de conflitos na contemporaneidade. As mudanças, no entanto, não ocorrem de forma simultânea, linear e sem riscos de retrocessos:

As três éticas de Apel convivem – e poderão conviver sempre –, em distintos contextos, mas com um outro fator, típico ou não da modernidade ou mesmo da pós-modernidade: a sociogênese, isto é, a competência de as sociedades aprenderem, endogenamente e com as outras, o que não significa, necessariamente que sejam coerentes em matéria de acolhimento e justiça para com os de direito. (OLIVEIRA; SILVA, 2015, p. 114)

De acordo com Norbert Elias (1995), os processos históricos ocorrem por meio da interação entre as transformações no comportamento humano e nas estruturas de personalidade

ou mesmo de uma subcultura. Relativismo dentro do relativismo pode ser a moral circunstanciada a contextos mais recortados, como são as corporações (profissionais, desportivas, associativas etc). (OLIVEIRA; SILVA, 2015, 114)

dos indivíduos (psicogênese) e a emergência de teorias do desenvolvimento social, do desenvolvimento do estado e das nações (a sociogênese). A sociogênese foi um conceito muito refletido por Jürgen Habermas no sentido das capacidades das sociedades aprenderem umas com as outras. Para além do desenvolvimento econômico, social e humano poderíamos problematizar e nos questionar sobre em quais níveis estaríamos em nosso “desenvolvimento ambiental”.

O conceito de desenvolvimento sustentável é um importante sinal de que é possível, de fato, pensar na possibilidade concreta de que venha a se incorporar um saber coletivo e universal, uma ética para o gênero humano e para a cidadania planetária.

- **O futuro como imperativo categórico da ética.**

As bases de reflexão sobre a ética se mantiveram, tradicionalmente, na ação individual e na temporalidade do “aqui e agora”. Hans Jonas (2006) apresenta o imperativo categórico de Kant como um exemplo desta perspectiva imediatista: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.” Essa ética, presentificada, limitava a reflexão por uma perspectiva ética sobre o futuro:

O imperativo categórico de Kant era voltado para o indivíduo, e seu critério era momentâneo. Ele exortava cada um de nós a ponderar sobre o que acontecia se a máxima de sua ação atual fosse transformada em princípio da legislação geral: a coerência ou incoerência de uma tal generalização hipotética transformava-se na prova da minha escolha privada [...] O princípio não é aquele da responsabilidade objetiva, e sim o da constituição subjetiva de minha autodeterminação. O novo imperativo clama por outra coerência: não a do ato consigo mesmo, mas a de seus efeitos finais para a continuidade da atividade humana no futuro (JONAS, 2006, p. 48-49).

Kant buscava também um imperativo universal que não fosse hipotético, ou seja, que não dependesse de nenhuma condição. Assim, Kant formula o imperativo da seguinte maneira: “Age de tal modo que possas querer que o que fazas seja lei universal da natureza”. Seguindo o pensamento de Kant, as ações humanas deveriam ser realizadas e pensadas na perspectiva de se tornar uma lei universal. Em outras palavras, quando uma determinada ação alcança o status de universalmente aceita, passa a ser considerada uma norma moral – a ser racionalmente observada por todos.

Para Arendt (2007, p. 168), foi na fórmula de Kant – “Nenhum homem pode jamais tornar-se um meio para um fim, todo ser humano é um fim em si mesmo” – que o utilitarismo antropocêntrico do *homo faber* encontrou sua mais alta expressão. Por mais que a frase expresse um raciocínio-antídoto contra a ideia da exploração do homem pelo homem (como objeto de uso), a regra coloca os seres humanos como centro do planeta – a despeito de todos os seres que nele vivem. “Pois a mesma operação que faz do homem fim supremo, permite-lhe sujeitar, se puder, toda a natureza a esse fim” (ARENDRT, 2007, p. 169). De maneira que a degradação da natureza e do mundo como simples objetos meios, a produção acima da vida e da dignidade acaba por se legitimar. A destruição se naturaliza na mentalidade do *homo faber*.

Em contraponto ao pensamento kantiano, Jonas propõe romper com a ética tradicional criando um novo imperativo: “Age de tal maneira que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica”, ou também reelaborado de forma negativa: “Não ponha em perigo a continuidade indefinida da humanidade na terra.” (JONAS, 2006, p. 47-48).

- **Responsabilidade pelos sistemas de vida (para além da espécie humana)**

Morin (2011), ao criar o conceito de antropeútica, ou seja, uma ética para o gênero humano e para a cidadania planetária, o elencou como um dos sete saberes necessários às gerações do futuro. Porém, trata-se de uma ética voltada estritamente aos seres humanos. Nisso cabe até mesmo a noção de Desenvolvimento Sustentável, que compreende um desenvolvimento mais consciente: no sentido de que, no presente, devemos estimular o desenvolvimento social e econômico se relacionando com o meio ambiente de modo que não comprometa a sobrevivência (humana) e qualidade de vida (humana) das gerações futuras?⁴⁶ Mesmo considerando um avanço, é preciso questionar quando o próprio conceito inicial de Desenvolvimento Sustentável não confere, na sua inteligência coletiva, a mesma importância a outras inúmeras espécies do Planeta. Ou, se passam a ser importantes, os seres humanos continuam com a visão de que o plano serve prioritariamente à manutenção de sua espécie (humana).

A expedição francesa Tara Oceans 2009-2013 navegou por todos os oceanos para estudar o plâncton e milhares de micro-organismos que vivem na superfície das águas. A pesquisa concluiu que esses seres são fundamentais para o equilíbrio sistêmico do planeta e produzem a metade do oxigênio da Terra. Os navegadores pesquisaram também a qualidade dos oceanos, a base da cadeia alimentar oceânica e a situação dos recifes no atual cenário de aumento da poluição. A conclusão dos estudiosos é que precisamos preservar “o sistema de vida como um todo” para nos preservarmos. Mas, como este sistema é maior e muito mais complexo biologicamente que as relações biológicas entre humanos, passa a não fazer sentido nos sentirmos, como humanos, superiores ao próprio ambiente em que estamos contidos. Logo, o meio ambiente não pode estar apenas em nosso favor (às futuras gerações). Nós também devemos — igualmente ou até prioritariamente — estar em favor do meio ambiente. A expedição também identificou um total de 40 milhões de genes – a maior parte desconhecida – presentes em mais de 35 mil

⁴⁶ O conceito clássico de desenvolvimento sustentável foi cunhado em 1987 na World Commission on Environment and Development (WCED) da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano e ainda é utilizado como principal referência para sua definição: “Desenvolvimento econômico e social que atenda as necessidades da geração atual sem comprometer a habilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.” A comissão é também conhecida como “Comissão Brundtland”, em menção a Gro Harlem Brundtland, coordenadora dos trabalhos e então Primeira-Ministra da Noruega. (BRUNDTLAND, 1987). Esta busca de equilíbrio entre o que é socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente sustentável é usualmente descrita em função da chamada “triple bottom line”, que congrega as dimensões ambiental, social, e econômica do desenvolvimento sustentável.

diferentes espécies. É importante ressaltar que tais espécies planctônicas habitam a superfície das águas, pouco se sabendo ainda sobre outras milhões de espécies pressupostas quanto a uma outra biodiversidade. Muitas habitam as profundezas marinhas ainda pouco conhecidas. Oliveira e Silva (2015) sugerem um denominação “Holoética” para abarcar uma ética para além dos seres humanos e que seja voltada aos sistemas de vida:

Holoética é o neologismo necessário no prosseguimento teórico e interdisciplinar com relação às ideias já adensadas nas concepções de macroética, de Karl Apel; de antropológica, de Edgar Morin; e de *ethos* mundial, de Leonardo Boff, de forma a se levar em conta um contexto em construção, cuja síntese – já midiaticizada –, é a de que um novo “horizonte ético” (TORO) terá de conceber o status de cidadão para cada ser plasmado no Planeta Terra e não somente os seres humanos. Para estes, redobra-se a consciência do dever: a primeira, com relação a si e aos semelhantes (imperativo já prescrito na Declaração Universal correspondente); a segunda, com relação a toda uma plêiade de outros seres, com os quais mantém mais do que interdependência, relações sistêmicas de mútua sobrevivência. (OLIVEIRA; SILVA, 2015, p. 8)

De acordo com os autores, o neologismo estaria ligado a uma cidadania planetária que não precisaria se limitar a uma única espécie, mesmo sendo a humana, ou a alguma entre os chamados seres sencientes (capazes de sentir).

E o que é o sentir não-humano desde uma senciência outra? A noção minimamente racional – e, cada vez mais cívica –, de que, por exemplo, as águas e as florestas (não seriam também sujeitos coletivos?) têm lá a sua cidadania. E, de fato, leis e há mobilizações sociais em todo mundo em torno da preservação da água, do ar, das áreas verdes etc. Ocorre que, se o próprio diálogo intraespecífico, ou seja, entre os humanos, dificulta a admissão de que exista uma Humanidade, o que dizer do desprezo por espécies não humanas e não úteis? (OLIVEIRA; SILVA, 2015, p. 9)

Um novo paradigma ético requer, portanto, que avancemos para uma atitude que vá além da mentalidade de estamos aqui para tirar o máximo proveito da Natureza – ‘as coisas do mundo postas para o homem’. É preciso perguntar ao revés, em termos de ‘o homem posto para as coisas do mundo’, mas não somente no sentido que tem prevalecido até a década de 2010, que é o do usufruto vertiginoso, predatório, irresponsável e ignorante. Esse convívio requer, portanto, uma hermenêutica plural, mais do que diatópica, holoética.

• Síntese histórica da diversidade de visões ambientais

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, constitui um marco fundamental na história da humanidade, podendo ser considerada um dos primeiros passos – dentre os mais importantes – para o surgimento da macroética planetária postulada por Apel. A DUDH representou o início do reconhecimento e do respeito à dignidade do ser humano, de maneira universal, qualquer que seja a sua etnia, crença e nacionalidade (OLIVEIRA; SILVA, 2015).

A DUDH abre seu texto referindo-se ao “reconhecimento (...) à dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis [como] o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”. A primeira atitude mundial de preocupação com os seres humanos e suas relações com o meio ambiente surge em 1972, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. A adoção formal por parte da ONU do conceito de Desenvolvimento Sustentável parte da criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) e do relatório *Nosso futuro comum*, também conhecido como relatório Brundtland de 1987.

O termo “capital da natureza”, por exemplo, amplamente utilizado desde Estocolmo, para se referir à natureza como um valor de uso (finito e intrínseco à vida humana), revela uma ótica antropocêntrica do desenvolvimento sustentável fortemente presente também nas posteriores conferências da ONU sobre a temática até a década de 2010. Desde o lançamento da Agenda 21 (da ECO-92), passando pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2000, até o lançamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015, entre outros documentos: não há perspectivas discursivas que considerem o valor da natureza em si mesma. O conceito de desenvolvimento, de acordo com Sachs (2000, p. 35), passa a se basear, desde Estocolmo, no tripé “relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica”. (OLIVEIRA; SILVA, 2015)

De acordo com os autores, a primeira iniciativa internacional para o reconhecimento de outros seres como “sujeitos de direito”, além dos seres humanos, foi tomada pela Declaração Universal dos Direitos Animais, proclamada em assembleia, pela UNESCO, em Bruxelas, em 1978. Entretanto, tal declaração contém características condenadas pelos defensores de direitos animais. Em particular, o artigo 7º, cuja redação afirma que “animais destinados ao abate devem sê-lo sem sofrer ansiedade nem dor”, ratifica a possibilidade de violação de um direito básico (o direito à integridade física) para fins humanos. Isto é, reconhecendo alguns direitos, mas que permanecem submissos, mais uma vez, a uma visão moral antropocêntrica do mundo.

A Carta da Terra, ratificada em 2000, pode ser considerada o primeiro documento universal dentro de uma perspectiva holoética. A Carta é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século XXI, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. O documento é um exemplo cabal da capacidade de sociogênese, conceituada por Habermas, das sociedades e culturas aprenderem consigo mesmas e com as outras – ultrapassando fronteiras dos Estados-nação e das organizações multilaterais que representam esses Estados. O projeto se iniciou na ONU, mas se desenvolveu e foi concluído como uma iniciativa global da Comissão da Carta da Terra, uma entidade internacional independente com a participação de 4.500 organizações da sociedade civil de todas as regiões do mundo, incluindo vários organismos governamentais e organizações internacionais. (OLIVEIRA; SILVA, 2015, p. 116)

O objetivo era oferecer um novo marco, inclusivo e integralmente ético para guiar a transição para um futuro sustentável por meio da visão da necessidade da defesa dos sistemas de vida em uma perspectiva mais ampla e holística, não apenas centrada nos interesses humanos.

Essa visão está clara logo no primeiro princípio da Carta da Terra: “1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade [...] a. Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos”.

- **Sociedade civil global por uma nova ética planetária**

As primeiras associações ambientalistas do mundo foram a *Open Spaces Society*, fundada na Inglaterra há 150 anos, em 1865, e o *Sierra Club (American Conservation Group)*, nos Estados Unidos, em 1892. A primeira ONG ambiental no Brasil foi a União Internacional Protetora dos Animais (UIPA), fundada em 1895, com sede em São Paulo-SP. Em 1948 seria criada finalmente a primeira organização ambientalista internacional, a *International Union for Conservation of Nature (IUCN)*, que publica a Lista Vermelha de espécies ameaçadas, reconhecendo o direito universal à vida desses seres e em constante mobilização contra a extinção de centenas de espécies em todo o globo. Reconhecendo-as, portanto, como portadoras de direito de existirem e de serem protegidas, independente de serem úteis ou não aos seres humanos. Todas essas entidades, pioneiras, continuam em pleno funcionamento atuando para além de suas fronteiras, em constante troca de conhecimento e valores com diversas outras entidades não-governamentais do planeta. As sete maiores ONGs ambientalistas de atuação internacional, segundo o *Global Journal*, são: *World Wide Fund for Nature (WWF)*, *Greenpeace*, *The Nature Conservancy (TNC)*, *Rare*, *Global Witness*, *Rainforest Alliance* e a *Global Footprint Network*.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

4.1 As Etapas da Pesquisa

A pesquisa empírica foi organizada em três etapas de análise. A **Primeira Etapa - Definição do corpus** foca na descrição dos procedimentos adotados no recorte do objeto estudado. Na **Segunda Etapa - Metodologias e Procedimentos Empíricos** estão organizados em cinco Unidades de Análise (conforme a abaixo). A **Terceira Etapa - Resultados das Unidade de Análises** é o capítulo onde são apresentados os resultados empíricos e as interpretações dos dados estatísticos. Cada Etapa e cada Unidade de Análise serão explicadas a seguir neste capítulo.

Para facilitar a visualização da forma como foi organizada a pesquisa, elaboramos o Mapa de Procedimentos Metodológicos. Nas linhas mais escuras estão a três Etapas de Pesquisa. A primeira coluna traz a listagem dos métodos aplicados em relação a cada um dos objetivos da pesquisa que estão na segunda coluna. Posteriormente estão as questões presentes na Ficha de Classificação (APÊNDICE C), bem como sua localização dentro de cada uma das Unidades de Análise.

Figura 15 – Mapa de Procedimentos Metodológicos

PRIMEIRA ETAPA – DEFINIÇÃO DO CORPUS	
SEGUNDA ETAPA – METODOLOGIAS E PROCEDIMENTOS EMPÍRICOS (POR UNIDADE DE ANÁLISE):	
METODOLOGIA	OBJETIVOS DA TESE* e objetivos intermediários**
Análise de Recortes Temporais	***Identificar quais seriam os recortes temporais mais frequentes na cobertura sobre a crise;
Análise do Enquadramento Temático	*Identificar quais seriam os enquadramentos temáticos mais frequentes na cobertura sobre a crise;
Análise do Enquadramento Causal	** Identificar se a imprensa tratou a poluição/despoluição dos rios urbanos como uma das causas/soluções à crise hídrica
Análise de Conteúdo Análise de	* Identificar quais seriam as visões ambientais mais frequentes na cobertura sobre a crise;
Enquadramento de Controvérsias (Porto)	***Identificar quais seriam a pluralidade de vozes mais frequentes na cobertura sobre a crise
Análise do Enquadramento de Visões Ambientais	**Identificar o nível de pluralidade de fontes dos veículos analisados;
Análise de Associações e de Correlações Lineares de Pearson	*Verificar a possível relação entre a ampliação/restricção dos recortes temporais da cobertura e a ampliação/restricção das perspectivas ambientais sobre o tema;
	*Verificar a possível relação entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e a ampliação/redução da pluralidade de fontes na cobertura geral sobre o tema;
	*Verificar se há uma possível relação entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e a ampliação/redução da pluralidade de vozes na cobertura. Assim como também estudar a relação na produção de cada um dos veículos pesquisados no período;
Análise de Correlação Linear de Person	***Verificar se há uma possível relação entre a ampliação/estreitamento do número de caracteres e o número de fontes na cobertura.
TERCEIRA ETAPA – RESULTADOS DAS UNIDADES DE ANÁLISE	
	Ficha de análise - Questões contempladas
	UNIDADE I Recortes Temporais
	UNIDADE II Enquadramentos Temáticos & Visões Ambientais
	UNIDADE III Enquadramento de Controvérsias (de Pluralidade de Vozes)
	UNIDADE IV Análise de Pluralidade de Fontes
	UNIDADE V Análise de Qui-Quadrado de Person
	Q20, Q21, Q22, Q23, Q50, Q24, Q51
	Q18 e Q19
	Q31, Q32, Q33 e Q34
	Q30
	Q45, Q46, Q47 e Q48
	Q35, Q36, Q37 e Q52
	Q20 x Q30
	Q20 x Q37 Q20 x Q52
	Q20 x Q45
	Q11 x Q35

Fonte: elaborado pelo autor

4.2 Unidades de Análise

Os estudos empíricos combinaram o método de Enquadramento (*Framing Analysis*) com o método de Análise de Conteúdo para verificar *frames* e conteúdos mais frequentes na cobertura jornalística. E, como ação seguinte, a aplicação de método estatístico baseado no modelo de associações e correlações utilizando as fórmulas de Pearson (BOLBOACA et al., 2011):

Unidade I - Recortes Temporais: as reportagens foram classificadas, com metodologia própria, baseadas nas dimensões temporais citadas (passado, presente futuro), gerando cinco categorias de recortes temporais.

Unidade II – Enquadramentos Temáticos & Visões Ambientais: foram analisados (a) os enquadramentos temáticos das matérias (*framing analysis*); (b) enquadramentos sobre *visões ambientais* sobre a crise e; (c) o suporte de Análise de Conteúdo para verificar as menções sobre rios durante a escassez hídrica.

Unidade III – Análise de Pluralidade de Fontes: analisa a frequência das categorias de fontes (a) setoriais e (b) de elite e não-elite

Unidade IV – Enquadramento de Controvérsias (de Pluralidade de Vozes): utiliza cinco *frames* para classificar a pluralidade de vozes baseado no conceito de enquadramento de *controvérsias interpretativas* de Porto (2007) com adaptações para esta pesquisa.

Unidade V - Análise de Associações e de Correlações Lineares: foram testadas as possíveis relações entre a Unidade I e as Unidades II, III e IV por meio da teoria de associação Qui Quadrado e de Correlação Linear, ambas de Pearson.

4.3 PRIMEIRA ETAPA - A SELEÇÃO DO CORPUS

4.3.1 Critérios de seleção por tamanho

Para analisar a cobertura da crise hídrica na RMSP - Região Metropolitana de São Paulo (2012-2016), o critério de seleção adotado por tamanho das matérias foi pensado de acordo com os objetivos do projeto. Isto é, como a intenção era pesquisar a relação entre a temporalidade e a pluralidade de fontes e vozes, percebeu-se que pequenos textos poderiam não ser representativos, uma vez que a baixa pluralidade poderia estar relacionada ao simples fato dos textos serem pequenos, e portanto, sem quaisquer relações com a temporalidade verificadas nas matérias. Logo, a presença deste material geraria o risco de relacionarmos, inadequadamente, as temporalidades e as pluralidades observadas na cobertura.

Como solução, decidiu-se criar um recorte de tamanho em que se mantivessem apenas matérias com potencial mais razoável para expressar pluralidade de fontes e vozes. Durante a leitura flutuante do material, percebeu-se que textos com mais de duas laudas (2.800 caracteres

com espaço) traziam matérias que oscilavam entre “Sem vozes” até “Muito plural”, sem que o tamanho *per se* fosse um fator importante. O total de matérias selecionadas com este critério foi de 679 textos. A média de tamanho dos textos foi de 3.679 caracteres. Então estabeleceu-se esse “pisso” como número mínimo da amostra.

Raciocinando de maneira inversa, poderia-se pressupor que textos muito grandes, da mesma forma, poderiam trazer mais pluralidade de fontes e vozes simplesmente em razão de seu tamanho, o que geraria a necessidade de criar um “teto” de recorte. Porém, nas 230 matérias que ficaram acima do tamanho médio, foram verificadas também oscilações de matérias de “Sem vozes” a “Muito plural”. O mesmo ocorreu no último quartil de matérias maiores (57 textos). Como o valor “número de caracteres” é um dado paramétrico (estritamente quantitativo) e o valor “pluralidade” é não-paramétrico (qualitativo), não foi possível aplicar o Teste Qui-Quadrado de Pearson para verificar a relação. Como alternativa, decidiu-se comparar estatisticamente a relação entre “número de caracteres” (acima de duas laudas) e o “número de fontes” presentes na matérias, uma vez que ambos os dados são paramétricos, logo, comparáveis. Então aplicamos outro teste, o de Correlação Linear de Pearson (a seguir) que resultou no valor de $p = 9$, refutando totalmente a existência dessa relação (entre tamanho de texto e número de fontes). Portanto, não houve necessidade de aplicar um “teto” de recorte do corpus e mantiveram-se as 679 matérias para análise.

- **Crítérios de seleção por período**

Foram selecionadas matérias entre jan. de 2012 e dez. de 2013 (período da pré-crise) e jan. de 2014 e mar. de 2016 (período da crise oficial). O critério para a definição do que seria a pré-crise foi definido com base nos dados da Sabesp. De acordo com o próprio relatório 20-F da companhia, enviado à Bolsa de Valores de Nova York em 2014, a empresa admite que a região registrou chuvas abaixo da média em 2012, situação que se repetiu no fim de 2013 (SABESP, 2014), e que se agravou muito em janeiro de 2014, dando início à crise no mesmo ano. O critério para a definição do fim da crise foi o anúncio oficial do então governador Geraldo Alckmin em março de 2016 de que a crise havia acabado.

4.3.2 Crítérios de seleção por gêneros jornalísticos

Apenas notícias de caráter informativo foram mantidas na composição do corpus. Textos opinativos como colunas, artigos, editoriais e cartas de leitores foram excluídos da amostra porque são formatos em que a opinião ou o ponto de vista do autor costuma ser preponderante – pela natureza do próprio estilo narrativo. Também foram eliminadas crônicas e resenhas por serem formatos mais literários e descritivos, respectivamente, em que a presença de pluralidade de fontes também não se faz sempre necessária. Os textos no formato “painel” ou similares (que trazem uma série de notas rápidas sobre diversos temas) também foram excluídos, porque ao tratar

de outros temas, acabariam por contaminar a amostra com informações sobre assuntos não estudados nesta pesquisa. Entrevistas no formato “ping pong” (perguntas e respostas) também não compuseram a amostra porque esse formato, naturalmente, tem como foco apenas uma fonte: o/a entrevistado/a — o que se torna inadequado quando se procura estudar pluralidade de fontes e vozes.

4.3.3 Critérios de seleção no sistema Empauta

Para a realização deste estudo, o pesquisador teve acesso *pro bono* ao sistema de clipping *Empauta* desenvolvido pela empresa Fábrica de Ideias. O sistema de clipagem rastreou todas as matérias digitais publicadas pelos veículos analisados (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Diário de S. Paulo* - Online) no período que compreende esta pesquisa. O rastreamento possibilitou a formação de um banco de dados bruto de todas as matérias publicadas neste período pelos veículos. Como segundo passo utilizou o seguinte esquema de palavras-chaves para a captura de matérias que tratassem exclusivamente sobre a crise hídrica no Estado de São Paulo:

- **Grupo 1:** todos os textos com a palavra-chave “água”.
- **Grupo 2:** a partir do grupo anterior de matérias, foi realizada uma busca booleana⁴⁷ com o operador “OR”, i. e., que continham pelo menos uma das palavras-chave especificadas: Chuva, Chuvas, Falta, Estiagem, Estiagens, Racionamento, Racionamentos, Nível, Níveis, Hídrico, Hídricos, Hídrica, Hídricas, Redução, Reduções, Escassez, Pressão, Pressões, Sistema, Sistemas, Crise, Crises, Planejamento, Planejamentos, Lago, Lagos, Córrego, Córregos, Rio, Rios, Manancial, Mananciais, Reservatório, Reservatórios, Fluxo, Fluxos, Sabesp. O conjunto dessas matérias formaram o Grupo 2.
- **Grupo 3:** a partir do Grupo 2, foi realizada a busca pela expressão exata “São Paulo” com o objetivo de selecionar matérias de se referissem à crise hídrica naquele Estado.
- **Grupo 4:** seleção apenas de matérias com duas laudas ou mais (com valor igual ou acima de 2.800 caracteres com espaço) pelos motivos abordados anteriormente. O que totalizou um corpus bruto de 820 matérias.
- **Grupo 5:** leitura flutuante das 820 matérias do Grupo 4 para a seleção apenas de matérias que tratavam de fatos/ações/eventos sobre a crise hídrica no Estado de São Paulo como tema principal. Os textos que tratavam sobre o assunto apenas no segundo parágrafo em diante foram excluídos do corpus. Neste mesmo grupo, as matérias sobre crises hídricas, estiagem e problemas de distribuição de água em outras Unidades da Federação (UFs)

⁴⁷ A busca Booleana possibilita combinar palavras-chaves usando os operadores AND, OR and NOT (E, OU e NÃO em português, respectivamente) para limitar, esconder ou definir a sua pesquisa. O operador “OR” oferece uma inclusão flexível, ou seja, ele aumenta os resultados da pesquisa — trazendo textos com pelo menos uma das palavras-chaves específicas (FLAVIA DO CANTO SAKS(2005)).

também foram eliminadas. As matérias que tratavam, simultaneamente, sobre o Estado de São Paulo e outras UFs, foram mantidas apenas se tratassem sobre SP em tamanho igual ou superior a 70% do total de caracteres do texto.

- **Grupo 6:** As matérias assinadas por agências de notícias externas – nacionais ou estrangeiras – também foram excluídas. Isso porque os atributos de matérias externas (pluralidade, número de fontes e vozes), mesmo que inseridas nos veículos analisados, seguem critérios próprios de seleção de fontes e vozes, não podendo ser considerados como de autoria de um dos veículos pesquisados. Os textos de agências de notícias internas ao veículo (por exemplo: *Agência Estado*, que pertence ao *Grupo Estado* e que, por sua vez, edita o jornal *Estado de S. Paulo*), foram mantidas. Porque, de alguma forma, essas agências tendem a ter linhas editoriais corporativamente similares, até mesmo costumando trocar conteúdos entre si, tornando-os não raramente indistinguíveis. Por exemplo, matérias do *O Estado de S. Paulo* muitas vezes aparecem também, posteriormente, na *Exame* – porém, assinadas como “Agência Estado”. Na verdade, a sua origem é o próprio jornal *O Estado de S. Paulo*. Por estes motivos decidiu-se, em casos assim, manter os textos no corpus analisado.
- **Grupo 7:** Formação do corpus final com 679 matérias sobre a crise hídrica em São Paulo. Sendo 393 do *O Estado de S. Paulo*, 273 da *Folha de S. Paulo* e 13 do *Diário de S. Paulo*.

Observação importante: Apenas 2,7% (19 matérias) tiveram como foco temático a crise hídrica no interior paulista. Os outros 97,3% (660) abordaram a escassez de água na RMSP. Isto é, mesmo que o recorte geográfico nesta pesquisa tenha sido a crise hídrica no *Estado de São Paulo*, a cobertura ficou preponderantemente focada na região metropolitana. Principalmente por ser a região mais populosa e consumidora de água do Estado – onde a crise gerou, naturalmente, um impacto social e ambiental bem maior. Daí talvez seja a razão da cobertura jornalística ter sido bem mais ampla. Por este motivo, as análises históricas sobre a crise hídrica e os rios serão focadas mais na RMSP do que no Estado como um todo. De maneira a ser possível fazer um paralelo mais adequado entre a cobertura jornalística no período e a síntese histórica da crise e dos rios.

- **Critério de seleção de veículos a serem analisados**

Nossa pesquisa havia selecionado os quatro maiores jornais de São Paulo para serem analisados: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Diário de S. Paulo Online* e *Agora São Paulo*. Porém, durante a pesquisa, foi possível constatar que o último veículo não possuía versão online completa disponível. Isto é, não oferecia seu conteúdo integralmente na internet, nem para os assinantes. O veículo conta apenas com resumos muito breves na internet da versão impressa. Como 100% do corpus analisado foi planejado para ser digital, não foi possível manter um veículo com conteúdo digital incompleto.

O Diário de S. Paulo encerrou suas atividades em janeiro de 2018, mas foi mantido no corpus de análise porque atuou no período da cobertura da crise hídrica. Na época o jornal passava por problemas financeiros e registrava aparentemente uma produção pequena de matérias – o que foi constatado com a obtenção de apenas 13 reportagens na composição do corpus. Pelo baixo número de textos, cogitou-se excluí-lo da análise. Entretanto, mantê-lo se tornou interessante no sentido de permitir observar a aplicação de testes estatísticos também em uma pequena amostra (e de um mesmo veículo).

Para evitar a repetição da expressão “versão digital” para nos referirmos aos jornais analisados, utilizamos apenas os nomes oficiais dos veículos, ficando assim subentendido que se tratam de versões digitais. As matérias analisadas foram publicadas e obtidas em seus receptivos endereços na internet: *Folha de S. Paulo* (Folha.com) e *O Estado de S. Paulo* (estadao.com.br). No caso do Diário de S. Paulo Online, como não há mais endereço disponível na internet (em razão do mencionado fechamento do jornal), optamos por acessar os materiais utilizamos o sistema de clipagem Empauta desenvolvido pela Fábrica de Ideias (fabricadeideias.com.br). A empresa, sediada em Brasília-DF, rastreia desde a década de 2010 as notícias publicadas em todos os principais jornais nacionais e regionais brasileiros.

No entanto, nas tabelas estatísticas, identificamos os veículos pelos seus endereços digitais. A intenção foi deixá-las mais sucintas (com o tamanho de suas células reduzidas) e tecnicamente mais precisas (em relação à origem dos textos) – no caso de serem possivelmente replicadas em outras publicações. A única exceção, neste caso, foi em relação ao *Diário de S. Paulo Online*. Por ausência de endereços disponíveis na internet, como mencionamos anteriormente, registramos o nome do jornal integralmente, mantendo o termo “Online” – a identificação digital utilizada pelo jornal na época em que ainda se encontrava em operação.

4.3.4 Resumo da composição do corpus

Tema: Crise Hídrica em São Paulo (2012-2016).

corpus : 679 matérias do gênero reportagem.

Tamanho mínimo: duas laudas (2.800 caracteres com espaço).

Gêneros jornalísticos excluídos: entrevistas, artigos, colunas, carta de leitores, painel, editorial.

Outras exclusões: textos de autoria de outros veículos apenas replicada nos jornais analisados.

Período de publicação analisado: recorte entre jan. de 2012 e dez. de 2013 (período pré-crise) e jan. de 2014 e mar. de 2016 (período da crise oficial).

Jornais pesquisados: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Diário de S. Paulo Online*.

4.4 SEGUNDA ETAPA - METODOLOGIAS DE ANÁLISES EMPÍRICAS

4.4.1 A combinação de métodos

O presente trabalho de pesquisa tem como referencial metodológico a combinação de dois métodos de pesquisa: a Análise de Recortes Temporais (RT) (como proposta metodológica elaborada pelo autor), a Análise de Enquadramento (AE) (*Framing Analysis*) e a técnica de operacionalização de Análise de Conteúdo (AC). Os resultados das três análises foram relacionados utilizando os teste Qui-Quadrado e de Correlação Linear, ambas de Pearson.

4.4.2 A ficha de classificação.

As questões da Ficha de Classificação de matérias (APÊNDICE C) foram organizadas de maneira a oferecer respostas a todas as Unidades de Análise. Isto é, as questões se referem a cada procedimento metodológico utilizado na pesquisa empírica. As questões foram aplicadas nas 679 matérias que compõem o corpus de pesquisa. As perguntas contidas na ficha foram organizadas por códigos identificatórios de matérias que vão de ID1 a D06; e por questões que vão de Q20 a Q52.⁴⁸

• Os links classificados a partir da Ficha de Análise

Os textos que compõe o corpus compreendem também os links presentes no corpo do texto das matérias (inseridos e dedicados ao fluxo da narrativa). Isto é, links que foram inseridos dedicados especificamente à matéria. No entanto, foram considerados apenas sub-textos (em um nível de acesso do usuário).

Os textos de segundo nível (abaixo do subtítulo), foram ignorados por dois motivos: (a) os textos principais e de primeiro nível (sub-textos) tendem a ser mais relevantes aos leitores. Porque, segundo Zeldman (2001), os usuários da internet acessam o que procuram em um determinado site utilizando no máximo três cliques, o que se convencionou ser chamado, nos estudos de usabilidade, como “Regra dos Três Cliques” ou *The Three Click Rule*⁴⁹. Isso pressupondo que o leitor, em um caminho mais curto para acessar o texto principal tenha, primeiro, clicado no *link* do site do jornal digital em seu *tablet* ou *smartphone* (1º clique), depois clicado na matéria (2º clique) e, logo depois, supostamente, utilizado um dos links presentes no corpo de texto para acessar o

⁴⁸ Os códigos não seguem uma ordem numérica linear porque algumas perguntas foram eliminadas durante os testes da pesquisa. Portanto, não fazem mais parte da Ficha. Decidiu-se manter os códigos originais para que não fosse necessário renomeá-los no banco de dados original – evitando, assim, renomear as tabelas geradas anteriormente (durante os testes) em formato de imagem, o que dificultaria comparações posteriores.

⁴⁹ Por outro lado, Porter (2003) não identificou correlações entre o número de cliques e o sucesso nas tarefas dos internautas. De acordo com o pesquisador, dificilmente alguém desistiria após três cliques antes de achar o que procuram. Uma crítica feita à pesquisa de Porter (2003) é o fato de ele não ter considerado diferentes tipos de tarefas. Ele se concentrou em buscar por informações com pessoas com a missão de encontrar por informações específicas; diferente daquelas que buscam apenas completar uma tarefa (JACKSON, 2007). Contudo, a Regra dos Três Cliques permanece nos estudos como ainda válida (não sem controvérsias).

sub-texto (3º clique). As chances de ocorrer um quarto clique são, portanto, menores; e **(b)** incluir os textos abaixo dos sub-textos também poderia tornar a pesquisa empiricamente mais difícil ou inviável – em razão da imprevisibilidade do número de materiais que precisariam ser classificados (sem que o esforço, em primeira vista, parecesse proporcionalmente compensador em relação aos resultados).

Os links exteriores ao corpo dos textos, como “matérias relacionadas”, geralmente localizadas abaixo do espaço editorial, também foram ignoradas. Porque a possível admissão destes links geraria uma análise em *looping* randômico cumulativo de atributos reclassificados. Uma vez que as matérias já classificadas se repetem com frequência na área de reportagens relacionadas. Em termos de valor editorial, os links de notícias relacionadas são menos importantes do que as localizadas no fluxo narrativo do texto.

4.5 As Unidades de Análise

Similar ao Mapa de Procedimentos Metodológicos apresentado anteriormente, o Quadro de Unidades de Análise (a seguir) prioriza a detalhamento de cada uma das Unidades já na primeira coluna. Assim como também identifica a relação com cada um dos objetivos da pesquisa (terceira coluna), os métodos utilizados (quarta coluna) e as questões da Ficha de Classificação que atendem a todos os itens presentes no quadro (quinta coluna).

Quadro 4 – Unidades de Análise

PRIMEIRA ETAPA – DEFINIÇÃO DO CORPUS		SEGUNDA ETAPA – PROCEDIMENTOS EMPÍRICOS (POR UNIDADE DE ANÁLISE):	
UNIDADE DE ANÁLISE		OBJETIVOS DA TESE* e Objetivos Auxiliares**	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
UNIDADE I	Recortes Temporais	**Identificar quais seriam os recortes temporais mais frequentes na cobertura sobre a crise;	<ul style="list-style-type: none"> 1. Análise de Recortes Temporais
UNIDADE II	Enquadramentos Temáticos & Visões Ambientais	<p>*Identificar quais seriam os enquadramentos temáticos mais frequentes na cobertura sobre a crise;</p> <p>** Identificar se a imprensa tratou a poluição/despoluição dos rios urbanos como uma das causas/soluções à crise hídrica</p>	<ul style="list-style-type: none"> 2. Análise do Enquadramento Temático 2.1. Análise do Sub-Enquadramento de Causalidade
UNIDADE III	Enquadramento de Controvérsias (de Pluralidade de Vozes)	*Identificar quais seriam as visões ambientais mais frequentes na cobertura sobre a crise;	<ul style="list-style-type: none"> 2.2. Análise Sub-Enquadramento das Visões Ambientais
UNIDADE IV	Análise de Pluralidade de Fontes	**Identificar quais seriam a pluralidade de vozes mais frequentes na cobertura sobre a crise;	<ul style="list-style-type: none"> 3. Análise de Enquadramento de Controvérsias 4. Análise de Conteúdo
UNIDADE V	Análise de Associações e de Correlações Lineares	<p>**Verificar a possível relação entre a ampliação/restricção dos recortes temporais da cobertura e a ampliação/restricção das perspectivas ambientais sobre o tema.</p> <p>*Verificar a possível relação entre a ampliação/restricção dos recortes temporais e a ampliação/redução da pluralidade de fontes na cobertura geral sobre o tema.</p> <p>**Verificar se há uma possível relação entre a ampliação/restricção dos recortes temporais e a ampliação/redução da pluralidade de vozes na cobertura. Assim como também estudar a relação na produção de cada um dos veículos pesquisados no período.</p>	<ul style="list-style-type: none"> 5. Análise de Qui-Quadrado de Pearson
TERCEIRA ETAPA – RESULTADOS POR UNIDADES DE ANÁLISE		**Verificar se há uma possível relação entre a ampliação/restricção do número de caracteres e o número de fontes na cobertura.	<ul style="list-style-type: none"> 6. Análise de Correlação Linear de Pearson
			<ul style="list-style-type: none"> Q20, Q21, Q22, Q23, Q50, Q24, Q51 Q18 e Q19 Q31, Q32, Q33 e Q34 Q30 Q45, Q46, Q47 e Q48 Q35, Q36, Q37 e Q52 Q20 x Q30 Q20 x Q37 Q20 x Q52 Q20 x Q45 Q11 x Q35

Fonte: elaborado pelo autor

4.5.1 Unidade I - Recortes Temporais.

- **Proposta metodológica e de procedimentos de classificação**

Como vimos anteriormente, a reflexão sobre o tempo sugere uma abordagem filosófica por se tratar de uma definição ainda em situação de aporia (BARROS FILHO, 2010). Isto é, não existem conceitos seguros sobre o que seria a definição de tempo. O que a filosofia alcançou como definição é que os três tempos são elementos geralmente imbricados e indivisíveis, como apontou Agostinho (1999), Koselleck (2006) e Paul Ricoeur (2010), entre outros. Isto é, não podem ser circunscritos como três categorias distintas. Daí o seu caráter contraditório, paradoxal e controverso.

Essas constatações são importantes no estudo do jornalismo porque ultrapassam a ideia da possibilidade de que o jornalismo seja uma atividade pautada puramente no presente. Uma vez que, para serem inteligíveis, as narrativas precisam estar envolvidas em uma determinada temporalidade inevitavelmente menos ou mais imbricada com o passado e/ou com o futuro. O presente estará sempre envolvido com outras temporalidades em uma narrativa (Paul Ricoeur, 2010). A simples frase “a bola está rolando” sugere que, no passado, o objeto havia iniciado seu movimento. Portanto, não existe narrativa que faça referência apenas ao presente.

A “presentificação” só se torna possível por determinação de um intervalo criado artificialmente pelos seres humanos. Isto é, a noção de passado, presente e futuro é fluida na imaginação. Racionalmente, depende de uma abstração artificialmente criada pela mente humana. O “presente” pode ter o período de um segundo, uma hora, 10 anos. Depende da unidade de tempo presente que se queira estabelecer. Isto é, a determinação do “presente referencial”. A partir desta base estabelecida, o “antes” e “depois” desta base é que se convencionou a ser considerado “passado” e “futuro”, respectivamente.

Este “presente referencial” pode ser o período em que se transcorreu um determinado fato/evento/ação. Logo, tudo o que estaria imediatamente antes ou depois passaria a ser “passado” e “futuro”. A rigor, o mais adequado seria denominá-los como passado-referenciado ou futuro-referenciado. Portanto, não se trata da imprensa estar “ignorando” ou “esquecendo” o passado ou “desprezando” ou “omitindo” projeções de futuro. Porque não são unidades categorizáveis, passíveis de definição. O futuro e o passado estariam dentro de “margens temporais” referenciadas por um presente arbitrado artificialmente. Quando estreitas, essas margens podem impossibilitar a compreensão minimamente contextualizada de um objeto observado por perder as conexões com o “fluxo contínuo da história” (GENRO FILHO, 1997). Para fins metodológicos e de classificação, o “presente referencial” seria, então, considerado o fim e o começo do período que durou um determinado fato/ação/evento. Este “núcleo temporal” seria o “presente referenciado”; um marco fixado para se estabelecer tudo o que aconteceu em suas margens: o passado (na margem anterior) e o futuro (na margem posterior).

Por exemplo, na frase “a corrida começa agora, assim que acabar o Hino Nacional”, coloca o fato de cantar o Hino (que talvez tenha durado poucos minutos) como o marco referente para se estabelecer o futuro em relação ao presente. Todos os minutos contidos no decorrer do hino passam a ser “presente”. Mesmo que, na prática, existam inúmeros “passados”, “presentes” e “futuros” no fluxo temporal da execução do Hino. Porque se, supostamente, considerássemos todas as temporalidades no interior da ação, estas seriam infinitas. Isto é, sem referência, toda e qualquer coisa poderia ser passado, presente e futuro de qualquer outra coisa simultaneamente. Como a filosofia não conseguiu definir “tempo” (em seu fluxo real), resta-nos utilizar referências temporais abstraídas (em nossos fluxos artificiais imaginados).

Inicialmente se pensou em definir, nesta pesquisa, o “presente” apenas a partir da data da publicação de uma notícia. Se fosse assim, o futuro e o passado teriam que ser determinados em relação à quantidade de tempo (dias, anos ou meses) de maneira excessivamente discricionária – sem critérios claros de duração. Afinal, futuro e o passado, por si mesmos, são ambos infinitos. Daí partiu a ideia de criar um critério híbrido com dois marcos temporais. O primeiro marco foi estabelecido a partir da data de publicação da notícia; e o segundo marco foi estabelecido como “presente referencial”, o que compreende todo o período de início e fim da crise hídrica oficial. Assim, o “presente” deixa de ser apenas uma escolha discricionária e calendárica do pesquisador e se estabelece com um critério referenciado: o período da crise hídrica, tornando-se todo o período da crise em “presente referencial”. Tudo o que estiver fora desta delimitação passa a ser classificado como passado e/ou futuro. No gráfico da Figura 20 a crise está representada como “presente” (referenciado), e as margens de passado e futuro em seus lados esquerdo e direito.

Figura 16 – O “presente referencial” na ampla perspectiva temporal da crise hídrica



Fonte: elaborado pelo autor

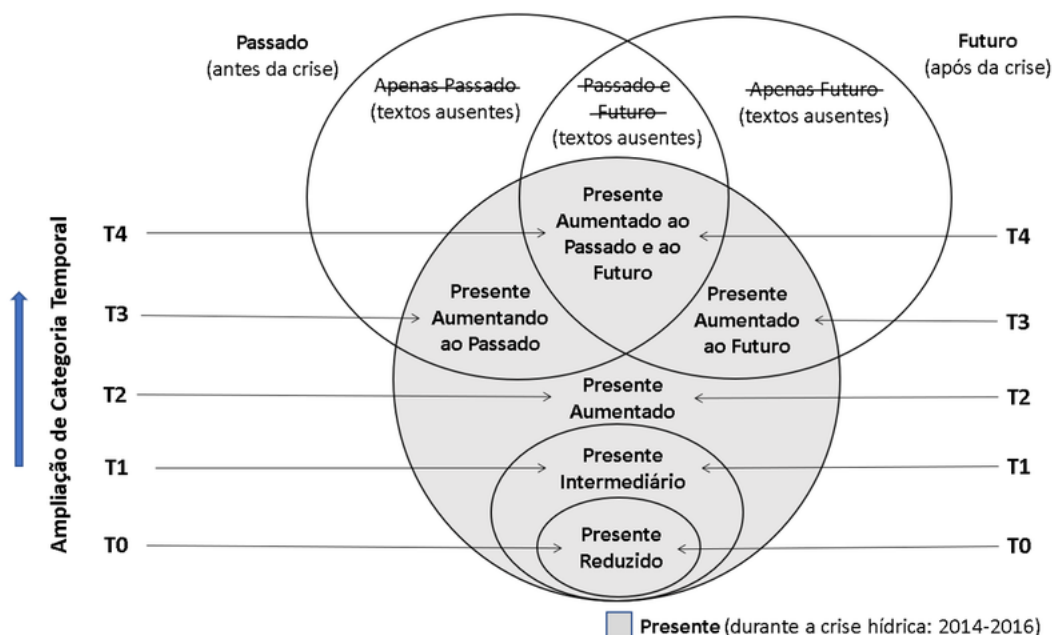
Considerando as reflexões anteriores, as notícias serão categorizadas como “presente reduzido” – que compreende acontecimentos narrados com um intervalo de uma hora até um dia (dentro do período da crise); “presente intermediário” – as matérias com recorte para além do período de um dia, o que compreende matérias de recorte de uma semana até o limite de um mês (30 dias) de intervalo narrado (também dentro do período da crise). As matérias com recorte temporal para além de um mês (30 dias) foram categorizadas como “presente aumentado” (também desde que dentro do período da crise). Se estes textos (com mais de 30 dias de recorte

temporal) extrapolaram o tempo presente – para antes ou depois da pré-crise (jan. de 2012 e dez. de 2013) ou para antes ou depois da crise hídrica oficial (antes de jan.2014 e/ou depois de mar.2016) – foram classificadas como “presente aumentado ao futuro” ou “presente aumentado ao passado”. Ou, se extrapolaram ambas, passado e futuro, simultaneamente, foram classificadas como “presente aumentado ao passado e ao futuro”.

É importante lembrar, novamente, que existe uma imbricação inevitável nos três tempos narrados. A organização da classificação foi estabelecida como forma de manter essa possibilidade sem que houvesse ambiguidade e, ao mesmo tempo garantisse a intersecção. De maneira que as classificações “presente intermediário” (de mais de 30 dias), quando extrapolam às áreas do passado e/ou o futuro, passam a estar interseccionados entre si. Assim, os três tempos (passado, presente e futuro) não formaram categorias totalmente isoladas. E, ao mesmo tempo, houve sucesso em abrigar todas as notícias sem que ocorressem classificações contraditórias no processo classificatório. Portanto, estabeleceu-se a intersecção de caráter tanto teórico quanto empírico. Intersecção significando aqui “o encontro de dois planos que se cruzam” (HOUAISS, 2009), diferente das teorias de conjuntos as quais optamos por não utilizar neste trabalho.⁵⁰

⁵⁰ Definições no dicionário Houaiss: **substantivo feminino**: **1** encontro de duas linhas ou de dois planos que se cortam; cruzamento <a i. entre duas avenidas> **1.1** ponto ou reta onde se dá esse encontro
2 corte, principalmente quando feito pelo meio do objeto **3** mat operação pela qual se obtém o conjunto formado pelos elementos comuns a dois outros conjuntos
4 p.ext.; mat o conjunto determinado por essa operação (denota-se pelo sinal \cap); produto (HOUAISS, 2009)

Figura 17 – Mapa de Recortes Temporais e Níveis de Contextualização Temporais utilizado durante a classificação do corpus



***Legenda dos Recortes Temporais:**

T0 - Presente Reduzido – Menciona apenas fato/evento/ação ocorrido na hora ou no dia, limitado dentro do período em que ocorreu a crise hídrica oficial (jan. 2014 a mar. 2016).

T1 - Presente Intermediário – Menciona fato/evento/ação ocorrido na semana ou mês, limitado dentro do período em que ocorreu a crise hídrica oficial (jan. 2014 a mar. 2016).

T2 - Presente Aumentado – Menciona fato/evento/ação limitado dentro do período em que ocorreu a crise hídrica oficial (jan. 2014 a mar. 2016). Porém, maior que um mês e/ou interseccionado com o passado e/ou futuro para além do período da crise, conforme as classificações que seguem.

T3 - Presente Aumentado ao Passado – Menciona fato/evento/ação no presente e interseccionado com o passado (fato/evento/ação antes do início da crise em 2014); ou

Presente Aumentado ao Futuro – Aborda o presente e está interseccionado com projeções de futuro (possíveis fatos/eventos/ações depois do fim da crise em 2016).

T4 - Presente Aumentado ao Passado e ao Futuro – Menciona presente, interseccionado como o passado infinito e o futuro infinito (fato/evento/ação antes e depois do período 2014-2016).

Nota: O "presente referencial" tem como correspondência o recorte da cobertura dentro do período da crise oficial (2014-2016), baseado na adaptação do conceito de temporalidade social de Luhman (1976). Isto é, só foram classificadas como abordando o passado as reportagens que se referiam a fatos/eventos/ação que ocorreram imediatamente antes da crise (antes de 2014) e o futuro imediatamente depois (após de mar. 2016). Já as matérias referentes à pré-crise tiveram como "presente referencial" outro intervalo: o próprio período da pré-crise (2012-2013). E manteve a mesma regra de classificação de "passado" e "futuro" e dos demais critérios anteriores. Porém, seguindo seu próprio "presente referencial".

****Legenda dos Níveis de Contextualização Temporais:**

Nula - Menção Pontual. Menciona uma data em referência ao passado ou ao futuro. Porém, não cita outros fatos/eventos/ações datados intermediários entre as duas datas principais (entre a data mais antiga ou a data mais nova). Total = 2 datas mencionadas.

Fraca - Menciona 1 fato/evento/ação datado e intermediário, situado entre as datas principais, e que colabora para a contextualização temporal da reportagem. Total = 3 datas mencionadas.

Média - Menciona 2 fatos/eventos/ações datados e intermediários, situados entre as datas principais, e que colaboram para a contextualização temporal da reportagem. Total = 4 datas mencionadas.

Forte - Menciona 4 ou mais fatos/eventos/ações datados e intermediários, situados entre as duas datas principais, e que colaboram para a contextualização temporal da reportagem. Total = 5 datas mencionadas ou mais.

Fonte: elaborado pelo autor

No gráfico da Figura 21 é possível perceber o estabelecimento de uma hierarquia progressiva das categorias de T0 a T4 de maneira nominal. Assim, formam uma ampliação categórica

nominal, que se estabelece por progressão de abrangência de ponto de vista temporal⁵¹. Isto é, a visão “Presente Instantâneo” é mais reduzida do que “Presente Recente” e que, por sua vez, é mais restrita do que “Presente Aumentado”. Isto é, seguem uma progressão categórica. Por exemplo, quando o “Presente Aumentado” extrapola o período da crise e, assim, avança para o passado, sua categoria se amplia. Da mesma forma que a categoria se amplia quando há referências de projeção de futuro. Na reflexão sobre qual ampliação (para o passado ou para o futuro) seria hierarquicamente superior, chegou-se a conclusão de que este juízo de valor não era pertinente. Porque não é possível comparar passado e futuro como concorrentes: o que ainda não foi experienciado (futuro) não poder ser considerado superior ou inferior ao que foi vivido (passado).

Em outras palavras, narrativas sobre projeções de futuro (para além da crise) podem ser tão importantes quanto descobertas do passado (para quem da crise). Karl Otto-Apel (1994), Hans Jonas (2006), Paul Ricoeur (2010), e Hannah Arendt (1990, 2007 e 2016) não hierarquizam passado ou futuro como menos ou mais importantes entre si. Mais especificamente, Apel (1994) e Jonas (2006) consideram a visão temporal aumentada, seja para o passado como para o futuro, como avanços fundamentais à racionalidade prática. Park (1976) ressalta em sua obra a estreita presença do passado e do futuro nas notícias. Para este pesquisador, a problemática redução da perspectiva temporal das notícias – seja uma contração do passado ou do futuro – gera o que ele denomina como presente “especioso” (PARK, 1976).

Interpretamos a perspectiva negativa de Park, do reducionismo ao presente, como uma suposta valorização tanto do passado quanto do futuro para a formação de conhecimentos válidos. O sociólogo também não estabelece uma hierarquia entre ambos. Assim, nesta pesquisa, ambas as ampliações temporais ao passado e ao futuro foram consideradas como igualmente importantes. De forma que o avanço no tempo seja para o passado ou a partir de projeção de futuro foram mantidas no mesmo patamar hierárquico, em T3. Apenas quando a ampliação é para o passado e para o futuro, desde que simultaneamente, é que se considerou um alargamento maior, uma nova progressão que chega a T4. A ideia de Recortes Temporais e sua Progressão Categórica compõe, assim, a proposta conceitual do alargamento temporal nesta pesquisa.

Uma questão surgiu na elaboração do conceito: seria importante estudar até que ponto o corpus analisado retroagia ao passado? E até qual ponto havia projeções de futuro? Talvez, para cada objeto a ser representado haveria uma temporalidade a ser considerada. Não como critério de qualidade do jornalismo, mas como prevenção para não criar narrativas no “presente especioso” postulado por Park (1976) ao desconsiderar elementos fundamentais à compreensão do objeto. Não estabelecemos um limite de avanço ou retroação temporal das matérias analisadas.

⁵¹ As variáveis de progressões qualitativas nominais (não paramétricas) são identificadas como diferentes das progressões quantitativas numéricas (paramétricas). Se estivéssemos trabalhando com progressão numérica, por exemplo, T2 seria proporcionalmente o dobro de T1, e T3 o dobro de T2 e assim por diante. Porém, as variáveis T0, T1, T2, T3 e T4 são nominais, i. e., qualitativas. O termo “qualitativo” se refere ao tipo de categorização (não-paramétrica) utilizada.

Apenas observamos quais delas retroagiram no tempo o suficiente para alcançar ou não a fase de *path dependence* do planejamento urbano da RMSP entre as décadas de 1920 e 1930. Apenas 2 matérias das 679 analisadas retroagiram antes de 1930 e nenhuma delas se referiu ao *Plano de Avenidas* de Prestes Maia (1930) ou ao *Melhoramentos do Tietê* de Saturnino de Brito (1923). Isto é, uma parte fundamental do objeto “crise hídrica” – a perda dos grandes rios urbanos como mananciais – não foi contemplada na cobertura sobre a escassez de água, conforme os resultados apresentados na página 136. Para identificar a presença ou ausência do *Plano Melhoramentos do Tietê* nas matérias, criamos duas categorias de matérias com os seguintes critérios de classificação:

Categorias de Retroação Histórica

- **PH1 - Período Histórico 1 (1929 ou data anterior): matérias que mencionam fatos/eventos/ações antes de 1930**, portanto, antes do início da implantação do *Plano de Avenidas* (marco da *path dependence*), quando o planejamento urbano ainda estava em debate. Época em que o projeto *Melhoramentos do Tietê* de Saturnino de Brito ainda era uma possibilidade.
- **PH2 - Período Histórico 2 (1929-2011): matérias que abordam fatos/eventos ações dentro de um período posterior a 1930**, após o abandono do projeto *Melhoramentos do Tietê* na década de 1920. Época em que se iniciou a execução do projeto *Plano de Avenidas* (marco da *path dependence*) em 1930 até 2011 (antes da pré-crise hídrica e da crise oficial: 2012-2016).

Uma segunda questão surgiu durante a classificação do material e que alterou o processo de trabalho. Havia matérias que apenas mencionavam uma data no passado sem mencionar outros fatos inscritos neste intervalo. Esse intervalo é composto pelo período entre data de publicação da matéria e a menção de data de um fato/evento/ação ao passado. Ou seja, tratavam-se de matérias que extrapolavam o presente de maneira superficial sendo uma mera menção de data. Este detalhe nos levou a criar categorias de “Contextualização Temporal”, podendo ser classificadas como Nula, Fraca, Média ou Forte conforme os critérios estabelecidos a seguir (que também estão presente na Figura 21):

Nula - Menção Pontual. Menciona uma data em referência ao passado ou ao futuro. Porém, não cita outros fatos/eventos/ações datados intermediários entre duas outras datas. Total necessário= 2 datas mencionadas ou mais.

Fraca - Menciona 1 fato/evento/ação datado intermediário cronologicamente entre duas outras datas e que colabora para a contextualização temporal da reportagem. Total necessário = 3 datas mencionadas.

Média - Menciona 2 fatos/eventos/ações datados intermediários cronologicamente entre duas outras datas e que colaboram para a contextualização temporal da reportagem. Total

necessário = 4 datas mencionadas.

Forte - Menciona 4 ou mais fatos/eventos/ações datados intermediários cronologicamente entre duas outras datas e que colaboram para a contextualização temporal da reportagem. Total necessário = 5 datas mencionadas ou mais.

4.5.2 Unidade II – Enquadramento Temáticos e de Visões Ambientais.

- **Análise de Enquadramento**

O conceito de enquadramento se ampliou com uma das obras mais conhecidas sobre o tema: *Frame Analysis de Erving Goffman* (1986). O livro aponta a existência de “marcos interpretativos” construídos socialmente. Resumidamente, estes frames permitiriam às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais (PORTO, 2004, p. 78). As interpretações estariam associadas a partir do acúmulo de experiências dos indivíduos – que tendem a organizá-las de maneira padronizada, formando marcadores interpretativos. Isto é, a experiência do hoje tende a ser interpretada a partir de padrões interpretativos (*frames*) obtidos de experiências do passado.

A partir da perspectiva da produção das notícias, Gaye Tuchman (1978) foi a pioneira em relacionar o conceito na perspectiva das Ciências da Comunicação com o livro *Making News*. A autora discute como as práticas profissionais e a rotina de produção jornalística impõem enquadramentos que definem e constroem a realidade. Para Tuchman, o enquadramento é um ‘recurso social’ que delimita o entendimento do mundo (D’ANGELO, 2002)

Mesmo com os conceitos pioneiros de Goffman e Tuchman, os desdobramentos geraram uma ampla diversidade conceitual, causando uma indefinição conceitual comum entre os autores (IYENGAR, 1991). O resultado é que perspectivas distintas convivem sob a mesma denominação. Nesse sentido, optou-se por apresentar uma síntese das principais perspectivas sobre o conceito. O objetivo é criar um breve quadro do estado da arte com as principais visões sobre o enquadramento – como referências teóricas para as opções metodológicas. A intenção não é optar por uma ou outra perspectiva, mas permitir uma reflexão que aproxime os conceitos aos caminhos para a resolução deste problema de pesquisa.

Gitlin (1980) foi um dos pioneiros na definição do conceito de frames como princípios de “seleção, ênfase e apresentação constituídos por pequenas teorias tácitas acerca do que existe, do que acontece e do que importa” (GITLIN, 1980, p. 5). Nesta perspectiva, os frames são um conjunto de conteúdos da notícia que são compartilhados tanto pelos autores (jornalistas) como pelos consumidores cognitivamente (audiência). Os estudos de Gitlin foram precursores de pesquisas sobre os enquadramentos da mídia. Assim, desdobraram-se diversas correntes conceituais sobre os frames, mais ou menos relacionadas com as categorias e idéias postuladas

pelo autor. Paul D'Angelo (2002) realizou uma revisão dos principais conceitos sobre a temática, organizando em três amplas categorias:

a) Enquadramento cognitivista

Elementos que ativam um “conhecimento prévio” dos indivíduos e, portanto, potencializam determinadas interpretações das notícias: como são influenciadas pela forma e como são apresentadas nos textos jornalísticos, a partir da bagagem de conhecimento prévio da audiência (RHEE, 1997, p. 27).

b) Enquadramento crítico

Resultado das rotinas de produção das notícias, ligado às teorias da Economia Política. Nessa perspectiva, a imprensa tem um papel mais proativo, apresenta interpretações da realidade intencionalmente – quase sempre a partir de valores sustentados pelas elites políticas e econômicas. Seus autores expressam a ideia de “fabricação” dos enquadramentos, entendida como um processo em que se opera uma seleção de determinados aspectos da realidade. Diferente dos cognitivistas que entendem que tanto o conteúdo quanto os efeitos interpretativos são mais plurais e diversos (KOENIG, 2006).

c) Enquadramento Construcionista

William Gamson, o principal criador do conceito, o denomina como paradigma “construcionista”. Os enquadramentos contêm sub-enquadramentos: um conjunto de “pacotes interpretativos” (na maioria das vezes, competidores entre si, como um mosaico de narrativas que interagem de maneira complexa). Nesta visão, as diversas metáforas, *slogans*, representações e imagens poderiam ser “arquivadas” em pacotes interpretativos que têm um fio condutor: a “ideia central organizadora” que agrupa e dá coerência e significado aos diversos símbolos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989).

Metodologicamente, nossa pesquisa não se situa a partir de esquemas cognitivos de frames arraigados prioritariamente nos indivíduos. E tampouco tem relação com mecanismos fabricados pelas rotinas jornalísticas, de dominação consciente e orquestrada. Parte-se de uma perspectiva construcionista. Para nosso estudo, a definição dos enquadramentos é menos uma questão de dominação, e mais um entrelaçar complexo. Nós não afirmamos que mudanças nos discursos dos *media* causam, necessariamente, mudanças na opinião pública:

Cada sistema interage com os outros: o discurso midiático é parte deste processo, realizado por meio de construções individuais de sentido [...] em que jornalistas e outros diversos produtores de cultura desenvolvem e cristalizam sentidos no debate público (GAMSON & MODIGLIANI, 1989, p. 2).

Contudo, as perspectivas construcionistas não ignoram as forças políticas e sociais que influenciam os processos de interação discursiva e de intersubjetividade. Os frames podem reproduzir ou não, em maior ou menor intensidade, culturas dominantes (crenças, valores e racionalidades hegemônicas) – porém de maneira mais inconsciente do que premeditada, mais

complexa do que estruturada, e menos perceptíveis do que facilmente observáveis. Como é o caso da análise de enquadramentos temáticos sobre a crise hídrica que veremos a seguir.

- **Análise do Enquadramento Temático**

Para identificar os principais temas presentes no corpus de 679 matérias sobre a crise hídrica, foram realizadas três leituras flutuantes de todo o material. A primeira leitura teve como foco analisar os títulos das matérias e os dois primeiros parágrafos, para registrar a principal “ideia central organizadora” (GAMSON e MODIGLIANI, 1989) de cada matéria e, em seguida, agrupá-las por similaridade. Esse processo resultou em 12 grandes grupos temáticos e em um 13º grupo de “temas gerais” (com um número menor de matérias e que não se encaixavam nos grupos anteriores). A terceira e última leitura foi destinada ao último grupo com a finalidade de tentar identificar novos temas e, assim, criar novos pequenos grupos. Desta forma, conseguimos a categorização de mais quatro grupos, totalizando em 16 grupos temáticos conforme a seguir.

Restaram ainda 23 matérias (3,4%) que foram classificadas como “outros enquadramentos”. São materiais que não puderam ser agrupados – nem mesmo em duplas – por falta de similaridade temática entre si. Tratam-se de textos considerados *sui generis* dentro do contexto do corpus analisado e que abordavam, por exemplo, desde objetos encontrados no fundo dos reservatórios, passando por matérias sobre as propagandas da Sabesp até o polêmico prêmio recebido pelo então governador Geraldo Alckmin por “excelência em gestão hídrica”. Mantiveram-se na classificação temática apenas matérias com no mínimo outra de tema similar (quantidade mínima de dois textos). Os resultados percentuais com a interpretação das tabela dos grupos abaixo podem ser conferidos na página 211:

- 1) Monitoramento dos níveis dos reservatórios
- 2) Fatores meteorológicos como causa
- 3) Impacto econômico-financeiro da crise
- 4) Posições/debates sobre fazer ou não racionamento/rodízio (sem conflito*).
- 5) Denúncia de gastos excessivos, vazamentos ou má gestão da água
- 6) Solução com obras públicas
- 7) Impacto social na população (dificuldades no cotidiano público ou privado)
- 8) Conflito (de fato) e disputas por água
- 9) Soluções sociais - ações/mobilizações da população para poupar água
- 10) Novas solução tecnológicas (ainda não implementadas)

- 11) Impacto ambiental (na fauna e flora)
- 12) Alerta sobre riscos de esgotamento da água
- 13) Protestos da população (sem causar conflito de fato)
- 14) Alerta de risco de contaminação da água
- 15) Solução ambiental (limpeza das águas e/ou recuperação da fauna e/ou da flora)
- 16) Qualidade da água bruta dos mananciais para tratamento
- 17) Outros enquadramentos (N.A. - Não se Aplica)

• Sub-Enquadramento de Causalidade

Gitlin (1980) foi um dos primeiros pesquisadores a trabalhar frames de segunda ordem ao conceituar as “pequenas teorias tácitas” que estão inseridas em um determinado frame principal. De maneira similar, Gamson e Modigliani (1989) consideram que o *frame* é constituído por “pacotes de mídia” que conferem significados a um problema. Para ambos, o núcleo seria a ideia central organizadora, ou *frame* principal, por conferir sentido aos eventos da notícia; e os suportes de sentido seriam os sub-frames. Isto é, os segundos seriam estruturadores de sentido do primeiro.

Os enquadramentos de responsabilização (*frames responsibility*), por exemplo, na obra *Alguém é responsável?*, de Iyengar (1991), é um exemplo de pesquisa construcionista combinada com cognitivista. Os autores sugerem investigar duas categorias de enquadramento: *causal responsibility frame* e *treatment responsibility frame*. O primeiro analisa quem a imprensa responsabiliza de maneira causal e o segundo quem seriam os responsáveis tanto pelas consequências quanto pelas soluções.

A obra investiga a responsabilização – tanto gerados pela imprensa (*frame sending*) como também os recebidos e interpretados pelo público (*frame effects*). Porque muitas matérias, segundo Iyengar, não responsabilizam diretamente ou indiretamente agentes por um determinado problema. Mas, para os pesquisadores, de acordo com as teorias de cognição da área de psicologia, os receptores tendem a responsabilizar alguém quando se deparam com um problema (seja de natureza individual ou coletiva). Mesmo que os responsáveis não estejam inscritos, diretos ou indiretamente, na narrativa do acontecimento.

A divulgação dos enquadramentos (*framing sending*) abordando causas, tratamentos e solução para um determinado problema se mostra adequada a esta pesquisa. Contudo, não será realizada a análise de recepção (*frames effects*), nem tampouco análises de responsabilização direta. Uma vez que as responsabilizações podem ser afirmadas mais por *frames effects* – quando o receptor é tácito em responsabilizar alguém por um problema – do que por *framing sending*.

Uma vez que nesta última categoria, a responsabilização se torna excessivamente complexa pelos altos níveis de subjetividade presente nas narrativas – que quase sempre sugerem ou apontam responsáveis indiretamente e sugestivamente, tornado complicada uma classificação mais segura.

Entman (1993) elaborou uma categorização similar aos enquadramentos de responsabilização de Shanto Iyengar (1991), uma vez que investigam frames de causas, responsáveis, consequências e soluções para problemas sociais na perspectiva dos enquadramentos gerados pela imprensa (*sending framings*). O pesquisador identificou quatro funções categóricas dos *frames*: definem as causas dos problemas (determinam o que o agente causal está fazendo e com que custos e benefícios, geralmente medidos em termos de valores culturais comuns); diagnosticam causas (identificam as forças que criam o problema); fazem avaliações morais (avaliam os agentes causadores e seus efeitos); e sugerem soluções (oferecem e justificam tratamentos para o problema e preveem seus efeitos prováveis) (Entman, 1993).

• Sub-enquadramento de causalidade dos rios

Baseado na linha de estudos de *framing analysis* voltadas à causalidade, optou-se estabelecer categorias de enquadramentos para compreender como a imprensa cobriu a poluição dos rios urbanos durante a crise hídrica. Assim, estabeleceram-se os enquadramentos que sugerem ou geram “teorias tácitas” sobre **(a) a poluição dos rios como uma das causas da crise hídrica e (b) a despoluição dos rios seria uma das soluções para a crise hídrica.**

Para identificar as relações causais nos enquadramentos, foram utilizados marcadores linguísticos de causalidades elaborado por Finatto e Simioni (2007), similares aos marcadores sugeridos em língua inglesa por Iyengar (1991) e Entman (1993). O conjunto de conectivos de Finatto e Simioni, em língua portuguesa, foi elaborado por esses pesquisadores baseado em estudos anteriores de Neves, Souza e Domingos (1999), (NEVES, 2000), Bechara (2001) e Almeida (2005). O resultado foram 39 expressões de causalidade. Desses itens, 31 são conjunções e expressões causais e/ou conclusivas e apenas 8 são verbos. Todas se mostraram adequados nos testes de análise de enquadramento realizados previamente para esta pesquisa.

Figura 18 – Conjunto de conectores de causalidade para busca no corpus . Inclui conjunções causais, conclusivas e consecutivas. O sinal * corresponde a diferentes possibilidades de grafia (Esse/Este, entre outros)

Assim	Por *er
Como	Por causa d*
Consequentemente	Por conseguinte
Dado que	Por Es*a Razão
De forma que	Por es*e motivo
De maneira que	Por fim
De modo que	Por isso
Desde que	Por isso que
Devido	Porquanto
Enfim	Porque
Então	Portanto
Já que	Sendo que
Logo	Uma vez que
Motivo pelo qual	Visto como
Pois	Visto que

Fonte: Finatto e Simioni (2007)

Porém, é possível verificar que nem sempre a causalidade vem expressa próxima a marcadores causais. Em muitos casos, a causalidade geralmente se expressa implicitamente. Por exemplo, na frase: “A crise hídrica está fortemente ligada com o aquecimento global que começou há 20 anos”. Não há um conectivo causal explícito. Sabemos que a escassez de água para os seres humanos é o que causa o aquecimento global. Ocorrências do tipo são muito frequentes, principalmente em conversas informais. Existem alguns estudos sobre as estruturas causais sem conectivos causais explícitos (TEDRUS, 2014). Portanto, denominamos estes marcadores como *marcadores de apoio* no sentido da identificação mais prática, porém, não única. Com a ausência desses marcadores nos textos procurou-se realizar uma leitura para identificar possíveis causalidades implícitas que só poderiam estar configuradas subjetivamente.

Os dois enquadramentos são importantes sobretudo porque grandes rios como o Tietê, o Tamandateí e o Pinheiros ficaram praticamente ausentes do enquadramento de causas e soluções na maior parte da cobertura jornalística durante a crise (2012-2014). Isto é, esquecidos como os mananciais que foram no passado, e ignorados como possíveis fontes de abastecimento do futuro. A constatação preliminar dessas ausências puderam ser observadas durante a leitura inicial do corpus . Estes grandes rios, sendo o Tietê o maior do Estado de São Paulo, são afluentes que abasteceram a cidade de São Paulo (inclusive em seus trechos urbanos) até a década de 1920 na áreas urbanas. Até que foram canalizados e poluídos com o consentimento do poder público. Identificar os enquadramentos dos rios traz luz sobre a qual retroação temporal a imprensa utilizou para realizar a relação causal, de maneira a descobrir se estes enquadramentos retomam

aos planos urbanísticos das décadas de 1920 e 1930. Porque foi nesse período que o projeto oficial de Saturnino de Brito de despoluição dos rios – voltado ao abastecimento público – foi abandonado (DELIJAICOV, 1998). E, com a canalização e retificação dos mesmos, geraram uma situação de difícil correção, denominada a *path dependence* citada na página 142. A não retroação a este acontecimento na época corrobora a sugestão de que o jornalismo seria um tipo de “conhecimento fragmentado” no tempo (PARK, 1976), em que fatos essenciais para a compreensão de um problema são perdidos, comprometendo a compreensão a partir de pontos de vistas fundamentais.

Para melhor adequar metodologicamente os enquadramentos pesquisados, propomos associá-los de maneira interdisciplinar a outros campos de conhecimento, das teorias do jornalismo (temporalidade das notícias), da filosofia e da teoria democrática (esfera pública), uma vez que ambas são inerentes ao tema pesquisado.

• **Sub-Enquadramento de Visões Ambientais**

O sub-quadramento de visões ambientais é importante porque uma perspectiva antropocêntrica tende a desfavorecer a perspectiva da necessidade de preservação dos rios a outros seres vivos, por dedução lógica. Se, supostamente, a água não é sub-enquadrada na cobertura jornalística como importante a outros seres vivos, a degradação dos rios (e a destruição de sua vida aquática) pode ser melhor compreendida. Outro fator relevante é relacionar as visões ambientais - da mais estreita à mais ampla - de acordo com redução/ampliação dos recortes temporais. No sentido de verificar se com o alargamento temporal aumenta-se também o alargamento da visão ambiental. Os critérios para a classificação foram definidos em três, todos tendo marcadores mais subjetivos de apoio, mas não se limitam a eles. Os marcadores são importantes para deixar a classificação mais ágil. Mas quando não são identificados no texto, o pesquisador realiza uma leitura mais qualitativa e completa como maneira de assegurar a classificação mais adequada.

1 – Enquadramento Antropocêntrico – São os textos que mencionam a importância da água como útil aos seres humanos (visão utilitarista da racionalidade técnica). A classificação pode ser identificada com marcadores de apoio representados por palavras ou frases como “recurso”, “abastecimento humano”, “abastecimento da população”, “necessária a futuras gerações”, “fornecimento”, “distribuição” para “residências”, “empresas”, “hospitais” ou outras organizações. O texto integra este grupo desde que não mencione a água como elemento necessário, importante ou de uso para outras formas de vida. A subteoria implícita é que a água existe apenas para os seres humanos ou apenas essa perspectiva é considerada na matéria.

2 – Enquadramento Biocêntrico – Aborda a necessidade, o uso ou a importância da água como útil aos seres vivos em geral, incluindo os seres humanos e outras espécies – a partir dos mesmos marcadores de apoio citados anteriormente. Porém, desde que não indiquem a água apenas apenas como recurso aos seres humanos. É possível visualizar essa subteoria em contraste

com primeira – por ser uma visão mais ampla, para além da água como necessária apenas aos humanos.

3 – Enquadramento Holocêntrico (ou bio-fisiocêntrico) – Utilizou-se marcadores de apoio como “sistemas de vida”, “ecossistema”, “vida aquática”, “redes de vida” e similares relacionando-os com a “teorias tácitas” relacionadas à necessidade da preservação, conservação e recuperação da água como necessária, importante ou de uso para além de todos os seres vivos – o que inclui também a água como necessária à manutenção de recursos minerais (solo, água, ar e outros elementos físico-químicos da natureza) dentro dessa visão sistêmica da terra. A “teoria tácita” é que a água é necessária/intrínseca a tudo o que existe naturalmente no planeta. Porque, nessa perspectiva, toda a natureza forma um único sistema de vida.

4.5.3 Unidade III - Enquadramento de Controvérsias (de Pluralidade de Vozes)

No início deste trabalho, abordamos a esfera pública e os jornais como uma arena (entre pessoas de elites, não-elite, partidos, governo, grupos de interesse, movimentos sociais, etc.) onde os participantes procuram debater racionalmente pontos de vista. Ou passam a disputar simbolicamente pela prevalência de perspectivas de seus interesse particulares (não-públicos). Também analisamos como a perspectiva da pluralidade em Arendt (2012) não comporta apenas um ponto de vista, uma verdade última – que representa a antítese da vida activa: o discurso tirânico e não plural. Sabemos que as matérias analisadas neste trabalho contam com um baixo número médio de fontes (3,6 por matéria). Muitas articulam um pequeno número de vozes com pontos de vista que podem ser convergentes, diferentes ou divergentes. Se o debate é menos ou mais racional, a pluralidade de pontos de vista será sempre necessária, seja na sociedade, no jornalismo, na academia. Pelo menos compreendendo a pluralidade como condição fundamental tanto à esfera pública de Habermas (1984) quanto à ação em Arendt (2012).

Além da voz do próprio jornalista na matéria – que geralmente têm caráter informativo – há também as vozes das personagens (especialistas, políticos, etc) que opinam sobre questões abordadas. A “objetividade como ritual” (TUCHMAN, 1978) dos jornalistas têm como princípio deixar a opinião ser exercida por terceiros, os personagens – “garantindo”, assim, a sua isenção e independência aparente. Um dos recursos mais utilizados pelos jornalistas para transmitir opiniões de fontes e personagens são as citações diretas e indiretas nos textos. Mauro Porto (2007) menciona os estudos de Tuchman (1978) e Sigal (1973) que afirmam que jornalistas frequentemente usam falas de outros atores para promover interpretações específicas sobre temas e eventos políticos. Desta forma, eles evitam apresentar interpretações de forma direta e utilizam os argumentos de outros agentes para dizer o que eles próprios pensam (PORTO, 2007).

Para investigar essas vozes nas matérias, Mauro Porto (2007) propõe um método de classificação denominado “controvérsias interpretativas”. O autor define essas interpretações como “disputas políticas que não são resolvidas apenas a partir de informações e fatos, mas que se desenvolvem principalmente através de enquadramentos interpretativos” (PORTO, 2007,

p. 124). De acordo com o pesquisador, esses enquadramentos são identificados por meio de vozes de personagens que se utilizam de frases para julgar as causas, consequências, soluções e responsáveis por determinado problema. Porém, geralmente tais vozes não trazem informações e fatos para uma melhor formação de opinião sobre a questão – mas oferecerem recursos argumentativos persuasivos e baseados em ideias mais simples de serem compreendidas (PORTO, 2007).

A definição de Porto foi inspirada no conceito de “enquadramento de julgamentos” (framing judgments) de Entman e Rojecki (1993). A pesquisa dos autores norte-americanos é baseada em uma análise detalhada sobre como jornalistas e as fontes por eles citadas interpretaram eventos específicos que foram organizados pelo movimento contra a Energia Nuclear nos EUA. Porto afirma que, de acordo com (SCHON; REIN, 1994), mesmo quando as partes envolvidas trabalham a partir dos mesmos fatos, elas os interpretam de forma diferente.

O estudo das controvérsias demonstra que as pessoas possuem uma impressionante capacidade de ignorar as evidências que são apresentadas por adversários. Isto não significa que fatos e informações são irrelevantes, uma vez que não é possível inventar do nada os argumentos que são apresentados durante as controvérsias. Todavia, os autores ressaltam como desacordos não são resolvidos simplesmente recorrendo-se a evidências ou informações factuais.

Um exemplo para esse tipo de controvérsia surge quando o então governador Geraldo Alckmin, mesmo com todos os dados de possível fim da água em São Paulo, afirmava que não faltaria água na RMSP e que não haveria rodízio de abastecimento na cidade. Porém, a imprensa conseguiu constatar inúmeras vezes que a Sabesp cortava a águas de bairros inteiros sem aviso prévio. Isto é, na prática, o governo realizou racionamento irregular em bairros pobres de São Paulo. E as falas de Alckmin mantiam-se a mesmas no sentido de que não haveria racionamento.

O principal pressuposto do modelo, segundo Porto (2007), é o de que os enquadramentos interpretativos apresentados pela mídia oferecem aos cidadãos dicas simples que promovem interpretações particulares sobre temas e eventos políticos, estimulando assim os desenvolvimentos de narrativas específicas e persuasivas sobre a realidade pública.

A visão sofisticada de Porto (2007) foi contextualizada a partir das ideias de diversas teorias da democracia e, principalmente, da disputa política por produção de sentidos entre agentes políticos e de Estado. Reconhecemos estes enquadramentos interpretativos no *corpus* desta pesquisa. Mas não apenas na perspectiva de “disputa” como definido pelo autor, porque foi possível observar nas leituras flutuantes pontos de vistas não apenas divergentes, mas também diferentes. Isto é, que não se chocavam – mas apontavam para caminhos distintos, seja na responsabilização, no apontamento de causas ou soluções para a crise hídrica. Portanto, não consideramos que opiniões diferentes deixem de se configurar como controvérsias. Porque o sentido de controvérsia, apesar associado à ideia de oposição, também está baseado na ideia de discussão ou debate. Até porque também, muitas vezes, fica muito difícil distinguir em uma matéria o que separa o “pensamento divergente” do “pensamento diferente”. A distinção de

ambos na maioria das vezes pareceu mera interpretação – podendo variar muito dependendo do público.

Como exemplo, suponhamos que o governador de São Paulo tivesse dito a frase “retirar água do Rio Paraíba não irá prejudicar o Rio de Janeiro (RJ)” e o então governador do RJ Pezão responderia que “apenas a Agência Nacional de Águas é que poderá avaliar a viabilidade do projeto”. Trata-se de uma visão diferente de Alckmin, mas não parece correto afirmar que seja exatamente uma disputa – levando em consideração apenas o texto em si mesmo. A definição de oposição precisaria ser avaliada em uma gama de contextualização para ser compreendida como disputa ou diferença de pontos de vista. De toda forma, não seria adequado supor que todas as vozes – quando não são convergentes – sejam, necessariamente, divergentes. Afinal podem ser diferentes, portanto, tão plurais quanto as demais. Como as três características de interações de vozes que estamos tratando (divergente, convergente e diferentes) se referem à pluralidade para além das disputas políticas no escopo desta pesquisa – utilizamos o termo “Enquadramento de Controvérsias (Pluralidade de Vozes)” com outra expressão em parênteses como apoio semântico. De maneira a oferecer um sentido mais forte de pluralidade sem perder de vista as possíveis relações de disputa.

Os Enquadramentos de Controvérsias, conforme sugere o trabalho de Porto (2007), são especialmente aplicados à televisão. Aqui, se propõe adaptá-los para textos jornalísticos digitais. Como é natural que as matérias digitais sejam textualmente mais longas e com mais fontes que a televisão, criamos uma gradação dos “plurais abertos”, formando as seguintes categorias de classificação:

- **Sem Vozes:** quando nenhum enquadramento interpretativo é apresentado na notícia que se limita a relatar algum fato/evento/ação ou tema, i.e., não traz outra opinião pessoal sobre o tema;
 - **Restritivos:** quando há apenas um enquadramento interpretativo do fato/evento/ação ou tema;
 - **Plurais fechados:** situação em que duas ou mais vozes são expostas sobre um determinado fato/evento/ação, mas há uma hierarquização entre os diferentes pontos de vista;
 - **Pouco plurais abertos:** há dois pontos de vista sem hierarquização sobre fato/evento/ação;
 - **Médio plurais abertos:** há de três a quatro pontos de vista sem hierarquização;
 - **Muito plural aberto:** há quatro pontos de vista ou mais sem hierarquização.
-
- **Adaptação do conceito de plural fechado**

Foram também realizadas mais duas adaptações nas categorias citadas. A primeira foi em relação ao conceito de “plural fechado” e “plural aberto” postuladas por Porto (2007). O autor baseia em Entman (1991) que reconheceu, em suas pesquisas, que as notícias não eram monolíticas. Isto é, haviam contradições nos enquadramentos – de maneira que uma matéria nem sempre expressava, necessariamente, apenas a “visão dominante”. Diferentemente, o autor afirmava que haviam “linhas narrativas dominantes” que marginalizavam pontos de vista alternativos, o que diminuía a saliência de um argumento alternativo e aumentava outro (Entman 1991, p. 21 apud Porto, 2007, p. 132). Entman, segundo Porto (2007), sugere que devido à baixa saliência destas visões alternativas elas teriam pouca utilidade prática para a audiência (Entman 1991, p. 21, apud PORTO 2007, p. 132). Esta visão – de que em um determinado enquadramento podem haver outros pontos de vista – parece estar de acordo com teorias de subenquadramento mencionadas anteriormente, em que “pequenas teorias tácitas” poderiam ser identificadas no interior do enquadramento principal ou dominante (GITLIN, 1980, p. 5). Seriam asserções interpretativas de menor força que poderiam (ou não) diferir ou divergir do *frame* principal, no entanto, com menos saliência, inserida de forma marginalizada na narrativa. Porto argumenta que a recepção não foi testada por Entman. Optando por um caminho diferente, o autor brasileiro prefere testar a hipótese de que as notícias classificadas como restritivas geram uma recepção também restritiva. O pesquisador conclui que os enquadramentos *plurais fechados* e as *plurais abertos* proporcionavam aos leitores mais possibilidades de outros entendimentos sobre o tema abordado na notícia. Porto (2007) ressalta o poder deste enquadramento restrito nos resultados obtidos:

Quando expostos a apenas um lado da discussão sobre um tema ou evento político, um número maior de pessoas adota o enquadramento interpretativo apresentado pela notícia. Por outro lado, quando expostos a diferentes interpretações sobre estes temas e eventos, os cidadãos têm acesso a enquadramentos alternativos que podem ser usados como “atalhos” no desenvolvimento de entendimentos mais variados sobre temas públicos (Porto, 2007, p. 240).

Voltando à questão da adaptação do conceito de “plural fechado” nesta pesquisa – em razão da temática estudada estar relacionada à escassez de água –, uma nova compreensão sobre saliência precisou ser elaborada. Na leitura exploratória do corpus, foi possível perceber que a cobertura da crise foi baseada com maior frequência em argumentos quantitativos de mensurações diversas da crise. Isto é, abordando volumes de reservas de água, de retirada de água de reservatórios, de precipitações e outras questões meteorológicas. Portanto, foi necessário definir um critério um pouco mais específico para o que seria compreendido como “saliência” de um determinado argumento e a marginalização de outro — porém, no contexto específico da crise hídrica. Nesse sentido, foram considerados argumentos mais fortes as informações – independentemente de serem válidas⁵² ou não — baseadas em dados ou conclusões advindas

⁵² O termo “válidas ou não” foi utilizado aqui no sentido de que, mesmo dados advindos de pesquisa podem não ser neutros — dependendo dos interesses das instituições e dos agentes envolvidos e seu processo de

de pesquisas de dados, análises técnicas ou fatos estudados. Fossem informações adquiridas de fontes oficiais, não oficiais, acadêmicas ou pela sociedade civil. Desde que em situações onde haviam posicionamento diferentes ou divergências de vozes.

Assim, esta pesquisa estabeleceu como o primeiro critério de maior saliência (para a categoria de *plural fechado* – em situação de controvérsias textuais), as citações diretas ou indiretas baseadas em **dados, estudos, estatísticas, números, fatos, relatórios e similares** e em que os argumentos contrários não dispusessem das mesmas categorias informativas. O segundo critério de maior saliência foi estabelecido para situações em que a **posição de especialização** da fonte (seu cargo e/ou nível de estudo) é identificado — e os argumentos contrários não advêm de agentes com o mesmo *status* de especialização ou de nível educacional.

Nesse sentido, o primeiro critério se configurou como mais forte do que o segundo na classificação de saliência. Porque, mesmo que um especialista entre em controvérsia com um “cidadão não especialista”, se o último manejar, por exemplo, argumentos mais embasados em dados, a voz do especialista acaba por perder saliência (que muitas vezes não se sustenta apenas em razão de sua posição social).

O que se pôde observar ainda é que as fontes oficiais utilizavam muito mais dados em relação às fontes não governamentais ou da sociedade civil, o que alçou as fontes oficiais às posições dominantes de enquadramento, em razão destas terem, naturalmente, acesso privilegiado a informações por meio de seus departamentos especializados e consultorias contratadas. O que não impediu que jornalistas, fontes e acadêmicos utilizassem as informações de acesso público de maneira a questionar as interpretações de dados por parte do governo do Estado de São Paulo. Em outras palavras, em situação de controvérsias, argumentos baseados em critérios “mais persuasivamente embasados” foram considerados superiores. A situação de marginalização de pontos de vista acaba por oferecer ao leitor alternativas frágeis (marginalizadas) em relação a outras perspectivas sobre um fato/ação/evento. Conforme as categorias listadas anteriormente, matérias sem quaisquer controvérsias, mas com outros pontos de vistas, foram classificadas, dependendo do número de vozes presentes, como **pouco plural aberto, médio plural aberto** ou **muito plural aberto**.

- **Substituindo a categoria “Episódica” por “Sem Vozes”**

A segunda adaptação é referente a não utilização do termo matérias “Episódico” de Porto (2007). A categoria, segundo o autor, se refere aos enquadramentos interpretativos em que a

produção. Por exemplo, o Governo do Estado de S.Paulo fornecia números sobre o volume dos mananciais , somando o “volume morto” como volume útil. O que, inclusive , levou a Sabesp a denominar o “volume morto” como “reserva técnica”. Tais atitudes foram consideradas pela justiça como manipulação de dados para diminuir a gravidade do problema perante a opinião pública - **como comunicação estratégica**. No entanto, antes de serem questionados, os dados foram utilizados desta forma pela imprensa. O debate era que os argumentos governamentais embasados em dados “mais otimistas” teria como objetivo construir o argumento de que o volume de água “seria suficiente”, descartando a adoção do rodízio. **Estes dados, até serem considerados “não-válidos” posteriormente pela justiça, foram utilizados pelo governo.**

notícia que se limita a relatar algum fato/evento/ação ou tema. Resumidamente, o termo foi utilizado pelo autor geralmente para classificar em matérias de televisão pequenas. No caso desta pesquisa, trabalhamos com textos médios e grandes de no mínimo duas laudas. Como alternativa passamos a denominar a situação de ausência de vozes estabelecendo a categoria “Sem Vozes”.

4.5.4 Unidade IV– Pluralidade de fontes.

- **Análise de conteúdo**

A Análise de Conteúdo (AC) é uma das técnicas mais clássicas de análise de textos – e começou a ser utilizada há mais de 220 anos para estudar artigos de jornais, revistas, propagandas, discursos políticos, histórias folclóricas, entre outros (HARWOOD; GARRY, 2003). A AC cresce no período entre guerras e se fortalece e se dissemina na academia norte-americana com o pesquisador Harold Lasswell e associados durante a Segunda Guerra Mundial (SENNE, 2009). As investigações na época receberam amplos estímulos e financiamentos em razão das preocupações em torno dos meios de comunicação de massa que se ampliavam e seus possíveis efeitos sobre a população. Principalmente com a criação e disseminação de meios eletrônicos como o telégrafo, o rádio, o cinema e posteriormente a televisão.

O desejo era oferecer validade “científica” aos estudos sobre fatos sociais com sistematicidade, com níveis de objetividade, controle e capacidade de previsão exatamente como eram feitas as pesquisas nas ciências naturais (HANSEN et al., 1997). Segundo (BARDIN, 1977), o desenvolvimento histórico da análise de conteúdo se apoiou no desejo de rigor e na necessidade de descobrir, além da superficial aparência do material analisado era essencialmente jornalístico. O foco era a mensurar as frequências com que “o rigor científico evocado é o da medida [...] desencadeia-se um fascínio pela contagem” (BARDIN, 1977, p. 15). O método estava situado no contexto da influência positivista dominante na época, representada pela defesa da objetividade presente na definição clássica de Bernard Berelson como: “É a transformação sistemática de conteúdo comunicativo em categorias de acordo com determinadas regras, e a análise das relações envolvendo estas categorias usando métodos estatísticos” (BERELSON, 1952, p. 18).

As críticas mais contundentes à perspectiva positivista da AC era em relação à objetividade. Uma vez que o método contava com uma alta carga de subjetividade – a começar pelas próprias escolhas do observador sobre “o que” observar em “quais objetos”. Em suas reformulações mais recentes, as definições sobre a análise de conteúdo abandonaram a ideia de objetividade em detrimento de aspectos como a sistematicidade e a replicabilidade (HANSEN et al., 1997, p. 95). Isto é, as pesquisas passam a se tornar válidas se um outro pesquisador, ao refazer a mesma análise (com o mesmo objeto) chegará aos mesmos resultados ou em resultados muito similares.

Ao superar a sua primeira fase positivista (numericista, quantitativista e objetivista), alguns aspectos qualitativos começaram a fazer parte da AC. De forma que os estudos na área começaram a contemplar a presença e ausências de atributos positivos e/ou negativos nos textos, de forma a ser usada tanto com dados quantitativos como também qualitativos (HARWOOD e GARRY, 2003). O que suscitou uma nova definição da AC como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42)

Outra crítica à AC é de Stuart Hall (1975) quando o autor a compara com as análises linguísticas e estilística. Porque estas são capazes de avaliar, por exemplo, ênfases e tons nos enunciados ao longo das narrativas, enquanto a AC fica presa às suas categorias predeterminadas. Porém, alguns autores afirmam que os métodos prioritariamente qualitativos, com os de linguística, não podem ser aplicados em quantidades grandes de textos por serem tecnicamente pormenorizados. Isto é, a sua aplicação a partir de uma determinada escala torna-se inviável. Nesse sentido, Riffe, Lacy e Fico (2005) preferem ressaltar como característica principal da AC o seu aspecto sistemático que permite investigar grandes amostras e muitas informações. De acordo com Bardin (1977), a AC é um conjunto de procedimentos metodológicos que precisam ser executados em três fases: a pré-análise (a definição do corpus, já realizada) e a definição dos critérios de seleção que garantam a representatividade, a homogeneidade e pertinência das classificações (Ficha de Classificação); a tomada de decisão do que será analisado (índices, indicadores, software de análise estatística, também utilizado); e as inferências e interpretações dos resultados.

• Procedimento metodológico de AC neste estudo

A Análise de Conteúdo empregada aqui tem como objetivo investigar: (a) a recorrência das fontes que tenham como origem três setores da sociedade: Primeiro setor, Segundo setor, Terceiro setor e Indivíduos da Sociedade Civil (cidadãos, cidadãos especialistas acadêmicos e não-acadêmicos). Essas categorias estão representada na Ficha de Classificação na questão Q36; (a.1) a relação de pluralidade entre as categorias de fontes citadas anteriormente, questão Q37 e; (b) pela frequência de fontes de elite e não-elite, questão Q52. Vamos então detalhar cada um destes critérios:

(a) Critérios de classificação de fontes setoriais

Os critérios de AC foram estabelecidos segundo a representatividade, a homogeneidade (ausência de ambiguidade) e a pertinência das classificações conforme postulado por Bardin (1977). As categorias de identificação das fontes por setores da sociedade foram organizadas da seguinte maneira:

- **Primeiro setor:** menciona informações vindas de pessoas, personagens ou documentos que tenham como origem membros de governo ou de Estado;
- **Primeiro setor – Oficiosas:** menciona informações vindas de pessoas, personagens ou documentos que tenham como origem membros do governo ou de Estado. Porém, se pronunciam anonimamente.
- **Segundo setor:** menciona informações vindas de pessoas, personagens ou documentos que tenham como origem organizações privadas e com fins lucrativos;
- **Terceiro setor:** menciona informações vindas de pessoas, personagens ou documentos que tenham como origem organizações não-governamentais e sem fins lucrativos;
- **Cidadão:** menciona informações vindas de pessoas, personagens ou documentos de autoria destes que tenham como origem o indivíduo. Isto é, que não mencionem ser parte representante de quaisquer organizações públicas ou privadas.
- **Cidadão especialista-acadêmico:** menciona informações vindas de pessoas, personagens ou documentos de autoria destes que tenham como origem um indivíduo especialista, desde que faça menção sobre ser parte representante de quaisquer organizações de ensino superior, seja como professor ou pesquisador.
- **Cidadãos especialistas-não-acadêmicos:** menciona informações vindas de pessoas, personagens ou documentos de autoria destes que tenham como origem um indivíduo especialista em alguma atividade, seja informal ou formal. Desde de que não faça menção sobre ser parte representante de quaisquer organizações de ensino superior, seja como professor ou pesquisador.

A partir da questão da Ficha de Classificação “Q36. Quais fontes por setores da sociedade estão presentes?”, cada matéria observada pôde ser classificada em mais de uma das opções acima para possibilitar a classificação do nível de pluralidade na questão seguinte (Q37).

(a.1) Critérios de classificação de pluralidade de fontes setoriais

O critério para a definição dos níveis de pluralidade basearam-se no resultado da análise de conteúdo da questão Q36. Isto é, observando o resultado da questão anterior pôde-se inferir o nível de pluralidade da questão seguinte (Q37). De forma que quanto mais categorias identificadas em uma matéria, mais plural o texto foi considerado. Vale ponderar o fato de que a métrica adotada não pretende avaliar a qualidade *per se* das relações entre as fontes. O que se procura é apenas aferir quantitativamente uma menor ou maior variedade de fontes – como um sinal menos ou mais positivo de pluralidade (entendendo-se como positivo a presença de fontes advindas de diferentes setores da sociedade). O que faz com que o critério não seja apenas quantitativo, mas o que poderíamos considerar como quanti-qualitativo. A mensuração do nível de pluralidade se deu a partir destes cinco critérios:

- 0 Fontes = Não Plural
- 1 Categoria de fonte = Não Plural
- 2 Categorias de fontes = Pouco Plural
- 3 Categorias de fontes = Plural
- 4 Categorias de fontes = Muito Plural

É importante ressaltar que os números acima não se referem à quantidade total de fontes na matéria, mas à quantidade de categorias de fontes. Por exemplo, se houverem 8 fontes – todas governamentais –, a notícia será classificada como do tipo “1 – Não Plural”. Da mesma maneira, se houverem apenas 2 fontes no texto – mas se ambas pertencem a categorias diferentes – a matéria será classificada como tipo “2 – Pouco Plural”. Assim, o que se procura revelar não é apenas uma progressão numérica de fontes, mas uma variedade de representações sociais.

(b) Critérios de classificação de fontes de elite e não-elite

Em razão da elaboração da seção teórica que tratava sobre fontes, as categorias das fontes de elite e não-elite foram elaboradas anteriormente e detalhadamente identificadas na página 204. Ambas as categorias, então, foram compostas seguindo as seguintes posições sociais:

Elites: Econômica (Empresas) – brasileiros e estrangeiros proprietários e/ou acionistas de médias e grandes empresas privadas; executivos dirigentes que atuam como conselheiros consultivos, coordenadores, gerentes ou diretores; investidores de médio e grande porte.

Elite burocrática (Estado): servidores públicos que atuam como conselheiros consultivos, coordenadores, gerentes ou diretores em empresas públicas ou órgãos estatais; servidores públicos de alta renda como juízes, promotores, gestores federais; servidores investidos de poder de autoridade administrativa e de fiscalização.

Elite política (Governo): quaisquer políticos estrangeiros ou brasileiros e que, no caso de ser brasileiro, ocupem cargos eletivos em geral ou de representação em nível municipal, estadual ou federal (seja no executivo, legislativo ou judiciário);

Elite intelectual (Academia): docentes, pesquisadores de universidades, representantes institucionais, coordenadores, chefes de departamento, diretores ou assessores especiais de instituições de ensino superior públicas ou privadas (estas últimas também parte da elite econômica);

Elite da sociedade civil organizada: empregados em organizações do Terceiro setor de médio e grande porte e que atuam como dirigentes, em conselhos consultivos, como consultores, coordenadores, gerentes ou diretores do Terceiro setor;

Elite cultural de influência social: escritores reconhecidos, artistas renomados e/ou personalidades menos ou mais famosas na grande mídia em quaisquer áreas artísticas;

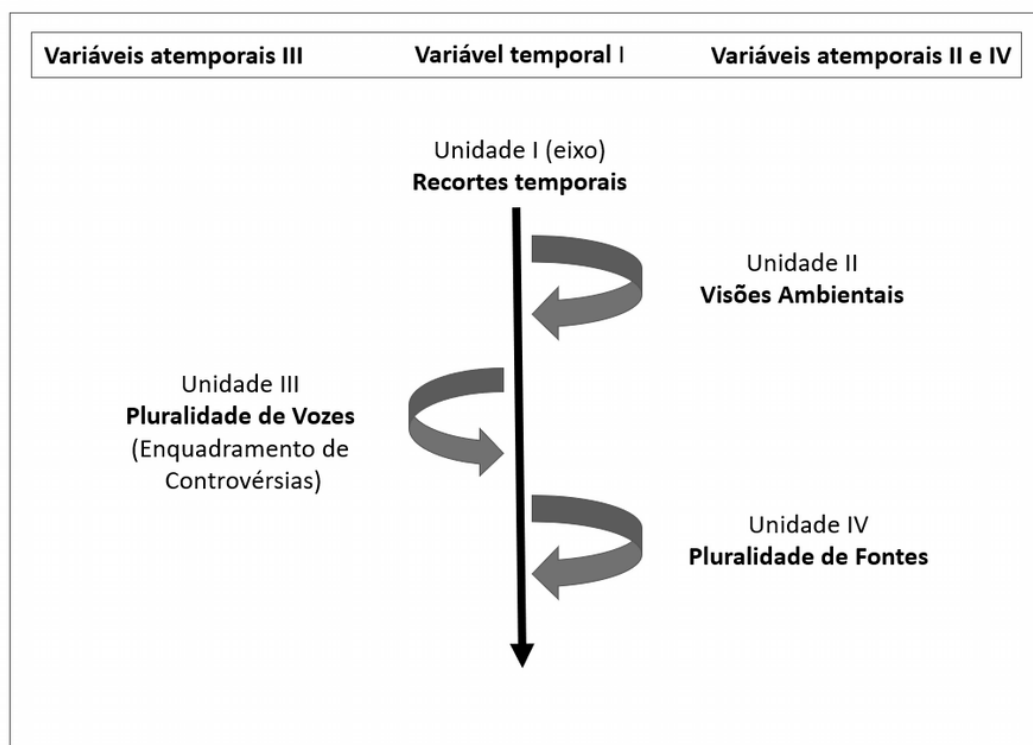
Não-elite: todos que não fazem parte do grupo anterior, sem poder econômico relevante, sem poder dirigente ou sem influência social pública pautada por uma posição hierárquica, intelectual e cultural de destaque. Exemplo: desempregados, ambulantes, profissionais sem cargos de liderança em sistemas públicos e privados: assistentes, operários, vendedores em empresas de pequeno e médio porte, estudantes; empreendedores individuais; cargos de apoio administrativo, entre outros. Crianças e adolescentes foram considerados como pertencentes a grupos de “elite” ou “não elite” apenas quando a posição socioeconômica dos pais ou responsáveis fora mencionada.

4.5.5 Unidade V – Análise de Associações e de Correlações Lineares.

O princípio do teste Qui-Quadrado (χ^2) de Pierson é comparar proporções e indicar possíveis divergências entre as frequências esperadas e as frequências observadas em um determinado evento estudado. No caso específico da nossa pesquisa, as categorias foram dispostas em tabelas de contingência geradas pelo software *SOFA Estatistics*, desenvolvido pela empresa neozelandesa PATON-SIMPSON ASSOCIATES LTD (2009). A ferramenta possibilita o processamento de grandes volumes de dados estatísticos, se mostrando estável e precisa durante a pesquisa.

Para comparar a probabilidade de associação entre as variáveis da Unidade de Análise I - Recortes Temporais e as variáveis das demais Unidades, o SOFA gerou tabelas de contingência ordenadas em linhas e colunas. As tabelas foram geradas de acordo com a equação de χ^2 citada (Anexos) e comparadas com gráficos de progressão onde é possível visualizar a simultaneidade entre o crescimento das variáveis de Recortes Temporais (de T0 a T4) em relação às demais variáveis com Enquadramento de Controvérsias (Pluralidade de Vozes), Pluralidade de Fontes, entre outras, conforme a representação mostrada na Figura 23:

Figura 19 – Representação gráfica da aplicação da Unidade de Análise V



Fonte: elaborada pelo autor

A finalidade do teste é saber se existem diferenças significativas entre o número de ocorrências e o respectivo número esperado. O cálculo é feito baseado na soma de quanto os valores observados se distanciam dos valores esperados. Desse modo, quanto maior for essa diferença, menor será a probabilidade de que a relação tenha acontecido por motivos aleatórios. Isto é, com a alta diferença, o software gera evidências da existência de associações entre variáveis.

O software foi utilizado com o apoio voluntário do consultor em estatística Marcus Fagundes⁵³ para a análise e a interpretação dos dados e resultados gerados. Para analisar cada resultado foi elaborada uma hipótese padrão de existência de relação — que pode ser “rejeitada” ou “não-rejeitada” dependendo dos resultados gerados. Quando a hipótese de associação não é rejeitada, o segundo passo é avaliar os números da tabela de contingência para verificar se há evidências significativas de associação. Se o valor de p for $< 0,001$ ou $< 0,001$ há evidências significativas da existência de relação. Os resultados com valor p nos valores citados anteriormente foi observado na maior parte dos resultados desta pesquisa. “Os resultados estão coerentes e consistentes com os objetivos do trabalho”, afirmou o consultor.

É necessário esclarecer que o Qui-Quadrado é um método que, por ser probabilístico, não

⁵³ Marcus Fagundes é consultor e bacharel em estatística pela UnB - Universidade de Brasília. O estatístico atua no mercado privado e também tem ampla experiência profissional no setor público e na área acadêmica. A consultoria para este tese aconteceu em caráter voluntário como apoio na interpretação dos dados e dos resultados gerados pelo *SOFA Statistics* nesta pesquisa.

confirma hipóteses, apenas as rejeita ou não rejeita e gera índices de significância associativas. Nós aplicamos o método de Correção Linear, também de Pearson, na única situação em que tínhamos variáveis paramétricas, isto é, quantitativas (numéricas). O objetivo intermediário do trabalho foi verificar a possível relação entre o tamanho dos textos (número de caracteres) do corpus analisado e o número de fontes presentes nas matérias. Os resultados revelaram a inexistência de relação linear entre ambas as variáveis. Portanto, a quantidade de fontes não está correlacionada com o tamanho dos textos e vice versa, como está demonstrado na **Terceira Estapa - Resultados das Unidades de Análise**, a seguir.

4.6 TERCEIRA ETAPA – RESULTADOS DAS UNIDADES DE ANÁLISE.

4.6.1 A evolução da cobertura no corpus analisado

No Gráfico 1 é possível identificar o início do aumento do volume de matérias publicadas a partir de janeiro de 2014. O estopim deste rápido crescimento foi a publicação da reportagem *Reservatórios da Cantareira têm pior nível em 10 anos* do jornal *O Estado de São Paulo* (BRANDT, 2014) de 10/01/2014. A frequência de matérias sobre a crise, desde então, aumentou abruptamente até começar a declinar no período próximo ao fim da crise, em março de 2016.

Tabela 1 – Evolução da cobertura da crise hídrica

Mês/ano	Freq.	Porc.(%)			
jan/12	0	0,00	jan/14	2	0,29
fev/12	1	0,15	fev/14	22	3,24
mar/12	0	0,00	mar/14	42	6,19
abr/12	0	0,00	abr/14	31	4,57
mai/12	0	0,00	mai/14	27	3,98
jun/12	0	0,00	jun/14	7	1,03
jul/12	0	0,00	jul/14	16	2,36
ago/12	0	0,00	ago/14	28	4,12
set/12	2	0,29	set/14	21	3,09
out/12	0	0,00	out/14	50	7,36
nov/12	0	0,00	nov/14	31	4,57
dez/12	0	0,00	dez/14	23	3,39
jan/13	1	0,15	jan/15	52	7,66
fev/13	0	0,00	fev/15	50	7,36
mar/13	1	0,15	mar/15	36	5,30
abr/13	0	0,00	abr/15	22	3,24
mai/13	0	0,00	mai/15	28	4,12
jun/13	0	0,00	jun/15	17	2,50
jul/13	0	0,00	jul/15	22	3,24
ago/13	1	0,15	ago/15	27	3,98
set/13	0	0,00	set/15	26	3,83
out/13	0	0,00	out/15	22	3,24
nov/13	1	0,15	nov/15	15	2,21
dez/13	0	0,00	dez/15	20	2,95
			jan/16	19	2,80
			fev/16	10	1,47
			mar/16	6	0,88
			Total	679	100,00

Fonte: elaborado pelo autor.

4.6.2 Resultados: Unidades I - Recortes Temporais.

RESULTADO 1: O recorte no presente é preponderante em 42,9% dos textos

A Tabela 2 seguir é organizada por duas subdivisões de categorias temporais: a “geral” e “específica”. A primeira é composta pela temporalidade *unidimensional* (matérias localizadas dentro do presente referencial da crise hídrica), *bidimensional* (que mencionam presente, passado ou futuro) e *tríplice dimensional* (que se referem ao presente, passado e futuro). A segunda são os *recortes temporais* em uma gradação de T0 a T4. Na classificação “geral” de temporalidade, é possível observar que 291 textos (42,9%) foram classificadas como *unidimensionais* e apenas 49 como *tríplices dimensionais* (7,2%). Em relação aos *recortes temporais*, mais específicos, é possível perceber que o enquadramento mais frequente é o *presente aumentado*, com 214 matérias (31,5%), sem quaisquer referências ao passado e ao futuro. Em segundo lugar em maior recorrência estão as matérias que fazem referência ao passado, com 140 textos (20,6%).

No entanto, alguns textos que retroagem ao passado o fazem de maneira rápida e superficial — apenas citando uma data. Por exemplo, na sentença: “O Cantareira, inaugurado em 1973, passará por reformas esta semana“, o texto não aborda nenhum outro fato ou data rela-

cionada com a inauguração – por não ser este o objetivo da notícia. Portanto, estas categorias de textos não poderiam ser colocados lado a lado com aquelas que mergulham no passado, explorando outras datas e acontecimentos. Para isso criamos 5 categorias de contextualização temporal: *nula, média, fraca e forte*, conforme critérios estabelecidos nos Procedimentos Metodológicos. O terceiro maior volume de texto, com 127 matérias (18,7%), foi o recorte temporal T3, classificado como *contextualização temporal fraca*. Na outra ponta estão os textos com *contextualização temporal forte* que compreendem apenas 37 notícias (5,4%) do corpus.

Tabela 2 – Dimensões temporais e Classificações dos recortes temporais

3 Dimensões temporais (gerais)			9 Classificações dos Recortes Temporais (específicas) <i>Dimensão, tipos e subtipos</i>				
Q.23. Classificação da Dimensão temporal	Total	Porc. (%)	Q.20. Recortes Temporais* <i>(Níveis de alargamento temporal)</i>	Q.22. Subtipo 1 <i>Subdivisão de tempo</i>	Q.50. Subtipo 2 <i>Subdivisão de contextualização temporal**</i>	Total	Porc. (%)
Unidimensional (apenas presente)	291	42,9	T0 - Presente Reduzido			10	1,5
			T1 - Presente Intermediário			67	9,9
			T2 - Presente Aumentado			214	31,5
Bidimensional (presente, passado <u>ou</u> futuro)	31	4,6	T3 - Presente Aumentado ao Passado <u>ou</u> ao Futuro	Ao Futuro	Nula - Sem Context.	8	1,2
					Fraca	21	3,1
					Média	1	0,1
					Forte	1	0,1
	308	45,36		Ao Passado	Nula - Sem Context.	140	20,6
					Fraca	127	18,7
					Média	25	3,7
					Forte	16	2,4
Tríplice-Dimensional (presente, passado <u>e</u> futuro)	49	7,2	T4 - Presente Aumentado ao Passado <u>e</u> ao Futuro		Nula - Sem Context.	3	0,4
					Fraca	19	2,8
					Média	7	1,0
					Forte	20	2,9
	679	100,0	Total			679	100,0

Fonte: elaborado pelo autor.

RESULTADO 2: Maioria das matérias (65,4%) não traz nenhuma contextualização temporal de passado ou de futuro

Conforme a Tabela 3, a maior parte das matérias não apresentam *contextualização temporal*: 444 textos (65,4%). Em segundo lugar estão as 168 matérias (24,7%) que fazem referências temporais com *contextualização temporal fraca*. E apenas 67 matérias (9,9%) trazem contextualização média e forte – 31 (4,6%) e 36 (5,3%), respectivamente. As menções temporais geralmente são realizadas rapidamente por fontes de informações que trazem um fato novo que pode ajudar a contextualizar o problema.

Tabela 3 – Contextualização temporal nas matérias

Posição	Contextualização Temporal das reportagens:	Freq.	Porc. (%)
1º	Nula - Sem Contex. Temp.	444	65,4
2º	Fraca	168	24,7
3º	Média	31	4,6
4º	Forte	36	5,3
TOTAIS		679	100,0

Fonte: elaborado pelo autor.

Na Tabela 4 relacionamos o número de matérias com contextualização temporal por veículo. O jornal *O Estado de S. Paulo* trouxe 133 textos (19,6%), ficando ligeiramente à frente da *Folha de S. Paulo* com 103 matérias (15,2%). As matérias “Sem Contextualização” (ou Nula) somaram a maior parte da cobertura com 422 textos (65%).

Tabela 4 – Contextualização temporal por veículo

Posição	Contextualização Temporal das reportagens:	Freq.	Porc. (%)
	Estadão.com.br	133	19,6
	Folha.com	103	15,2
	Diário de S. Paulo - Online	1	0,1
	Sem contextualização	442	65,1
TOTAIS		679	100,0

Fonte: elaborado pelo autor.

Considerações sobre os recortes temporais: esta parte da pesquisa revela que 42,9% das matérias se restringem ao presente. E as que mencionam o passado e/ou sem fazer contextualização temporal alguma somam 442 matérias (65,1%). Esse cenário macro inicial da cobertura nos revela a superficialidade temporal preponderante da imprensa a partir do corpus analisado (de matérias de duas laudas ou mais de tamanho).

4.6.3 Resultados: Unidade II - Enquadramentos Temáticos & Visões Ambientais Ambientais.

RESULTADO 3: Soluções ambientais são invisibilizadas em quase todas as matérias (99,4%)

O *ranking* dos Enquadramentos temáticos na Tabela 5 revela que os jornais deram prioridade, em primeiro lugar, ao “Monitoramento dos níveis dos Reservatórios” com 110 matérias (16,2%), em segundo aos “Fatores meteorológicos como causa” com 109 textos (16,1%) e, em terceiro, ao “Impacto econômico-financeiro da crise” com 68 textos (15%). São as 3 categorias

que lideraram o *ranking* (entre 17 categorias no total) representando quase a metade dos textos com 287 matérias (47,3%). A cobertura de caráter emergencial e de alerta é compreensível, dado o contexto de riscos que a escassez hídrica gerou à população. No entanto, a imprensa dedicou um espaço marginal ao enquadramento “Soluções Ambientais”, abordando-o em apenas 4 matérias (0,6%), relegando assim o penúltimo lugar no *ranking* a esse enquadramento .

Tabela 5 – Enquadramentos temáticos mais recorrentes

Q.18. Qual é o tipo de enquadramento temático?		Freq	Col %
1º	Monitoramento dos níveis dos reservatórios	110	16.2%
2º	Fatores meteorológicos como causa	109	16.1%
3º	Impacto econômico-financeiro da crise	68	10.0%
4º	Posições/debates sobre fazer ou não racionamento/rodízio (sem conflito*).	65	9.6%
5º	Denúncia de gastos excessivos, vazamentos ou má gestão da água	62	9.1%
6º	Solução com obras públicas	50	7.4%
7º	Impacto social na população (dificuldades criadas no cotidiano público ou privado)	44	6.5%
8º	Conflito (de fato) e disputas por água	43	6.3%
9º	Soluções sociais - ações/mobilizações da população para poupar água	27	4.0%
10º	Impacto ambiental (na fauna e flora)	23	3.4%
	Novas solução tecnológicas (ainda não implementadas)	23	3.4%
	N.A. - Não se Aplica (outros enquadramentos)	23	3.4%
12º	Alerta sobre riscos de esgotamento da água	17	2.5%
13º	Protestos da população (sem causar conflito de fato)	5	0.7%
14º	Alerta de risco de contaminação da água	4	0.6%
	Solução ambiental (limpeza das águas e/ou recuperação da fauna e/ou da flora)	4	0.6%
15º	Qualidade da água bruta dos mananciais para tratamento	2	0.3%
	TOTAL	679	100%

*Entende-se por “conflitos” neste quadro: litígios na justiça ou agressões verbais ou físicas em razão da escassez de água.

Fonte: elaborado pelo autor.

Faltou água limpa na estiagem

De acordo com os estudos analisados no capítulo “Síntese histórica sobre a crise hídrica”, o problema da escassez de água não tem como fator apenas a estiagem no período. A poluição dos rios e de mananciais, a má gestão hídrica urbana (USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2015), o planejamento urbano não sustentável (DELIJAICOV, 1998), entre outros fatores, também teriam sido determinantes para a falta de água.

A produção deficitária de água potável pelo Sistema Cantareira, por exemplo, em razão da estiagem caiu de cerca de 31 mil l/s antes da crise para 13 mil l/s no período da crise (LEITE, 2016). Mais especificamente em fev. de 2015. Isto é, seria necessário compensar essa queda com o acréscimo de cerca de 18 mil l/s. Parte deste adicional poderia, supostamente, ser suprido pela Billings se as águas do Rio Pinheiros que abastecem a represa estivessem limpas – de acordo com o projeto *Pinheiros Limpo* da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB, 2018).

Projetos de utilização em reúso de água (SOUSA et al., 2008), de ampliação do tratamento do esgotamento sanitário (CAVALCANTI, 2014), e de reflorestamento de mananciais urbanos poderiam aumentar a oferta de água na cidade, de acordo com Sousa e Cavalcanti. A ausência do debate sobre soluções ambientais à crise na cobertura analisada talvez possa ter relação com o que Karl Otto-Apel denomina de uma visão de mundo pautada no “aqui” e no “agora”, no imediatismo do *homo faber*.

RESULTADO 4: Cobertura desfavorável ao ecossistema: fortemente antropocêntrica (92%)

A cobertura da imprensa a partir do corpus analisado partiu de um enquadramento fortemente antropocêntrico em 625 textos (92%) – conforme já era esperado desde a leitura flutuante realizada durante o projeto de pesquisa. Apenas cinco matérias sub-enquadravam, por exemplo, a necessidade de preservação dos rios durante a crise – considerando os cursos d’água como portadores de valor em si mesmos (independente de serem úteis ou não aos seres humanos); ou consideram a água como importante, por exemplo, à vida aquática. Um dos exemplos é a matéria “‘Volume morto’ do Cantareira ameaça espécies em extinção”, de Ricardo Brandt, publicada em abril de 2014. Na reportagem o jornalista explica como a utilização do volume morto reduziu a oferta de água para animais e peixes que vivem no entorno da bacia do Sistema Cantareira.

Tabela 6 – Enquadramento da Visão Ambiental do problema

		Freq	Col %
Q.30 - Qual é a Visão Ambiental do Problema?	Antropocêntrico – água como utilitária apenas aos seres humanos.	625	92.0%
	Biocêntrico – água como importante aos seres humanos e outros seres vivos.	49	7.2%
	Bio-fisiocêntrico – água como essencial para todos os <u>sistemas de vida</u> (incluindo os elementos químicos e os minerais que o compõe)	5	0.7%
	TOTAL	679	100.0%

Critérios de classificação das reportagens por meio da Análise de Conteúdo (AC) Quanti-Qualitativa:

1 - Antropocêntrico – Cita a importância da água como útil aos seres humanos (visão utilitarista da racionalidade técnica).

2 - Biocêntrico – Cita a importância da água como útil aos seres vivos em geral.

3 - Holocêntrico (ou bio-fisiocêntrico) – Cita "sistemas de vida", "ecossistema", "vida aquática", "rede" e similares relacionando-os com a necessidade da preservação de todos os seres vivos e também de recursos minerais (solo, água, ar e outros elementos físico-químicos da natureza).

Fonte: elaborado pelo autor.

RESULTADO 5: Rios invisíveis I - Tietê ignorado e 96,3% não cita a poluição de rios como uma das causas da crise hídrica.

O Rio Tietê, maior manancial de São Paulo, foi ignorado pela imprensa como uma das soluções à crise hídrica (0,0%) – no sentido da sua possível despoluição nos trechos para a produção de água potável. Não foi debatido, no corpus analisado, o fato de as águas extremamente poluídas do Rio Tietê (na área urbana) desaguarem no Rio Pinheiro e, posteriormente, serem bombeadas ao reservatório Billings – poluindo a represa e limitando seu potencial de

abastecimento (ALMEIDA, 2010). O debate na imprensa sobre o futuro da Billings se torna importante porque trata-se de uma represa com um potencial de reservar água (1,3 trilhões de litros) maior do que o do Sistema Cantareira (1,2 trilhões de litros) (MODESTO, 1999). Sendo que o primeiro se encontra dentro do município de São Paulo e da RMSP, e o segundo está 70 km distante da capital paulista, bem menos acessível. Se o Tietê estivesse limpo, poderia abastecer indiretamente a Billings por meio do Rio Pinheiros com a capacidade de gerar até 53 mil l/s de água classe tipo 2 (ABDIB, 2017). A poluição do rio Pinheiros como uma das causas da crise hídrica foi citada em apenas 5 matérias (0,7%). Os grandes rios como o Tamanduateí (retificado) e o Anhangabaú também ficaram invisíveis na cobertura em relação a esse tipo de sub-enquadramento.

Tabela 7 – Enquadramento da poluição dos rios como causa da crise hídrica

		Freq	Col %
Q.31 – Aborda, preponderantemente, a poluição de qual destes rios como uma das causas da crise hídrica?	Não cita a poluição de nenhum rio como causas	654	96.3%
	Rios em Geral	13	1.9%
	Rio Pinheiros	5	0.7%
	Rio Piracicaba	4	0.6%
	Riacho Água Preta	1	0.1%
	Rio Camanducaia - de Campinas-SP	1	0.1%
	Águas subterrâneas	1	0.1%
	TOTAL	679	100.0%

Fonte: elaborado pelo autor.

RESULTADO 6: Rios invisíveis II - a maior parte das reportagens (97,6%) não cita a poluição de rios como uma das soluções para a crise hídrica.

A possibilidade de despolição dos rios Tietê e Pinheiros como uma das soluções à crise hídrica foi ignorada pela imprensa no corpus de pesquisa em 97,6% das matérias. No entanto, diferente da tabela anterior, 2 matérias (0,3%) citam o Tietê e 4 matérias (0,6%) o Pinheiros como possíveis soluções. Um incremento ainda tímido, incompatível com o grande porte dos grandes possíveis mananciais.

Tabela 8 – Abordagens da despoluição de rios como solução

	Freq	Col %	
Q.32. Aborda, preponderantemente, a despoluição de qual destes rios como uma das soluções?	Não cita a poluição de nenhum rio como soluções	663	97.6%
	Rios em Geral	5	0.7%
	Rio Pinheiros	4	0.6%
	Rio Piracicaba	3	0.4%
	Rio Tietê	2	0.3%
	Rio Turvo	1	0.1%
	Águas subterrâneas	1	0.1%
	TOTAL	679	100.0%

Fonte: elaborado pelo autor.

RESULTADO 7: Represas invisíveis I - a maior parte (94,7%) não cita a poluição de represas como uma das causas da crise hídrica

Apesar de na Tabela 9, a seguir, 643 matérias (94,7%) não mencionarem a poluição de represas como causa da crise, 13 matérias (1,9%) trouxeram esta perspectiva como possibilidade. Mesmo o número sendo pequeno, 6 textos informaram de maneira taxativa – ou pelo menos de maneira menos ou mais direta – sobre como a poluição da Billings limitou o fornecimento de água à população da RMSP durante a crise. O volume da Billings chegou a ter 10 vezes o volume do Sistema Cantareira (MACIEL, 2015). Apenas 36 matérias (5,3%) mencionaram poluição dos lagos como causa.

Tabela 9 – Abordagens da poluição de represas como causa da crise hídrica

	Freq	Col %	
Q.33 - Aborda, preponderantemente, a poluição de quais destas represas como uma das causas?	Não cita a poluição de nenhuma das represas como uma das causas	643	94.7%
	Billings (Sistema Rio Grande)	13	1.9%
	Represas em Geral	10	1.5%
	Represas do Alto Tietê	7	1.0%
	Represas do Cantareira (Sistema Cantareira)	2	0.3%
	Represa Guarapiranga (Sistema Guarapiranga)	1	0.1%
	Represas de Rio Claro	1	0.1%
	Reservatório Cascata	1	0.1%
	Águas Subterrâneas	1	0.1%
	TOTAL	679	100.0%

Fonte: elaborado pelo autor.

RESULTADO 8: Represas invisíveis II - a maior parte (97,1%) não cita a poluição de represas como uma das soluções para a crise hídrica.

Na Tabela da Figura 24, a Billings aparece de maneira ainda menor. A visão reduzida na perspectiva da despoluição como solução é generalizada quando comparada com a Tabela 9. Enquanto na primeira a poluição foi vista como causa em 36 matérias (5,3%), aqui a visão dos rios como solução à crise foi de somente 20 textos (2,9%) do corpus analisado.

Figura 20 – Abordagens da despoluição de represas como solução da crise hídrica

		Freq	Col %
Q34. Aborda, preponderantemente, a despoluição de quais destas represas como uma das soluções para a crise hídrica?	Não cita a despoluição de nenhuma das represas como soluções	659	97.1%
	Billings (Sistema Rio Grande)	11	1.6%
	Represas em Geral	4	0.6%
	Represa Guarapiranga (Sistema Guarapiranga)	1	0.1%
	Represas do Alto Tietê	1	0.1%
	Represas do Cantareira (Sistema Cantareira)	1	0.1%
	Reservatório Cascata	1	0.1%
	águas subterrâneas	1	0.1%
	TOTAL	679	100.0%

Fonte: elaborado pelo autor.

• Resultados por cobertura interna de cada veículo

RESULTADO 09: Qual é o veículo com um enquadramento o ambiental mais amplo?

O Estado de S. Paulo é o jornal como mais matérias biocêntricas em sua cobertura: 29 (59,2%) e holocêntricas 3 (60%), seguida da *Folha de S. Paulo* com 19 (38,8%) e 2 (40%), respectivamente. O *Diário de S. Paulo – Online* trouxe apenas 1 (2%) matéria Biocêntrica e nenhuma Holocêntrica. A discrepância em comparação aos outros jornais em relação às matérias biocêntricas pode ser observada pelo número total de textos: *Estado de S. Paulo* (29), *Folha de S. Paulo* (19) e *Diário de S. Paulo* (1).

Tabela 10 – Resultados ambientais por veículo

Resultados ambientais por veículo

FRAQUÊNCIA CRUZADA (Todos os veículos)		Q.6. Veículo							
		Diário de S. Paulo - Online		Estadão.com.br		Folha.com		TOTAL	
		Freq	Row %	Freq	Row %	Freq	Row %	Freq	Row %
Q.30. Qual é a Visão Ambiental Do Problema?	1 Antropocêntrico	12	1.9%	361	57.8%	252	40.3%	625	100.0%
	2 Biocêntrico	1	2.0%	29	59.2%	19	38.8%	49	100.0%
	3 Holocêntrico	0	0.0%	3	60.0%	2	40.0%	5	100.0%
	TOTAL	13	1.9%	393	57.9%	273	40.2%	679	100.0%

Fonte: elaborado pelo autor.

4.6.4 Resultados: Unidade III - Enquadramento de Controvérsias.

RESULTADO 10: Progressão entre pluralidade e temporalidade.

Na comparação entre o Enquadramento de Controvérsias e os Recorte Temporais (de T0 a T4), foi possível perceber, na última coluna, que houve uma progressão da pluralidade relativamente contínua em relação à temporalidade. A Tabela 11 serve para revelar os números que não são expressos nos testes de Qui-Quadrado.

Tabela 11 – Enquadramento de Controvérsias *versus* Recortes Temporais

Pluralidade de Vozes		T0		T1		T2		T3		T4		TOTAL	
		Freq	Col %	Freq	Col %	Freq	Col %	Freq	Col %	Freq	Col %	Freq	Col %
Q45. Qual É O Enquadramento de Controvérsias (De Pluralidade De Vozes)?	0.0	6	54.5%	7	10.1%	9	4.2%	1	0.3%	0	0.0%	23	3.4%
	1.0	3	27.3%	33	47.8%	46	21.7%	9	2.7%	0	0.0%	91	13.4%
	2.0	0	0.0%	17	24.6%	78	36.8%	14	4.1%	1	2.0%	110	16.2%
	3.0	0	0.0%	2	2.9%	41	19.3%	48	14.2%	1	2.0%	92	13.5%
	4.0	2	18.2%	1	1.4%	17	8.0%	118	34.9%	12	24.5%	150	22.1%
	5.0	0	0.0%	9	13.0%	21	9.9%	148	43.8%	35	71.4%	213	31.4%
TOTAL		11	100%	69	100%	212	100%	338	100%	49	100%	679	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

RESULTADO 11: Folha de S. Paulo lidera como jornal com a cobertura mais plural (40,3%)

A *Folha de S. Paulo* é o jornal como mais matérias plurais: 110 (40,3%) enquanto o *Diário de S. Paulo* trouxe apenas 2 matérias (15,4%). O *Estado de S. Paulo* tem 103 textos muito plurais abertos (26,2%) . É uma porcentagem proporcionalmente muito menor do que o da *Folha de S. Paulo*, mas, em números absolutos, estão praticamente empatados. Isso porque o *O Estado de S. Paulo* escreveu muito mais matérias sobre a crise hídrica do que a *Folha*, 393 e 273, respectivamente.

Tabela 12 – Resultado de pluralidade de vozes por veículo

Resultados de pluralidade de vozes por veículo

FREQUÊNCIA CRUZADA (Todos os veículos)		ID5. Veículo							
		Diário de S. Paulo - Online		Estadão.com.br		Folha.com		TOTAL	
		Freq	Col %	Freq	Col %	Freq	Col %	Freq	Col %
Q45. Qual É O Enquadramento de Controvérsias (De Pluralidade De Vozes)?	(e) Muito plural aberto	1	7.7%	103	26.2%	110	40.3%	214	31.5%
	(d) Médio plural aberto	4	30.8%	92	23.4%	54	19.8%	150	22.1%
	(b) Plural Fechado	1	7.7%	75	19.1%	34	12.5%	110	16.2%
	(c) Pouco plural aberto	4	30.8%	50	12.7%	39	14.3%	93	13.7%
	(a) Restritivo	1	7.7%	63	16.0%	25	9.2%	89	13.1%
	(0) - Sem Vozes	2	15.4%	10	2.5%	11	4.0%	23	3.4%
TOTAL		13	100.0%	393	100.0%	273	100.0%	679	100.0%

Fonte: elaborado pelo autor.

4.6.5 Resultados: Unidade IV - Análise de pluralidade de fontes.

RESULTADO 12: Média de fontes por veículo

Antes de avaliarmos a pluralidade de fontes considerou-se relevante obter a informação do número médio de fontes por texto. A média de todos os veículos somados foi de 3,66 fontes por matéria. O jornal que liderou a média foi a *Folha de S. Paulo* (4,45 em média) seguido pelo *O Estado de S. Paulo* (3,68) e *Diário de S. Paulo* (2,85).

Tabela 13 – Análise de número de fontes

		ID5. Veículo										
		Estadão.com.br			Folha.com			Diário de S. Paulo - Online			TOTAL	
		Freq	Linha %	Nº fontes	Freq	Linha %	Nº fontes	Freq	Linha %	Nº fontes	Freq	Linha %
Q35. Há quantas fontes (citações ou menções diretas ou indiretas)?	1	47	79.7%	47	11	18.6%	11	1	1.7%	1	59	100%
	2	70	59.3%	140	44	37.3%	88	4	3.4%	8	118	100%
	3	107	65.6%	321	51	31.3%	153	5	3.1%	15	163	100%
	4	69	56.1%	276	52	42.3%	208	2	1.6%	8	123	100%
	5	37	51.4%	185	34	47.2%	170	1	1.4%	5	72	100%
	6	21	32.8%	126	43	67.2%	258	0	0.0%	0	64	100%
	7	17	56.7%	119	13	43.3%	91	0	0.0%	0	30	100%
	8	9	60.0%	72	6	40.0%	48	0	0.0%	0	15	100%
	9	1	50.0%	9	1	50.0%	9	0	0.0%	0	2	100%
	10	15	45.5%	150	18	54.5%	180	0	0.0%	0	33	100%
	TOTAL	393	57.9%	1445	273	40.2%	1216	13	1.9%	37	679	100%
Média de fontes por cada matéria:				3,68			4,45			2,85		

From sofa db. ri geral on 10/01/2019 at 11:36
All data in table included - no filtering

Fonte: elaborado pelo autor.

RESULTADO 13: frequência de fontes por setores da sociedade

A Pluralidade de fontes foi avaliada em dois passos: no primeiro analisando os números de ocorrências de presença de fontes por setores da sociedade (abaixo). O segundo passo foi classificar a pluralidade de acordo com a variedade de fontes setoriais (mais adiante). Consequentemente, quanto mais fontes de diferentes categorias estavam presentes no texto, mais plural consideramos (e classificamos) a matéria.

Na tabela representada na Figura 25 a seguir, pode-se observar que, na cobertura geral, as fontes oficiais do Primeiro setor prevaleceram com 647 (55,78%) matérias, seguidas por *Cidadãos* com 156 textos (13,45) e *Cidadãos - especialistas - acadêmicos* com 117 textos (10,09%). A prevalência de fontes oficiais na cobertura jornalística é uma constatação de inúmeros autores como, por exemplo, em L. Sigal, 1973, Ericson, Baranek e Chan (1989), Schlesinger (1992), Schudson (1995), Santos (2003), Schmitz (2011), entre outros.

Figura 21 – Fontes setoriais - Todos os Jornais

Todos os jornais			
Pos.	Quantas vezes estes tipos de fontes são mencionadas?	Ocorrências	Porcentagem
1º	1º Setor - membros de governo ou de Estado	647	55,78%
2º	Cidadãos	156	13,45%
3º	Cidadãos especialistas - acadêmicos	117	10,09%
4º	3º Setor - membros de organizações não-governamentais e sem fins lucrativos	104	8,97%
5º	2º Setor - empresas privadas	97	8,36%
6º	Cidadãos especialistas - não-acadêmicos	26	2,24%
7º	1º Setor - Oficiosas, membros do governo e do Estado que se pronunciam anonimamente	13	1,12%
Total de menções		1160	100,00%
Porcentagem de fontes de Governo e/ou Estado: 56,9%			

Fonte: elaborado pelo autor.

Resultados 14: frequência de fontes de elite e não-Elite

A frequência de fontes de Elite na cobertura todos os veículos somou 522 matérias (77%). A elitização das fontes nesse corpus talvez corrobore a afirmação de Habermas (1984) de que as elites econômicas e políticas no século XX começaram a lançar mão de agências de relações públicas altamente especializados. As metas geralmente são garantir a presença – e a prevalência – de seus pontos de vista na esfera pública de acordo com seus interesses (HABERMAS, 1984, p. 247).

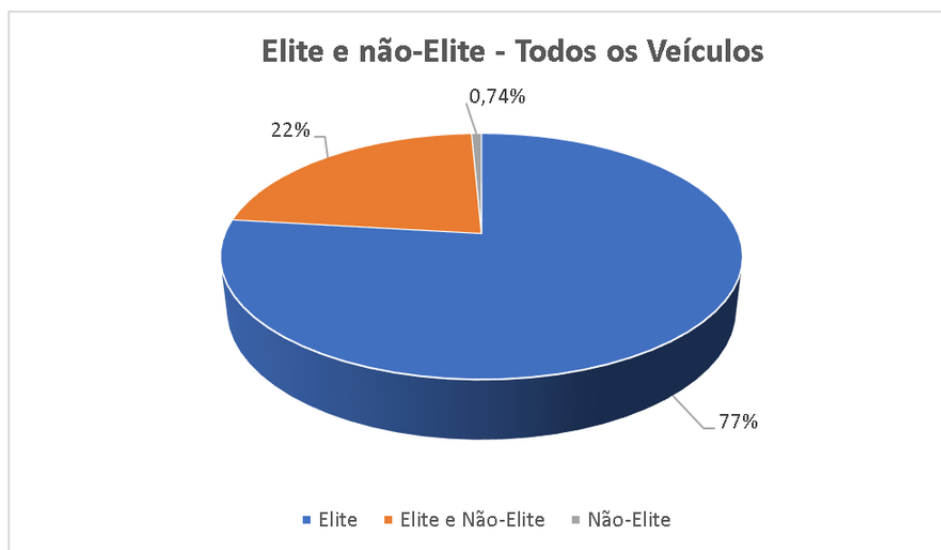
Talvez seja necessário ponderar em relação ao fato de haver um grande número de fontes especializadas (incluídas como elite nesta classificação). Porque, supostamente, seria uma presença natural devido ao esforço do jornalista em obter informações mais seguras — vindas de pessoas que dominam melhor determinados temas e assuntos tratados, os especialistas. No entanto, o número de especialistas não é prevalente e, também, é bastante reduzido. Na tabela da Figura 25 a soma dos especialistas resultou em apenas 12% das menções. Adicionalmente, também chama a atenção, na tabela abaixo, o fato de que apenas 5 dos textos (0,74%) terem trazido fontes não-Elite.

Tabela 14 – Fontes de Elite e não-Elite - Todos os Veículos

Elite e não-Elite - Todos os Veículos				
Pos.	Tipos de Fontes	Presença da elite	Ocorrências	%
1º	Elite	Total	522	77%
2º	Elite e Não-Elite	Parcial	152	22%
3º	Não-Elite	Nula	5	0,74%
Totais			679	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 1 – Proporção de fontes e Elite e não-Elite



Fonte: elaborado pelo autor.

Nas três tabelas abaixo, os jornais com mais fontes de elite foram *O Estado de S. Paulo* com 310 textos (81%), seguido pela *Folha de S. Paulo* com 194 (71%) e *Diário de S. Paulo* com 10 matérias (77%). Chamou a atenção o fato do *O Estado de S. Paulo* ter publicado apenas 1 matéria (0,25%) com fonte exclusivamente não-Elite. Até mesmo o *Diário de S. Paulo*, com um número total de matérias muito menor (apenas 13) superou o *O Estado de S. Paulo* (com 383), publicando 3 textos com fonte não-Elite no período.

Tabela 15 – Fontes de Elite e não-Elite - Diário de São Paulo

Elite e não-Elite - Diário de São Paulo - Online				
Pos.	Tipos de Fontes	Presença da elite	Ocorrências	%
1º	Elite	Total	10	77%
2º	Elite e Não-Elite	Parcial	3	23%
Totais			13	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 16 – Fontes de Elite e não-Elite - O Estado de S. Paulo

Elite e não-Elite - Estadão.com				
Pos.	Tipos de Fontes	Presença da elite	Ocorrências	%
1º	Elite	Total	318	81%
2º	Elite e Não-Elite	Parcial	74	19%
3º	Não-Elite	Nula	1	0,25%
Totais			393	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 17 – Fontes de Elite e não-Elite - Folha de S. Paulo

Elite e não-Elite - Folha.com				
Pos.	Tipos de Fontes	Presença da elite	Ocorrências	%
1º	Elite	Total	194	71%
2º	Elite e Não-Elite	Parcial	75	27%
3º	Não-Elite	Nula	4	1%
Totais			273	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

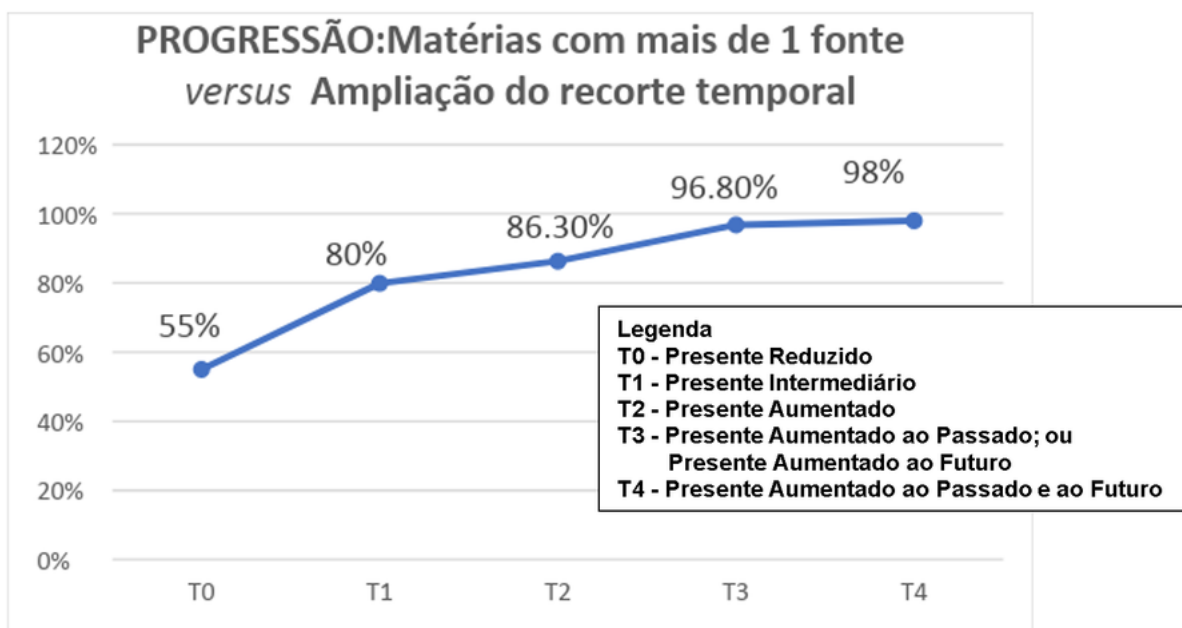
4.6.6 Resultados da Unidade V - Análise de Associações e de Correlações Lineares

Comparações entre as Unidades I e as Unidades II, III e IV: a possível correlação entre as variáveis de recortes temporais e as demais variáveis conforme demonstrado a seguir. Na seção a seguir, os resultados se referem ao conjunto de todos os veículos (na totalidade do *corpus*). Isto é, não são analisados os jornais individualmente. Os resultados por veículos se encontram logo depois (seção 4.6.7).

RESULTADO 15: Ampliação do recorte temporal está relacionado ao maior número de fontes nas reportagens.

No gráfico 3 é possível observar que, conforme o **recorte temporal** vai ampliando (de T0 a T4), há também uma ampliação do número de fontes. Textos em T0 (Presente Reduzido) trazem 55% das matérias com mais de 1 fonte. O número das matérias com mais de 1 fonte progride conforme a temporalidade vai sendo incrementada: T1 (79,9%), T2 (86,3%), T3 (96,8%) e T4 (98%), respectivamente.

Gráfico 2 – Progressão: Matérias com mais de 1 fonte versus Ampliação do recorte temporal



Fonte: elaborado pelo autor.

O exemplo utilizado sugere que talvez haja evidências mais precisas sobre a possível relação entre as duas variáveis. Porém, esta primeira hipótese não poder ser testada a partir da comparação de progressões em gráficos simples de evolução. Por isso, passamos a testar estas possibilidades por teste de Qui-Quadrado de Pearson conforme iniciaremos a seguir.

Resultados do Teste de Associação Qui-Quadrado de Pearson.

Nos resultados a seguir adotaremos o valor de *p* como uma das principais referências para atribuição para o teste de Associações de Pearson (BOLBOACA et al., 2011) – analisando-o junto ao conjunto de outros dados gerados pelo software SOFA Statistics (PATON-SIMPSON ASSOCIATES LTD, 2009). O Quadro 5 apresenta os níveis de significância sugeridos pelos autores:

Quadro 5 – Significância Estatística, conforme valor de *p*

**Significância Estatística,
conforme o valor de P**

Valor de P	Significado
>0,05	Não significante
0,01 a 0,05	Significante
0,001 a 0,01	Muito significante
<0,001	Extremamente significante

Fonte: elaborado pelo autor.

RESULTADO 16: Há relação entre a ampliação dos recortes temporais e o núme-

ros de fontes (em citações diretas ou indiretas)?

No Gráfico 4 é possível verificar como as colunas que se referem a um número maior de fontes – como, por exemplo, de 3, 4, 6 e 9 fontes – vão ampliando suas proporções em relação às outras colunas conforme os recortes temporais evoluem. De acordo com o resultado de $p < 0,001$ na Tabela 18⁵⁴, existem fortes evidências de que a relação é significativa.

⁵⁴ Dados gerados pelo software SOFA Statistics. Tradução dos termos estatísticos em inglês que são padronizados em todas as tabelas. I - Parte Superior da Tabela: p value: (valor de p), Pearson's Chi Square statistic (Valor Estatístico de Qui-Quadrado de Pearson), Degrees of Freedom (Graus de Liberdade), Minimum expected cell count (Mínimo Esperado na contagem das células) % cells with expected count (% de célula com contagem esperada). II - Parte Inferior das Tabelas: If p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the result is statistically significant i.e. there is a relationship. Note: a statistically significant difference may not necessarily be of any practical significance. (Se p é pequeno, i. e., menor que 0,01, ou 0,001, você pode assumir que o resultado é estatisticamente significativo, ou seja, existe uma relação. Nota: uma diferença estatisticamente significativa pode não ser necessariamente de significância prática) [tradução nossa].

Tabela 18 – Qui-Quadrado: análise da relação entre o número de fontes e recorte temporal

p value: < 0.001 (0.000) ¹

(muito significante)

Pearson's Chi Square statistic: 110.433

Degrees of Freedom (df): 36

Q.20. Qual é o recorte temporal?		Q.35. Há Quantas Fontes (citações diretas ou indiretas)?																																			
		1.0			2.0			3.0			4.0			5.0			6.0			7.0			8.0			9.0			10.0			TOTAL					
		Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp		
T0		4	0.9	2	1.7	2	2.4	1	1.8	1	1.1	0	0.9	0	0.4	0	0.2	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.5	10	10.0						
T1		13	5.8	12	11.6	10	16.1	19	12.1	3	7.1	7	6.3	1	3.0	2	1.5	0	0.2	0	0.2	0	0.2	0	0.2	0	0.2	0	3.3	67	67.0						
T2		30	18.6	55	37.2	56	51.4	28	38.8	22	22.7	10	20.2	4	9.5	3	4.7	0	0.6	6	10.4	214	214.0														
T3		11	29.5	45	58.9	84	81.4	67	61.4	38	35.9	44	32.0	19	15.0	8	7.5	2	1.0	21	16.5	339	339.0														
T4		1	4.3	4	8.5	11	11.8	8	8.9	8	5.2	3	4.6	6	2.2	2	1.1	0	0.1	6	2.4	49	49.0														
TOTAL		59	59.0	118	118.0	163	163.0	123	123.0	72	72.0	64	64.0	30	30.0	15	15.0	2	2.0	33	33.0	679	679.0														

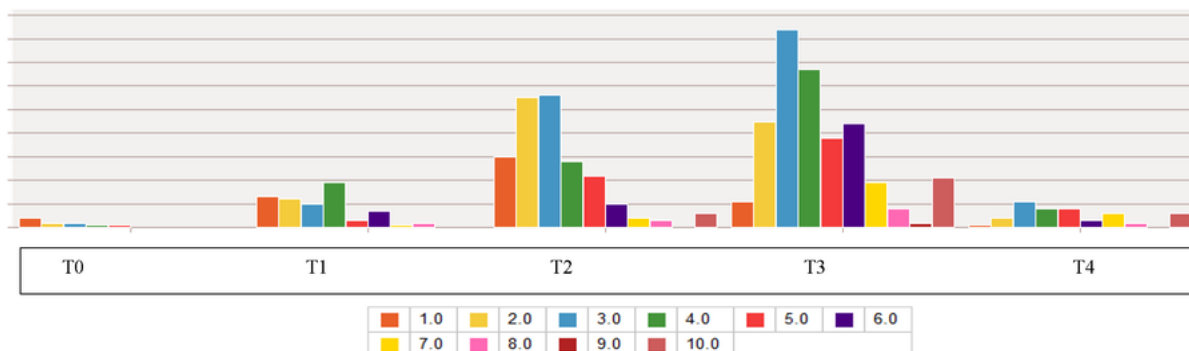
Minimum expected cell count: 0.029

% cells with expected count < 5: 46.0

¹ If p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the result is statistically significant, i.e., there is a relationship. Note: a statistically significant difference may not necessarily be of any practical significance.

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 3 – Qui-Quadrado: análise da relação entre o número de fontes e recorte temporal



Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 6 – Conclusão de Hipóteses H2

Conclusão:

Hipóteses H2:	Descrição	Resultado
Hipótese:	Existe relação entre as variáveis Q.20 e Q.35. Isto é, a temporalidade está provavelmente associada ao número de fontes.	() Rejeitada (x) Não-Rejeitada
Intepretação:	A partir do conjunto de dados observados, a hipótese de associação entre as questões não é rejeitada. Isto é, há fortes evidências de que a associação entre as variáveis Q.20 e Q.35 é significativa.	

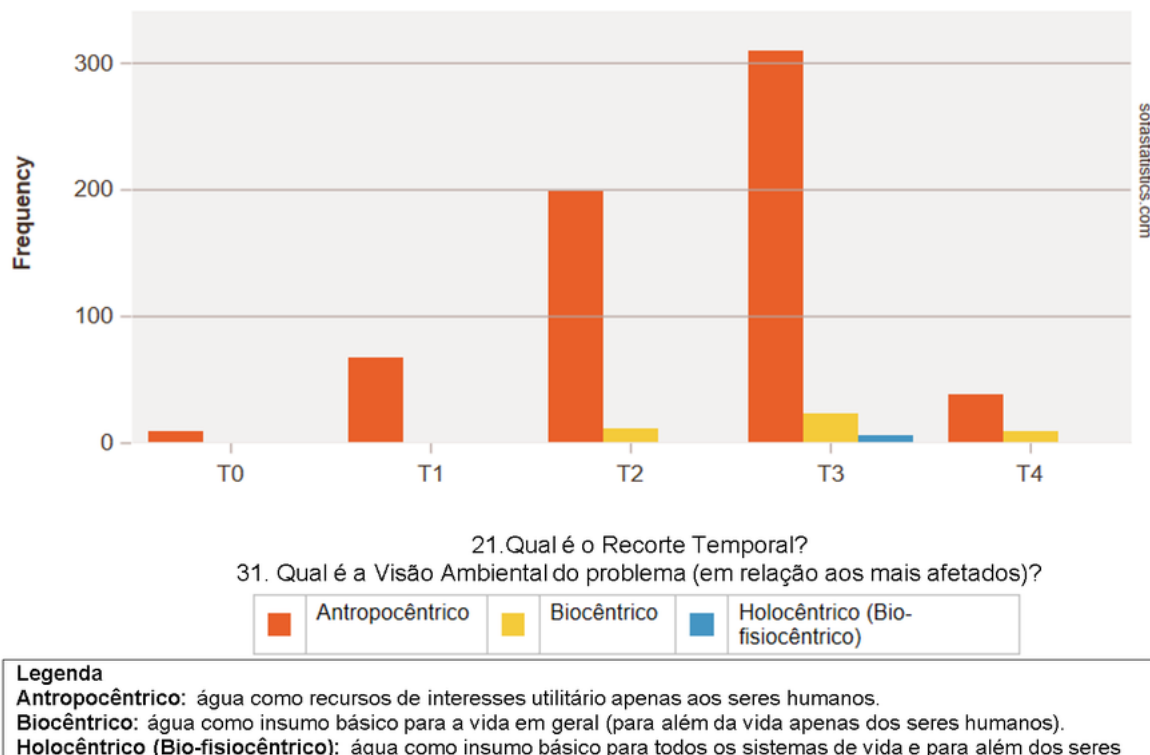
Fonte: elaborado pelo autor.

RESULTADO 17: Ampliação do recorte temporal está relacionado ao aumento de abordagens que valorizam o meio ambiente?

Os enquadramentos ambientais mais qualificados do ponto de vista ambiental (bio-fisiocêntrico e holocêntrico) estão mais presentes em matérias com maior ampliação do recorte temporal no gráfico abaixo (T2, T3 e T4). A análise em Qui-Quadrado utilizou as classificações de dimensões temporais gerais (unidimensional, bidimensional e tríplice-dimensional). Porque os enquadramentos de visões ambientais estavam organizados em três categorias – o que torna a comparação mais adequada porque também estão organizadas em proporções categóricas.

Estatisticamente, há forte evidência de que ocorre associação significativa de acordo com o resultado de $p < 0,001$ (muito significante) e outros dados disponíveis.

Gráfico 4 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Visão ambiental do problema e Dimensão temporal da reportagem



Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 19 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Visão ambiental do problema e Dimensão temporal da reportagem

p value: < 0.001 (4.272e-4) ¹
 (muito signficante)
 Pearson's Chi Square statistic: 20.343
 Degrees of Freedom (df): 4

QUI QUADRADO – Visão Ambiental Todos os veículos		Q.30. Qual é a Visão Ambiental do Problema?							
		Antropocêntrico		Biocêntrico		Holocêntrico		TOTAL	
Q.23. Qual é a dimensão temporal da reportagem?		Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp
	1 - Unidimensional	277	267.9	14	21.0	0	2.1	291	291.0
	2 - Bidimensional	309	312.0	25	24.5	5	2.5	339	339.0
	3 - Tríplice-dimensional	39	45.1	10	3.5	0	0.4	49	49.0
	TOTAL	625	625.0	49	49.0	5	5.0	679	679.0

Minimum expected cell count: 0.361
 % cells with expected count < 5: 44.4

¹ If p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the result is statistically significant, i.e., there is a relationship. Note: a statistically significant difference may not necessarily be of any practical significance.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 7 – Conclusão da Hipóteses H1

Conclusão:

Hipóteses H1:	Descrição	Resultado
Hipótese:	Existe relação entre as variáveis Q.23 e Q.30. Isto é, as dimensões temporais estão provavelmente associadas à Visão Ambiental.	() Rejeitada (x) Não-Rejeitada
Intepretação:	A partir do conjunto de dados observados, a hipótese de associação entre as questões não é rejeitada. Isto é, há fortes evidências de que a associação entre as variáveis Q.23 e Q.30 é significativa.	

Fonte: elaborado pelo autor.

RESULTADOS 18: Ampliação do recorte temporal está relacionado à maior pluralidade setorial de fontes nas reportagens?

Aqui vamos analisar as fontes por setores da sociedade, para depois relacioná-las com os recortes temporais, de maneira a saber se a ampliação dos recortes temporais pode ter relação com os níveis de pluralidade.

No Gráfico 6 de colunas é possível observar que a proporção de matérias *médio plural* e *muito plural* aumenta discretamente em relação às outras colunas. Isto é, a altura destas barras menores (praticamente ausentes em T0 e T1), sobem em proporções mais significativas em T3 e T4. Estatisticamente, há evidências de que a associação é significativa de acordo com o resultado de $p < 0,01$ (significativo) entre outros dados disponíveis na Tabela 20.

Tabela 20 – Menção de fontes por setores da sociedade

Pos.	Q.36.Quais fontes por setores da sociedade são mencionadas?	Ocorrências	Porcentagem
1º	1º Setor - membros de governo ou de Estado	647	55,78%
2º	Cidadãos	156	13,45%
3º	Cidadãos especialistas - acadêmicos	117	10,09%
4º	3º Setor - membros de organizações não-governamentais e sem fins lucrativos	104	8,97%
5º	2º Setor - empresas privadas	97	8,36%
6º	Cidadãos especialistas - não-acadêmicos	26	2,24%
7º	1º Setor Oficiosas - membros do governo e do Estado que se pronunciam anonimamente	13	1,12%
	Total de menções	1160	100%

From sofa db. ri geral on 18/01/2019 at 12:30
All data in table included - no filtering

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 21 – Pluralidade Setorial - Todos os veículos

Pluralidade Setorial - Todos os veículos		Freq	Col %
Q.37. Qual é o Nível de Pluralidade Setorial das Fontes?	1 - Não Plural	350	51.5%
	2 - Pouco Plural	220	32.4%
	3 - Médio Plural	75	11.0%
	4 - Muito Plural	33	4.9%
	0 - Zero	1	0.1%
	TOTAL	679	100.0%

Legenda:

Zero (Não- Plural): Zero Fonte | Não-Plural: Uma Fonte | Pouco Plural: Duas Fontes | Médio Plural: Três Fontes | Muito Plural: Quatro Fontes

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 22 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Pluralidade setorial das fontes e Recorte temporal

p value: < 0.001 (2.392e-4) ¹
 Pearson's Chi Square statistic: 43.447
 Degrees of Freedom (df): 16

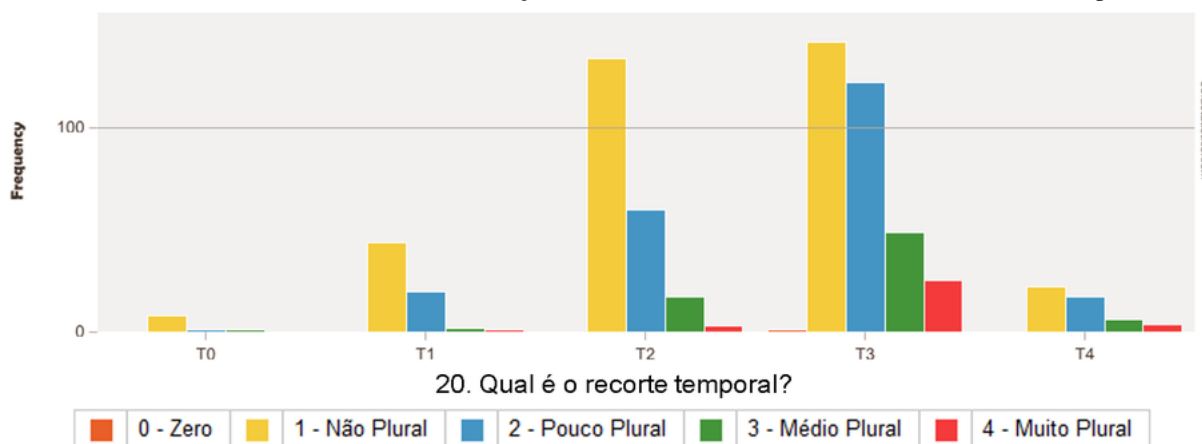
QUI QUADRADO – Pluralidade de fontes Todos os veículos		Q37. Qual é O Nível De Pluralidade Setorial Das Fontes?											
		0 - Zero		1 - Não Plural		2 - Pouco Plural		3 - Médio Plural		4 - Muito Plural		TOTAL	
		Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp
Q20. Qual É O Recorte Temporal?	T0	0	0.0	8	5.2	1	3.2	1	1.1	0	0.5	10	10.0
	T1	0	0.1	44	34.5	20	21.7	2	7.4	1	3.3	67	67.0
	T2	0	0.3	134	110.3	60	69.3	17	23.6	3	10.4	214	214.0
	T3	1	0.5	142	174.7	122	109.8	49	37.4	25	16.5	339	339.0
	T4	0	0.1	22	25.3	17	15.9	6	5.4	4	2.4	49	49.0
	TOTAL	1	1.0	350	350.0	220	220.0	75	75.0	33	33.0	679	679.0

Minimum expected cell count: 0.015
 % cells with expected count < 5: 40.0

¹ If p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the result is statistically significant, i.e., there is a relationship. Note: a statistically significant difference may not necessarily be of any practical significance.

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 5 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Pluralidade setorial das fontes e Recorte temporal



Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 8 – Conclusão de Hipóteses H3

Recortes Temporais versus Pluralidade de fontes – Todos os veículos

Hipóteses H3:	Descrição	Resultado
Hipótese:	Existe relação entre as variáveis Q.20 e Q.37. Isto é, a temporalidade está provavelmente associada à pluralidade de setorial de fontes.	() Rejeitada (x) Não-Rejeitada
Intepretação:	A partir do conjunto de dados observados, a hipótese de associação entre as questões não é rejeitada. Isto é, há fortes evidências de que a associação entre as variáveis Q.20 e Q.37 é significativa.	

Fonte: elaborado pelo autor.

Resultado 19: A ampliação do recorte temporal está relacionado à redução das fontes de elite?

Aqui testamos as possíveis relações entre fontes de elite e não-elite. Estatisticamente, há evidências de que a associação é significativa de acordo com o resultado de $p < 0,01$ (significativo) entre outros dados disponíveis. A confirmação dos resultados estão na Tabela 23 de hipóteses H4.

Tabela 23 – Elite e não-Elite - Todos os Veículos

Elite e Não-Elite - Todos os Veículos				
Pos.	Tipos de Fontes	Elitização	Ocorrências	%
1º	Elite	Total	522	77%
2º	Elite e Não-Elite	Parcial	152	22%
3º	Não-Elite	Nula	5	0,74%
Totais			679	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 24 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Fontes de elite, não-elite ou ambas e o Recorte temporal

p value: 0.01065 ¹

Pearson's Chi Square statistic: 19.918

Degrees of Freedom (df): 8

QUI QUADRADO – Elite e Não-Elite Todos os veículos		Q52. Menciona Fontes de Elite, Não-Elite ou ambas?							
		Elite		Elite e não-elite		Não-elite		TOTAL	
		Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp
Q20. Qual É O Recorte Temporal?	T0	9	7.7	1	2.2	0	0.1	10	10.0
	T1	53	51.5	13	15.0	1	0.5	67	67.0
	T2	180	164.5	34	47.9	0	1.6	214	214.0
	T3	238	260.6	97	75.9	4	2.5	339	339.0
	T4	42	37.7	7	11.0	0	0.4	49	49.0
	TOTAL	522	522.0	152	152.0	5	5.0	679	679.0

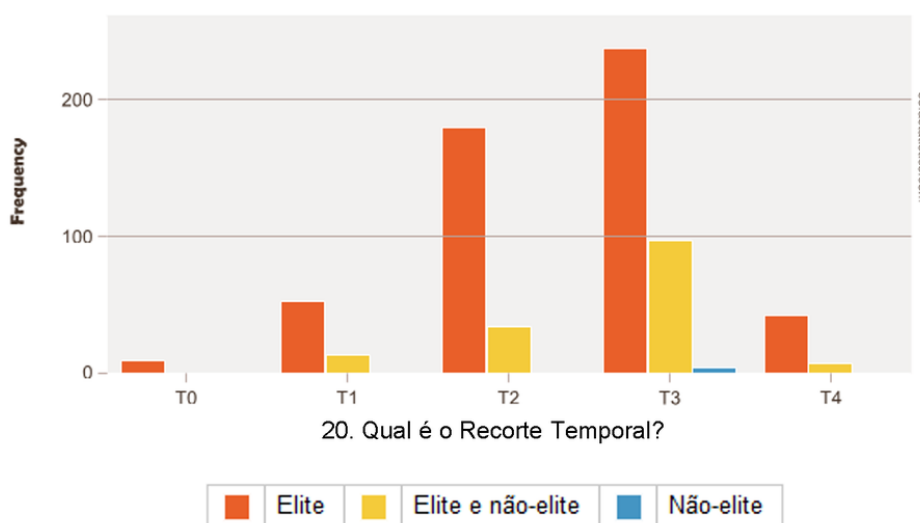
Minimum expected cell count: 0.074

% cells with expected count < 5: 40.0

¹ If p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the result is statistically significant, i.e., there is a relationship. Note: a statistically significant difference may not necessarily be of any practical significance.

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 6 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Fontes de elite, não-elite ou ambas e o Recorte temporal



Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 9 – Conclusão de Hipóteses H4

Recortes Temporais versus **Elitização das fontes – Todos os veículos**

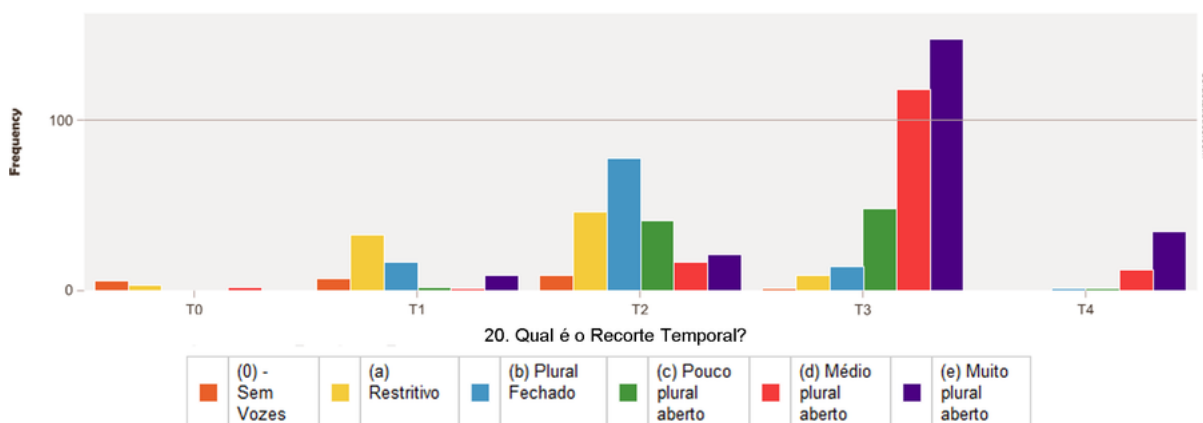
Hipóteses H4:	Descrição	Resultado
Hipótese:	Existe relação entre as variáveis Q.20 e Q.52. Isto é, a temporalidade está provavelmente associada à elitização das fontes.	() Rejeitada (x) Não-Rejeitada
Intepretação:	A partir do conjunto de dados observados, a hipótese de associação entre as questões não é rejeitada. Isto é, há evidências de que a associação entre as questões Q.20 e Q.52 é significativa.	

Fonte: elaborado pelo autor.

RESULTADO 20: há relação entre alargamento dos recortes temporais versus pluralidade de vozes?

No Gráfico 8 é possível visualizar o aumento gradual do volume de matérias mais plurais conforme o recorte temporal vai ser alargando de T0 a T4. A análise do Qui-Quadrado revela que há fortes evidências de que a relação pode ser significativa **segundo o valor de p menor que 0,001**. Estatisticamente, há forte evidências de que há associação significativa entre recortes temporais e pluralidade de vozes. Os resultados podem ser conferidos na tabela 25 de hipótese H5.

Gráfico 7 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de Controvérsia e Recorte Temporal



Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 25 – Qui-Quadrado: análise da relação entre enquadramento de controvérsias e Recorte temporal

p value: < 0.001 (0.000) ¹
 (muito significativa)
 Pearson's Chi Square statistic: 474.094
 Degrees of Freedom (df): 20

QUI QUADRADO – Pluralidade Vozes Todos os veículos		Q.45. Qual é o Enquadramento de Controvérsias (De Pluralidade De Vozes)?													
		(0) - Sem Vozes		(a) Restritivo		(b) Plural Fechado		(c) Pouco plural aberto		(d) Médio plural aberto		(e) Muito plural aberto		TOTAL	
		Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp
Q.20. Qual é o recorte temporal?	T0	6	0.3	2	1.3	0	1.6	0	1.4	2	2.2	0	3.2	10	10.0
	T1	7	2.3	31	8.8	17	10.9	2	9.2	1	14.8	9	21.1	67	67.0
	T2	9	7.2	47	28.1	78	34.7	42	29.3	17	47.3	21	67.4	214	214.0
	T3	1	11.5	9	44.4	14	54.9	48	46.4	118	74.9	149	106.8	339	339.0
	T4	0	1.7	0	6.4	1	7.9	1	6.7	12	10.8	35	15.4	49	49.0
	TOTAL	23	23.0	89	89.0	110	110.0	93	93.0	150	150.0	214	214.0	679	679.0

Minimum expected cell count: 0.339
 % cells with expected count < 5: 26.7
¹ If p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the result is statistically significant, i.e., there is a relationship. Note: a statistically significant difference may not necessarily be of any practical significance.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 10 – Conclusão de Hipóteses H5

Conclusão:

Hipóteses H5:	Descrição	Resultado
Hipótese:	Existe relação entre as variáveis Q.20 e Q.45. Isto é, a temporalidade está provavelmente associada à pluralidade de vozes na amostra geral.	() Rejeitada (x) Não-Rejeitada
Intepretação:	A partir do conjunto de dados observados, a hipótese de associação entre as questões não é rejeitada. Isto é, há fortes evidências de que a associação entre as variáveis Q.20 e Q.45 é significativa.	

Fonte: elaborado pelo autor.

4.6.7 Resultados por veículo

Resultado 21: hipóteses de relação entre alargamento temporalidade e pluralidade de vozes por veículo

• *DIÁRIO DE S. PAULO* _____

No Gráfico 9 abaixo é possível visualizar o aumento gradual do volume de matérias mais plurais conforme o recorte temporal vai ser alargando de T0 a T4. A análise do Qui-Quadrado revela que há fortes evidências da relação entre as variáveis **segundo o valor de p menor que 0,01**. Estatisticamente, há evidências de que a associação é significativa de acordo com o resultado de **p < 0,01** (significativo) entre outros dados disponíveis.

Tabela 26 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal no Diário de S. Paulo

p value: 0.01114¹
(muito significativa)

Pearson's Chi Square statistic: 30.225
Degrees of Freedom (df): 15

QUI QUADRADO Diário de S. Paulo – Online		Q.45. Qual é O Enquadramento de Controvérsias (De Pluralidade De Vozes)?													
		(0) - Sem Vozes		(a) Restritivo		(b) Plural Fechado		(c) Pouco plural aberto		(d) Médio plural aberto		(e) Muito plural aberto		TOTAL	
		Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp
Q.20. Qual é o recorte temporal?	T0	2	0.3	0	0.2	0	0.2	0	0.6	0	0.6	0	0.2	2	2.0
	T1	0	0.3	1	0.2	1	0.2	0	0.6	0	0.6	0	0.2	2	2.0
	T2	0	0.6	0	0.3	0	0.3	3	1.2	1	1.2	0	0.3	4	4.0
	T3	0	0.8	0	0.4	0	0.4	1	1.5	3	1.5	1	0.4	5	5.0
	TOTAL	2	2.0	1	1.0	1	1.0	4	4.0	4	4.0	1	1.0	13	13.0

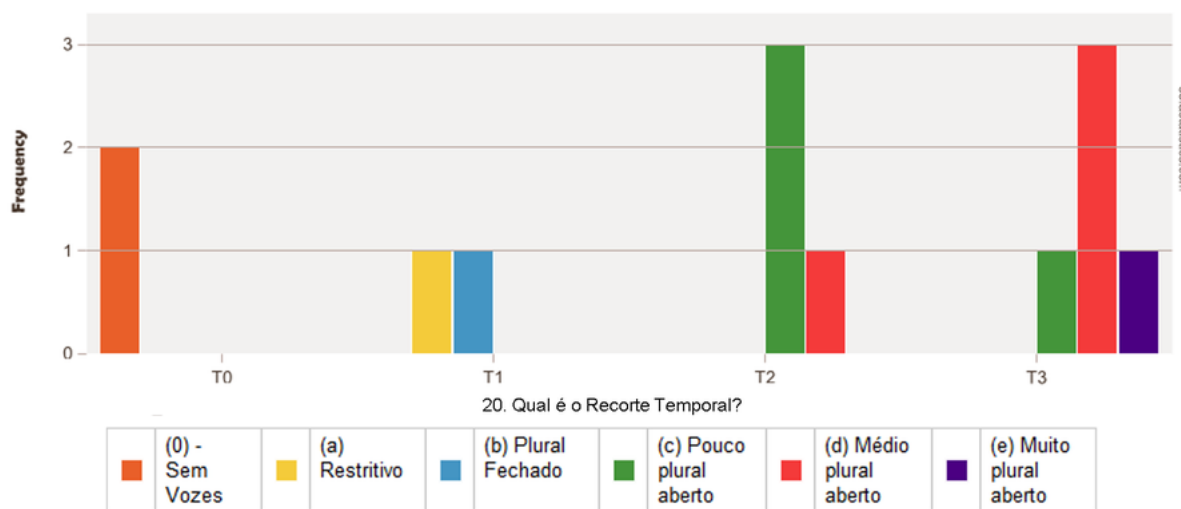
Minimum expected cell count: 0.154

% cells with expected count < 5: 100.0

¹ If p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the result is statistically significant i.e. there is a relationship. Note: a statistically significant difference may not necessarily be of any practical significance.

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 8 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de Controvérsia e Recorte temporal no Diário de S. Paulo



Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 11 – Conclusão de Hipóteses H6

Conclusão:

Hipóteses H6:	Descrição	Resultado
Hipótese:	Existe relação entre as variáveis Q.20 e Q.45. Isto é, a temporalidade está provavelmente associada à pluralidade de vozes na amostra Diário de S. Paulo.	() Rejeitada (x) Não-Rejeitada
Intepretação:	A partir do conjunto de dados observados, a hipótese de associação entre as questões não é rejeitada. Isto é, há fortes evidências de que a associação entre as variáveis Q.20 e Q.45 é significativa.	

Fonte: elaborado pelo autor.

• O ESTADO DE S. PAULO

No Gráfico 10 abaixo é possível visualizar o aumento gradual do volume de matérias mais plurais conforme o recorte temporal vai ser alargando de T0 a T4. A análise do Qui-Quadrado revela que há fortes evidências da relação entre as variáveis **segundo o valor de p menor que 0,001**. Estatisticamente, há evidências de que a associação é significativa de acordo com o resultado de **p < 0,001** (muito significativo) entre outros dados disponíveis. Os resultados podem ser conferidos na Tabela 27, de hipótese H7.

Tabela 27 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal no O Estado de S. Paulo

p value: < 0.001 (0,000) ¹
(muito significativo)

Pearson's Chi Square statistic: 259.604
Degrees of Freedom (df): 20

QUI QUADRADO Estadão.com		Q.45. Qual é O Enquadramento de Controvérsias (De Pluralidade De Vozes)?													
		(0) - Sem Vozes		(a) Restritivo		(b) Plural Fechado		(c) Pouco plural aberto		(d) Médio plural aberto		(e) Muito plural aberto		TOTAL	
		Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp
Q.20. Qual é o recorte temporal?	T0	2	0.1	2	0.6	0	0.8	0	0.5	0	0.9	0	1.0	4	4.0
	T1	2	0.9	18	5.6	11	6.7	0	4.5	0	8.2	4	9.2	35	35.0
	T2	5	3.8	37	23.7	55	28.2	27	18.8	11	34.6	13	38.8	148	148.0
	T3	1	4.5	6	28.4	9	33.8	22	22.5	72	41.4	67	46.4	177	177.0
	T4	0	0.7	0	4.6	0	5.5	1	3.7	9	6.8	19	7.6	29	29.0
	TOTAL	10	10.0	63	63.0	75	75.0	50	50.0	92	92.0	103	103.0	393	393.0

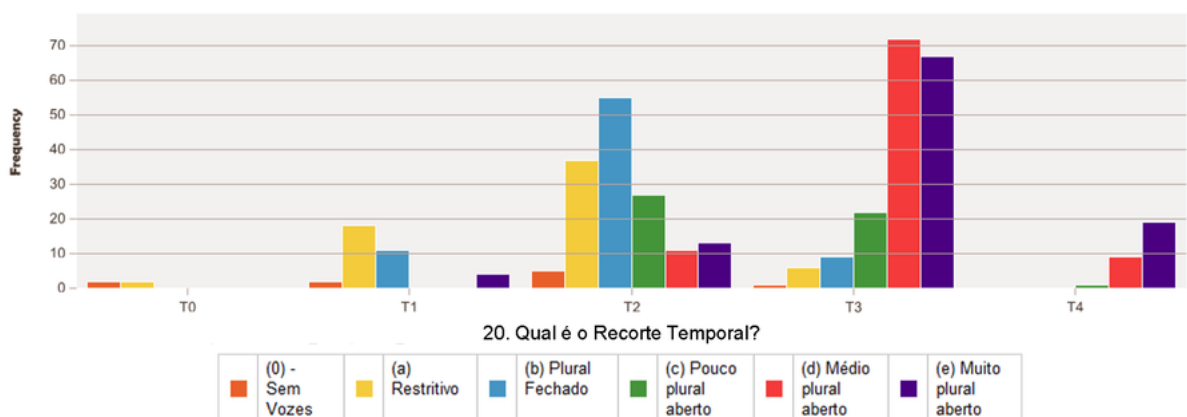
Minimum expected cell count: 0.102

% cells with expected count < 5: 43.3

¹ If p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the result is statistically significant i.e. there is a relationship. Note: a statistically significant difference may not necessarily be of any practical significance.

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 9 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal no O Estado de S. Paulo



Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 12 – Conclusão de Hipóteses H7

Conclusão:

Hipóteses H7:	Descrição	Resultado
Hipótese:	Existe relação entre as variáveis Q.20 e Q.45. Isto é, a temporalidade está provavelmente associada à pluralidade de vozes na amostra Estadão.com.	() Rejeitada (x) Não-Rejeitada
Intepretação:	A partir do conjunto de dados observados, a hipótese de associação entre as questões não é rejeitada. Isto é, há fortes evidências de que a associação entre as variáveis Q.20 e Q.45 é significativa.	

Fonte: elaborado pelo autor.

• **FOLHA DE DE S. PAULO**

No Gráfico 11 é possível visualizar o aumento gradual do volume de matérias mais plurais conforme o recorte temporal vai ser alargando de T0 a T4. Estatisticamente, há evidências de que a associação é significativa de acordo com o resultado de $p < 0,01$ (significativo) entre outros dados disponíveis. Os resultados podem ser conferidos na tabela de hipótese H8 (Tabela 28).

Tabela 28 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal na Folha de S. Paulo

p value: < 0.001 (0.000)¹
(muito significante)

Pearson's Chi Square statistic: 259.604
Degrees of Freedom (df): 20

QUI QUADRADO Folha.com		Q.45. Qual é O Enquadramento de Controvérsias (De Pluralidade De Vozes)?													
		(0) - Sem Vozes		(a) Restritivo		(b) Plural Fechado		(c) Pouco plural aberto		(d) Médio plural aberto		(e) Muito plural aberto		TOTAL	
		Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp
Q.20. Qual é o recorte temporal?	T0	2	0.2	0	0.4	0	0.5	0	0.6	2	0.8	0	1.6	4	4.0
	T1	5	1.2	12	2.7	5	3.7	2	4.3	1	5.9	5	12.1	30	30.0
	T2	4	2.5	10	5.7	23	7.7	12	8.9	5	12.3	8	25.0	62	62.0
	T3	0	6.3	3	14.4	5	19.6	25	22.4	43	31.1	81	63.3	157	157.0
	T4	0	0.8	0	1.8	1	2.5	0	2.9	3	4.0	16	8.1	20	20.0
	TOTAL	11	11.0	25	25.0	34	34.0	39	39.0	54	54.0	110	110.0	273	273.0

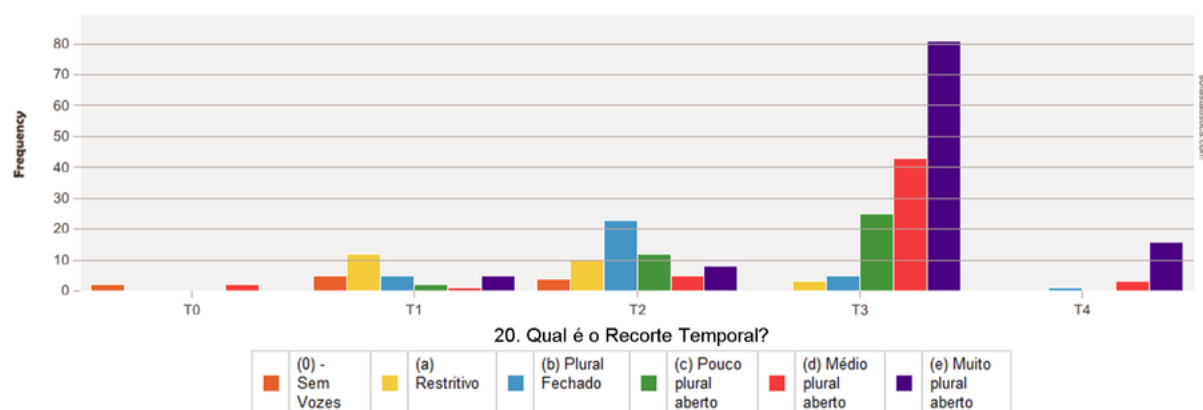
Minimum expected cell count: 0.102

% cells with expected count < 5: 43.3

¹ If p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the result is statistically significant, i.e., there is a relationship. Note: a statistically significant difference may not necessarily be of any practical significance.

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 10 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal na Folha de S. Paulo



Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 13 – Conclusão de Hipóteses H8

Conclusão:

Hipóteses H8:	Descrição	Resultado
Hipótese:	Existe relação entre as variáveis Q.20 e Q.45. Isto é, a temporalidade está provavelmente associada à pluralidade de vozes na amostra Folha.com.	() Rejeitada (x) Não-Rejeitada
Intepretação:	A partir do conjunto de dados observados, a hipótese de associação entre as questões não é rejeitada. Isto é, há fortes evidências de que a associação entre as variáveis Q.20 e Q.45 é significativa.	

Fonte: elaborado pelo autor.

Resultado 23: Teste de Associações de Pearson em matérias filtradas.

Uma questão surgiu, durante a pesquisa, relacionada ao fato de que, talvez, matérias um pouco diferentes – com links bem acima da média, por exemplo (cerca de 4 e 6) – pudessem influenciar os resultados da pesquisa empírica. E também nos casos em que havia fala-povo nos textos (várias vozes listadas em uma matéria, um pouco além da maioria dos textos).

De acordo com o Yorke (1998.), o “povo fala” ou “fala-povo” é uma sequência de opiniões, cuja técnica consiste na mesma pergunta sendo formulada para cada entrevistado. Muitos tratam o “fala-povo” como sinônimo de enquete. Compreendemos como “fala-povo” matérias inteiras ou trechos de matérias que trazem opinião ou pontos de vista de várias pessoas sobre uma determinada situação na atualidade. Geralmente são vozes exibidas em sequência. O mais comum é transcreverem listagens de falas de cidadãos em geral. Mas podem também ser sequências de falas especificamente de especialistas, acadêmicos, autoridades públicas, entre outros.

Assim testamos Qui-quadrado em cada um dos veículos, filtrando este dois elementos. No teste filtrado ficaram apenas matérias sem links e sem vozes arranjadas no texto de alguma

maneira similar aos fala-povo. Há na literatura as definições de fala-povo mais relacionadas a um gênero televisivo de entrevistas rápidas. Em jornais impresso ou eletrônico geralmente são grandes boxes em formato de infográficos em que vários depoimentos de diferentes pessoas sobre um mesmo assunto.

• **RELAÇÃO DO CORPUS COM TODOS OS VEÍCULOS - FILTRADOS**

No Gráfico 12 é possível visualizar o aumento gradual proporcional do volume de matérias mais plurais conforme o recorte temporal vai ser alargando de T0 a T4. Estatisticamente, há evidências de que a associação é significativa de acordo com o resultado de $p < 0,01$ (**significativo**) entre outros dados disponíveis. Isto é, mesmo após filtros, as evidências de que a associação é significativa se mantêm.

Tabela 29 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal de todos os jornais analisados

p value: < 0.001 (0.000)¹
(muito significativo)

Pearson's Chi Square statistic: 432.956
Degrees of Freedom (df): 20

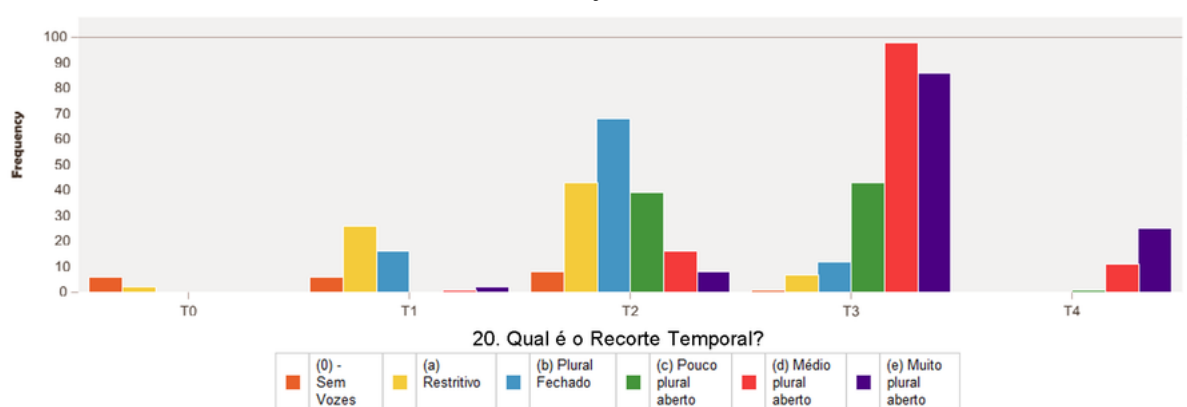
QUI DUADRADO Todos os veiculos - Filtrado		Q.45. Qual é O Enquadramento de Controvérsias (De Pluralidade De Vozes)?													
		(0) - Sem Vozes		(a) Restritivo		(b) Plural Fechado		(c) Pouco plural aberto		(d) Médio plural aberto		(e) Muito plural aberto		TOTAL	
		Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp
Q.20. Qual é o recorte temporal?	T0	6	0.3	2	1.2	0	1.5	0	1.3	0	1.9	0	1.8	8	8.0
	T1	6	2.0	26	7.6	16	9.3	0	8.1	1	12.2	2	11.8	51	51.0
	T2	8	7.3	43	27.0	68	33.3	39	28.8	16	43.7	8	41.9	182	182.0
	T3	1	9.9	7	36.7	12	45.2	43	39.0	98	59.3	86	56.9	247	247.0
	T4	0	1.5	0	5.5	0	6.8	1	5.8	11	8.9	25	8.5	37	37.0
	TOTAL	21	21.0	78	78.0	96	96.0	83	83.0	126	126.0	121	121.0	525	525.0

Minimum expected cell count: 0.32
% cells with expected count < 5: 26.7

¹ If p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the result is statistically significant, i.e., there is a relationship. Note: a statistically significant difference may not necessarily be of any practical significance.

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 11 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal de todos os jornais analisados



Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 14 – Conclusão de Hipóteses H9

Conclusão:

Hipóteses H9:	Descrição	Resultado
Hipótese:	Existe relação entre as variáveis Q.20 e Q.45. Isto é, a temporalidade está provavelmente associada à pluralidade de vozes na amostra ‘Todos os Veículos – Filtrada’.	() Rejeitada (x) Não-Rejeitada
Intepretação:	A partir do conjunto de dados observados, a hipótese de associação entre as questões não é rejeitada. Isto é, há fortes evidências de que a associação entre as variáveis Q.20 e Q.45 é significativa.	

Fonte: elaborado pelo autor.

• **DIÁRIO DE SÃO PAULO - FILTRADO** _____

O teste de Associação Qui-Quadrado de Pearson não pôde ser aplicado neste caso porque, de acordo com a literatura, o universo mínimo de estudos precisa ser de 20 itens (BOLBOACA et al., 2011). E a amostra filtrada do *Diário de S. Paulo* resultou em apenas 11 reportagens. Portanto, foi possível apenas visualizar a tabela de recorrências o gráfico de frequências abaixo. Em ambos os casos os dados sugerem que talvez haja – mesmo que de forma não linear – uma evolução na pluralidade de vozes conforme se ampliam os recortes temporais. Contudo, não se pode afirmar que exista, estatisticamente, uma probabilidade de associação de fato, mas apenas uma evolução numérica das duas varáveis de forma mais ou menos simultânea.

Tabela 30 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal no Diário de S. Paulo - Filtrado

FREQUÊNCIA CRUZADA Diário de São Paulo - Filtrado		Q.45. Qual é O Enquadramento de Controvérsias (De Pluralidade De Vozes)?					TOTAL Freq
		(0) - Sem Vozes Freq	(b) Plural Fechado Freq	(c) Pouco plural aberto Freq	(d) Médio plural aberto Freq	(e) Muito plural aberto Freq	
Q.20. Qual é o recorte temporal?	T0	2	0	0	0	0	2
	T1	0	1	0	0	0	1
	T2	0	0	3	1	0	4
	T3	0	0	0	3	1	4
	TOTAL	2	1	3	4	1	11

Fonte: elaborado pelo autor

• **O ESTADO DE S. PAULO - FILTRADO** _____

No Gráfico 13 é possível visualizar o aumento gradual do volume de matérias mais plurais conforme o recorte temporal vai ser alargando de T0 a T4. Estatisticamente, há evidências de que a associação é significativa de acordo com o resultado de **p < 0,001** (muito significativo) entre outros dados disponíveis. Aqui as evidências de relação também se confirmaram.

Tabela 31 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal no O Estado de S. Paulo - Filtrado

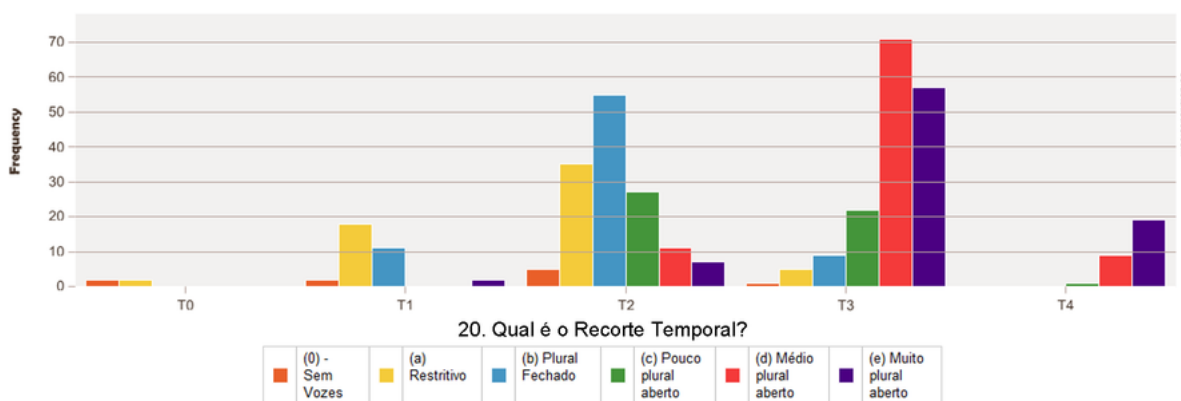
p value: < 0.001 (0.000) ¹
 (muito significativo)
 Pearson's Chi Square statistic: 269.29
 Degrees of Freedom (df): 20

		Q.45. Qual é O Enquadramento de Controvérsias (De Pluralidade De Vozes)?													
		(0) - Sem Vozes		(a) Restritivo		(b) Plural Fechado		(c) Pouco plural aberto		(d) Médio plural aberto		(e) Muito plural aberto		TOTAL	
		Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp
Q.20. Qual é o recorte temporal?	T0	2	0.1	2	0.6	0	0.8	0	0.5	0	1.0	0	0.9	4	4.0
	T1	2	0.9	18	5.3	11	6.7	0	4.4	0	8.1	2	7.6	33	33.0
	T2	5	3.8	35	22.6	55	28.3	27	18.9	11	34.3	7	32.1	140	140.0
	T3	1	4.4	5	26.7	9	33.4	22	22.2	71	40.5	57	37.8	165	165.0
	T4	0	0.8	0	4.7	0	5.9	1	3.9	9	7.1	19	6.6	29	29.0
	TOTAL	10	10.0	60	60.0	75	75.0	50	50.0	91	91.0	85	85.0	371	371.0

Minimum expected cell count: 0.108
 % cells with expected count < 5: 43.3

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 12 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal no O Estado de S. Paulo - Filtrado



Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 15 – Conclusão de Hipóteses H11

Conclusão:

Hipóteses H11:	Descrição	Resultado
Hipótese:	Existe relação entre as variáveis Q.20 e Q.45. Isto é, a temporalidade está provavelmente associada à pluralidade de vozes na amostra 'Estadão.com – Filtrada'.	() Rejeitada (x) Não-Rejeitada
Intepretação:	A partir do conjunto de dados observados, a hipótese de associação entre as questões não é rejeitada. Isto é, há fortes evidências de que a associação entre as variáveis Q.20 e Q.45 é significativa.	

Fonte: elaborado pelo autor.

• FOLHA DE S. PAULO - FILTRADO

No Gráfico 14 abaixo é possível visualizar o aumento gradual do volume de matérias mais plurais conforme o recorte temporal vai ser alargando de T0 a T4. Estatisticamente, há evidências de que a associação é significativa de acordo com o resultado de $p < 0,001$ (muito significativo) entre outros dados disponíveis. Novamente, as evidências se mantêm, mesmo sem as matérias com links e fala-povo.

Tabela 32 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal na Folha - Filtrado

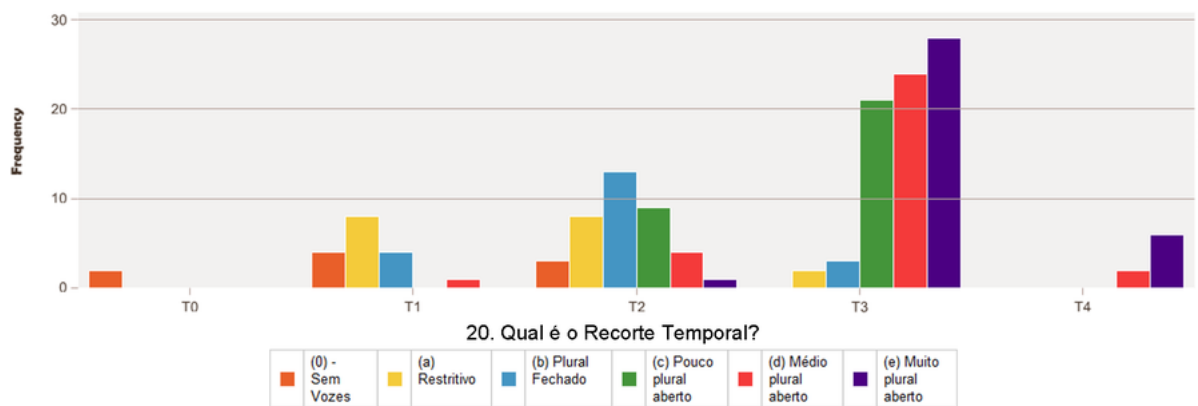
p value: < 0.001 (0.000) 1
 (muito significativo)
 Pearson's Chi Square statistic: 125.799
 Degrees of Freedom (df): 20

		Q.45. Qual é O Enquadramento de Controvérsias (De Pluralidade De Vozes)?													
		(0) - Sem Vozes		(a) Restritivo		(b) Plural Fechado		(c) Pouco plural aberto		(d) Médio plural aberto		(e) Muito plural aberto		TOTAL	
		Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp
Q.20. Qual é o recorte temporal?	T0	2	0.1	0	0.3	0	0.3	0	0.4	0	0.4	0	0.5	2	2.0
	T1	4	1.1	8	2.1	4	2.4	0	3.6	1	3.7	0	4.2	17	17.0
	T2	3	2.4	8	4.8	13	5.3	9	8.0	4	8.2	1	9.3	38	38.0
	T3	0	4.9	2	9.8	3	10.9	21	16.4	24	16.9	28	19.1	78	78.0
	T4	0	0.5	0	1.0	0	1.1	0	1.7	2	1.7	6	2.0	8	8.0
	TOTAL	9	9.0	18	18.0	20	20.0	30	30.0	31	31.0	35	35.0	143	143.0

Minimum expected cell count: 0.126
 % cells with expected count < 5: 70.0

Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 13 – Qui-Quadrado: análise da relação entre Enquadramento de controvérsia e Recorte temporal na Folha - Filtrado



Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 16 – Conclusão de Hipóteses H12

Conclusão:

Hipóteses H12:	Descrição	Resultado
Hipótese:	Existe relação entre as variáveis Q.20 e Q.45. Isto é, a temporalidade está provavelmente associada à pluralidade de vozes na amostra 'Folha.com – Filtrada'.	() Rejeitada (x) Não-Rejeitada
Intepretação:	A partir do conjunto de dados observados, a hipótese de associação entre as questões não é rejeitada. Isto é, há fortes evidências de que a associação entre as variáveis Q.20 e Q.45 é significativa.	

Fonte: elaborado pelo autor.

Resultado 24: Elementos digitais contidos – em todas as reportagens

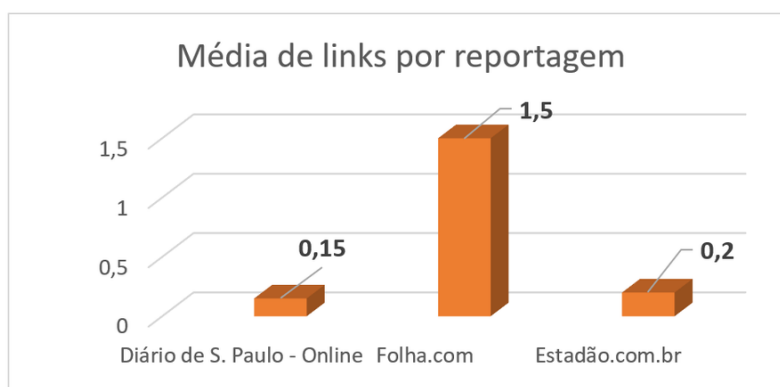
Na Tabela 33 e no Gráfico 15 pode ser observado que a *Folha de S. Paulo* é o veículo que mais traz links orgânicos em suas reportagens em 117 textos (42% do total de sua própria cobertura). A importância do número de links é que eles estão relacionados diretamente ao número de fontes. Isto é, quanto mais links nas reportagens, maior o número de fontes constatadas. A *Folha de S. Paulo* também traz mais gráficos e *motion graphics*, 42,9% e 14,17%, respectivamente, de sua própria cobertura.

Tabela 33 – Elementos digitais contidos nas matérias

		6. Veículo							
		Diário de S. Paulo - Online		Folha.com		Estadão.com.br		TOTAL (todos os veículos)	
		Freq	Col %	Freq	Col %	Freq	Col %	Freq	Col %
Q.12. Há Infográfico?	Não	13	100.0%	156	57.1%	374	95.2%	543	80.0%
	Sim	0	0.0%	117	42.9%	19	4.8%	136	20.0%
	TOTAL	13	100.0%	273	100.0%	393	100.0%	679	100.0%
Q.13. Há Fotografia(s)?	Não	6	46.2%	89	32.6%	150	38.2%	245	36.1%
	Sim	7	53.8%	184	67.4%	243	61.8%	434	63.9%
	TOTAL	13	100.0%	273	100.0%	393	100.0%	679	100.0%
Q.14. Há Motion Graphic(s)?	Não	13	100.0%	233	85.3%	390	99.2%	636	93.7%
	Sim	0	0.0%	40	14.7%	3	0.8%	43	6.3%
	TOTAL	13	100.0%	273	100.0%	393	100.0%	679	100.0%
Q.15. Há Vídeo?	Não	13	100.0%	268	98.2%	345	87.8%	626	92.2%
	Sim	0	0.0%	5	1.8%	48	12.2%	53	7.8%
	TOTAL	13	100.0%	273	100.0%	393	100.0%	679	100.0%
Q.16. Há Quantos Links No Corpo Do Texto?	0.0	11	84.6%	161	59.0%	387	98.5%	559	82.3%
	1.0	2	15.4%	25	9.2%	5	1.3%	32	4.7%
	2.0	0	0.0%	24	8.8%	0	0.0%	24	3.5%
	4.0	0	0.0%	18	6.6%	0	0.0%	18	2.7%
	3.0	0	0.0%	11	4.0%	1	0.3%	12	1.8%
	6.0	0	0.0%	10	3.7%	0	0.0%	10	1.5%
	5.0	0	0.0%	8	2.9%	0	0.0%	8	1.2%
	7.0	0	0.0%	7	2.6%	0	0.0%	7	1.0%
	8.0	0	0.0%	4	1.5%	0	0.0%	4	0.6%
	9.0	0	0.0%	3	1.1%	0	0.0%	3	0.4%
	11.0	0	0.0%	1	0.4%	0	0.0%	1	0.1%
	13.0	0	0.0%	1	0.4%	0	0.0%	1	0.1%
TOTAL	13	100.0%	273	100.0%	393	100.0%	679	100.0%	
Soma do nº de links em todas as reportagens		2		410		8		420	
Média de links (por cada reportagem)		0,15		1,50		0,02		0,61	
*menor frequência na linha **maior frequência na linha									

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 14 – Média de Links por veículo



Fonte: elaborado pelo autor

Resultado 25: A temporalidade mais ampliada das matérias traz mais números de links orgânicos (no corpo do texto), mas sem relação entre ambas as dispersões

A temporalidade mais ampliada das matérias traz um maior número de links orgânicos (no corpo do texto), conforme os gráficos acima. Porém, os resultados de Qui-Quadrado (com p valor: 0,07) rejeitam a hipótese alternativa de que há uma real possibilidade de relação gradativa (e paralela) entre o alargamento dos recortes temporais e o número de links presentes nas reportagens. Logo, é mais provável que tais variáveis não tenham relação progressiva entre si.

Tabela 34 – Qi Quadrado: análise da relação entre Quantidade de links no corpo do texto e o Recorte temporal

p value: 0.07721 ¹
 Pearson's Chi Square statistic: 57.959
 Degrees of Freedom (df): 44

		16. Há quantos links no corpo do texto?																TOTAL											
		0.0		1.0		2.0		3.0		4.0		5.0		6.0		7.0		8.0		9.0		11.0		13.0		TOTAL			
		Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp	Obs	Exp
T0		10	8.2	0	0.5	0	0.4	0	0.2	0	0.3	0	0.1	0	0.1	0	0.1	0	0.1	0	0.1	0	0.0	0	0.0	0	0.0	10	10.0
T1		58	55.2	7	3.2	1	2.4	0	1.2	0	1.8	1	0.8	0	1.0	0	0.7	0	0.4	0	0.3	0	0.1	0	0.1	0	0.1	67	67.0
T2		195	176.2	10	10.1	5	7.6	2	3.8	1	5.7	1	2.5	0	3.2	0	2.2	0	1.3	0	0.9	0	0.3	0	0.3	0	0.3	214	214.0
T3		259	279.1	13	16.0	15	12.0	10	6.0	16	9.0	5	4.0	8	5.0	5	3.5	3	2.0	3	1.5	1	0.5	1	0.5	1	0.5	339	339.0
T4		37	40.3	2	2.3	3	1.7	0	0.9	1	1.3	1	0.6	2	0.7	2	0.5	1	0.3	0	0.2	0	0.1	0	0.1	0	0.1	49	49.0
TOTAL		559	559.0	32	32.0	24	24.0	12	12.0	18	18.0	8	8.0	10	10.0	7	7.0	4	4.0	3	3.0	1	1.0	1	1.0	1	1.0	679	679.0

Q.20. Qual é o recorte temporal?

Minimum expected cell count: 0.015
 % cells with expected count < 5: 80.0

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 17 – Conclusão de Hipóteses H13

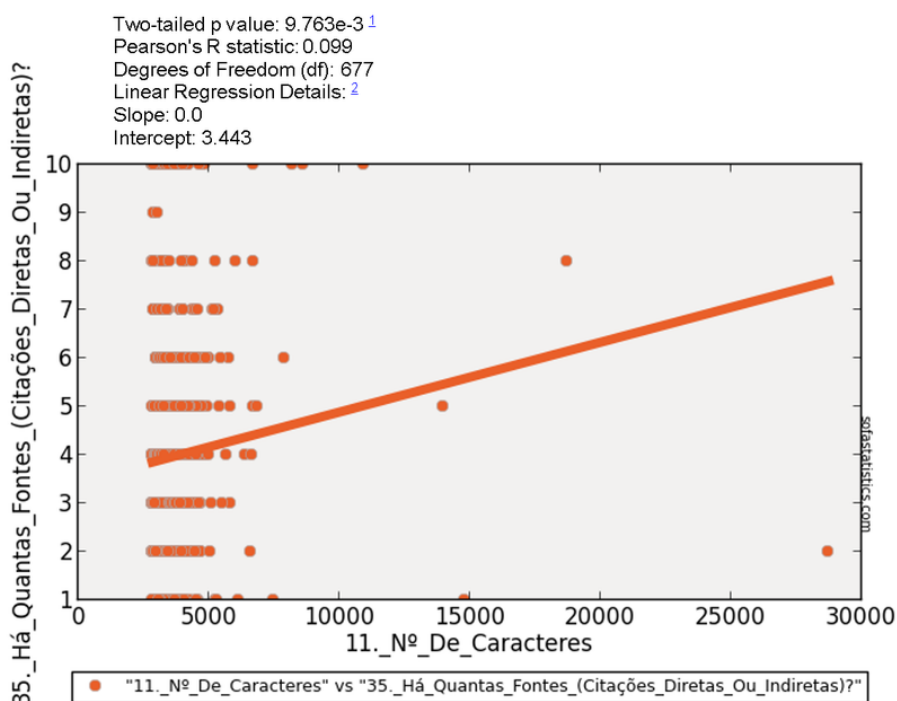
Hipóteses H13:	Descrição	Resultado
Hipótese:	Existe relação entre as variáveis Q.20 e Q.16. Isto é, a temporalidade está provavelmente associada ao número de links orgânicos na amostra 'Folha.com – Filtrada'.	(x) Rejeitada () Não-Rejeitada
Intepretação:	A partir do conjunto de dados observados, a hipótese de associação entre as questões é rejeitada. Isto é, não há evidências da existência de associação entre as variáveis Q.20 e Q.16.	

Fonte: elaborado pelo autor.

Resultado 26: Há relação entre tamanho de texto e número de fontes?

Decidiu-se comparar estatisticamente a relação entre o “número de caracteres” (acima de duas laudas) e o “número de fontes” presentes na matérias, uma vez que ambos os dados são paramétricos (apenas numéricos) e, por isso, comparáveis. Então, aplicamos outro teste, o de Correlação Linear de Pearson (a seguir) que resultou no valor de $p = 9,7$ refutando totalmente a existência de correlação entre tamanho de texto e número de fontes.

Figura 22 – Resultado do Teste Linear de Correlação de Pearson: entre número de caracteres e quantidade de fontes



¹ If p is small, e.g. less than 0.01, or 0.001, you can assume the result is statistically significant, i.e., there is a relationship. Note: a statistically significant difference may not necessarily be of any practical significance.

² Always look at the scatter plot when interpreting the linear regression line.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 18 – Interpretação de Correlação de Pearson

Valor de ρ (+ ou -)	Interpretação
0.00 a 0.19	Uma correlação bem fraca
0.20 a 0.39	Uma correlação fraca
0.40 a 0.69	Uma correlação moderada
0.70 a 0.89	Uma correlação forte
0.90 a 1.00	Uma correlação muito forte

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 19 – Conclusão de Hipóteses H14

Conclusão:

Hipóteses H14:	Descrição	Resultado
Hipótese:	“As variáveis Q.16 e Q.35 são independentes. Isto é, dado o valor de p na correlação linear em R, não existe relação entre número de caracteres e número de fontes na amostra ‘Todos os Veículos’”.	Confirmada
Intepretação:	“As variáveis Q.16 e Q.35 são dependentes. Isto é, dado o valor de p na correlação linear em R, existe relação entre número de caracteres e número de fontes na amostra ‘Todos os Veículos’”.	Rejeitada

Fonte: elaborado pelo autor.

Nota: também foram rejeitadas pelo Qui-Quadrado as possíveis relações entre temporalidade e a presença de elementos digitais na reportagem (fotografias, vídeos, infográficos, *motion grafics*, etc).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o percurso de pesquisa, de modo a concluir este relatório de estudos do doutoramento, no CAPÍTULO 1 analisamos a notícia como conhecimento fragmentado. Os textos jornalísticos já eram considerados por Tobias Peucer (2000) no século XVII como “coisas desordenadas” ou “coisas diversamente acontecidas”. Depois também refletimos acerca das notícias como uma forma de conhecimento fragmentado no tempo: Robert E. Park (1979) ressalta a pouca presença do passado e do futuro nos textos jornalísticos. As notícias seriam conhecimentos frágeis que não acompanham o fluxo contínuo da história (GENRO FILHO, 1997).

Em seguida, trouxemos reflexões acerca dos instantaneísmos da narrativa noticiosa (RAMONET, 2003), da dromocracia (VIRILIO, 1996; MORETZSOHN, 2002) e de que forma a notícia passa a ser vista como um conhecimento cindido, solto no tempo e no espaço (GENRO FILHO, 1997). Abordamos, assim, a problemática ocorrida na produção da notícia que também tende a gerar **recortes temporais** reduzidos. Como consequência, fontes e fatos históricos circunscritos nos acontecimentos – que são fundamentais para o entendimento de problemas sociais ou ambientais –, podem se perder no processo acelerado da construção social da notícia. Assim como foi possível observar na análise do *corpus* da cobertura da crise hídrica (2012-2016): os rios foram ignorados como possíveis soluções à escassez hídrica em 97,6 % das notícias no período; a rápida degradação histórica dos rios urbanos na década de 1930 – por decisões do Estado – foi esquecida; o abandono de políticas públicas ambientalmente mais sustentáveis para estes ex-mananciais, elaboradas na década de 1920, não foram lembradas.

Vimos ainda que existem diversos estudos sobre a forma de produção imediatista de notícias e como a velocidade pode prejudicar a cobertura jornalística (KUHN et al., 2011). No entanto, tratam-se de estudos que geralmente não deixam claro quais elementos estariam sendo reduzidos (negativamente) ou incrementados (positivamente) em relação à variação dos **recortes temporais das notícias**.

A partir dos estudos sobre **temporalidade e pluralidade** no jornalismo, partimos para relacionar ambos os estudos tanto teoricamente quanto estatisticamente. De maneira a identificar como o imediatismo estaria relacionado à maior ou menor frequência de pluralidade de fontes e de vozes – e também a uma visão menos ou mais ampla sobre questões ambientais relacionadas.

Nesse sentido, a partir das questões levantadas no CAPÍTULO 1, elaboramos o seguinte problema de pesquisa: **A cobertura da crise hídrica na RMSP (2012-2016): quais são as possíveis relações entre os diferentes recortes temporais e os níveis de pluralidade de fontes e de vozes nas matérias analisadas?**

A partir de tal problema de pesquisa, formulamos os objetivos geral, os específicos e as hipóteses deste estudo. Vamos retomar cada ponto para, posteriormente, analisarmos as confirmações e refutações das hipóteses e o cumprimento dos objetivos.

Objetivo Geral: identificar as possíveis relações entre temporalidade jornalística e a pluralidade de fontes e vozes nas reportagens sobre a crise hídrica na RMSP - Região Metropolitana de São Paulo (2012-2016).

Específicos:

1) Estudar como referencial teórico o conceito de esfera pública (HABERMAS, 1984) e seu declínio histórico;

2) Realizar uma breve síntese histórica sobre a relação dos homens com os rios urbanos; da fundação da cidade de São Paulo em 1560 até a crise hídrica na RMSP de São Paulo (2012-2016);

3) Identificar quais seriam os enquadramentos temáticos mais frequentes na cobertura sobre a crise;

4) Verificar a possível relação entre a ampliação/restrrição dos recortes temporais da cobertura e a ampliação/restrrição das perspectivas ambientais sobre o tema;

5) Verificar a possível relação entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e a ampliação/redução da pluralidade de fontes na cobertura geral sobre o tema;

6) Verificar se há uma possível relação entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e a ampliação/redução da pluralidade de vozes na cobertura. Assim como também estudar a relação na produção de cada um dos veículos pesquisados no período.

Hipóteses:

1) A cobertura jornalística analisada não retroagiu no tempo o suficiente para identificar um dos fatores mais importantes (*path dependence*) para a degradação dos rios urbanos: o *Plano de Avenidas* de Francisco Prestes Maia de 1930;

2) Existem evidências de que a associação é significativa entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e aumento/restrrição dos enquadramentos de visões ambientais;

3) Existem evidências de que a associação é significativa entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e o aumento/diminuição da pluralidade de **fontes** sobre a temática;

4) Existem evidências de que a associação é significativa entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e o aumento/diminuição da pluralidade **de vozes** sobre a temática;

5) Existem evidências de que a associação é significativa entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e a maior/menor presença de hipertextos e, talvez, de outros elementos do jornalismo digital: infográficos, fotografias e vídeos.

Assim, para que fosse possível avançar nas hipóteses de objetivos, partimos para o cumprimento dos estudos sobre **esfera pública, temporalidade e pluralidade** (CAPÍTULO I); sobre o **contexto da síntese histórica da crise hídrica** (CAPÍTULO 3) e desenvolvemos, por fim, os **procedimentos metodológicos** em três etapas: a **seleção do corpus, metodologias de**

análises empíricas e resultados das unidades de análise (CAPÍTULO 5).

As unidades de análise do CAPÍTULO 3 foram distribuídas em 5 Unidades. Na **Unidade I - Recortes Temporais**, as reportagens foram classificadas, com metodologia própria, baseadas nas dimensões temporais citadas (passado, presente futuro), gerando cinco categorias de recortes temporais. **Unidade II – Enquadramentos Temáticos & Visões Ambientais**, em que foram analisados: (a) os enquadramentos temáticos das matérias (*framing analysis*); (b) enquadramentos sobre visões ambientais sobre a crise e; (c) o suporte de Análise de Conteúdo para verificar as menções sobre rios durante a escassez hídrica. Na **Unidade III – Análise de Pluralidade de Fontes** foi analisada a frequência das categorias de fontes (a) setoriais e (b) de elite e não-elite. A **Unidade IV – Enquadramento de Controvérsias (de Pluralidade de Vozes)** utilizou cinco frames para classificar a pluralidade de vozes baseado no conceito de enquadramento de controvérsias interpretativas de Porto (2007) com adaptações para esta pesquisa. Por fim a **Unidade V - Análise de Associações e de Correlações Lineares**, em que foram testadas as possíveis relações entre a Unidade I e as Unidades II, III e IV por meio da teoria de associação Qui-Quadrado e de Correlação Linear, ambas de Pearson. Foi neste percurso que as hipóteses puderam ser analisadas (confirmadas ou rejeitadas) e os objetivos puderam ser alcançados conforme demonstrado a seguir.

5.1 A confirmação da primeira hipótese

A confirmação ou rejeição da primeira hipótese não está relacionada às análises estatísticas, mas às perspectivas históricas e conceituais – no horizonte temporal do corpus analisado. Por este motivo, vamos nos ater mais neste ponto e mais brevemente às demais hipóteses. Não que esta seja mais importante que as demais, mas exige um pouco mais de detalhamento sobre o processo de rejeição ou confirmação da hipótese de que **A cobertura jornalística analisada não retroagiu no tempo o suficiente para identificar um dos fatores mais importantes (*path dependence*) para a degradação dos rios urbanos: o Plano de Avenidas de Francisco Prestes Maia de 1930.**

O percurso para realizar a comparação entre história e jornalismo, guardadas as devidas proporções e contextos, foi inspirado no paralelismo entre as duas categorias de conhecimento – história e jornalismo – como proposto por Park (1976) e Peucer (2000), dentre outros autores. Para isso, foi realizada uma breve *Síntese Histórica da Crise Hídrica na Contextualização do Tema*, lançando um olhar retroativo de 94 anos antes da crise – até a década de 1920 – onde foi possível identificar o momento em que ocorreu o debate que resultou em decisões públicas que agravaram a degradação dos rios da cidade.

A partir do corpus analisado, em comparação com a síntese histórica, foi possível concluir que as transformações fundamentais nos rios urbanos da cidade de São Paulo ficaram invisíveis na cobertura sobre a crise hídrica de 2012-2016. Apenas 2 matérias das 679 analisadas retroagiram

para antes de 1930 e nenhuma delas se referiu ao *Plano de Avenidas* (1930) de Prestes Maia ou ao *Melhoramentos do Tietê* (1925) de Saturnino de Brito. Isto é, uma parte fundamental para a compreensão da “crise hídrica” – a perda dos grandes rios urbanos como mananciais – não foi contemplada na cobertura sobre a escassez de água. A ausência das decisões deste período compromete gravemente a compreensão sobre a atual situação de degradação dos rios – causada pela poluição contínua somada aos tamponamentos e retificações dos principais grandes rios urbanos da cidade de São Paulo. Os rios Pinheiros, Tietê, Anhangabaú e Tamanduateí – todos antigos mananciais que abasteceram a cidade desde sua fundação até a década de 1910 – hoje são utilizados, principalmente, para diluírem esgoto e águas pluviais.

As águas dos rios Pinheiros e Tietê em 2018 estavam com classificação nível 4, com uma quantidade tão grande de poluentes e de tão baixa oxigenação que se torna inviável tratá-la para o consumo humano. Sabe-se que se os rios citados estivessem limpos, ambos poderiam fornecer mais água tratável à Represa Billings. Conseqüentemente, a represa ficaria limpa e haveria muito mais água tratável disponível para a cidade de São Paulo e para as cidades do interior do estado. O potencial de volume hídrico dos dois “rios mortos”, se estivessem limpos, poderia gerar cerca de 50 mil l/s de água tratável para ser reservado na Represa Billings ou utilizado continuamente para abastecimento (ABDIB, 2017). O que poderia cobrir o pico do deficit de vazão de água na crise hídrica que foi de 21 mil l/s⁵⁵. O deficit médio, entre o início e o fim da crise, foi 14,2 mil l/s. Em uma perspectiva mais conservadora, em informações obtidas pela LAI - Lei de Acesso à Informação, o próprio governo do Estado de São Paulo calcula que o potencial de utilização da represa Billings (com vazões revertidas do rio Pinheiros, se despoluído), geraria entre 7 e 9 mil l/s de água bruta, tratável para abastecimento. Assim, talvez seria possível mitigar até 63,3% do deficit médio de vazão nesse cenário. Em outras palavras, se esses dois mananciais estivessem limpos, provavelmente seria viável desde muito amenizar a crise e até produzir para além do que faltou durante a estiagem. Talvez, sequer seria necessário utilizar o volume morto do Cantareira e não haveria crise hídrica.

Baseado nos dados da cobertura, foi possível confirmar a primeira hipótese de que a cobertura jornalística analisada não retroagiu no tempo o suficiente para identificar um dos fatores mais importantes (*path dependence*) para a degradação dos rios urbanos: o *Plano de Avenidas* de Francisco Prestes Maia de 1930.

Talvez por não enxergar o problema no fluxo da história, a imprensa também tenha ignorado o fato de que a poluição do Rio Tietê talvez fosse uma das causas da crise hídrica. A limpeza do maior rio urbano da cidade, como uma das possíveis soluções à crise hídrica, foi observada em apenas 2 matérias (0,3%). Nesse sentido, o rio “morto” na década de 1930

⁵⁵ A informação sobre o déficit hídrico foi apurada por esta pesquisa por meio da LAI - Lei de Acesso à Informação. As informações são oficiais e foram fornecidas pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP).

também foi sepultado na década de 2010 em 99,7% da cobertura jornalística no *corpus* analisado. A imprensa teria desistido do velho Tietê como uma alternativa à cidade de São Paulo? Ou estes enquadramentos seriam resultados de uma perspectiva de **recortes temporais estreitos** – quando a notícia passa a ser vista como um conhecimento fragmentado ou especioso (PARK, 1976)?

O problema é que a falta de alargamento temporal da imprensa, ao desprezar os rios urbanos no tempo (como uma das causas e uma das soluções à crise), pode colaborar para que a sociedade também os esqueça ainda mais. Investigações recentes sobre os efeitos dos enquadramentos dos *media* sugerem que a imprensa não só teria o poder de nos dizer “no que pensar”, mas também de nos influenciar sobre “como pensar” (MCCOMBS; SHAW, 1993, p. 16).

5.1.1 Passado tratado de forma superficial

Na categorização geral dos recortes temporais, 291 (42,9%) foram classificadas como *unidimensionais* (matérias localizadas dentro do presente referencial da crise hídrica), 339 (49,9%) *bidimensionais* (presente, passado **ou** futuro) e apenas 49 (7,2%) como *tríplices dimensionais* (que se referem ao presente, passado **e** futuro).

O recorte no presente é preponderante em 42,9% dos textos. No entanto, alguns textos que retroagem apenas ao passado o fazem de maneira rápida e superficial – geralmente apenas pincelando uma data. Por exemplo, na sentença: “O Cantareira, inaugurado em 1973, passará por reformas esta semana“, o trecho não aborda nenhum outro fato ou data relacionada com a inauguração com com a pós-inauguração até os dias atuais – talvez, por não ser este o objetivo da notícia. Muito diferente das outras categorias de textos que mergulham no passado, explorando outras datas e acontecimentos — classificadas como contextualização temporal média e forte com 25 (3,7%) e 16 textos (2,4%), respectivamente.

5.2 As demais hipóteses

Baseado nos resultados da pesquisa, foi possível confirmar a **segunda hipótese**. Isto é, há fortes evidências de que a associação é significativa entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e aumento/restrição das perspectivas ambientais. A interpretação dos dados estatísticos se encontra no Resultado 17 na Unidade de Análise V. Os enquadramentos ambientais mais qualificados do ponto de vista ambiental (biofisiocêntrico e holocêntrico) estão mais presentes em matérias com maior ampliação do recorte temporal. A análise em Qui-Quadrado utilizou as classificações de dimensões temporais gerais (*unidimensional*, *bidimensional* e *tríplice-dimensional*). Porque os enquadramentos de visões ambientais estavam organizados em três categorias – o que a torna a comparação mais adequada porque também estão organizadas em proporções categóricas. Estatisticamente, há forte evidência de que ocorre associação significativa

de acordo com o resultado de $p < 0,001$ (muito significante) e outros dados disponíveis.

No entanto, é importante saber que as visões holocêntricas sobre o problema da crise hídrica obtiveram apenas 5 matérias (0,7%). As visões mais recorrentes foram a Antropocêntrica com 252 matérias (92%), Biocêntrica com 49 textos (7,2%) e Holocêntrica (0,7%). Assim, a visão da imprensa é de que a água potável é um recurso de utilidade e de consumo prioritariamente aos seres humanos – ignorando a importância da água potável também aos sistemas de vida de forma geral, compostos pela fauna, flora e outros elementos microbiológicos e químicos que sustentam o equilíbrio da vida na terra.

Para Apel (1994), o desprezo pela natureza é resultado do encantamento do *homo faber* pela produção artificial do mundo, que enxerga “problemas, causas e soluções” pela perspectiva temporal do “aqui” e do “agora”. A ausência do debate sobre os rios como causas e/ou soluções ambientais à crise pode estar relacionado ao que Karl Otto-Apel denomina de uma visão imediatista do mundo do *homo faber*. Mais adiante, Arendt (2007) avança no conceito de *animal laborans*: assim como o *homo faber* (1994), também parte de uma visão “presentificada” do mundo, porém, mais arraigada no consumo e ao trabalho voltada à prioritariamente à sobrevivência da própria família. Esta perspectiva reduziria a dimensão pública do debate e das discussões de temas de interesses comuns. Segundo ambos os filósofos, tanto o *homo faber* como também o *animal laborans* colaboram para o declínio de uma esfera pública racionalmente mais pública, participativa e plural.

A **terceira hipótese** também foi confirmada. Isto é, há evidências de que a associação é significativa entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e o aumento/diminuição da pluralidade de **fontes** sobre a temática, tanto em fontes setoriais como em fontes de elite e não-elite. A interpretação dos dados estatísticos se encontra nos Resultados 18 e 19 na Unidade de Análise V. **Fonte de elite e não-elite:** A frequência de fontes de Elite na cobertura todos os veículos somaram 522 matérias (77%). A elitização das fontes neste corpus talvez corrobore a afirmação de Habermas (1984) de que as elites econômicas e políticas no século XX começaram a lançar mão de agências de relações públicas altamente especializadas. As metas geralmente são garantir a presença – e a prevalência – de seus pontos de vista na esfera pública de acordo com seus interesses (HABERMAS, 1984, p.247). **Fontes setoriais:** Pode-se observar que, na cobertura geral, as fontes oficiais do Primeiro setor prevaleceram com 647 (55,7%) matérias, seguidas por Cidadãos com 156 textos (13,4%) e Cidadãos - especialistas - acadêmicos com 117 textos (10,09%). A prevalência de fontes oficiais na cobertura jornalística é uma constatação de inúmeros autores como, por exemplo, em L. Sigal, 1973, Ericson, Baranek e Chan (1989), Schilesinger (1992), M. Schudson (1995), Santos (2003), Schmitz (2011), entre outros.

A **quarta hipótese** também foi confirmada. Isto é, há fortes evidências de que a associação é significativa entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e o aumento/diminuição da pluralidade de **de vozes** sobre a temática. A interpretação dos dados estatísticos se encontra no Resultado 20 na Unidade de Análise V. No Gráfico 8 é possível visualizar o aumento gradual do

volume de matérias mais plurais conforme o recorte temporal vai ser alargando de T0 a T4. A análise do Qui-Quadrado revela que há fortes evidências de que a relação pode ser significativa segundo o valor de p menor que 0,001.

Partindo do conceito de Arendt (2007) de que a não pluralidade, revestida de verdade última, seria uma posição tirânica em relação ao mundo, seria dramático concluirmos nesta pesquisa que a imprensa, de forma genérica, não tenha sido plural. Principalmente se considerarmos que a água é uma temática de igual interesse de todos os cidadãos e um recurso necessário à sobrevivência de todos os seres humanos, da fauna e da flora aquática e terrestre. Enfim, necessária aos sistemas de vida numa perspectiva holoética. Se Habermas (1984) afirma que todos os concernidos num determinado problema público deveriam ter oportunidade de voz na esfera pública (HABERMAS, 1984), a escassez de água seria um exemplo por excelência de debate de “interesse geral”. Porque se trata de um tema intrinsecamente plural – uma vez que é do interesse de todos os seres humanos.

No entanto, as contradições da imprensa são ricas para os estudos da comunicação. Compreendê-las, mesmo que em parte, pode ser um caminho importante à construção de novos conhecimentos. A cobertura analisada ficou distante de ser considerada como não plural – pelo menos em relação aos critérios adotados nesta pesquisa. Apenas 112 matérias (16,5%) foram consideradas como não plurais, classificadas nas categorias *sem vozes* com 23 matérias (3,4%) e *restritiva* com 89 textos (13,11%). Ambos os grupos de textos representam a versão mais problemática da cobertura analisada. Afinal, na perspectiva de Arendt, “Os modos de pensamento e de comunicação que tratam com a verdade, quando vistos da perspectiva política, são necessariamente tiranizantes” (*grifo nosso*) (ARENDR, 2016, p. 4457).

A maior parte das matérias foram consideradas plurais com 567 textos (83,5%). No entanto, talvez as matérias *plurais fechadas* devam ser colocadas em suspeição. Uma vez que estes textos talvez não possam ser considerados como totalmente plurais – em razão de haver um enquadramento dominante em situações de controvérsias de vozes. Contudo, guardadas as devidas diferenças e adaptações, a pesquisa de Porto (2007) sobre estudos de recepção revelaram que tanto as matérias classificadas como *plurais fechadas* e também como *plurais abertas* proporcionavam aos leitores atalhos para obterem outros pontos de vistas sobre o tema abordado na notícia. Por este motivo mantivemos, mesmo que provisoriamente, as matérias *plurais fechadas* somadas com o restante de matérias plurais. Isto é, ambas foram consideradas plurais.

Esta é uma das limitações desta pesquisa porque não realizamos estudos de recepção. Por meio desta análise adicional poderíamos aferir se as matérias *plurais fechadas* também poderiam ser consideradas (ou não) pelos leitores como atalhos a outros pontos de vista. Por outro lado, para Entman (1991), as visões marginalizadas não seriam úteis à audiência. Se adotássemos nesta tese a perspectiva mais negativa de Entman teríamos que retirar as matérias *plurais fechadas* da soma – considerando-as também como *não plurais*. Logo, o número de matérias *não plurais* saltaria

para quase o dobro: de 112 (16,5%) para 222 matérias (32,7%).

As duas visões, a de Porto (2007) e a de Entman (1991), são compreendidas nesta pesquisa como importantes. Portanto, ambas foram mantidas nesse trabalho devido à mencionada ausência de estudos de recepção não previstos em nosso projeto de pesquisa.

É importante lembrar que este *corpus* analisado é composto por matérias médias e grandes. Isto é, são textos amplos para o jornalismo diário – iguais ou maiores que duas laudas (2.800 caracteres). Portanto, são notícias que tiveram condições de serem plurais no que se refere ao espaço editorial disponível. Logo, a ausência de pluralidade, nesta perspectiva de amplo espaço, se agrava. Mesmo que a frequência desta “não pluralidade” ocorra na menor parte das matérias – seja de 16,5% (numa perspectiva de de Porto) ou 32,7% (numa perspectiva de Entman) –, o critério de seleção do *corpus*, por tamanho dos textos, deve ser considerado.

A **quinta hipótese** foi refutada. Isto é, não há evidências de que a associação é significativa entre a ampliação/estreitamento dos recortes temporais e a maior/menor presença de hipertextos. A interpretação dos dados estatísticos se encontra no Resultados 25 na Unidade de Análise V (p. 241). A temporalidade mais ampliada das matérias traz um maior número de links orgânicos (no corpo do texto). Porém, os resultados de Qui-Quadrado (com p valor = 0,07) rejeitam a hipótese alternativa de que há uma real possibilidade de relação gradativa (e paralela) entre o alargamento dos recortes temporais e o número de links presentes nas reportagens. Logo, é mais provável que tais variáveis não tenham relação progressiva entre si.

As hipóteses que seriam adicionais à quinta hipótese – que se referiam à possível relação entre ampliação/estreitamento dos recortes temporais e a maior/menor presença ou ausência de infográficos, fotografias e vídeos – não puderam ser testadas. Porque o número destes elementos presentes nas matérias não foram suficientes para possibilitar a realização de uma análise estatística.

5.3 O cumprimento dos objetivos

A maior parte dos objetivos desta pesquisa estão, naturalmente, imbricados com as hipóteses de relação entre temporalidade e pluralidade já analisadas anteriormente. Nesse sentido, vamos relacionar mais sinteticamente o cumprimento dos objetivos propostos.

O **objetivo geral** foi cumprido ao identificar as possíveis relações entre temporalidade jornalística e a pluralidade de fontes e vozes nas reportagens sobre a crise hídrica por meio de testes Qui-Quadrado de Pearson conforme os Resultados 15 ao 25 da Terceira Etapa / Unidade V. Na sequência, a pesquisa também cumpriu todos os objetivos específicos **1**) ao pesquisar os conceitos de esfera pública (HABERMAS, 1984) e seu declínio histórico em diálogo com outros autores como Apel (1994), Arendt (2007), Marcuse (2015), entre outros; **2**) ao realizar uma breve síntese histórica sobre a relação dos homens com os rios urbanos; da fundação da cidade de São Paulo em 1560 até a crise hídrica na RMSP de São Paulo (2012-2016) no CAPÍTULO 3;

3) ao identificar quais seriam os enquadramentos temáticos mais frequentes na cobertura sobre a crise da Terceira Etapa / Unidade V.

Foi nessa mesma unidade que se cumpriram por meio do teste de Qui-Quadrado os objetivos 4, 5 e 6. Uma vez que se verificou, respectivamente, a relação entre ampliação/restricção dos recortes temporais e 4) a cobertura as perspectivas ambientais sobre o tema; 5) a ampliação/redução da pluralidade de fontes na cobertura geral sobre o tema; 6) a ampliação/redução da pluralidade de vozes na cobertura. Assim como também se analisou a relação que se refere à produção de cada um dos veículos pesquisados no período.

5.4 Novas questões em aberto

5.4.1 As possíveis relações entre recortes temporais e discursos tirânicos

Segundo Arendt (2007), a perspectiva de verdade última (sinônimo de ausência de pluralidade) pode ser considerada como uma atitude tirânica perante o mundo. A perspectiva de Arendt (2007) sobre verdade última (tirânica) e pluralidade poderia fornecer novas bases para pesquisas sobre enquadramento. Isto é, a qualificação de um modelo que pudesse categorizar *frames* mais ou menos autoritários poderia abrir uma nova concepção de pluralidade no jornalismo. Não mais considerando a pluralidade como uma qualidade da narrativa, mas talvez como uma necessidade ética e moral do fazer jornalístico.

• A hipótese dos recortes temporais como um novo viés da comunicação

As confirmações das hipóteses aqui levantadas deixam algumas questões em aberto também sobre a influência dos recortes temporais nas notícias. Como, por exemplo, recortes temporais reduzidos tenderiam a trazer narrativas autoritárias? Nesse sentido, seria possível relacionar os **recortes temporais como um novo viés da comunicação**? Isto é, para além dos vieses do poder e do dinheiro na esfera pública (HABERMAS, 1984, 1999, 2000, 2015), os recortes temporais também representariam um novo viés para as notícias? Caso esta hipótese seja confirmada (em futuras pesquisas), ainda outras dúvidas poderiam surgir. Por exemplo, seria possível distinguir qual viés estaria operando com mais ou menos intensidade numa determinada cobertura jornalística (o viés temporal ou o viés do poder e do dinheiro)? Nesse sentido, talvez seja possível relacionar a perspectiva temporal das notícias com estudos e textos considerados tirânicos (de verdade última, com uma única voz ou sem vozes) e não tirânicos (plurais). E, conseqüentemente, como estes recortes temporais também poderiam influenciar as decisões políticas e de Estado.

A possibilidade dos recortes temporais serem um novo viés da comunicação seria um acréscimo à reflexão sobre a problemática do declínio qualitativo da esfera pública. De maneira que o Agir Racional com Respeito-a-Fins (ARRF) e a racionalidade estratégica e instrumental

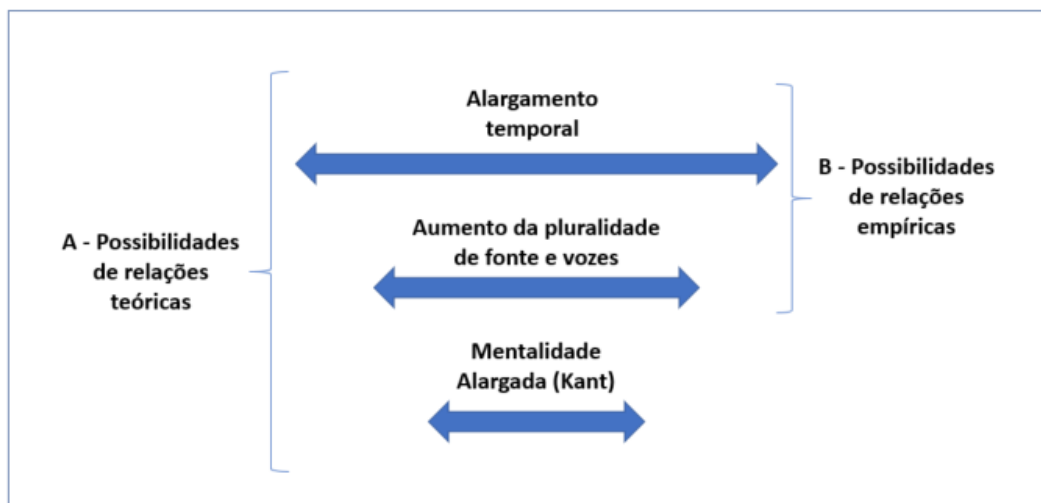
(HABERMAS, 1999) talvez não sejam os únicos elementos a prejudicar o debate público – a nova hipótese é que os recortes temporais reduzidos também seriam um fator negativo à esfera discursiva. Alguns resultados reforçam esta hipótese como, por exemplo, os recortes temporais mais estreitos trazem fontes mais elitizadas, enquanto os mais amplos fontes mais populares e mais plurais.

Novos estudos nesse ínterim poderiam partir de panos de fundo baseados em teorias democráticas com autores da área de estudos da comunicação, da linguística, da história e da sociologia política.

- **Pesquisas sobre o conceito de mentalidade alargada**

As reflexões de Ação em Hannah Arendt (2007) nos levam a outras questões levantadas por meio de resultados obtidos nesta pesquisa. O conceito de pluralidade em Arendt se baseia na ideia de que todos somos dotados de pontos de vistas distintos (mesmo que menos ou mais similares), sobre o mundo e sobre nós mesmos. Temos pontos de vista inerentemente únicos: “embora o mundo comum seja o terreno comum a todos, os que estão presentes ocupam nele diferentes lugares, e o lugar de um não pode coincidir com o de outro” (ARENDR, 2007, p. 67). No entanto, essa unicidade está inscrita dentro de uma perspectiva coletiva de pluralidade. A pluralidade de pontos de vista é também é condição para a existência da esfera pública e, de acordo com Arendt (2007), sem pluralidade não seria possível “pensar no lugar de todas as demais pessoas” (KANT, 1993).

O conceito de pluralidade em Arendt (2007) está muito ligado à ideia iluminista de Kant de “exercício público da razão” (HABERMAS, 1984, p. 130) e de *Mente Alargada* (KANT, 1993). A questão que surge é que, talvez, o alargamento temporal poderia estar relacionado à mentalidade alargada. Porque, nos resultados da presente pesquisa pudemos inferir que um alargamento temporal seria frequentemente maior do que a pluralidade observada numa notícia. Uma vez que foi possível verificar nesta pesquisa que o recorte temporal mais amplo T4 (presente aumentado ao passado, presente e futuro) trouxe apenas 8% de textos de matérias com “muita pluralidade” de vozes. Isto é, por mais que nossa pesquisa tenha encontrado evidências significativas da relação entre ampliação temporal *versus* ampliação da pluralidade de vozes, não é possível afirmar que se trata de uma associação automática e linearmente proporcional. Em outras palavras, a pluralidade parece estar crescendo em conjunto com o alargamento temporal. No entanto, sempre crescendo em proporção menor do que o alargamento temporal (no que se refere especificamente ao corpus analisado). A mentalidade alargada, então, estaria sendo formada por esses *inputs* informacionais mais plurais? Neste caso teríamos uma relação de influência entre alargamento temporal → aumento de pluralidade → mentalidade alargada. Como forma de representar a imbricação desta tripla relação, elaboramos um gráfico abaixo onde (A) se refere à possível relação empírica (testada e confirmada nesta pesquisa); e (B) a segunda possível relação teórica (não testada) e que poderia ser objeto de outros estudos.

Figura 23 – Possível relação entre Alargamento Temporal e Mentalidade Alargada

Fonte: elaborada pelo autor

Talvez este último ponto possa ser sustentado pelo argumento de que a mente alargada está, de alguma forma, suscetível às perspectivas temporais. No entanto, esse argumento só poderia ser confirmado, por exemplo, por meio de estudos de recepção (não contemplados na presente tese), mas que poderiam também ser estudados, por exemplo, em pesquisas de comunicação interdisciplinares relacionadas à psicologia, à geografia, à história e à sociologia política.

Referências

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. ISBN 8533608659.
- ABDIB. *Abdib e CPD lançam iniciativa para despoluir Pinheiros e Billings*. São Paulo: [s.n.], 2017. Site Institucional. Disponível em: <<https://www.abdib.org.br/2017/02/17/abdib-e-cpd-lancam-iniciativa-para-despoluir-pinheiros-e-billings/>>. Acesso em: 08/10/2018.
- ABREU, L. C. A.; SCARPELINI, J. *Entre Rios*. 2009. Documentário. Disponível em: <<https://vimeo.com/14770270>>. Acesso em: 15.nov.2015.
- ADORNO, T. *Negative Dialectics*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1973.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. [S.l.]: Zahar, 1985.
- AGOSTINHO, S. Confissões. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ALMEIDA, D. L. *Os passivos ambientais no reservatório Billings e os seus impactos na geração hidroenergética da Usina Henry Borden*. 2010. Dissertação (Pós-Graduação em Energia) — Universidade Federal do ABC.
- ALPHANDÉRY, P.; BITOUN, P.; DUPONT, Y. *O Equívoco Ecológico: Riscos Políticos*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- ALSINA, R. M. *La construcción de la noticia*. Barcelon: Paidós, 2005.
- ANCHIETA, J. *Memória da Cidade de S. Paulo: Depoimentos de Moradores e Visitantes, 1553-1958*. São Paulo: PMSP. Secretaria Munic. da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, 1981. (Registros 4).
- ANCHIETA, P. J. de. Cartas inéditas de Anchieta chegam a São Paulo. *Carta Maior*, São Paulo, Janeiro 2004. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia-e-Redes-Sociais/Cartas-ineditas-de-Anchieta-chegam-a-Sao-Paulo/12/6326>>. Acesso em: 21/09/2018.
- APEL, K. ¿Vuelta a la normalidad? ¿Podemos aprender algo especial de la catástrofe nacional? El problema del paso histórico (mundial) a la moral posconvencional desde La perspectiva específica alemana. In: APEL, K. (ed.). *Ética comunicativa y democracia*. Barcelona: Crítica, 1991.
- APEL, K. *Estudos de moral moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ARENDT, H. *Da Revolução*. Brasília: Atica UnB, 1990.
- ARENDT, H. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.
- ARENDT, H. *A Condição Humana*. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- ARENDT, H. *Entre o Passado e o Futuro*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva - Ed. Kindle, 2016.
- ARISTÓTELES. Física. Introducción, traducción y notas de Guillermo R. de Echandía. Gredos, 1995. Disponível em: <<http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/662.pdf>>. Acesso em: 15/08/2016.
- BACON, F. *Novum Organum*. [S.l.]: Abril Cultural, 1979.

- BAGDIKIAN, B. H. *O Monopólio da Mídia*. São Paulo: Veneta, 2018.
- BARBOSA, M. Meios de Comunicação e História: elos visíveis e invisíveis. In: ANAIS, 2007, São Paulo. *V Congresso Nacional de História da Mídia*. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007. p. 1 – 18.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS FILHO, C. de. *Sobre o tempo*. 2010. Youtube.
- BARROS, J. D. A. *O tempo dos historiadores*. 1. ed. Petrópolis: Vozes (e-book), 2013.
- BERELSON, B. *Content analysis in communication research*. Glencoe: The Free Press, 1952.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A sociedade como realidade subjetiva. In: BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. (Ed.). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1983, 1983. p. 173 – 194.
- BEZERRA, P. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (Ed.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BLOCH, M. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. [S.l.]: Zahar, 1949.
- BOBBIO, N. et al. *Dicionário de Política*. 13ª. ed. Brasília: UNB, 2007.
- BOGHOSSIAN, B.; GAMA, P. 'Orientação superior' impediu alerta maior sobre crise, diz presidente da Sabesp. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Outubro 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1537493-orientacao-superior-impediu-alerta-sobre-crise-diz-presidente-da-sabesp.shtml>>. Acesso em: 21/12/2018.
- BOLBOACA, S. D. et al. Pearson-Fisher Chi-Square Statistic Revisited. *Information*, v. 2, n. 3, p. 528 – 545, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.3390/info2030528>>.
- BRANDÃO, J. de S. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BRANDT, R. Reservatórios da Cantareira têm pior nível em 10 anos. *Estadão.com*, São Paulo, Janeiro 2014. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,reservatorios-da-cantareira-tem-pior-nivel-em-10-anos,1117127>>. Acesso em: 29/09/2017.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: NOVAIS; SILVA (Ed.). *Nova História em perspectiva*. [S.l.]: Cosac & Naify, 2011.
- BREED, W. Controle social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, N. (ed.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Vega, 1993.
- BRENHA, H. São Paulo tem 2,1 milhões de pessoas sob racionamento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, agosto 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/08/1498512-sao-paulo-tem-21-milhoes-de-pessoas-sob-acionamento.shtml>>. Acesso em: 21/09/2018.
- BRITO, S. R. de. *Melhoramentos do Rio Tietê em São Paulo: Relatório*. São Paulo: Seção de Obras d' "O Governo do Estado de São Paulo", 1923.
- BRITTES, J. G. A revitalização da esfera pública habermasiana pela comunicação ciberespacial. *BOCC*, 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/brittes-jucara-revitalizacao-esfera-publica.pdf>>. Acesso em: 21/09/2015.

- BRUMLER, J. G.; GUREVITCH, B. *The Crisis of Public Communication*. London: Routledge, 1995.
- BUENO, E. *Capitães do Brasil*. São Paulo: Objetiva, 1999.
- CAMARGO, A. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 1, p. 5 – 28, 1984.
- CANAVILHAS, J. Da remediação à convergência: um olhar sobre os media portugueses. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 7 – 21, Junho 2012. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/369/362>>. Acesso em: 27/07/2018.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CARTA CAPITAL. O retorno aos rios. *Carta Capital*, São Paulo, Abril 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-retorno-aos-rios/>>. Acesso em: 08/10/2015.
- CARVALHO, F. A. D. *Caminho das águas: a água na cidade de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 1999. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/489165/caminho-das-%C3%A1guas--a-%C3%A1gua-na-cidade-de-s%C3%A3o-paulo>>. Acesso em: 21/09/2018.
- CARVALHO JÚNIOR, A. F. *Ecologia profunda ou ambientalismo superficial*. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.
- CARVALHO, P. Como Nova York resolveu sua crise hídrica com menos obras. *Época Negócios*, Globo, São Paulo, Janeiro 2016. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2016/01/como-nova-york-resolveu-sua-crise-hidrica-com-menos-obras.html>>. Acesso em: 08/07/2018.
- CAVALCANTI, J. E. *Tratamento de esgotos nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro*. São Paulo: [s.n.], 2014. Site Institucional. Disponível em: <<https://www.institutodeengenharia.org.br/site/2014/09/01/tratamento-de-esgotos-nas-regioes-metropolitanas-de-sao-paulo-e-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 18/08/2018.
- CHAPARRO, M. C. *Pragmática do jornalismo*. São Paulo: Summus Editorial, 2009.
- CHATELAT, B. *Trentes Modèles pour communiquer*. Paris: Mimeo, 1979.
- CHÂTELE, F. (org.). *História da Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. v. 4.
- COHEN, B. C. *The Press and Foreign Policy*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- CORREIA, A. (org.). *Hannah Arendt e a condição humana*. Salvador: Quarteto, 2006.
- CORREIA, J. C. *Comunicação e Cidadania: Os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- COUTINHO, R. M.; KRAENKEL, R. A.; PRADO, P. I. Catastrophic Regime Shift in Water Reservoirs and São Paulo Water Supply Crisis. *PLOS - ONE*, Setembro 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0138278>>. Acesso em: 21/09/2015.
- CRUZ, L. S. O repórter como historiador do tempo presente: notas sobre a relação entre jornalismo e memória social 1. In: ESPM, 2014, Rio de Janeiro. *3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia*. Rio de Janeiro, 2014.

- CURRAN, J. Rethinking Mass Communication. In: CURRAN, J. (ed.). *Cultural Studies and Communication Research*. London: Arnold, 1996.
- DAHL, R. A. *Dilemmas of Pluralist Democracy: Autonomy vs. Control*. Yale: New Haven: Yale University Press, 1982.
- DALMONTE, E. F. Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos. *História [online]*, v. 29, n. 1, p. 328 – 344, Janeiro 2010.
- D'ANGELO, P. News framing: as a multiparadigmatic research program: a response to Entman. *Journal of Communication*, v. 52, n. 4, 2002.
- DELJAIKOV, A. *OS RIOS E O DESENHO DA CIDADE: PROPOSTA DE PROJETO PARA A ORLA FLUVIAL DA GRANDE SÃO PAULO*. 1998. Dissertação (Planejamento Urbano e Regional.) — USP - Universidade de São Paulo.
- DESCARTES, R. *Descartes: Discurso sobre o Método e Princípios da Filosofia*. [S.l.]: Levoir, Marketing e Conteúdos Multimídia SA, 2010.
- DIAS, N. *O sistema Cantareira e a crise da água em São Paulo: alta de transparência, um problema que persiste*. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2016. ISBN 978-85-92583-04-0. Disponível em: <<https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2016/06/Sistema-Cantareira-e-a-Crise-da-%C3%81gua-em-S%C3%A3o-Paulo-2.pdf>>.
- DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- EAGLETON, T. A. *Ideologia estética*. [S.l.]: Zahar, 1993.
- EMAE. *Usina Hidroelétrica Henry Borden*. São Paulo: [s.n.], 2016. Site Institucional. Disponível em: <<http://www.emae.com.br/conteudo.asp?id=Usina-Hidroeletrica-Henry-Borden>>. Acesso em: 10/03/2016.
- EMAE. *EMAE - Histórico*. São Paulo: [s.n.], 2019. Disponível em: <<http://www.emae.com.br/conteudo.asp?id=Historico>>. Acesso em: 11/04/2019.
- ENTMAN, R. Framing U.S. coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents. *Journal of Communication*, v. 41, n. 4, 1991.
- ERICSON, R.; BARANEK, P.; CHAN, J. *Negotiating Control: A study of news sources*. Toronto: University Press, 1989.
- ESTEVES, J. P. *Comunicação e Sociedade: Os efeitos sociais dos meios de comunicação em massa*. Lisboa: Horizonte, 2002.
- EZEQUIEL, V. de C. *A Mercantilização das questões sociais e do espetáculo da vida*. 2005. Dissertação (Mestrado) — Faculdade Cásper Líbero.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001.
- FARB, P. *Man's Rise to Civilization*. [S.l.]: Dutton & Co., 1968.
- FARIAS FILHO, M. C. Elites políticas regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, scielo, v. 26, p. 175 – 188, 10 2011. ISSN 0102-6909. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scieloOrg/php/articleXML.php?lang=en&pid=S0102-69092011000300014>>.

- FELIX, P. SP teve hiperepidemia de diarreia no primeiro ano da crise hídrica. *Estadão*, Julho 2015. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,sao-paulo-teve-hiperepidemia-de-diarreia-no-ano-em-que-crise-hidrica-comecou,1733925>>. Acesso em: 14/05/2018.
- FELTRIN, R. Papa João Paulo 2º morre aos 84 anos em Roma. *Folha de S. Paulo*, Roma, Abril 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u82123.shtml>>. Acesso em: 03/01/2019.
- FERNANDES, R. C. *Privado porém Público: O terceiro Setor na America Latina*. 2. ed. [S.l.]: Relume Dumará, 1994.
- FERRAZ, C. S.; SCARPELINI, J.; ABREU, L. de. *Entre Rios: a urbanização de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNic>>. Acesso em: 30/08/2012.
- FESTINGER, L. *A theory of cognitive dissonance*. California: Stanford University Press, 1957.
- FINATTO, M. J. B.; SIMIONI, S. A causalidade no texto de química: efeitos da tradução sobre a estrutura coesiva. *Calidoscópio*, v. 5, n. 3, p. 177 – 184, set/dez 2007.
- FLEUR, M. L. D.; SANDRA, B. *Teorias da comunicação de massa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.
- FOLHA DE S. PAULO. *Manual da redação*. São Paulo, 2012.
- FORSTALL, R. L.; GREENE, R. P.; PICK, J. B. WHICH ARE THE LARGEST? WHY LISTS OF MAJOR URBAN AREAS VARY SO GREATLY. *Royal Dutch Geographical Society KNAG*, lackwell Publishing, p. 277 – 278, Maio 2007. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1467-9663.2009.00537.x>>. Acesso em: 21/09/2015.
- FOUCAULT, M. *O que é o iluminismo?* 1984. Disponível em: <<http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/iluminismo.pdf>>. Acesso em: 04/09/2018.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FRANCISCATO, C. E. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. In: SILVA, G. (org.). *Critérios de Noticiabilidade*. Florianópolis: Insular, 2013.
- FREITAG, B. *A teoria crítica ontem e hoje*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FREITAS, C. M. B. de; SALLES, C. A. *Do impresso ao digital*. 2010. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/4236>>.
- GAMSON, W. A.; MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *The American Journal of Sociology*, v. 95, n. 1, p. 2 –, 1989.
- GAMSON, W. A.; WOLFSFELD, G. *Movements and Media as Interacting Systems*. (ANNALS, AAPSS). 1993.
- GANS, H. *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Evanston: Northwestern University Press, 1980.

- GARCIN-MARROU, I. L'événement dans l'information sur l'Irlande du Nord. *Réseaux Le temps de l'événement II*, v. 14, n. 76, p. 47 – 60, 1996.
- GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide*: para uma teoria marxista do jornalismo. Rio de Janeiro: FENAJ, 1997. Disponível em: <www.adelmo.com.br>. Acesso em: 22/02/2017.
- GIDDENS, A. *The constitution of society*: Outline of the theory of structuration. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GIEBER, W. Across the desk: A study of 16 telegraph editors. *Journalism Quarterly*, v. 33, n. 4, p. 423 – 433, 1956.
- GIEBER, W.; JOHNSON, W. The city hall “beat”: a study of reporter and source roles. *Journalism Quarterly*, v. 38, n. 3, p. 289 – 297, 1961.
- GITLIN, T. *The whole world is watching*: mass media in the making and unmaking of the new left. University of California Press, Berkeley, 1980.
- GLOBONEWS. Com lucro recorde, Sabesp reduz investimento para despoluição do rio Tietê. *GI*, São Paulo, Abril 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/com-lucro-recorde-sabesp-reduz-investimento-para-despoluicao-do-rio-tiete.ghtml>>. Acesso em: 10/03/2018.
- GOLDING, P.; MURDOCK, G. Culture, Communications and Political Economy. In: CURRAN J. E GUREVITCH, M. (Ed.). *Mass Media and Society*. Londres: Arnold, 1991. p. 15 – 32.
- GOUVEIA, I. C. M. *Da originalidade do sítio urbano de São Paulo às formas antrópicas*: aplicação da abordagem da Geomorfologia Antropogênica na Bacia Hidrográfica do Rio Tamandateí, na Região Metropolitana de São Paulo. 2010. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo.
- GRAMSCI, A. *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*. New York: International Publishers, 1971.
- GUEDES, E. N. Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses. 2010. Disponível em: <http://www.academia.edu/771586/Espa%C3%A7o_p%C3%ABlico_contempor%C3%A2neo_pluralidade_de_vozes_e_interesses>.
- HABERMAS, J. *Legitimation Crises*. Boston: Beacon Press, 1975.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, J. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa: 70, 1987.
- HABERMAS, J. *Teoria da Ação Comunicativa I*. Madrid: Taurus, 1999.
- HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HABERMAS, J. *A nova obscuridade*: Pequenos escritos políticos V. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- HALL, S. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. [S.l.]: UFMG, 2003.
- HALL, S. et al. *Policing the Crisis. Mugging the State, ant Law and Order*. New York: Holmes & Meier, 1993.

- HANSEN, A. et al. *Mass communication research methods*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 1997.
- HARWOOD, T.; GARRY, T. An overview of content analysis. *The Marketing Review*, n. 3, 2003.
- HAYDÉE, L. 7 cidades que despoluíram seus rios e podem nos inspirar. *Revista Exame*, São Paulo, Setembro 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/7-cidades-que-despoluiram-seus-rios-e-podem-inspirar-brasil/>>. Acesso em: 21/09/2018.
- HEIDEGGER, M. *O ser e o tempo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HERMAN, E. S. A diversidade de notícias: marginalizando a oposição. In: TRAQUINA, N. (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.
- HERMAN, E. S.; CHOMSKY, N. *Manufacturing Consent: the political economy of the mass media*. Nova Iorque: Pantheon Books, 1988.
- HONIG, B. *Political theory and the displacement of politics*. Cornell University Press, 1993.
- IDS; IEEUSP. *Água na Mídia*. São Paulo: [s.n.], 2016. Site Institucional. Disponível em: <<http://aguanamidia.idsbrasil.org/>>. Acesso em: 21/09/2018.
- IPEA. *Mapa das Organizações da Sociedade Civil*. BRASÍLIA: [s.n.], 2016. Site Institucional. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 08/10/2018.
- IYENGAR, S. *Is anyone responsible?: how television frame pilitical issues*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- JONAS, H. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- JORGE, T. de M. A notícia e os valores-notícia. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa. *Unirevista*, v. 1, n. 3, jul 2006.
- KAHTOUNI, S. *Cidade das Águas*. São Paulo: Rima Editorial, 2004.
- KANT. Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento? . 1783, p. 3, p. 1 – 3, 1783. 3. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/emkant/texto_II.pdf>.
- KANT, I. *A Paz Perpétua*. [S.l.: s.n.], 1795.
- KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. [S.l.]: Nova Cultural, 1996.
- KATZ, E.; BLUMLER, J. G.; GUREVITCH, M. Uses and gratifications research. *Public Opinion Quarterly*, Oxford Academic, Oxford, v. 37, n. 4, Janeiro 1973.
- KATZ, E.; LAZARSFELD, F. P. *Personal influence: the part played by people in the flow of mass communications*. Illinois: The Free Press, 1955.
- KOENIG, T. Coumpounding mixed-methods problems in frame analysis throught comparative research. *Qualitative Research*, v. 6, p. 61 – 76, fevereiro 2006.

- KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 267-303 p.
- KUHN, M. et al. *IMPÉRIO DO IMEDIATO*. 2011. Tese (Doutorado) — Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/609>>.
- LAGE, N. *Ideologia e Técnica da Notícia*. Editora Vozes, 2001. Disponível em: <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2015/04/Ideologia_comp_.pdf>.
- LASSWELL, H. The Structure and Functions of Communication in Society. In: BRYSON, L. (ed.). *The Communication of Ideas*. New York: Harper & Row, 1948.
- LASSWELL, H. D.; LERNER, D. *As elites revolucionárias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- LAYRARGUES, P. P. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998. v. 75. (Selo Universidade, v. 75).
- LAZARFELD, P. F.; MERTON, R. K. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. In: LAZARFELD, P. F.; MERTON, R. K. (Ed.). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: TA Queiroz, 1987.
- LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. de. A polifonia no jornalismo entre a ingenuidade teórica e os riscos metodológicos. *ALCEU*, v. 16, n. 31, p. 155 – 170, julho 2015.
- LEITE, F. Cantareira pode cair a 3% da capacidade caso seca de 2014 se repita. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Maio 2016. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,cantareira-pode-cair-a-3-se-seca-de-2014-se-repetir-,1871897>>. Acesso em: 30/01/2019.
- LEITE, F.; AKEL, S. Sabesp vai investir 55% menos em esgoto. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Abril 2015. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sabesp-vai-investir-55-menos-em-egoto,1661740>>. Acesso em: 21/09/2018.
- LEITE, F.; ITALIANI, R. Agência notifica Sabesp por fechar 40% da rede. *Estadão.com*, Fevereiro 2015. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,agencia-notifica-sabesp-por-fechar-40-da-rede,1633071>>. Acesso em: 21/09/2017.
- LIPOVETSKY, G. *O Império do Efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LOCKE, J. Ensaio Acerca do Entendimento Humano. In: LOCKE, J. (ed.). *Não há princípios práticos inatos*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. cap. II, p. 45 – 49.
- LUNA, J. N. Ações do Império no Velho Chico: A Fundação de Petrolina, a Navegação no Rio São Francisco e o Projeto de Transposição de José Bonifácio. *DIÁLOGOS – Revista de Estudos Culturais e da Contemporaneidade*, Fevereiro 2013.
- MACIEL, C. SP: com dez vezes mais água que Cantareira, Billings pode ser alternativa. *Agência Brasil*, Janeiro 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2015-01/com-dez-vezes-mais-agua-que-o-cantareira-billings-pode-ser-alternativa>>.
- MARCUSE, H. *O homem unidimensional: o estudo da ideologia da sociedade industrial avançada*. 1. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

- MARIA, J. F. de A. *Ideologia: um conceito plural*: Enfoques analíticos e comparativos do conceito no pensamento de Karl Marx e Jürgen Habermas e sua relação com os processos de legitimação da dominação no meio social. 2006. Dissertação (Mestrado) — UnB - Universidade de Brasília.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2545967/mod_resource/content/1/MARX;ENGELS_ManifestoComunista.pdf>. Acesso em: 08/07/2016.
- MAYARA, C. Billings poderia ser caixa d'água da região metropolitana de São Paulo. *RBA - Rede Brasil Atual*, São Bernardo do Campo, Março 2014. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2014/03/billings-poderia-ser-caixa-d2019agua-da-regiao-metropolitana-de-sao-paulo-9030.html>>. Acesso em: 03/01/2019.
- MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. *The Public Opinion Quarterly*, Oxford University Press; American Association for Public Opinion Research, Oxford, v. 36, n. 2, p. 176 – 187, summer 1972. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2747787>>. Acesso em: 21.08.2016.
- MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The Evolution of Agenda-Setting Research: Twenty-Five Years in the Marketplace of Ideas. *Journal of Communication*, 1993.
- MEDINA, C. *O signo da relação*: Comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.
- MEDITSCH, E.; BUENO, W. da C.; PAULO, U. de S. *O conhecimento do jornalismo*. 1990. Dissertação (Mestrado) — São Paulo (SP). Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75681>>.
- MENDONÇA, A. P. O nascimento da cidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Janeiro 2013. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,o-nascimento-da-cidade,988334>>. Acesso em: 21/09/2018.
- MILL, J. S. *Three Essays*. Oxford University Press, Oxford, 1948.
- MILLS, C. W. Elites do poder. *The British Journal of Sociology*, Zahar, Rio de Janeiro, 1975.
- MODESTO, R. P. *Uso e ocupação do solo e sua influência na formação de depósitos sedimentares e assoreamento na bacia da represa Billings*. 1999. Dissertação (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo) — USP - Universidade de São Paulo.
- MOLOTCH, H.; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: Acerca do Uso estratégico de acontecimentos de Rotina, acidentes e Escândalos. In: TRAQUINA, N. (org). *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1999. p. 34 – 51.
- MORETZSOHN, S. *Jornalismo em “tempo real”*: O fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOURA, D. O. El Ingreso de la ‘Comunicación de Riesgo’ en los Media Globales: la Creación de una Agenda sobre “Lo que Observar”. *Razón y Palabra*, Quito, n. 43, p. 1 – 10, fevereiro 2005. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n43/doliveira.html>>. Acesso em: 16.nov.2016.

MOURA, D. O.; GUAZINA, L.; BRASIL, L. M. V. Novos repertórios de ação e a invisibilidade dos movimentos sociais pela mídia, por Cristiana Losekann. *Parágrafo*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 119 – 133, maio 2018. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/669/588>>. Acesso em: 16.fev.2019.

NAVARRO, E. A. *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. 3. ed. São Paulo: Global, 2005.

NEVES, M. de M.; SOUZA, E. e; DOMINGOS, E. As construções causais. In: NEVES, M. de M. (ed.). *Gramática do português falado*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

NEVES, M. H. *Gramática de usos do Português*. 1. ed. Araraquara: Editora da UNESP, 2000.

NÓBREGA, M. *História de um rio (o Tietê)*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.

OLIVEIRA, A. B. K. O Rio Tietê: O processo Histórico e sua importância para São Paulo. In: *Simpósio Mineiro de Geografia I*. Alfenas: UNIFAL, 2014.

OLIVEIRA, D. G. de. *Jornalismo para além do valor-notícia:: o valor convergente como modelo para selecionar e inserir temas sociais na mídia*. 2008. Dissertação (Pós-Graduação em Comunicação) — UnB - Universidade de Brasília.

OLIVEIRA, D. G. de; SILVA, L. M. da. Holoética: paradigma para uma cidadania planetária descentralizada. *Esferas*, BRASÍLIA, n. 6, 2015. ISSN 2446-6190. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/6150>>. Acesso em: 21/09/2015.

OLIVEIRA, R. R. Platão e a questão da democracia na República. *Revista Estudos Filosóficos*, DFIME, n. 12, 2014. ISSN 2177-2967. Disponível em: <<https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art3%20rev12.pdf>>. Acesso em: 03/01/2019.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Water and Energy. *World Water Development Report 2014*, Nova Iorque, Março 2014. Disponível em: <<http://www.unwater.org/publications/world-water-development-report-2014-water-energy/>>. Acesso em: 03/02/2019.

PARK, R. E. A notícia como forma de conhecimento. In: STEINBERG, C. S. (org.). *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 169 – 185.

PASSOS, J. Da água da bica à Sabesp: a seca em São Paulo é culpa de quem? *DCM*, São Paulo, Maio 2014. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/da-agua-da-bica-a-sabesp-a-seca-em-sao-paulo-e-culpa-de-quem/>>. Acesso em: 15/03/2018.

PATON-SIMPSON ASSOCIATES LTD. *Statistics Open For All - SOFA*. Wellington: [s.n.], 2009. Site Institucional. Disponível em: <<https://www.sofastatistics.com/home.php>>. Acesso em: 21/09/2018.

PAVLIK, J. V. New Media and News: Implications for the Future of Journalism. *Society*, v. 1, n. 1, p. 54 – 59, 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1177/1461444899001001009>>.

PEUCER, T. Os Relatos jornalísticos [Tradução de Paulo da Rocha Dias]. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, n. 33, Janeiro 2000.

PIERSON, P. Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics. *American Political Science Review*, Junho 2000.

- PINTO, F. A rectificação do Tieté. *O Estado de São Paulo*, p. 6 – 6, Janeiro 1926. Acesso em: 21/09/2018.
- PINTO, R. J. Reinventing politics in the media age. *Revista da UFP*, n. 2, 1998.
- PLATÃO. *A república*. 3. ed. Belém: UFPA, 2000.
- POPPER, K. *Lógica das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- PORTO, M. P. *Televisão e política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- PREZIA, B. A. . A Câmara da Vila De São Paulo como manifestação da sociedade civil nos séculos XVI e XVII. *Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 29, 2008.
- QUEIROZ, M. H. L. de; SOMEKH, N. A cidade comprometida: a questão ambiental e os planos de São Paulo. *Cad. de Pós-Graduação em Arquit. e Urb.*, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 113 – 124, 2003.
- QUEIROZ, P. de. O problema da água em São Paulo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 3 – 3, Março 1926.
- QUIROGA, T. Pensando na episteme comunicacional. In: EDUEPB. *Substractum collection*. Campina Grande: SciELO Books, 2013. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.
- RAMONET, I. O poder midiático. In: MORAES, D. de (org.). *Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- REESE, S.; J., B. The roots of a sociology of news: remembering Mr. Gates and social control in the newsroom. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, v. 78, n. 4, p. 641 – 658, 2001.
- RENAULT, D. Os caminhos que ligam o jornalista ao historiador e tecem o fio da história. In: KUYUMIJAN, M. de melo M.; MELLO, M. T. N. de (org.). *Os espaços da história cultural*. Sobradinho - DF: Paralelo 15, 2008. cap. I.
- RHEE, J. W. Strategy and issue frame in election campaign coverage: a social cognitive account of framing effects. *Journal of Communication*, v. 47, n. 3, p. 26 – 48, 1997.
- RIBEIRO, L. M. *Comunicação e sociedade: cultura, informação e espaço público*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004.
- RICHTER, R. M. *Mobilização, sociedade civil e governança: a escassez e a crise hídrica na macrometrópole de São Paulo*. 2017. 204 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) — USP - Universidade de São Paulo.
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- RIEFFEL, R. *Sociologia dos Media*. Porto Editora, Porto, 2003.
- RIFFE, D.; LACY, S.; FICO, F. *Analyzing media messages: Using quantitative content analysis in research*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2005.
- RIOUX, J. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, P. (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

- ROCHA, A. *Do lendário Anhembi ao Poluído Tiete*. São Paulo: Edusp, 1991.
- RODRIGUES, A. O acontecimento. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Vega, 1993.
- RODRIGUES, C.; VILLELA, F. N. J. Disponibilidade e escassez de água na Grande São Paulo: elementos-chave para compreender a origem da atual crise de abastecimento. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 19, n. 3, p. 399 – 421, set./dez. 2015. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/111496/112845>>.
- ROLNIK, R. *São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2003.
- ROSENSTIEL, T.; KOVACH, B. Os elementos do jornalismo. In: ROSENSTIEL, T.; KOVACH, B. (Ed.). 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2003. cap. 8, p. 223 – 245.
- ROSTEN, L. *The Washington Correspondents*. New York: Harcourt&Brace, 1937.
- SABESP. *Glossário*. São Paulo: [s.n.], 2019. Site Institucional. Disponível em: <<http://site.sabesp.com.br/site/sociedade-meioambiente/glossario.aspx?secaoId=122>>. Acesso em: 03/01/2019.
- SAITO, M. I. Fatos da história do abastecimento de água de São Paulo. *Saneas*, São Paulo, p. 46 –, jan 2002.
- SANT'ANNA, D. B. de. *Cidade das águas: Usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Senac, 2007.
- SANTIAGO, T. Alckmin admite pela primeira vez que SP passa por racionamento de água. *G1*, São Paulo, Janeiro 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/01/alckmin-admite-pela-primeira-vez-que-sp-passa-por-acionamento-de-agua.html>>. Acesso em: 03/01/2019.
- SANTOS, R. *Jornalistas e fontes de informação: As notícias do VIH-Sida com estudo de caso*. 2003. Tese (Doutorado) — FCSH.
- SCHILESINGER, P. Repenser la sociologie du journalisme: les stratégies de la source d'information et les limites du médiacentrisme. *Réseaux*, Paris, n. 51, p. 75 – 98, 1992.
- SCHLESINGER, P. Newsmen and their time machine. *The British Journal of Sociology*, n. 28, 1977.
- SCHMITZ, A. A. Classificação das fontes de notícias. *Biblioteca Online das Ciências da Comunicação*, 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>>. Acesso em: 09/01/2019.
- SCHON, D.; REIN, M. (ed.). *Frame Reflection: Toward the Resolution of Intractable Policy Controversies*. New York: Basic Books, 1994.
- SCHUDSON, M. *The power of News*. Massachusetts: Harvard University, 1995.
- SCHUTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais - textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Tradução de Ângela Melin.

- SENNE, F. J. N. de. *Enquadrando a política sob a ótica do escândalo: uma análise da cobertura de três escândalos políticos midiáticos, a partir da perspectiva do enquadramento*. 2009. Dissertação (Pós-Graduação em Comunicação) — UnB - Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/4440>>.
- SENNET, R. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, N. *Orfeu extático da metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes dos anos 20*. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.
- SIEBERT. *Four Theories for the Press*. Urbana Illinois: University of Illinois Press, 1956.
- SIGAL, L. *Reporters and Officials: The Organization and Politics of Newsmaking*. Lexington: Mass D. C. Health and Company, 1973.
- SIGRH. *Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH*. São Paulo: [s.n.], 2019. Site Institucional. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/planoestadualderecursoshidricos>>. Acesso em: 19/01/2019.
- SILVA, A. W. C. da. *Itinerário formativo da ética do discurso de Karl Otto Apel*. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2015.
- SILVA, L. M. da. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, L. G. (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da UnB, 2002. p. 47 – 74.
- SILVA, L. M. da. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: LAGO C. BENETTI, M. (Ed.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 143 – 167.
- SILVA, M. F. *Dromologia, dromocracia no contexto da civilização cibercultural: a velocidade como imperativo da vida social*. 2014. Dissertação (Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP) — Universidade Paulista.
- SILVA, M. S. S. da; XAVIER, D. G. Hannah Arendt e o conceito de espaço público. *Profanações*, v. 2, n. 1, Janeiro 2015. ISSN 2358-6125.
- SINGER, J. B. Strange bedfellows? The diffusion of convergence in four news organizations. *Journalism Studies*, v. 5, n. 1, 2004.
- SOSMA. *Tudo começou no Tietê*. São Paulo: [s.n.], 2018. Site Institucional. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/projeto/observando-os-rios/tiete/>>. Acesso em: 29/09/2018.
- SOUSA, A. F. S. de et al. *Diretrizes para implantação de sistemas de reúso de água em condomínios residenciais baseadas no método APPCC - análise de perigos e pontos críticos de controle*. 2008. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3147/tde-04092008-152703/>>.
- SOUSA, J. P. *Teorias da Notícia e do Jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.
- SYDOW, J.; SCHREYÖGG, G.; KOCH, J. Organizational path dependence: opening the black box. *Academy of Management Review*, v. 34, n. 4, p. 4 –, 2009.
- TAVARES, C. *O dia que durou 21 anos*. São Paulo: PEQUI Filmes, 2013. Disponível em: <<http://www.pequifilmes.com.br/site/documentarios-o-dia-que-durou-21-anos.php>>. Acesso em: 03/01/2019.

- TCE - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Contas anuais do governador do Estado de São Paulo. *RELATÓRIO*, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/portal/4_-_tc_788_026_14_-_sdg.pdf>. Acesso em: 21/09/2018.
- TEDRUS, T. da R. *Modelagem Linguística para Detecção de Causalidade em Textos sobre Desastres Naturais no Estado de São Paulo*. 2014. Tese (Programa De Pós-Graduação em Engenharia da Informação) — Universidade Federal do ABC – UFABC.
- TOCQUEVILLE, A. de. *A Democracia na América*. São Paulo: Itatiaia, 1977.
- TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo, Volume I: Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.
- TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo, Vol II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. In: TRAQUINA, N. (ed.). Florianópolis: Insular, 2008.
- TUCHMAN, G. Making news. *Free Press*, 1978.
- TURCI, R. L. R. de O. *Disparidades entre o discurso e a prática jornalística: respostas teóricas a partir do conceito de agonismo*. 2018. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia Política) — Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188210/PSOP0609-D.pdf?sequence=-1>>. Acesso em: 03/01/2019.
- USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Sistema Cantareira sofreu transição catastrófica em 2014*. São Paulo: [s.n.], 2015. Site Institucional. Disponível em: <<https://www5.usp.br/99332/sistema-cantareira-sofreu-transicao-catastrofica-em-2014/>>. Acesso em: 03/05/2016.
- VASCONCELOS JUNIOR, L. D. de. *A dignidade de viver entre iguais: pluralidade e persuasão na ação política em Hannah Arendt*. 2012. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas . Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000854725>>.
- VIRILIO, P. *Velocidade e Política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- WHATELY, M.; SANTORO, P. F.; TAGNIN, R. A. *Contribuições para a elaboração de leis específicas de mananciais: O exemplo da Billings*. [s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Contribuicoes-leis-mananciais-exemplo-Billings.pdf>. Acesso em: 03/01/2019.
- WHITE, D. M. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993. p. 142 – 151.
- WOLF, M. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- YORKE, I. *Jornalismo diante das câmeras*. Editora: Summus, 1998. Summus, 1998.
- ZAGNI, R. M. *Uma Análise Iconográfica de São Paulo “Várzea do Carmo, c. 1862”*. São Paulo: Lab. De Estudos sobre a Intolerância – FFLCH/USP, 2004.
- ZELDMAN, J. *Talking Your Talent to the Web: Making the Transition from Graphic Design to Web Design*. Indianapolis: New Riders, 2001.

Glossário

Glossário sobre águas e rios (SABESP, 2019)

Adutoras - Grandes tubulações que levam a água dos mananciais para as estações de tratamento ou destas para os reservatórios de distribuição.

Afluente - Corrente que deságua numa corrente maior, lago ou reservatório.

Água bruta - Água encontrada nos mananciais. É captada, tratada e depois distribuída à população.

Água de reuso - É a que se usa mais de uma vez depois que é tratada.

Água potável - A própria para consumo.

Água subterrânea - É a que se encontra no subsolo e preenche os poros e fraturas das rochas. Muito utilizada no abastecimento público.

Assoreamento - Processo de deposição de sedimentos (areia, detritos) que diminui o leito de um corpo de água (rio, canal, lago), causando problemas, como as enchentes.

Bacia hidrográfica - Recursos hídricos de uma determinada área física, como o rio e seus afluentes.

Baixa pressão - Pressão insuficiente na rede de água para atingir locais elevados.

Cadeia alimentar - É a sequência de organismos que vivem no mesmo ecossistema e servem de alimento uns para os outros.

Captação de água - É a retirada da água bruta (captação) em fontes de mananciais superficiais (rios, lagos e represas) ou profundos (poços) para utilização futura.

DBO - Demanda bioquímica de oxigênio. O termo corresponde à quantidade de oxigênio consumido na degradação da matéria orgânica no meio aquático por processos biológicos, sendo expresso em miligramas por litro (mg/L). É o parâmetro mais empregado para medir poluição das águas que apresentam uma baixa concentração de oxigênio dissolvido. Isto é, com alto índice de DBO. As águas não poluídas ou limpas, por sua vez, têm elevadas concentrações de oxigênio dissolvido, baixa DBO, beirando o ponto de saturação.

DBO no tratamento do esgoto - Em estações de tratamento de esgoto, a DBO é um parâmetro utilizado para verificar a eficiência na decomposição de matéria orgânica, pois, se a DBO está elevada, quer dizer que a matéria orgânica está sendo consumida. De acordo com a legislação, a DBO máxima no esgoto deve ser de 60 mg/L.

Decantação - Processo de separação do material sólido presente em um líquido pela gravidade, resultando na deposição do material sólido no fundo de um recipiente.

Decantadores de esgotos - Tanques onde os esgotos ficam por determinado período,

para que as partículas sólidas se sedimentem no fundo, a fim de facilitar a separação da parte líquida.

Elevatória - Estação do sistema de saneamento, na qual a água ou esgoto são elevados por meio de bombas para tubulação ou a outra unidade do sistema em nível superior.

Estação de tratamento de água (ETA) - É o conjunto de instalações e equipamentos destinados a realizar o tratamento da água bruta.

Estação de tratamento de esgotos (ETE) - É o conjunto de instalações e equipamentos destinados a realizar o tratamento de esgotos.

Lençol freático - Camada próxima à superfície onde a água subterrânea se acumula.

Manancial - Corpo de água utilizado para abastecimento público.

Mata ciliar - Mata encontrada na margem dos corpos de água.

Metais pesados - Cobre, níquel e chumbo. Na água, em quantidade elevada, esses metais são tóxicos para os seres vivos.

Rede coletora de esgotos - Conjunto de canalizações destinadas a coletar os esgotos e transportá-los até a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE)

Sistema de abastecimento de água - É o conjunto de obras, equipamentos e serviços destinados ao abastecimento de água potável a uma comunidade para fins de consumo doméstico, industrial, serviços públicos e outros usos.

Sistema de esgotos sanitários - É o conjunto de obras e instalações destinadas a realizar a coleta, o afastamento, o condicionamento, o tratamento e a disposição final do esgoto sanitário de uma comunidade.

Vazão - É o volume de água que passa através do hidrômetro em um determinado período de tempo (m³/hora).

Apêndices

APÊNDICE A – Cronologia da Crise Hídrica (2014-2016)

Cronologia da crise hídrica baseada em Dias (2016); Leite (2016); Santiago (2016) e Ritcher (2017).

• Janeiro de 2014

- Início da crise: o jornal O Estado de São Paulo revela que o nível do Sistema Cantareira é o pior dos últimos 10 anos;
- Nível do Cantareira é de 26,6%;
- Redução da captação no Sistema Cantareira (31 para 27,9 m³/s);
- Agravamento da crise com a queda contínua do Sistema Cantareira.

• Fevereiro 2014

- Início dos descontos para quem diminuísse o consumo de água;

• Março 2014

- Obras em represas do Sistema Cantareira recebem o investimento de R\$ 80 milhões para captar água do volume morto. Essa nova conta disponibiliza 300 bilhões de litros de água para o abastecimento durante mais quatro meses;
- Realização dos primeiros projetos para a retirada de água do Rio Paraíba do Sul (Rio de Janeiro).

• Abril 2014

- Governo Estadual e Sabesp ampliam descontos para quem economiza água;
- Obras de canalização leva 500 mil l/s do braço menos poluído da Represa Billings (Sistema Rio Grande) para o Sistema Alto Tietê.

• Maio 2014

- Instalação de bombas flutuantes no Cantareira inicia a utilização da primeira cota do volume morto. A obra adiciona 18,5% a mais de água em relação ao volume total do Sistema Cantareira;
- Sabesp amplia sistema de descontos para outras cidades da RMSP;
- Reservatórios do Sistema Cantareira caem ainda mais e atingem 8,2% de sua capacidade.

• Julho 2014

- Um dos momentos mais críticos da crise: o volume útil do Cantareira acaba e a RMSP é atendida apenas com água da primeira cota do volume morto.

- **Outubro de 2014**

- Sistema Cantareira atinge 6,7% da sua capacidade de armazenamento;
- Ministérios Públicos Federal e Estadual entram com ação na Justiça exigindo a proibição da captação integral da segunda cota do volume morto. A justiça acolhe parcialmente a ação. A ANA informa que SABESP não administrou a captação de água do volume morto conforme determinado pela justiça (DIAS, 2016);
- Mesmo com falta de água em bairros periféricos da RMSP, a SABESP nega que exista racionamento e afirma que apenas reduzia a pressão da água durante a noite. Em alguns pontos da RMSP, população alega ter ficado sem água por oito dias;
- Nível do Cantareira cai a 2,9% da reserva. SABESP começa a utilizar o segundo volume morto de 105 bilhões de litros;
- Sabesp obtém autorização na justiça para usar uma segunda cota do volume morto.

- **Novembro de 2014**

- Órgãos reguladores também autorizam a utilização da segunda cota do volume morto do Cantareira;
- Concedida uma segunda categoria de bônus para aqueles que economizassem água;
- Reunião entre Geraldo Alckmin e Dilma Rousseff sobre a crise hídrica em São Paulo.

- **Dezembro de 2014**

- O governador pede auxílio financeiro do governo federal;
- Sabesp começa a aplicar sobretaxas nas contas de água para quem aumentasse o consumo.

- **Janeiro de 2015**

- Crise de aproxima de seu auge: volume do Cantareira chega a -22,1%;
- Alckmin admite que há racionamento de água desde março de 2014 com a diminuição da vazão do Cantareira determinada pela ANA;

- SABESP manifesta intenção de utilizar uma terceira cota do volume morto.
- **Fevereiro de 2015**
 - Ápice da crise: volume do Cantareira chega a -24,5%;
 - Governo apresenta pacote de oito obras emergenciais;
 - Sobe o preço da água engarrafada e de filtros e purificadores.
- **Março de 2015**
 - Com o mês de fevereiro mais chuvoso em 20 anos, Sistema Cantareira atinge -17,5%;
 - Cantareira sai da segunda cota do volume morto, mas se mantém na primeira cota até dezembro de 2015.
- **Abril de 2015**
 - Obra para ligar reservatório do Sistema Rio Grande e socorrer o Sistema Alto Tietê, prevista para estar em operação em maio, sequer começou
 - Justiça determina que Sabesp divulgue os níveis do Sistema Cantareira como volumes negativos;
 - Sabesp segue firmando contratos de demanda firme em meio à crise hídrica. Contratos de 2014 resultaram em um consumo de água 550% maior do que o previsto;
 - Sabesp anuncia redução em 55% dos investimentos em coleta e tratamento de esgoto em 2015. Ainda assim, a companhia previa o pagamento de 252,3 milhões em dividendos para seus acionistas nas Bolsas de São Paulo e Nova York.
- **Mai de 2015**
 - Arsesp autoriza aumento de 15,24% na conta de água.
- **Junho de 2015**
 - Supremo Tribunal Federal reconhece relação entre desmatamento e crise hídrica.
- **Agosto de 2015**
 - Relatório do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo responsabiliza o governo Alckmin pela crise hídrica, relacionando falhas no planejamento das ações da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos;

- Governo do Estado decreta sigilo de 15 anos sobre dados referentes à rede de água e esgoto e depois volta atrás em razão da repercussão pública negativa.

- **Novembro de 2015**

- Mês mais chuvoso na capital desde 1995. Porém, o efeito esponja e as chuvas que não se concentraram tanto sobre o Cantareira não o recuperaram.;
- Reservatório permaneceu captando água do volume morto.

- **Dezembro de 2015**

- Em função de chuvas intensas, Sistema Cantareira deixa sair do volume morto.
- Sistema consegue recuperar as duas cotas do volume morto e volta a operar apenas com o volume útil.

- **Março de 2016**

- Alckmin anuncia que questão da água está resolvida porque Sistema Cantareira alcançou quase 60% da capacidade. Sem contar com o volume morto, porém, capacidade era de 24%.
- Alguns moradores ainda reclamam de racionamento.

- **Mai 2016**

- Reservatório voltam a níveis seguros e fica de 37% de sua capacidade (excluindo as duas cotas do volume morto).
- Políticas de bônus e sobretaxa são extintas e consumo cresce.

APÊNDICE B – Síntese História do Sistema Cantareira e da Sabesp

Do Sistema Cantareira surge a Sabesp

De acordo com Saito (2002) o nome “Cantareira” foi dado à serra pelos tropeiros que faziam o comércio entre São Paulo e outras regiões do país, nos séculos XVI e XVII, por causa da grande quantidade de nascentes e córregos encontrados na região. “Naquela época era costume armazenar água em jarros chamados cântaros, e chamavam-se “Cantareira” o local onde os cântaros eram guardados” (SAITO, 2002, p. 46).

A Serra da Cantareira, até fins do século XIX, era uma região de fazendas de café, chá, cana de açúcar e chácara de hortifrutigranjeiros. Parte da mata que existe hoje, tinha sido derrubada para dar lugar à agricultura. Com as desapropriações, a área foi decretada “Reserva Florestal do Estado” e, em 1963, se transformou em “Parque Estadual da Cantareira” (SAITO, 2002, p. 46)

Em 1962 foi criada a Comissão Especial para o Planejamento das Obras de Abastecimento e Distribuição de Água da Capital (Cepa), que iniciou os primeiros estudos concretos para o aproveitamento das águas do Rio Juqueri, denominado Sistema Juqueri, depois Sistema Cantareira (SABESP, 2014).

Segundo Passos (2014), o sistema Cantareira foi projetado pela antiga Comasp – Companhia Metropolitana de Águas de São Paulo, pouco depois do golpe de 1964. Naquela época já se previa – novamente – que iria faltar água em São Paulo (PASSOS, 2014). A Comasp, fundada em 1968 em plena ditadura, ficou encarregada de captar, tratar e vender água potável no atacado a 37 municípios que constituem a Região Metropolitana da RMSP.

O Cantareira foi planejado para ser composto por cinco reservatórios, correspondentes às barragens dos rios Jaguari e Jacareí, Cachoeira, Atibainha, Juqueri e Águas Claras. Juntas iriam produzir cerca de 33 mil l/s, quando todas as represas ficassem prontas. A construção foi feita em duas etapas: Na primeira foram edificadas as barragens a jusante do rio Cachoeira, produzindo 11 mil l/s. Depois foi acrescido o reservatório da barragem dos rios Jaguari e Jacareí, para atingir os 33 mil l/s previstos para o sistema.

Passos também nomeia os idealizadores da expansão: os economistas Paulo Roberto Davidoff Cruz e Cláudia dos Passos Claro, da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo. Ambos previam em 1972 que a demanda por água encanada na região metropolitana seria de 68,29 mil l/s em 1990 para uma população estimada de 17 milhões de habitantes. Mas, dessa vez, a população cresceu um pouco mais lentamente. De maneira que a previsão para 1990 só se realizou no ano 2000, dez anos depois da projeção (PASSOS, 2014).

Quem distribuía água da Comasp era a Saec – Superintendência de Águas e Esgotos na Capital, sucessora do Departamento de Águas e Esgotos, o DAE. “Em 1972 a Saec já admitia uma perda de 30% da água distribuída por causa de vazamentos nas tubulações. Exatamente

o mesmo índice da Sabesp hoje, 42 anos depois” (PASSOS, 2014). Em 2013, pouco antes da crise começar, em a população de 16,3 milhões de pessoas era servida pela Sabesp na Grande São Paulo com 73,2 mil l/s 2013 de todos os reservatórios (PASSOS, 2014). O Cantareira é atualmente, em 2018, o maior sistema produtor de água da Região Metropolitana de São Paulo, produzindo, em média, 33 mil litros de água por segundo, sendo responsável por cerca de 45% do abastecimento (KATHOUNI, 2004).

A Comasp calculou em 1972 a necessidade de investimentos de US\$ 100 milhões ao ano durante 20 anos para realizar as obras para o abastecimento na Grande São Paulo. Os governos estadual e federal resolveram manter as metas e por isso a Sabesp foi criada pela Lei Estadual nº 119 de 1973. A fusão destas seis instituições formou o complexo do saneamento da Sabesp:

- Comasp - Companhia Metropolitana de Águas de São Paulo;
- Sanesp - Saneamento de São Paulo;
- Saec - Superintendência de Águas e Esgotos da Capital;
- Fesb - Fomento Estadual de Saneamento Básico;
- SBS - Saneamento da Baixada Santista;
- Sanevale - Saneamento do Vale do Ribeira.

Em 1979, 88% da população da RMSP passou a ter água encanada e tratada. No âmbito estadual, a partir da promulgação da Constituição Estadual inaugura-se uma nova política voltada à gestão de recursos hídricos, cuja execução é viabilizada em atendimento aos princípios básicos estabelecidos na Lei n. 7.663 de 1991 (São Paulo, 1991). Entre os principais mecanismos estão: o Plano Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacias Hidrográficas (SIGRH, 2019).

Quarta maior do mundo em população atendida

A Sabesp presta serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto para clientes residenciais, comerciais, públicos e industriais; além de fornecer água por atacado para cinco municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), sendo quatro deles também beneficiados pelo serviço de tratamento de esgoto. É considerada a quarta maior empresa de saneamento do mundo em população atendida: são 27,9 milhões de pessoas abastecidas com água (24,9 milhões atendidas diretamente mais três milhões residentes nos municípios atendidos no atacado) e 21,6 milhões de pessoas com coleta de esgoto. Em outros quatro municípios do Estado, a Sabesp está presente na prestação de serviços de saneamento como sócia minoritária nas empresas Águas de Castilho S.A., Águas de Andradina S.A., Saneaqua Mairinque S.A., SESAMM – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A

Estrutura do sistema Cantareira

O Sistema Cantareira é composto por seis represas: Jaguari, Jacareí, Cachoeira, Atibainha, Juqueri e Águas Claras. A água, em diferentes níveis de altura, segue por gravidade até a Estação Elevatória de Santa Inês. De lá, a elevação das águas até o reservatório de Águas Claras há três equipamentos de alta capacidade capazes de bombear 22 mil l/s (SABESP, 2004). O sistema abastece 8,1 milhões de pessoas nas zonas Norte, Central, Leste (parte), Oeste (parte) e os municípios de Franco da Rocha, Francisco Morato, Caieiras, Guarulhos (parte), Osasco, Carapicuíba, Barueri (parte), Taboão da Serra (parte), Santo André (parte) e São Caetano do Sul (SABESP, 2018).

APÊNDICE C – Ficha de Análise

Figura 24 – Ficha de Análise - Página 1

RIOS INVISÍVEIS - Ficha de Classificação

RIOS INVISÍVEIS - Ficha de Classificação

Pesquisa de Doutorado (UnB) - Daniel Gonçalves de Oliveira. Seguir "Tabela 1 - Ficha Orientada de Análise do Enquadramento".

*Obrigatório

1. ID01. Número de Identificação: *

2. ID2. Cód. Empauta

3. ID3. Data da Publicação

Exemplo: 15 de dezembro de 2012

4. ID4. Link Original

5. ID5. Veículo

Marcar apenas uma oval.

Diário de S. Paulo - Online

Estadão.com.br

Folha.com

6. ID6. Editoria

7. ID7. Título

8. ID08. Autoria 1

9. ID09. Autoria 2

10. Q11. Qual o número de caracteres?

Figura 25 – Ficha de Análise - Página 2

RIOS INVISÍVEIS - Ficha de Classificação

11. **Q12. Há infográfico?**
Marcar apenas uma oval.

Sim
 Não

12. **Q13. Há fotografia(s)?**
Marcar apenas uma oval.

Sim
 Não

13. **Q14. Há motion graphic?**
Marcar apenas uma oval.

Sim
 Não

14. **Q15. Há vídeo?**
Marcar apenas uma oval.

Sim
 Não

15. **Q16. Há quantos links no corpo do texto (orgânicos)?**

16. **Q18. Qual é o tipo de enquadramento temático?**
Marcar apenas uma oval.

1. IMPACTO SOCIAL NA POPULAÇÃO
 2. IMPACTO ECONÓMICO-FINANCEIRO
 3. IMPACTO AMBIENTAL (NA FAUNA E FLORA)
 4. SOLUÇÃO AMBIENTAL (RECUPERAÇÃO DA FAUNA E FLORA)
 5. SOLUÇÕES SOCIAIS - AÇÕES/MOBILIZAÇÕES DA POPULAÇÃO PARA POUPAR ÁGUA
 6. SOLUÇÃO COM OBRAS
 7. SOLUÇÃO TECNOLÓGICAS (NÃO IMPLEMENTADAS)
 8. NÍVEL DE RESERVATÓRIOS
 9. CONFLITO (DE FATO) E DISPUTAS POR ÁGUA
 10. PROTESTOS DA POPULAÇÃO (SEM CONFLITO DE FATO)
 11. FATORES METEOROLÓGICOS
 12. ALERTA SOBRE RISCOS DE ESGOTAMENTO DA ÁGUA
 13. ALERTA DE RISCO DE CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA
 14. DENÚNCIA DE CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA
 15. DENÚNCIA DE GASTOS EXCESSIVOS, VAZAMENTOS E MÁ GESTÃO DA ÁGUA
 16 - POSIÇÕES/DEBATES SOBRE FAZER OU NÃO RACIONAMENTO/RODÍZIO (SEM CONFLITO).
 N.A. - NÃO SE APLICA (OUTRO ENQUADRAMENTO)

Figura 26 – Ficha de Análise - Página 3

RIOS INVISÍVEIS - Ficha de Classificação

17. Q19. Qual é o sub-enquadramento temático?

Marcar apenas uma oval.

- Proposta de Soluções
- Alerta
- Denúncia
- Não se aplica

UNIDADE I - RECORTE TEMPORAL

Alargamento temporal feito pelo jornalista, fontes ou vozes (citações diretas e/ou indiretas)

18. Q20. Qual é o Recorte Temporal? *

T0 - Presente Reduzido – Menciona apenas fato/evento/ação ocorrido na hora ou no dia, limitado dentro do período em que ocorreu a crise hídrica oficial (jan. 2014 a mar. 2016).

T1 - Presente Intermediário – Menciona fato/evento/ação ocorrido na semana ou mês, limitado dentro do período em que ocorreu a crise hídrica oficial (jan. 2014 a mar. 2016).

T2 - Presente Aumentado – Menciona fato/evento/ação limitado dentro do período em que ocorreu a crise hídrica oficial (jan. 2014 a mar. 2016). Porém, maior que um mês e/ou interseccionado com o passado e/ou futuro para além do período da crise, conforme as classificações que seguem.

T3 - Presente Aumentado ao Passado – Menciona fato/evento/ação no presente e interseccionado com o passado (fato/evento/ação antes do início da crise em 2014); ou

Presente Aumentado ao Futuro – Aborda o presente e está interseccionado com projeções de futuro (possíveis fatos/eventos/ações depois do fim da crise em 2016).

T4 - Presente Aumentado ao Passado e ao Futuro – Menciona presente, interseccionado como o passado infinito e o futuro infinito (fato/evento/ação antes e depois do período 2014-2016).

Marcar apenas uma oval.

0	1	2	3	4
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

19. Q21. O Recorte Temporal é Pontual ou Contextualizado (apenas se T3 ou T4)?

Marcar apenas uma oval.

- Pontual
- Contextualizado
- NA - matéria está apenas no presente

20. Q22. O presente em T3 está ampliado em qual tempo (passado ou futuro)?

Marcar apenas uma oval.

- Passado
- Futuro
- NA

21. Q23. Qual é a dimensão temporal da reportagem?

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Unidimensional
- 2 - Bidimensional
- 3 - Tríplex-dimensional

UNIDADE II - ENQUADRAMENTO DO PROBLEMA

Figura 27 – Ficha de Análise - Página 4

RIOS INVISÍVEIS - Ficha de Classificação

22. Q30. Qual é a visão ambiental sobre o problema (em relação aos mais afetados)? *

Legenda: Il.e.2

0 = Antropocêntrico;

1 = Biocêntrico; e

2 = Holocêntrico ou Bio-fislocêntrico.

Marcar apenas uma oval.

0	1	2
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

23. Q31. Aborda, preponderantemente, a poluição de qual destes rios como uma das CAUSAS à crise hídrica? *

Marcar apenas uma oval.

- Riacho Água Preta
- Riacho Bento Henriques
- Riacho Carandaí
- Riacho da Aclimação
- Riacho Iquiririm
- Riacho Itapeva
- Rio Aguapeí
- Rio do Peixe
- Rio Grande
- Rio Itororó
- Rio Mogi-Guaçu
- Rio Paraíba do Sul
- Rio Paranapanema
- Rio Pardo
- Rio Piracicaba
- Rio Saracura
- Rio Tamanduateí
- Rio Turvo
- Não cita a poluição de nenhum rio como causas
- Outro: _____

Figura 28 – Ficha de Análise - Página 5

RIOS INVISÍVEIS - Ficha de Classificação

24. **Q32. Aborda, preponderantemente, a despoluição de qual destes rios como uma das SOLUÇÕES à crise hídrica? ***

Marcar apenas uma oval.

- Riacho Água Preta
- Riacho Bento Henriques
- Riacho Carandaí
- Riacho da Aclimação
- Riacho Iquiririm
- Riacho Itapeva
- Rio Aguapeí
- Rio do Peixe
- Rio Grande
- Rio Itororó
- Rio Mogi-Guaçu
- Rio Paraíba do Sul
- Rio Paranapanema
- Rio Pardo
- Rio Piracicaba
- Rio Saracura
- Rio Tamanduateí
- Rio Turvo
- Não cita a poluição de nenhum rio como soluções
- Outro: _____

25. **Q33. Aborda, preponderantemente, a poluição de quais destas represas como uma das CAUSAS da crise hídrica? ***

Marcar apenas uma oval.

- Billings (Sistema Rio Grande).
- Represa Guarapiranga (Sistema Guarapiranga).
- Represas do Cantareira (Sistema Cantareira).
- Represas de Alto Cotia.
- Represas de Rio Claro.
- Represas do Alto Tietê.
- Não cita a poluição de nenhuma das represas como uma das causas.
- Outro: _____

Figura 29 – Ficha de Análise - Página 6

RIOS INVISÍVEIS - Ficha de Classificação

26. **Q34. Aborda, preponderantemente, a despoluição de quais destas represas como uma das SOLUÇÕES da crise hídrica? ***

Marcar apenas uma oval.

- Billings (Sistema Rio Grande).
- Represa Guarapiranga (Sistema Guarapiranga).
- Represas do Cantareira (Sistema Cantareira).
- Represas de Alto Cotia.
- Represas de Rio Claro.
- Represas do Alto Tietê.
- Não cita a poluição de nenhuma das represas como soluções.
- Outro: _____

UNIDADE III - ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DE FONTES E VOZES

27. **Q35. Quantas fontes (pessoas ou organizações mencionadas) com ou sem citações diretas ou indiretas existem na matéria? Marcar até "10" se for dez ou mais. ***

Marcar apenas uma oval.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

28. **Q36. Quais fontes (pessoas ou instituições) por setores da sociedade estão presentes?**

Marque todas que se aplicam.

- 1º setor (governo, oficiais).
- 1º setor (governo, oficiosas = anônimas).
- 2º setor (empresas).
- 3º setor (ONGs, sem fins lucrativos).
- Acadêmicos (especialistas).
- Especialistas não acadêmicos.
- Cidadãos

29. **Q37. Qual é o enquadramento de pluralidade setorial das fontes (1º, 2º, 3º setores e cidadãos)? ***

Legenda II.2.1

- 0 = Não Plural - Sem Fontes (SF);
- 1 = Um tipo = Não Plural;
- 2 = Dois tipos = Pouco Plural;
- 3 = Três tipos = Plural;
- 4 = Quatro tipos ou + = Muito Plural

Marcar apenas uma oval.

0	1	2	3	4
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Figura 30 – Ficha de Análise - Página 7

RIOS INVISÍVEIS - Ficha de Classificação

30. Q44. Há vozes divergentes? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

31. Q45. Qual é o enquadramento de controvérsias (de pluralidade de vozes)? Considerando citações diretas e/ou indiretas. *

0 = **Sem Vozes**: quando nenhum enquadramento interpretativo é apresentado na notícia que se limita a relatar algum fato/evento/ação ou tema, i. é., não traz outra opinião pessoal sobre o tema; **1 = Restritivos**: quando há apenas um enquadramento interpretativo do fato/evento/ação ou tema; **2 = Plurais fechados**: situação em que duas ou mais vozes são expostas sobre um determinado fato/evento/ação, mas há uma hierarquização entre os diferentes pontos de vista; **3 = Pouco plurais abertos**: há dois pontos de vista sem hierarquização sobre fato/evento/ação; **4 = Médio plurais abertos**: há de três a quatro pontos de vista sem hierarquização; **5 = Muito plural aberto**: há quatro pontos de vista ou mais sem hierarquização.

Marcar apenas uma oval.

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

32. Q46. Se resposta foi "Plural Fechado", transcreva abaixo o trecho da voz preponderante e hierarquizante.

33. Q47. Observações sobre aspectos da classificação:

34. Q48. A matéria é do tipo "fala-povo" -- ou traz trechos destacados com esta característica (de vozes em sequência)? *

Reportagens com "fala-povo" são matérias inteiras ou trechos de matérias que trazem opinião ou ponto de vista de várias pessoas sobre uma determinada situação na atualidade. Geralmente são vozes exibidas em sequência. O mais comum é transcreverem falas de cidadãos em geral. Mas podem também ser sequências de falas especificamente de especialistas, acadêmicos, empresários, autoridades públicas, entre outros. Já as reportagens sem "fala-povo" têm foco em criar narrativas/representações de fato/evento/ação pela voz preponderante do jornalista. Porém, trazendo -- de maneira não sequenciada -- outras vozes entremeadas ao texto do comunicador.

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

Figura 31 – Ficha de Análise - Página 8

RIOS INVISÍVEIS - Ficha de Classificação

35. **Q50. Qual é o nível de contextualização temporal (Nulo, Fraco, Médio ou Forte)?***Marcar apenas uma oval.*

- Nulo - Menção Pontual
- Fraco
- Médio
- Forte
- NA

36. **Q51. Qual é o período histórico (P1 ou P2)?***Marcar apenas uma oval.*

- P1 - Entre 1930 e 2011
- P2 - 1929 ou antes
- NA

37. **Q52. Menciona fontes de elites, não-elites ou ambas?***Marcar apenas uma oval.*

- Elites
- Não-elites
- Elite e não-elite